

Boletim
CLASSIFICADOR

ARPEN.SP 20 ANOS

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Arquivo eletrônico com publicações de

Janeiro/2015

07/01 a 30/01

ARPEN-SP

Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo
Praça João Mendes, 52 - conj. 1102 - 11º andar - Centro - São Paulo - SP - CEP 01501-000
Fone: (55 11) 3293-1535 - Fax: (55 11) 3293-1539

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - J.D.V.R.P	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0324/2014 - Processo 0015492-38.2014.8.26.0100	337
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - CHRISTIANE KENWORTHY FERNANDES	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0324/2014 - Processo 1066147-94.2014.8.26.0100	0
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - IOLANDA LOPES e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0324/2014 - Processo 1074349-94.2013.8.26.0100	337
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - MARCILIO RODRIGUES GALVÃO	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0324/2014 - Processo 1087891-82.2013.8.26.0100	337
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Pascuina Romboli Garcia e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0324/2014 - Processo 1097991-96.2013.8.26.0100	0
Cautelar Inominada - Propriedade - Graciete da Silva Vale e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0357/2014 - Processo 0007778-66.2010.8.26.0100 (100.10.007778-0)	407
Instituição em BEM DE FAMÍLIA, se alguém julgando-se prejudicado deverá, dentro em 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente edital, reclamar contra a instituição por escrito e perante o Oficial	Editais e Leilões - 1ª Vara de Registros Públicos - ELVIO PEDRO FOLLONI, Sexto Oficial de Registro de Imóveis da Comarca desta Capital	9
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Corregedoria Geral da Justiça - Ronaldo Fabiano dos Santos Almança e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0003/2015 - Processo 0044083-10.2014.8.26.0100	323
Procedimento Ordinário - Propriedade - FREENK HORTZ MERKX	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0359/2014 - Processo 1105119-70.2013.8.26.0100	332
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 6º Oficial de Registro de Imóveis e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1078259-95.2014.8.26.0100	279
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 161/2014-RC	288
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 162/2014-RC	288
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 163/2014-RC	288
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 19º Subdistrito - Perdizes	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 164/2014-RC	288

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 165/2014-RC	288
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 166/2014-RC	288
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 25º Subdistrito Pari	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 167/2014-RC	288
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jd. Paulista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 168/2014-RC	288
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 29º Subdistrito Santo Amaro	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 169/2014-RC	289
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 30º Subdistrito - Ibirapuera	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 170/2014-RC	289
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 171/2014-RC	289
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Capão Redondo	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 172/2014-RC	289
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 173/2014-RC	289
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 174/2014-RC	289
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Perus	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 175/2014-RC	289
Designação para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 176/2014-RC	289
Designação para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 177/2014-RC	290
Designação para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 46º Subdistrito Vila Formosa	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 178/2014-RC	290
Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 179/2014-RC	290
Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 180/2014-RC	290
Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 181/2014-RC	290

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 182/2014-RC	290
Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 183/2014-RC	290
Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 184/2014-RC	291
Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 185/2014-RC	291
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Jardim São Luis	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 186/2014-RC	291
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 187/2014-RC	291
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 188/2014-RC	291
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 189/2014-RC	291
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 190/2014-RC	291
Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão	2ª Vara de Registros Públicos - PORTARIA Nº 01/2015-RC	291
Instituição de Bem de família	Editais e Leilões - 1ª Vara de Registros Públicos	10
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0004867-76.2013.8.26.0100	273
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0016648-95.2013.8.26.0100	274
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0025144-16.2013.8.26.0100	275
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0030843-85.2013.8.26.0100	276

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Impugnação ao Valor da Causa - Registro de Imóveis	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0033089-20.2014.8.26.0100	277
Impugnação de Assistência Judiciária - Registro de Imóveis	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0033098-79.2014.8.26.0100	277
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0038355-90.2011.8.26.0100	278
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0039167-98.2012.8.26.0100	279
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0040821-52.2014.8.26.0100	279
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0042320-42.2012.8.26.0100	279
Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0045262-13.2013.8.26.0100	280
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0050202-84.2014.8.26.0100	281
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0056575-39.2011.8.26.0100	283
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0058171-87.2013.8.26.0100	283
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0348222-05.2009.8.26.0100 (100.09.348222-0)	287
Habilitação de Casamento	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0045878-51-2014	287
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1023097-18.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1024108-82.2014.8.26.0100	288

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1024108-82.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1033407-83.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1059371-78.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1059784-91.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1066810-43.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1067465-15.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - DIREITO CIVIL	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1069002-46.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1071334-83.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1071334-83.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1076842-10.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1078204-47.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1078204-47.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1083770-74.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1083770-74.2014.8.26.0100	288

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1083808-86.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1083808-86.2014.8.26.0100	288
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1094834-81.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1095685-23.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1095685-23.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1098066-04.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1098066-04.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1103556-07.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1104482-85.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1109617-78.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1110853-65.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1111057-12.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1113468-28.2014.8.26.0100	289
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1116276-06.2014.8.26.0100	289

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1120156-06.2014.8.26.0100	289
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1123684-48.2014.8.26.0100	289
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1129404-93.2014.8.26.0100	289
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 1129404-93.2014.8.26.0100	289
Procedimento Ordinário - Retificação de Área de Imóvel	Processo 0020951-89.2012.8.26.0100 - Procedimento Ordinário - Retificação de Área de Imóvel	965
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0038497-60.2012.8.26.0100	968
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0038497-60.2012.8.26.0100	968
Incidente de Falsidade - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0040381-61.2011.8.26.0100	968
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0041284-28.2013.8.26.0100	968
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0045867-56.2013.8.26.0100	968
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0050143-14.2005.8.26.0100 (000.05.050143-7)	969
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0051163-93.2012.8.26.0100	970
Dúvida - Registro de Imóveis - 9 ° Oficial de Imoveis da Comarca da Capital	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0065836-57.2013.8.26.0100	971
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0072201-30.2013.8.26.0100	972
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0129725-24.2009.8.26.0100 (100.09.129725-1)	975
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0169844-27.2009.8.26.0100 (100.09.169844-6)	981

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - Processo 0635727-65.2000.8.26.0100 (000.00.635727-0) -	989
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0018206-73.2011.8.26.0100	990
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0025144-16.2013.8.26.0100	991
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0025710-28.2014.8.26.0100	991
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0031665-40.2014.8.26.0100	992
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0031665-40.2014.8.26.0100	994
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0034040-48.2013.8.26.0100	995
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0035381-75.2014.8.26.0100	995
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0045099-96.2014.8.26.0100	996
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0053219-65.2013.8.26.0100	997
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0056852-84.2013.8.26.0100	998
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0060451-31.2013.8.26.0100	999
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais -	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0065188-77.2013.8.26.0100	999
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0072127-73.2013.8.26.0100	999
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0199929-64.2007.8.26.0100 (100.07.199929-0)	1001
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - Processo 0330833-85.2001.8.26.0100 (000.01.330833-5)	1003
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1036200-92.2014.8.26.0100	1004

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1036200-92.2014.8.26.0100	1004
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	1004
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1041199-88.2014.8.26.0100	1004
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1053530-05.2014.8.26.0100	0
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1053530-05.2014.8.26.0100	1004
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1066800-96.2014.8.26.0100	1004
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1066800-96.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1067003-58.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 -Processo 1067003-58.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1069011-08.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1081538-26.2013.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1089973-52.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1098165-71.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1102668-38.2014.8.26.0100	1005

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 -Processo 1104529-59.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1108625-20.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1114599-38.2014.8.26.0100	1005
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1114765-70.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1116097-72.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1118515-80.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1118639-63.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1119268-37.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1120774-48.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1120774-48.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1120892-24.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1120892-24.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1121081-02.2014.8.26.0100	1006
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1130150-58.2014.8.26.0100	1006

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0006/2015 - Processo 1130390-47.2014.8.26.0100	1006
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª V ara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0001/2015 - Processo 0014646-89.2012.8.26.0100 -	1062
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis -	1ª V ara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0001/2015 - Processo 0049648-26.2012.8.26.0002	1064
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0001/2015 - Processo 0120954-28.2007.8.26.0100 (100.07.120954-3)	1065
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0008634-59.2012.8.26.0100	1066
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0002/2015 - Processo 0216841-73.2006.8.26.0100 (100.06.216841-2)	1068
Cautelar Inominada - Bloqueio de Matrícula	1ª Vara de Registros Públicos - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1003155-63.2015.8.26.0100	1069
Pedido de Providências - Retificação de Nome	1ª Vara de Registros Públicos - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1013533-15.2014.8.26.0100	1069
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1015358-91.2014.8.26.0100	1069
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 -Processo 1025311-79.2014.8.26.0100	1069
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1027428-43.2014.8.26.0100	1069
Pedido de Providências - Por Terceiro Prejudicado	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1028782-06.2014.8.26.0100	1069
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1033043-14.2014.8.26.0100	0

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1041567-97.2014.8.26.0100	1069
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1044391-29.2014.8.26.0100	1069
Pedido de Providências - Coisas	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1045743-22.2014.8.26.0100	1070
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1047050-11.2014.8.26.0100	1070
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1047813-12.2014.8.26.0100	1071
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1047813-12.2014.8.26.0100	1071
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1066013-67.2014.8.26.0100	1071
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1066033-58.2014.8.26.0100	1071
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1070976-21.2014.8.26.0100	1072
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1071426-61.2014.8.26.0100	1072
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1077529-84.2014.8.26.0100	1073
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1083887-65.2014.8.26.0100	1073
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1085090-62.2014.8.26.0100	1073
Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1103095-35.2014.8.26.0100	1074

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - Instituição de Bem de Família	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1104909-19.2013.8.26.0100	1074
Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1107480-26.2014.8.26.0100	1075
Pedido de Providências - Propriedade	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1110248-22.2014.8.26.0100	1075
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1119828-76.2014.8.26.0100	1075
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1120996-16.2014.8.26.0100 -	1075
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos -- RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1126950-43.2014.8.26.0100	1076
Pedido de Providências	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 0008659-14.2014	1076
Pedido de Providências	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 1115322-57.2014	1076
Registro de Imóveis - Pedido de providências	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 1115570-23.2014	1076
Dúvida	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 1112268-83.2014	1077
Pedido de Providências	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 0023981-64.2014	1078
Dúvida	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 1106142-17.2014	1078
Dúvida	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual -1119385-28.2014	1078
Pedido de Providências	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 0029042-37.2013	1079
Pedido de Providências	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 0000108-98.2015	1079
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0005880-81.2011.8.26.0100	1080
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0009877-72.2011.8.26.0100	1080

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0019551-06.2013.8.26.0100	1081
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0019659-35.2013.8.26.0003	1081
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0034640-69.2013.8.26.0100	1083
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0035208-22.2012.8.26.0100	1083
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0041374-36.2013.8.26.0100	1084
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0061240-30.2013.8.26.0100	1086
Impugnação de Assistência Judiciária	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0082277-50.2012.8.26.0100	1087
Outros Feitos não Especificados	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0213183-07.2007.8.26.0100 (100.07.213183-2)	1089
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0346185-05.2009.8.26.0100 (100.09.346185-1)	1090
Dúvida	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0428705-57.1988.8.26.0100 (000.88.428705-9)	0
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1001937-10.2014.8.26.0011	1090
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1001937-10.2014.8.26.0011	1090
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1003129-65.2015.8.26.0100	1090
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1012371-82.2014.8.26.0100	1090

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - Família	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1014452-50.2014.8.26.0020	1090
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1045337-98.2014.8.26.0100	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 -Processo 1046767-88.2014.8.26.0002	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1065969-48.2014.8.26.0100	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1065969-48.2014.8.26.0100	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1070638-47.2014.8.26.0100	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1070638-47.2014.8.26.0100	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1070857-60.2014.8.26.0100	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1070857-60.2014.8.26.0100	1091
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1076344-11.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1076344-11.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - DIREITO CIVIL	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 -Processo 1077765-36.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1082596-30.2014.8.26.0100	0
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 -Processo 1082596-30.2014.8.26.0100	1092

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1082928-94.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1082928-94.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1086962-15.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1089712-87.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 -Processo 1089712-87.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 -Processo 1100578-57.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 -Processo 1100818-46.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1100818-46.2014.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1101160-91.2013.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1101160-91.2013.8.26.0100	1092
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1102345-33.2014.8.26.0100	1093
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1104361-91.2013.8.26.0100	1093
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1104361-91.2013.8.26.0100	1093
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1105120-21.2014.8.26.0100	1093

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1105120-21.2014.8.26.0100	1093
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 -Processo 1112519-04.2014.8.26.0100	1093
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 1126248-97.2014.8.26.0100	1093
Edital nº 03/2015 ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA.	2ª Vara de Registros Públicos - Caderno 5- Edital nº 03/2015	72
Edital nº 09/2015 PROCURAÇÕES ARQUIVADOS NESSA SERVENTIA	2ª Vara de Registros Públicos - Caderno 5- Edital nº 09/2015	72
Dúvida - Registro de Imóveis	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0001946-13.2014.8.26.0100	1003
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0007813-89.2011.8.26.0100	1003
Pedido de Providências - Tabelionato de Protestos de Títulos	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 -Processo 0028355-60.2013.8.26.0100	1004
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0034847-39.2011.8.26.0100	1004
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0067679-57.2013.8.26.0100	1006
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0119742-69.2007.8.26.0100 (100.07.119742-8)	1006
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0004/2015 - Processo 0181603-90.2006.8.26.0100 (100.06.181603-4)	1007
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 0009814-62.2002.8.26.0100 (000.02.009814-6)	1008
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 0019351-33.2012.8.26.0100	1008

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 0071632-63.2012.8.26.0100	1009
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 0083976-62.2001.8.26.0100 (000.01.083976-3)	1009
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0005/2015 - Processo 0336004-42.2009.8.26.0100 (100.09.336004-4)	1012
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0038695-29.2014.8.26.0100	1014
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1001331-69.2015.8.26.0100	1014
Procedimento Ordinário - Propriedade	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1001660-81.2015.8.26.0100	1014
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1021113-96.2014.8.26.0100	1014
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1021113-96.2014.8.26.0100	1014
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1037671-46.2014.8.26.0100	1014
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1041125-34.2014.8.26.0100	1014
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1068050-67.2014.8.26.0100	1015
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 -Processo 1073452-32.2014.8.26.0100	1015
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1074349-94.2013.8.26.0100	1015
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1074686-49.2014.8.26.0100	1015

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1084754-58.2014.8.26.0100	1015
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1087927-90.2014.8.26.0100	1015
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1090348-53.2014.8.26.0100	1015
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 -Processo 1091772-33.2014.8.26.0100	1016
Pedido de Providências - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 -Processo 1093548-68.2014.8.26.0100	0
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 -Processo 1100916-31.2014.8.26.0100	1017
Pedido de Providências - Bloqueio de Matrícula	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1103308-41.2014.8.26.0100	1017
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1104408-31.2014.8.26.0100	1017
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1110350-44.2014.8.26.0100	1018
Retificação de Registro de Imóvel - Propriedade	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1115221-20.2014.8.26.0100	1018
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1122157-61.2014.8.26.0100	1018
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1126228-09.2014.8.26.0100	0
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1128191-52.2014.8.26.0100	1018
Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 1130596-61.2014.8.26.0100	1018

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1104361-91.2013.8.26.0100	1024
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1061405-26.2014.8.26.0100	1024
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1061405-26.2014.8.26.0100	1024
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1062832-58.2014.8.26.0100	1024
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1080034-48.2014.8.26.0100	1024
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1096456-98.2014.8.26.0100	1025
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1100249-45.2014.8.26.0100	1025
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1101836-05.2014.8.26.0100	1026
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1103755-29.2014.8.26.0100	1026
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 -Processo 1107663-94.2014.8.26.0100	1026
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1113537-60.2014.8.26.0100	1026
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1118567-76.2014.8.26.0100	1026
Pedido de Providências - Propriedade	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1121150-34.2014.8.26.0100	1026
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 1121204-97.2014.8.26.0100	1026

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0007/2015 - Processo 0051993-59.2012.8.26.0100	918
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo Processo 0020366-08.2010.8.26.0100 (100.10.020366-2)	926
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0008/2015 - Processo 0055207-92.2011.8.26.0100	0
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1000469-98.2015.8.26.0100	929
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1003739-33.2015.8.26.0100	929
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1000469-98.2015.8.26.0100	929
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1033043-14.2014.8.26.0100	929
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1033765-48.2014.8.26.0100	929
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1079106-97.2014.8.26.0100	930
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1085090-62.2014.8.26.0100	930
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1098049-65.2014.8.26.0100	930
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1100053-12.2013.8.26.0100	930
Dúvida - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1112836-02.2014.8.26.0100	930
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0027332-79.2013.8.26.0100	935

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo Processo 0030904-14.2011.8.26.0100	936
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0045543-03.2012.8.26.0100	937
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0046214-26.2012.8.26.0100	937
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0046799-44.2013.8.26.0100	937
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0051078-73.2013.8.26.0100	938
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0053353-92.2013.8.26.0100	938
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0059614-73.2013.8.26.0100	938
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0341676-31.2009.8.26.0100 (100.09.341676-7)	942
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1061405-26.2014.8.26.0100	942
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1080034-48.2014.8.26.0100	942
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1023960-71.2014.8.26.0100	943
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1023960-71.2014.8.26.0100	943
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1032953-06.2014.8.26.0100	943
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1058246-75.2014.8.26.0100	943

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Dúvida - Instituição de Bem de Família	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1059336-21.2014.8.26.0100	943
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1062306-91.2014.8.26.0100	943
Pedido de Providências - Registro de Imóveis	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1062306-91.2014.8.26.0100	943
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1073462-76.2014.8.26.0100	943
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1073462-76.2014.8.26.0100	943
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1073892-28.2014.8.26.0100	943
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1089020-25.2013.8.26.0100	943
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1089093-60.2014.8.26.0100	943
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1089848-84.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1089848-84.2014.8.26.0100	944
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1098960-77.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1105586-15.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1119886-79.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1119886-79.2014.8.26.0100	944

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1120142-22.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1121097-53.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1121247-34.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1121640-56.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1121917-72.2014.8.26.0100	944
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1121999-06.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1122321-26.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1122816-70.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1123555-43.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1123589-18.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1123917-45.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legaL	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1124399-90.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1125077-08.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1125656-53.2014.8.26.0100	945

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1125939-76.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1126507-92.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1126568-50.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1127675-32.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1127815-66.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1127889-23.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 -Processo 1128133-49.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 -Processo 1129819-76.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1131234-94.2014.8.26.0100	945
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1131627-19.2014.8.26.0100	945
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0104333-19.2008.8.26.0100 (100.08.104333-3)	1027
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0009/2015 - Processo 0173592-14.2002.8.26.0100 (000.02.173592-1)	1028
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 0020817-28.2013.8.26.0100	1030
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 0022554-03.2012.8.26.0100	1030

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 0027847-51.2012.8.26.0100	1030
Impugnação de Assistência Judiciária - Usucapião Extraordinária	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 0035752-39.2014.8.26.0100	1030
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 0098180-09.2004.8.26.0100 (000.04.098180-0)	1032
Pedido de Providências - 5º Oficio de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0010/2015 - Processo 0136569-24.2008.8.26.0100 (100.08.136569-0)	1032
Procedimento Ordinário - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0019/2015 - Processo 0000451-41.2015.8.26.0635	1035
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0019/2015 - Processo 1002885-39.2015.8.26.0100	1035
Dúvida - Por Terceiro Prejudicado	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0019/2015 - Processo 1003857-09.2015.8.26.0100	1036
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0019/2015 - Processo 1126545-07.2014.8.26.0100	1036
Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0019/2015 - Processo 1130596-61.2014.8.26.0100	1036
Pedido de Providências Corregedoria Geral	1ª V ara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 0003592-58.2014	1036
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 1073462-76.2014.8.26.0100	1036
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0013544-95.2013.8.26.0100	1037
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 -Processo 0028854-44.2013.8.26.0100	1037
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0032448-03.2012.8.26.0100	1038

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0042320-42.2012.8.26.0100	1038
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0044930-46.2013.8.26.0100	1038
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0048612-09.2013.8.26.0100	1038
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0051895-74.2012.8.26.0100	1038
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0066323-61.2012.8.26.0100	1038
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil -Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0069418-80.2004.8.26.0100 (000.04.069418-6)	1038
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0704203-15.1987.8.26.0100 (000.87.704203-9)	1038
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0800175-95.1976.8.26.0100	1039
Pedido de Providências	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 0037348-58-2014	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1000075-91.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1000214-43.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1073462-76.2014.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1001095-20.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1001279-73.2015.8.26.0100	1039

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1001514-40.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1002078-19.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1002425-52.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1002693-09.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 -Processo 1002704-38.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1003092-38.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1003163-40.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1018668-08.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1018668-08.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1042658-28.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1042658-28.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0012/2015 - Processo 1042658-28.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 -Processo 1057515-79.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1058397-41.2014.8.26.0100	1041

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1058397-41.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1061634-83.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1061634-83.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Família	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1072212-08.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Propriedade	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1104200-47.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1108558-55.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1108558-55.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1108780-23.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1113916-98.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1114127-37.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1117191-55.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1118602-36.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1119263-15.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1119662-44.2014.8.26.0100	1042

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1120186-41.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1120186-41.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1121779-08.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1122220-86.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1123114-62.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1123155-29.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1123842-06.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1123893-17.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1124125-29.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1125025-12.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1126101-71.2014.8.26.0100	1042
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1126579-79.2014.8.26.0100	1043
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1126826-60.2014.8.26.0100	1043
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1127539-35.2014.8.26.0100	1043

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1127804-37.2014.8.26.0100	1043
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1127940-34.2014.8.26.0100	1043
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1129396-19.2014.8.26.0100	1043
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1129825-83.2014.8.26.0100	104
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1129825-83.2014.8.26.0100	1043
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 1130847-79.2014.8.26.0100	1043
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - José do Carmo Toledo	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 0007839-53.2012.8.26.0100	903
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Eros Negrão Azevedo e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 0045867-56.2013.8.26.0100	905
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Flávio de Augusto Isihi - - Marja Holowacz Isihi - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-sabesp e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 0113063-92.2003.8.26.0100 (000.03.113063-1)	907
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Nair Sedeno dos Santos - Municipalidade de São Paulo	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 0235907-68.2008.8.26.0100 (100.08.235907-2)	909
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Joaquim Alves Corrêa e outros - INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 0340241-22.2009.8.26.0100 (100.09.340241-3)	909
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Justina Ferreira Reche Fernandes - Prefeitura Municipal de São Paulo - Macário de Sousa Fernandes	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 0500336-41.2000.8.26.0100 (000.00.500336-9)	909
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Domingos Fanganiello - Companhia de Saneamento Basico do Estado de São Paulo -sabesp - João Fanganiello Netto - Elza Fanganiello - - Importadora São Marcos Ltda - Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 0724786-79.1991.8.26.0100 (000.91.724786-9)	911

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - JOSÉ ROBERTO NEVES FERREIRA - 5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO SP	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0011/2015 - Processo 1083680-03.2013.8.26.0100	911
Dúvida - Registro de Imóveis - Ademar Gomes	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1037988-44.2014.8.26.0100	911
Dúvida - Registro de Imóveis - MARIA REGINA DE SALLES PINTO LANCELLOTTI CHUQUER	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1056376-92.2014.8.26.0100	911
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 6º Oficial de Registro de Imóveis e outro - Marcolino Neves - - Municipalidade de São Paulo e outros - Marcolino Neves	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1078259-95.2014.8.26.0100	911
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - EDIVALDO MARTINS e outros - Companhia Patrimonial Paulista S/A e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1084754-58.2014.8.26.0100	911
Dúvida - Registro de Imóveis - 8º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - RENATO BARBOSA PRUDENTE e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1096530-55.2014.8.26.0100	912
Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - JOSÉ HONÓRIO DE OLIVEIRA	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1100180-13.2014.8.26.0100	912
Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital - Marcia Eluf Botelho Lino Goncalves - Marcia Eluf Botelho Lino Goncalves	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1105398-22.2014.8.26.0100	912
Pedido de Providências - Defeito, nulidade ou anulação - NIVANILDO FLORENTINO DE LIMA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0011440-33.2013.8.26.0100	912
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - J.D.V.R.P. - T.N.C.C. e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0021283-85.2014.8.26.0100	913
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Carlos Roberto Gigliotti	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0033564-10.2013.8.26.0100	914
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jerry Huang - Zhiman Huang	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0034477-89.2013.8.26.0100	914
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Isabel do Céu Cides Matias	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0038222-48.2011.8.26.0100	914
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ruth Guimarães Oliveira	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0041403-23.2012.8.26.0100	915

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - E.N.I.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0043081-05.2014.8.26.0100	915
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Paulo Henrique De Souza Landim e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0045692-62.2013.8.26.0100	915
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria de Lourdes	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0051291-16.2012.8.26.0100	916
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ana Luiza Schmidt Nunes	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0060156-28.2012.8.26.0100	916
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0065739-57.2013.8.26.0100	917
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Elaine Celina Gandelini	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0116702-11.2009.8.26.0100 (100.09.116702-3)	917
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Mário Pereira de Araújo Santos e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0013/2015 - Processo 0229606-08.2008.8.26.0100 (100.08.229606-1)	918
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - LEONARDO FERREIRA GOMES RAMOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1000895-13.2015.8.26.0100	919
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSE CARLOS SANTOS DA SILVA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1001076-14.2015.8.26.0100	919
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Helder de Sa Benini - Helder de Sa Benini	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1003767-98.2015.8.26.0100	919
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - FABIANA SANTOS SENA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1003808-65.2015.8.26.0100	919
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Enrique Martin Scheuer e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1004801-11.2015.8.26.0100	919
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S.S.A. - J.F.V.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1024328-80.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1030554-04.2014.8.26.0100	920

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1030554-04.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1030554-04.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Narya Santos de Almeida e Silva e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1066800-96.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YURI LAUANA NAKAMURA CHAVES e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1069272-70.2014.8.26.0100	920
Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - Ilson Roberto Alves	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1078430-52.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Suzane Feitosa da Paixão Oliveira	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1081138-75.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA GUILIANA TARQUI RAMOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1086789-88.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Izaias Monteiro da Luz	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1111272-85.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ALMIR TURISCO DE ARAÚJO e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1111467-70.2014.8.26.0100	920
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - Lúcia Rosária dos Santos	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1114069-34.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - RITA DE CÁSSIA RODRIGUES DE CAMPOS e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1118268-02.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - AMANDA CRISTINA DA COSTA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1121326-13.2014.8.26.0100	920
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Celeida Ferreira	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1122130-78.2014.8.26.0100	921
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Manuela Forte Arribet e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1124277-77.2014.8.26.0100	921

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARYANA HELENA FERNANDES DE ASSIS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1124496-90.2014.8.26.0100	921
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Tatiana Amador Cavaccini Brito	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0015/2015 - Processo 1125591-58.2014.8.26.0100	921
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marcio Rodrigues de Carvalho Barros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0014646-89.2012.8.26.0100	839
Dúvida - Registro de Imóveis - 5º Oficial de Registro de Imóveis - Dulce Eliza de Campos Ferreira do Amaral e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0023763-70.2013.8.26.0100	840
Dúvida - Registro de Imóveis - Gentil de Campos	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0025337-31.2013.8.26.0100	840
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Antonio Pereira de Melo	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0025431-76.2013.8.26.0100	840
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - José Nunes - Clara Aparecida do Carmo e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0028198-39.2003.8.26.0100 (000.03.028198-9)	841
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Gloria marques e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0031765-34.2010.8.26.0100 (100.10.031765-0)	841
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Geraldo Pestana de Oliveira	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0035717-84.2011.8.26.0100	841
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Josué Francisco	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0057215-08.2012.8.26.0100	843
Dúvida - Registro de Imóveis - 9° Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - Amilcar Campana Neto	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0061025-88.2012.8.26.0100	843
Dúvida - Registro de Imóveis - 15º Oficial de Registro de Imoveis - Keepers Manutenção Industrial S/C Ltda	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0069199-52.2013.8.26.0100	844
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Emilia de Jesus Marques Simões Prederico	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0014/2015 - Processo 0075480-24.2013.8.26.0100	844
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Antonio Matheus	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0016/2015 - Processo 0051058-87.2010.8.26.0100	850

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação de Registro de Imóvel - Obrigação de Fazer / Não Fazer - Sueli Aparecida da Silva Santiago e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1013777-38.2014.8.26.0004	850
Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - DURVALINA JERÔNIMA DE JESUS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1121668-24.2014.8.26.0100	851
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA LEONOR FERREIRA DE BARROS AMARAL e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1121735-86.2014.8.26.0100	851
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Aelton Rosa de Jesus	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1002409-98.2015.8.26.0100	855
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - GABRIELLA LAZZARETTI	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1004188-88.2015.8.26.0100	855
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - JAIME JOSE BARBOSA DOS SANTOS e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1004253-83.2015.8.26.0100	855
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA AMELIA DE SOUSA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1004329-10.2015.8.26.0100	855
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Bruno Copiano Silva - Bruno Copiano Silva	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1058351-52.2014.8.26.0100	855
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - VIVETE VESPERO	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1098792-75.2014.8.26.0100	856
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Matheus Alves Oliveira	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1099713-34.2014.8.26.0100	856
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Matheus Alves Oliveira	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1099713-34.2014.8.26.0100	856
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NATAN MANDELLI PAGLIOCHI	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1105042-27.2014.8.26.0100	856
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Clélia Catarine Bispo de Souza	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1105516-95.2014.8.26.0100	856
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Roque Cedraz Rios	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1110847-58.2014.8.26.0100	856

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Amelia Leal e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1110927-22.2014.8.26.0100	856
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito - Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1116276-06.2014.8.26.0100	856
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSÉ CARLOS DOS SANTOS PACHECO	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1124734-12.2014.8.26.0100	857
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Dione de Lima Alves	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1125654-83.2014.8.26.0100	857
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - DANIELA LUANA DILLNER	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1126200-41.2014.8.26.0100	857
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - M.O.J.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1126441-15.2014.8.26.0100	857
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Antônio Marques da Silva	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1128521-49.2014.8.26.0100	857
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - VIOLA GONÇALVES DE ANDRADE	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0017/2015 - Processo 1131624-64.2014.8.26.0100	857
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - PAUL DIDER MOGG - NICOLE ANNE COLLET - Retificação registro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0024/2015 - Processo 1031137-86.2014.8.26.0100	955
Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0024/2015 - Processo 1115128-57.2014.8.26.0100	955
Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - Condominio Edíficio Rolim Prado - Registro de Imóveis	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0024/2015 - Processo 1116221-55.2014.8.26.0100	956
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA LORETO VERGARA CARVALLO	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0024/2015 - Processo 1117013-09.2014.8.26.0100	956
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA CRISTINA ROSSI - REGISTRO DE IMÓVEIS	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0024/2015 - Processo 1122103-95.2014.8.26.0100	957
Pedido de Providências 13º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo	1ª Vara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 1107226-53.2014	958
Pedido de Providências - Corregedoria Geral da Justiça	1ª Vara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 0021884-91.2014	958

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jean Pierre Ortuño Justiniano	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0032006-71.2011.8.26.0100	961
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - L.S.S.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0072462-29.2012.8.26.0100	965
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - Francisco Adail dos Santos	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1002805-75.2015.8.26.0100	969
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA LAURA BABIKIAN DE CEVA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1005258-43.2015.8.26.0100	970
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Jonata Rodrigues	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1036200-92.2014.8.26.0100	971
Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - N.B.M.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1042549-14.2014.8.26.0100	972
Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - N.B.M.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1042549-14.2014.8.26.0100	972
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - E.M.N. e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1088405-98.2014.8.26.0100	973
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ROSA GOMES DE AGUIAR	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1099833-77.2014.8.26.0100	973
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - PIETRO ALOIA e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1110717-68.2014.8.26.0100	973
Pedido de Providências - Processo e Procedimento - J.C.C.U.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1113416-32.2014.8.26.0100	973
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - IRMO JORGE FELÍCIO e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1118571-16.2014.8.26.0100	973
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - T.B.C.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1120774-48.2014.8.26.0100	973
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Lurde Silva	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1121543-56.2014.8.26.0100	974

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - CAROLINA CRUZEIRO RODOLFO	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0020/2015 - Processo 1129225-62.2014.8.26.0100	974
1ª e 2ª Vara de Registros Públicos	Editais e Leilões	39
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Empreendimento Imobiliário Smart Clube Vila Romana SPE Ltda	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0002121-07.2014.8.26.0100	1021
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Municipalidade de São Paulo - Industrial do Brasil Participações Ltda	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0014526-46.2012.8.26.0100	1022
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Olga Elena Weischtordt - Oficiais do 13º Cartorio de Registro de Imóveis da Comarca do Estado de São Paulo - - JOSÉ ROBERTO SALERNO - - Celina de Souza Salerno	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0043400-75.2011.8.26.0100	1024
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - A.A.R. - C.G.J. - E.A.Z. e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0048562-71.1999.8.26.0100 (000.99.048562-5)	1025
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marco Antonio Silva Pedroso e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0053514-73.2011.8.26.0100	1025
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marco Antonio Silva Pedroso e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0053514-73.2011.8.26.0100	1025
Providências Administrativas (Imov., Tít. e Doc., Protestos) - C.G.J. - J.R.N.F.	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0070676-04.1999.8.26.0100 (000.99.070676-1)	1025
Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Rone Administração de Bens Imóveis e Participações S/C Ltda	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0018/2015 - Processo 0106307-57.2009.8.26.0100 (100.09.106307-2)	1026
Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - BUILDING ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A - Municipalidade de São Paulo e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0027/2015 - Processo 1000337-41.2015.8.26.0100	1028
Retificação de Registro de Imóvel - Propriedade - K.K. e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0027/2015 - Processo 1006064-15.2014.8.26.0100	1028
Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - ANDRÉ LUIZ DE FARIA e outro - Amil Assistência Médica Internacional LTDA e outros	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0027/2015 - Processo 1065025-46.2014.8.26.0100	1028
Pedido de Providências - Registro de Imóveis - GILSON LOURENÇO DOS ANJOS e outro	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0027/2015 - Processo 1069287-39.2014.8.26.0100	1029

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - Durval Rigon Filho	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0027/2015 - Processo 1107480-26.2014.8.26.0100	1029
Pedido de Providências - Bloqueio de Matrícula - VILMA ALVES PEREIRA	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0027/2015 - Processo 1112495-73.2014.8.26.0100	1030
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. - S.T.A.N.E.T.R.C.S.M.O.L. e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0019/2015 - Processo 0025705-06.2014.8.26.0100	1033
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Iracema Pimenta Braga	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1003813-87.2015.8.26.0100	1039
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Marcelo Otávio Dutra Gallego Lorente das Chagas	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1026709-61.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Marcelo Otávio Dutra Gallego Lorente das Chagas	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1026709-61.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ALDO ROBERTO BOOSE	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1043024-67.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ALDO ROBERTO BOOSE	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1043024-67.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jossilene de Oliveira Mot	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1058397-41.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARISILIO COSTA SILVA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1059893-08.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARISILIO COSTA SILVA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1059893-08.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Julia Menezes Munari	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1060757-46.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Julia Menezes Munari	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1060757-46.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alexandre Lins Morato e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1070021-87.2014.8.26.0100	1040

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alexandre Lins Morato e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1070021-87.2014.8.26.0100	1040
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YANG HAN LON	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1071187-57.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YANG HAN LON	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1071187-57.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Silvia Lima Sakr	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1074895-18.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Celineide Monteiro Dias da Costa	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1097910-50.2013.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ADRIEL JHOAQUIM GUARACHI GUARACHI e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1103727-61.2014.8.26.0100	1041
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Ivan Gomes Neto	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0021/2015 - Processo 1123541-59.2014.8.26.0100	1041
Dúvida - Registro de Imóveis - Julieta Cury Palmeira	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0030/2015 - Processo 1001602-78.2015.8.26.0100	860
Pedido de Providências - Retificação de Área de Imóvel - ADILSON DE SOUZA BEZERRA	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0030/2015 - Processo 1092831-56.2014.8.26.0100	861
Pedido de Providências - Por Terceiro Prejudicado - ALFREDO CAPPONI	1ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0030/2015 - Processo 1098139-73.2014.8.26.0100	861
Pedido de Providências 14º Oficial de Registro de Imóveis da Capital	1ª Vara de Registros Públicos - Imprensa Manual - 1000113-06.2015	861
Habilitação para Casamento - Registro Civil das Pessoas Naturais - A.J.C. e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 -Processo 0018746-19.2014.8.26.0100	868
Habilitação para Casamento - Registro Civil das Pessoas Naturais - A.J.C. e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 -Processo 0018746-19.2014.8.26.0100	868
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - PATRICIA BENDE PIRES CAMPOS	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1001331-69.2015.8.26.0100	869
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - SIDINEY RUBENS BARBOSA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1002451-50.2015.8.26.0100	869

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - S.J.D.	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1003826-86.2015.8.26.0100	869
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NEIDE ANTONIETTI DE SOUSA e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1055649-36.2014.8.26.0100	870
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NEIDE ANTONIETTI DE SOUSA e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1055649-36.2014.8.26.0100	870
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1082076-07.2013.8.26.0100	871
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1082076-07.2013.8.26.0100	871
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1082076-07.2013.8.26.0100	871
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1082076-07.2013.8.26.0100	871
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NIKOLAS CASTELO RADOSAVLJEVIC	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1098165-71.2014.8.26.0100	871
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - EMILIO LIMA DE OLIVEIRA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1099048-18.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Irene Calicchio	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1116739-45.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ANDRÉ JOSÍAS POMA	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1116784-49.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Batista Cassiano e outro	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1121097-53.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ROBERTA PAGOTTI FERRARI	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1121348-71.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA ISABEL DE SÁ SCHIMIDT SARMENTO	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1121464-77.2014.8.26.0100	872

Classificador ARPEN-SP - Janeiro/2015

Atos Administrativos e Decisões da 1ª e 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo

Índice Geral por Assunto

ASSUNTO / PALAVRA-CHAVE	ATO	PÁG.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - CLAUDIO BARONNI	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1121540-04.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alcides Bombardi e outros	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1126784-11.2014.8.26.0100	872
Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maira Sera	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1128191-52.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - MARCILIO MATEUS DE BARROS FILHO	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1128466-98.2014.8.26.0100	872
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Rosimeyre Marçal	2ª Vara de Registros Públicos - RELAÇÃO Nº 0023/2015 - Processo 1131417-65.2014.8.26.0100	872
1ª Vara de Registros Públicos	Editais e Leilões	71

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - J.D.V.R.P

Página 337

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2014
Processo 0015492-38.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - J.D.V.R.P. - Vistos.
Fl.89: Homologo a desistência do requerente acerca do ingresso no feito na qualidade de terceiro interessado. Certifique a z.
Serventia o trânsito em julgado da sentença de fls. 76/78. Após, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int.
- ADV: RAMSÉS BENJAMIN SAMUEL COSTA GONÇALVES (OAB 177353/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - CHRISTIANE KENWORTHY FERNANDES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2014

Processo 1066147-94.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - CHRISTIANE KENWORTHY FERNANDES - a partir da publicação desta certidão estes autos serão remetidos ao Sr. 9º Oficial de Registro de Imóveis da
Capital, onde as partes interessadas no registro e/ou averbação devem se dirigir para as providências necessárias ao seu
cumprimento, esclarecendo que os autos permanecerão por 30 (trinta) dias na referida Serventia. - ADV: MARCIO SOCORRO
POLLET (OAB 156299/SP), FELIPE RICETTI MARQUES (OAB 200760/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - IOLANDA LOPES e outro

Página 337

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2014

Processo 1074349-94.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - IOLANDA LOPES e outro - Vistos. A parte autora requereu na inicial os benefícios da Justiça Gratuita. Foi dada a oportunidade a autora de
comprovar seu estado de incapacidade para custear as despesas do processo (fls. 20), juntando aos autos, além da declaração
de pobreza, cópia completa da última declaração de ajuste anual (bens e rendimentos) ao imposto de renda. A autora não
atendendo a determinação preferiu recolher as custas iniciais (fls. 23/24). Com o pedido de fls. 42, não demonstrou a autora
nenhuma modificação financeira que a incapacite de prover as despesas do processo. Com isto, indefiro o pedido de gratuidade,
devendo a autora providenciar o depósito dos honorários periciais, ficando, desde já, deferido o parcelamento em até três vezes,
em conformidade com a Ordem de Serviço nº 01/2013. Intime-se. - ADV: ZEINI GUEDES CHAWA (OAB 160562/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - MARCILIO RODRIGUES GALVÃO

Página 337

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2014

Processo 1087891-82.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - MARCILIO RODRIGUES GALVÃO - decorreu o prazo sem manifestação dos autores quanto a certidão de fls.82, ficando os mesmos intimados a darem andamento ao processo no prazo de 30 dias, contados a partir de 01/11/2014. Decorrido este prazo, os autores serão intimados pessoalmente para que, em 48 horas, sob pena de extinção, dêem andamento ao feito. - ADV: JOSÉ EDMUNDO DE SANTANA (OAB 185574/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Pascuina Romboli Garcia e outros

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2014

Processo 1097991-96.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Pascuina Romboli Garcia e outros - decorreu o prazo sem manifestação dos autores quanto a certidão de fls. 80, ficando os mesmos intimados a darem andamento ao processo no prazo de 30 dias, contados a partir de 21/10/2014. Decorrido este prazo, os autores serão intimados pessoalmente para que, em 48 horas, sob pena de extinção, dêem andamento ao feito. - ADV: LUCIANA PETRELLA PROSDOCIMI MANCUSI TAVOLARI (OAB 182500/SP)

↑ Voltar ao índice

Cautelar Inominada - Propriedade - Graciete da Silva Vale e outros

Página 407

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0357/2014

Processo 0007778-66.2010.8.26.0100 (100.10.007778-0) - Cautelar Inominada - Propriedade - Graciete da Silva Vale e outros - Vistos. Intime-se a parte autora a dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção, nos termos do
art. 267 do CPC. - ADV: CLARICE GOMES SOUZA HESSEL (OAB 249838/SP)

↑ Voltar ao índice

Instituição em BEM DE FAMÍLIA, se alguém julgando-se prejudicado deverá, dentro em 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente edital, reclamar contra a instituição por escrito e perante o Oficial

Página 9

Registros Públicos
1ª Vara de Registros Públicos

ELVIO PEDRO FOLLONI, Sexto Oficial de Registro de Imóveis da Comarca desta Capital.

Nos termos dos artigos nºs 261 e seguintes da Lei 6.015/73, faz saber a quantos este edital possa interessar que nesta data, foi apresentada para registro a escritura lavrada em 28 de julho de 2014, pelo 12º Tabelião de Notas desta Capital, Livro 3262, folhas 035 a 037, prenotada sob nº 582.570, pela qual MARCOS ANTONIO FONSECA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, industriário, RG n° 9.888.072-SSP/SP, inscrito no CPF sob n° 948.234.568-15, domiciliado na Avenida Patente, n° 193, ap. 33, Bloco B-17, Jardim Patente, nesta Capital, instituiu em BEM DE FAMÍLIA, de acordo com os artigos 70 a 73 do C.C.B. e artigos 260 a 263 da Lei 6.015/73, o imóvel consistente em um apartamento sob n° 33 do Bloco B-17, com acesso pela Rua 4 do Conjunto Habitacional São Caetano, situado na Avenida Patente, n° 193, no Jardim Patente, 18° Subdistrito Ipiranga, perfeitamente descrito e caracterizado na matrícula nº 55.769 deste Registro de Imóveis, adotando o valor de R$121.500,00. Se alguém julgando-se prejudicado, deverá, dentro em 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do presente edital, reclamar contra a instituição por escrito e perante mim, Oficial. Findo este prazo e não havendo reclamação, será registrada a mencionada escritura. São Paulo, 11 de setembro de

2014. ELVIO PEDRO FOLLONI –Oficial.

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Corregedoria Geral da Justiça - Ronaldo Fabiano dos Santos Almança e outro

Página 323

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0003/2015
Processo 0044083-10.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Corregedoria Geral da Justiça - Ronaldo Fabiano dos Santos Almança e outro - Vistos. Para melhor elucidar a questão, convoco o reclamante e o Oficial Registrador para comparecimento em Juízo, no dia 20 de janeiro de 2015 às 15:00 horas. Int. - ADV: EMERSON BORTOLOZI (OAB 212243/SP)

↑ Voltar ao índice

Procedimento Ordinário - Propriedade - FREENK HORTZ MERKX

Página 332

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0359/2014
Processo 1105119-70.2013.8.26.0100 - Procedimento Ordinário - Propriedade - FREENK HORTZ MERKX - A parte autora deverá providenciar os seguintes meios necessários para a expedição e instrução do processo: 01 (uma) cotas de ressarcimento do oficial de justiça (recolhimento em guias separadas) e 01 (uma) contra-fé. - ADV: ALESSANDRA CRISTINA MARCONDES (OAB 142203/SP), MAURO RODRIGO ALVES DE LIMA (OAB 279053/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 6º Oficial de Registro de Imóveis e outro

Página 279

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0006/2015
Processo 1078259-95.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 6º Oficial de Registro de Imóveis e outro - Marcolino Neves - - Municipalidade de São Paulo e outros - Marcolino Neves - Vistos. Sem prejuízo da audiência marcada para o dia 03.02.2015, intime-se a procuradora do loteamento e representante do espólio suscitado, Drª Terezinha Ribeiro do Prado, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o parecer do Ministério Público (fls.504/505). Int. - ADV: LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), MARCOLINO NEVES (OAB 23926/SP),

TEREZINHA RIBEIRO DO
PRADO (OAB 49379/SP)

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã

Página 288

PORTARIA Nº 161/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra.
Oficiala Substituta do Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã, datado de 08 de novembro de 2014,
noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem o casamento
designado para os dias 08 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala
Substituta; RESOLVE: Designar LUIZ CARLOS BOSISIO FRISONI, brasileiro, escrevente, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã, a fim de realizar o casamento que foi
celebrado no dia 08 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã

Página 288

PORTARIA Nº 162/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando os comunicados formulados pela Sra.
Oficiala Substituta do Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã, datado de 22 de novembro de 2014 e
06 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos
para celebrarem os casamentos designados para os dias 22 de novembro de 2014 e 06 de dezembro de 2014, por motivos
particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala Substituta; RESOLVE: Designar RENATO LOPES ZANFORLIN,
brasileiro, escrevente, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º
Subdistrito - Butantã, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados no dia 22 de novembro de 2014 e 06 de dezembro
de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã

Página 288

PORTARIA Nº 163/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulados pela Sra. Oficiala Substituta do Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã, datado de 06 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem o casamento designado para o dia 06 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a

indicação feita pela Sra. Oficiala Substituta; RESOLVE: Designar MARISA GUEDES, brasileira, escrevente, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã, a fim de realizar o casamento que foi celebrado no dia 06 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 19º Subdistrito - Perdizes

PORTARIA Nº 164/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando os comunicados formulados pelo Sr. Oficial Substituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do 19º Subdistrito - Perdizes, datado de 08, 11 e 18 de novembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 08, 11 e 18 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial Substituto; RESOLVE: Designar SILMAR SOARES SANTOS BOCCALETTI MARQUES PICOLI, brasileira, escrevente, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 19º Subdistrito - Perdizes, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados nos dias 08, 11 e 18 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America

PORTARIA Nº 165/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra.
Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America, datado de 22 de novembro de 2014, noticiando a
impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados
para o dia 22 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE:
Designar MARCELO MARTINS BONIFACIO, brasileiro, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil
das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 22 de
novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America

PORTARIA Nº 166/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America, datado de 01 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 29 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar RICARDO SILVIO DE SOUZA, brasileiro, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito Jd. America, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 29 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 25º Subdistrito Pari

Página 288

PORTARIA Nº 167/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 25º Subdistrito Pari, datado de 01 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 29 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar EDUARDO CORTEZ DA FONSECA, brasileiro, casado, escrevente, portador do RG nº 6.097.085-6 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 25º Subdistrito Pari, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 29 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jd. Paulista

Página 288

PORTARIA Nº 168/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jd. Paulista, datado de 26 de novembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 29 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar GISELLE MARIZA BARBOSA DAS NEVES, brasileira, casada, escrevente, portador do RG nº 29.880.746-4 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jd. Paulista, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 29 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 29º Subdistrito Santo Amaro

Página 289

PORTARIA Nº 169/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 29º Subdistrito Santo Amaro, datado de 13 de novembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 13 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar KELTON BRAGA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, escrevente, portador do RG nº 30.983.580- X SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 29º Subdistrito Santo Amaro, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 13 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 30º Subdistrito - Ibirapuera

Página 289

PORTARIA Nº 170/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 30º Subdistrito Ibirapuera, datado de 25 de novembro de 2014,

noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem o casamento designado para o dia 29 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar MICHELLE FERREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, escrevente, portador do RG nº 41.978.802-5 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 30º Subdistrito Ibirapuera, a fim de realizarem o casamento que foi celebrado no dia 29 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca

Página 289

PORTARIA Nº 171/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca, datado de 19 de novembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 06 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar TATIANA GOMES ALVES FERREIRA, brasileira, viuva, cartoraria, portador do RG nº 28.332.647-5 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 06 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Capão Redondo

Página 289

PORTARIA Nº 172/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Capão Redondo, datado de 18 de novembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 21 e 22 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar JOAO DIMAS DA SILVEIRA, brasileiro, casado, radialista, portador do RG nº 52.113.614-3 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Capão Redondo, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 21 e 22 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis

Página 289

PORTARIA Nº 173/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis, datado de 21 de novembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 21 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar LUIZ CARLOS DOS SANTOS FILHO, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 36.207.002-7 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 21 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis

Página 289

PORTARIA Nº 174/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis, datado de 07 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 07 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, portador do RG nº 20.104.639 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Jardim São Luis, a fim de realizarem os casamentos que foram celebrados no dia 07 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Perus

Página 289

PORTARIA Nº 175/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Perus, datado de 21 de novembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrar os casamentos designados para o dia 04, 06, 11, 13, 18 e 20 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar JUVENATO PAULO DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador do RG nº 7.649.669 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Perus, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados nos dias 04, 06,11, 13 e 18 de dezembro de 2014, bem como os que serão celebrados no dia 20 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde

Página 289

PORTARIA Nº 176/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial Substituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde, datado de 18/11/2014, noticiando que estará ausente a partir do dia 19 de novembro de 2014, pelo prazo de 15 dias, e que sra. oficial se encontra afastada no mesmo período em razão de licença saúde; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial Substituto; RESOLVE: Designar MARCOS LEITE RIBEIRO, brasileiro, para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde, nos termos e para os fins previstos no parágrafo 5º, do artigo 20, da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, a partir do dia 19 de novembro de 2014, pelo prazo de 15 dias. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca

Página 290

PORTARIA Nº 177/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca, datado de 05/12/2014, noticiando

que estará ausente para tratar de assuntos particulares no período de 10 a 14 de dezembro de 2014, e que sua substituta prevista no parágrafo 5º, do artigo 20, da Lei Federal nº 8.935, se encontrará no gozo de férias no período de 01/12/14 a 30/12/14; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar TATIANA GOMES ALVES FERREIRA, brasileira, para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca, nos termos e para os fins previstos no parágrafo 5º, do artigo 20, da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, no período de 10 a 14 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 46º Subdistrito Vila Formosa

Página 290

PORTARIA Nº 178/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 46º Subdistrito Vila Formosa, datado de 01/12/2014, noticiando que estará ausente para gozo de feiras no período de 12 a 28 de dezembro de 2014, e que sua substituta prevista no parágrafo 5º, do artigo 20, da Lei Federal nº 8.935, também se encontrará no gozo de férias no mesmo período; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar ESTELA MARIA DOS REIS SOUZA, brasileira, para responder pelo expediente do Registro Civil das Pessoas Naturais do 46º Subdistrito Vila Formosa, nos termos e para os fins previstos no parágrafo 5º, do artigo 20, da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, no período de 12 a 28 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista

Página 290

PORTARIA Nº 179/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista, datado de 06 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade da Juíza de Casamentos Titular e da Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 06 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar ALEXANDRA NUNES DE EÇA, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 25.857.134-2 SSP/SP, para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados no dia 06 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista

Página 290

PORTARIA Nº 180/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando os comunicados formulados pelo Sr. Oficial Substituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista, datado de 15 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade da Juíza de Casamentos Titular e da Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 12 e 13 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial Substituto; RESOLVE: Designar CLERISMAR SILVA JARDIM, brasileira, solteira, portadora do RG nº 15.437.982 SSP/SP, para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 17º Subdistrito Bela Vista, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados nos dias 12 e 13 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista

Página 290

PORTARIA Nº 181/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial Substituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista, datado de 10 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 13 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial Substituto; RESOLVE: Designar GISELLE MARIZA BARBOSA DAS NEVES, brasileira, casada, portadora do RG nº 29.880.746-4 SSP/SP, para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados no dia 13 de dezembro de 2014. Promovamse as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca

Página 290

PORTARIA Nº 182/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca, datado de 08 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 05 e 06 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar TATIANA GOMES ALVES FERREIRA, brasileira, viuva, portadora do RG nº 28.332.647-5 SSP/SP, para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados nos dias 05 e 06 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista

Página 290

PORTARIA Nº 183/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista, datado de 08 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 05, 06, 12, 13, 19, 20 e 27 de dezembro de 2014 e dias 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31 de janeiro de 2015, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar LURDES CRUZ SEDANO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 26.769.992 SSP/SP, para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados nos dias 05, 06, 12, 13, 19, 20 e 27 de dezembro de 2014 e que serão celebrados nos dias 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31 de janeiro de 2015. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista

Página 291

PORTARIA Nº 184/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito

da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala Substituta do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista, datado de 12 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 20 de dezembro de 2014 e dias 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31 de janeiro de 2015, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala Substituta; RESOLVE: Designar JOSE CLAUDINO JUNIOR, brasileiro, casado, portadora do RG nº 32.153.241-7 SSP/SP, para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados no dia 20 de dezembro de 2014 e que serão celebrados nos dias 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31 de janeiro de 2015. Promovam-se as comunicações necessárias

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista

PORTARIA Nº 185/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista, datado de 08 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 05, 06, 12, 13, 19, 20 e 27 de dezembro de 2014 e dias 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31 de janeiro de 2015, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar VANDA ZENEIDE GONÇALVES DA LUZ, brasileira, solteira, portadora do RG nº 30.374.145-4 SSP/SP, para exercer a função de Juíza de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Itaim Paulista, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados nos dias 05, 06, 12, 13, 19, 20 e 27 de dezembro de 2014 e que serão celebrados nos dias 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31 de janeiro de 2015. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Jardim São Luis

PORTARIA Nº 186/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Jardim São Luis, datado de 12 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade da Juíza de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 12 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala; RESOLVE: Designar ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, portadora do RG nº 20.104.639 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Jardim São Luis, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados no dia 12 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã

PORTARIA Nº 187/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pela Sra. Oficiala Substituta do Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã, datado de 13 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade da Juíza de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrar o casamento designado para o dia 13 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pela Sra. Oficiala Substituta; RESOLVE: Designar RENATO LOPES ZANFORLIN, brasileiro, para exercer a

função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 13º Subdistrito - Butantã, a fim de realizar o casamento que foi celebrado no dia 13 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde

Página 291

PORTARIA Nº 188/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial Substituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde, datado de 17 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para o dia 27 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial Substituto; RESOLVE: Designar AMAURY CELSO MARQUES, brasileiro, portador do RG nº 7.851.728-X SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito - Saúde, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados no dia 27 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista

Página 291

PORTARIA Nº 189/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando o comunicado formulado pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista, datado de 17 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade do Juiz de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrar o casamento designado para o dia 18 de dezembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar GISELLE MARIZA BARBOSA DAS NEVES, brasileira, casada, portadora do RG nº 29.880.746-4 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista, a fim de realizar o casamento que foi celebrado no dia 18 de dezembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão

Página 291

PORTARIA Nº 190/2014-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando os comunicados formulados pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão, datados de 15 e 17 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade da Juíza de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 02, 06 e 31 de outubro de 2014 e dias 14, 19 e 28 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar MARCIO CARLOS GALLEGO, brasileiro, casado, portador do RG nº 27.540.616-7 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados nos dias 02, 06 e 31 de outubro de 2014 e 14, 19 e 28 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Designação para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão

PORTARIA Nº 01/2015-RC - O DOUTOR RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, no uso de suas atribuições legais. Considerando os comunicados formulados pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão, datados de 15 e 17 de dezembro de 2014, noticiando a impossibilidade da Juíza de Casamentos Titular e do Suplente de Juiz de Casamentos para celebrarem os casamentos designados para os dias 04, 11, 18 e 25 de outubro de 2014 e dias 01, 08, 22 e 29 de novembro de 2014, por motivos particulares; Considerando a indicação feita pelo Sr. Oficial; RESOLVE: Designar MUNIZ DE OLIVEIRA MARCIANO, brasileiro, casado, portador do RG nº 26.264.872-6 SSP/SP, para exercer a função de Juiz de Casamentos Ad hoc, no Registro Civil das Pessoas Naturais do 44º Subdistrito Limão, a fim de realizar os casamentos que foram celebrados nos dias 04, 11, 18 e 25 de outubro de 2014 e 01, 08, 22 e 29 de novembro de 2014. Promovam-se as comunicações necessárias.

↑ Voltar ao índice

Instituição de Bem de família

1ª Vara de Registros Públicos

ADEMAR FIORANELLI, 7o Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo.

FAZ SABER, aos que o presente edital virem e interessar possa que, lhe foi apresentada a registro por, PATRÍCIA DE NICOLA DE GODOY, brasileira, psicóloga, portadora do RG. n. 22.162.437-5-SSP/SP e do CPF/MF n. 153.995.078-62 e seu marido, ADEMIR PEREIRA DE GODOY, brasileiro, administrador de empresas, portador do RG. n. 18.087.599-1-SSP/SP e do CPF/MF n. 060.181.418-50, domiciliados nesta Capital, onde residem na Rua Pantojo, n. 276, apartamento n. 61, Alto da Mooca, CEP.: 03343-000 a ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA, lavrada em 15 de agosto de 2014, livro 5114, fls. 051/054, no 11º Tabelião de Notas desta Capital e ESCRITURA DE ADITAMENTO E RETIFICAÇÃO, lavrada em 29 de setembro de 2014, livro 5124, fls. 207/208, no 11º Tabelião de Notas desta Capital, Prenotadas sob o protocolo n. 348.247, pelas quais, INSTITUEM em BEM DE FAMÍLIA, de acordo com os artigos 1711 e 1716, do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com o artigo 260 e seguintes da Lei n. 6015/73, os IMÓVEIS consistentes no APARTAMENTO n. 61, localizado no 6º andar do Edifício Scorpius, com uma área privativa de 273,66m², área comum de 122,12m², perfazendo assim a área total de 395,78m², correspondendo-lhe uma quota parte ideal equivalente a 5,265% no terreno todo e nas áreas comuns e equipamentos do edifício e os Boxes localizados no 2º subsolo do mesmo Edifício Scorpius: n. 36, consistente no local para estacionamento ou guarda de um automóvel de tamanho médio, delimitado por um retângulo de 2,40m por 5,00m, demarcado a tinta no piso, com área privativa de 17,80m², a área comum de 7,95m², perfazendo assim, a área total de 25,75m², correspondendo-lhe uma quota parte ideal equivalente a 0,341% no terreno todo e nas áreas comuns e equipamentos do edifício; n. 37, consistente no local para estacionamento ou guarda de um automóvel de tamanho médio, delimitado por um retângulo de 2,40m por 5,00m, demarcado a tinta no piso, com área privativa de 12,00m², a área comum de 5,35m², perfazendo assim, a área total de 17,35m², correspondendo-lhe uma quota parte ideal equivalente a 0,231% no terreno todo e nas áreas comuns e equipamentos do edifício e n. 38, consistente no local para estacionamento ou guarda de um automóvel de tamanho médio, delimitado por um retângulo de 2,40m por 5,00m, demarcado a tinta no piso, com área privativa de 12,00m², a área comum de 5,35m², perfazendo assim, a área total de 17,35m², correspondendo-lhe uma quota parte ideal equivalente a 0,231% no terreno todo e nas áreas comuns e equipamentos do edifício, todas as unidades autônomas localizadas no Edifício Scorpius, situado na Rua Pantojo n. 276, no 33º Subdistrito - Alto da Mooca. Ditos imóveis foram adquiridos pelos outorgantes instituidores por compra de SIDNEY DE CARVALHO GUIMARÃES e sua mulher VALQUÍRIA DE ARAÚJO GUIMARÃES, por Instrumento Particular com força de escritura pública de 03 de junho de 2005, mencionado no R.06, de cada uma das Matrículas n.s 63.705, 63.751, 63.752 e 63.753 deste 7º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, respectivamente. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na Imprensa Oficial e em outro jornal de circulação diária de São Paulo, reclamar contra a mesma instituição, por escrito, perante este 7o Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, situado na Rua Augusta n. 356, no horário das 9:00h às 16:00h. São Paulo, 29 de setembro de 2014. O Oficial ADEMAR FIORANELLI.

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0004867-76.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ZELINDA ANTONIA CARMONA - Vistos. Ciência da vinda dos autos. Cumpra-se o v. Acórdão. Ao arquivo. - ADV: SIMARQUES ALVES FERREIRA (OAB 77841/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0016648-95.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - G.M.S. - VISTOS.
Cuida-se de procedimento de restauração de assento de nascimento de interesse de Guilherme Murilo Santos, representado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Foi proferida sentença autorizando a restauração do assento de nascimento do interessado, fls. 41/42. Sobreveio a informação de que o registro de nascimento do interessado, lavrado junto à serventia da comarca de Itaparica-BA, foi encontrado, sendo constatado erro quanto ao nome da genitora, bem como dos avós maternos fls. 60/65. A representante do Ministério Público ofereceu manifestação (fls. 66) requerendo o cancelamento do registro lavrado em segundo lugar, bem como concordando com o pedido de retificação quanto aos nomes da genitora e dos avós maternos. É o breve relatório. DECIDO. Consta dos autos que foi lavrado em duplicidade o assento de nascimento de Guilherme Murilo Santos, primeiramente junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca de Itaparica-BA em 25 de junho de 1950, sob o nº 1335610155 1960 1 00028 256 0003473 75 constando o nome da genitora como Gilda Santos Pereira e dos avós maternos como Paulo Santos Pereira e Conrada Santos Pereira (fls. 53). Posteriormente lavrado junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Alpercata- MG, em razão da determinação da sentença de fls. 41/42. À vista da duplicidade de assentos, deve ser cancelado aquele lavrado em segundo lugar, em respeito ao princípio da anterioridade, de modo a prevalecer o assento primitivo. Diante do exposto, e com a concordância da representante do Ministério Público, determino o cancelamento do assento nascimento de Guilherme Murilo Santos, lavrado junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de AlpercataMG,. Quanto ao assento lavrado em primeiro lugar, determino a retificação para que conste o nome da genitora como Gilda Oliveira dos Santos e dos avós maternos como Paulo Tito dos Santos e Conrada Eduvirgens dos Santos. Com cópia da presente decisão, oficie-se ao Juízo Corregedor Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas da comarca de AlpercataMG, para que adote as providências necessárias quanto ao cancelamento do registro de nascimento lavrado em segundo lugar, bem como oficie-se ao Juízo Corregedor Permanente da comarca de Itaparica BA para que adote as providências necessárias quanto à retificação do registro de nascimento. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário, servindo esta sentença como mandado. Ciência ao interessados e ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. R.I.C. - ADV: PAULO ARTHUR ARAUJO DE LIMA RAMOS (OAB 252022/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0025144-16.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. e outro - R.P. e outro - Fl. 155: Ciente. Aguarde-se a audiência designada. Int. - ADV: IVAN CARLOS RIBEIRO (OAB 35290/SP), PAULO ALVES DOS ANJOS (OAB 149024/SP), SULIVAN LINCOLN DA SILVA RIBEIRO (OAB 225532/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0030843-85.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S.L. - M.O.S. - Vistos. Ciência ao Ministério Público e ao interessado. Após, ao arquivo. Intimem-se. - ADV: ADRIANA ALVES MIRANDA (OAB 158443/SP)

↑ Voltar ao índice

Impugnação ao Valor da Causa - Registro de Imóveis

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0033089-20.2014.8.26.0100 - Impugnação ao Valor da Causa - Registro de Imóveis - Líbero Palmo de Gori e outros - Manoel Custódio de Sousa - Vistos. Trata-se de impugnação ao valor da causa oposta por LIBERO PALMO DE GORI e outros, em face de MANOEL CUSTÓDIO DE SOUZA. Sustenta o impugnante que o impugnado requereu a usucapião de um terço do lote usucapiendo. Assim, o correto valor da causa deveria ser arbitrado em um terço do valor do imóvel à época da propositura da ação, totalizando a quantia de R$ 20.181,00. O impugnado manifestou-se requerendo o arbitramento do valor da causa em R$ 38.912,00, o que corresponderia ao quinhão do imóvel que o autor pretende usucapir no processo principal (fl. 31). Juntou declaração do valor venal do imóvel (fl. 32). O documento juntado pela impugnada permite esclarecer que à época da proposição do processo principal, o valor venal da totalidade do lote correspondia à importância de R$ 116.438,00. Portanto um terço deste valor corresponde à importância de R$ 38.912,00. Ante o exposto, acolho em parte a presente impugnação para estabelecer o valor da causa em R$ 38.912,00. Anote-se nos autos principais. Int. - ADV: LISANDRA CRISTIANE GONÇALVES (OAB 200659/SP), MARINA GIANGIACOMO BONILHA (OAB 234751/SP)

↑ Voltar ao índice

Impugnação de Assistência Judiciária - Registro de Imóveis

Página 277

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0033098-79.2014.8.26.0100 - Impugnação de Assistência Judiciária - Registro de Imóveis - Líbero Palmo de Gori e outros - Manoel Custódio de Sousa - Vistos. Trata-se de Impugnação à Assistência Judiciária oposta por LIBERO PALMO DE GORI e outros, em face de MANOEL CUSTÓDIO DE SOUZA. Sustenta o impugnante que o impugnado não comprovara suficientemente sua hipossuficiência, motivo pelo qual requereu a suspensão do benefício da assistência judiciária gratuita. No entanto, de acordo com as regras de distribuição do ônus da prova, o impugnante deveria provar os fatos alegados por si, o que não ocorreu, uma vez que este não fundamentou suas alegações com base em documentação suficiente para sustentar o provimento de seu pleito. Não obstante, o requerido ainda trouxe aos autos comprovação de que não declarou Imposto de Renda nos exercícios de 2013 e 2014. Portanto, a presente impugnação deve ser rejeitada. Ante o exposto, rejeito a presente impugnação. Int. - ADV: MARINA GIANGIACOMO BONILHA (OAB 234751/SP), LISANDRA CRISTIANE GONÇALVES (OAB 200659/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 278

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0038355-90.2011.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S.A.M. - VISTOS.
Cuida-se de expediente instaurado a partir de comunicação encaminhada pelo 33º Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais - Alto da Mooca, da Capital, informando Investigação Preliminar da Polícia Civil do Estado de São Paulo sobre cartão de assinatura em nome de Edson Fukuyama depositado na serventia extrajudicial, mediante utilização de Carteira Nacional de Habilitação falsificada; lavratura de escritura pública de procuração, no Livro 235, páginas 057/059, tendo como objeto alienação de imóvel; bem como lavratura de procuração pública junto ao Oficial de Registro Civil das Pessoas naturais e Tabelião de Notas de Embu-Guaçu/SP. Ouvido Mituaqui Fukuyama, genitor de Edson Fukuyma, às fls. 63/65. Após diligências, a representante do Ministério Público manifestou-se conclusivamente pelo arquivamento do feito (fls. 75/75-verso). É o breve relatório. DECIDO. Depreende-se dos autos que foi detectada falsidade na abertura do cartão de assinatura de Edson Fukuyama, depositado em 15 de abril de 2009, bem como na lavratura de escritura pública de procuração (fls. 06/07), certo que foi apresentado documento de identidade forjado, consistente na Carteira Nacional de Habilitação nº 01888287120, emitida pelo DETRAN/SP. Oficiado para informar se a CNH/SP apresentada para abertura de firma e outorga de procuração pública era verdadeira, o DETRANSP, confrontando seus arquivos com cópia da CNH apresentada na serventia extrajudicial, esclarece que consta emissão para o RENACH 069320284 em nome de Edson Fukuyama (fl. 71), juntando informações constantes de seu banco de dados às fls. 72/74. Em que pese estarem corretos diversos dados constates na CNH em análise, conforme manifestação do DETRANSP, forçoso convir que o documento apresentado junto à serventia extrajudicial era falso, uma vez que as fotos constantes do cadastro junto ao DETRAN-SP (fl. 72) e da cópia da CNH apresentada na serventia extrajudicial não são da mesma pessoa, bem como não consta dos registros do DETRAN-SP emissão de CNH na data de 15 de junho de 2005, conforme data de emissão do documento de fl. 05. Em audiência de oitiva, Mituaqui Fukuyama, genitor de Edson Fukuyma, a fl. 64, afirmou que seu filho não se encontrava no Brasil nas datas da lavratura dos atos notariais, uma vez

que Edson mora no Japão desde 2006, bem como que a assinatura aposta no documento de fl. 07 não pode ser atribuída ao seu filho. Ao cabo da dilação probatória ordenada, os elementos probatórios coligidos nos autos não autorizam a formação de convencimento judicial no sentido de que a falsidade urdida deva ser debitada à conduta da unidade correcionada, inexistindo, assim, responsabilidade funcional a ser apurada no âmbito do poder censório-disciplinar. Em que pese a realização dos atos, verifica-se que não há indícios convergindo no sentido de que a serventia correcionada tenha concorrido diretamente para o ato fraudulento engendrado. A Oficial Registradora, tão logo ciente da investigação no âmbito da Polícia Civil do Estado de São Paulo, comunicou o ocorrido à Corregedoria Permanente, requerendo autorização para suspender expedição de certidão ou informação referente ao instrumento de mandato outorgado, bem como a suspensão da utilização das fichas-padrão para fins de reconhecimento de firma, demonstrando transparência e responsabilidade. Bem por isso, a hipótese dos autos não dá margem à adoção de providência censório-disciplinar em
relação ao serviço correcionado, não se vislumbrando responsabilidade funcional apta a ensejar a instauração de procedimento administrativo. No âmbito desta Corregedoria Permanente, fica determinada a proibição para expedir certidão tendo por objeto o aludido ato notarial (fl. 06/07), e ainda, determinado o bloqueio das fichas-padrão utilizadas para a prática do ato (fl. 05 e 08/14).
Por fim, à míngua de medida correcional a ser instaurada, certo que já adotadas medidas no âmbito registrário, determino o arquivamento dos autos. Com cópias das fls. 63/64 e desta Sentença, oficie-se ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas de Embu-Guaçu/SP, conforme requerido pelo Ministério Público (fl. 75-verso). Ciência à Oficial Registradora e ao Ministério Público. R.I.C. - ADV: ALEXANDRE VALDARNINI (OAB 267046/SP), MAURICIO INAFUKO (OAB 287603/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0039167-98.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Marcio Rodrigues Luiz - Vistos. Defiro o prazo de 60 (sessenta) dias. Objetivando zelar pela razoável duração do processo, somente se deferirá nova prorrogação se especifica e concretamente justificado eventual pedido. Int. - ADV: ANGELA TERESA MARTINS (OAB 58828/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0040821-52.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - M.A.S. e outro - Vistos. Trata-se de expediente de averbação de reconhecimento de paternidade instaurado pela Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 48º Subdistrito Vila Cachoeirinha, Capital, envolvendo interesse da menor Giovanna

Batista da Silva, filha de Tatiana da Silva, já falecida. O pedido formulado no requerimento inicial não comporta acolhimento, de sorte que, no âmbito administrativo, inviável mesmo o reconhecimento da paternidade, na forma requerida. Com efeito, a matéria versada nos autos caracteriza que a menor Giovanna Batista da Silva se encontra sob a tutela de Maria Aparecida da Silva conforme se infere do documento a fls. 10/11, tendo em vista o superveniente falecimento da genitora Tatiana da Silva. Portanto, o reconhecimento da paternidade almejado deverá ser feito no bojo da ação de tutela. Por conseguinte, acolho a manifestação da representante do Ministério Público (fls. 17) e determino a remessa dos autos à 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional XII- Nossa Senhora do Ó, Capital, observadas as cautelas necessárias. - ADV: DIONE RIBEIRO BASILIO (OAB 237801/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 279

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0042320-42.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Wagner Frencl - Ao Ministério Público. - ADV: FABIANE FELIX ANTUNES (OAB 203495/SP)

↑ Voltar ao índice

Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS

Página 280

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0045262-13.2013.8.26.0100 - Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS - Carmem Santos Silva - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor, para declarar nula a r. sentença proferida nos autos da ação de usucapião acima indicada e seus respectivos efeitos registrários, extinguindo o processo com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a requerida ao pagamento de custas, despesas processuais e verba honorária ao patrono da autora, esta última fixada, por equidade, em R$ 1.000,00, observada, a gratuidade da Justiça. Com o trânsito em julgado, certifique-se o teor da presente sentença nos autos da ação de usucapião. Por cautela, a matrícula do bem permanecerá bloqueada até solução definitiva da ação de usucapião. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certifico e dou fé que em caso de recurso deverá ser recolhido 2% do valor dado à causa (R$ R$ 1.590,70), sendo que o mínimo são 05 UFESPs (Lei 11.608, artigo 4º, inc. II, § 1º). Certifico ainda que o valor do porte de remessa ao Tribunal de Justiça é R$ 32,70 por volume, a ser pago em guia própria à disposição no Banco do Brasil. (Provimento 833/04 do CSM). - ADV: ADRIANO ELIAS OLIVEIRA (OAB 222779/SP), WELESSON JOSE REUTERS DE FREITAS (OAB 160641/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 281

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0050202-84.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - D.R.C. e outro - VISTOS. Cuida-se de expediente instaurado a partir de petição relacionada com procedimento de habilitação de casamento, em curso perante o Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do 31º Subdistrito - Pirituba, de interesse de Dijean Ribeiro Cardoso e Sabrina da Costa de Gouveia Teixeira, que objetivam a dispensa dos proclamas. O procedimento, distribuído em 17 de dezembro de 2014, busca a dispensa dos proclamas, com vistas a viabilizar a realização do casamento previsto para o próximo dia 20 de dezembro de 2014. O representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (cf. fls. 34). É o relatório. DECIDO. Sem embargo das razões aduzidas pelos requerentes, verifica-se que a hipótese não reclama o abrandamento do rigor formal, em relação à dispensa dos proclamas. "O proclama (nome clássico do edital anunciando a intenção dos nubentes) é forma de publicidade ativa, destinada a, transitoriamente, dar ciência a todos do povo que duas pessoas querem casar-se, propiciando ensejo de serem denunciados os impedimentos. O proclama deve referir, pelo menos: nome, data e local de nascimento, estado civil e domicílio dos pretendentes, nome de seus pais. O registro de proclama é escriturado cronologicamente, com resumo do que constar dos editais expedidos pelo registrador ou recebidos de outros (arts. 43 e 44)." (in Lei de Registros Públicos Comentado, Walter Ceneviva, 2006, 17ª ed., p. 172/173). No caso em exame, os requerentes ultimaram os detalhes envolvendo o lado social da celebração (expediram convites, contrataram serviços de buffet para celebração do casamento, e têm viagem internacional marcada), descuidando dos aspectos formais e legais. Não se deve perder de vista, ainda, que a simples alegação de urgência (cf. fls. 03), não constitui hipótese apta a autorizar a concessão da dispensa, em quadro onde a solenidade e o formalismo deverão prevalecer sobre os interesses e as conveniências pessoais dos nubentes. A celebração do casamento é precedida de formalismo e solenidade, no intento de melhor aquilatar a aptidão jurídica dos nubentes. Ademais, não há referência a respeito de iminente risco de vida, fato que justificaria a configuração da urgência para a imediata celebração do casamento, tampouco justificativa plausível para abrandar o rigor do formalismo legal. Em suma, a matéria posta em controvérsia não autoriza a concessão da dispensa, visto que não configurada as hipóteses previstas no artigo 69 da Lei de Registros Públicos, tampouco a regra de exceção disposta no artigo 1.527, parágrafo único, do Código Civil. Assim, em face da impugnação ministerial (fls. 34), ausentes os pressupostos legais, rejeito o pedido de dispensa formulado pelos contraentes e determino o prosseguimento do procedimento de habilitação de casamento até seus ulteriores termos, observadas as formalidades legais, notadamente quanto às publicações dos proclamas. Defiro a gratuidade da justiça requerida, nos termos da Lei n. 1.060/50. Intimem-se. R.I. - ADV: LUIS MANUEL BITTENCOURT DE GOUVEIA (OAB 256739/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0056575-39.2011.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ivan Nagute e outros - Vistos. Trata-se de pedido de providências adicionais requeridas após o pleito inicial ter sido julgado procedente, ao argumento de que os registros estariam trazendo problemas aos requerentes, uma vez que o Oficial do Cartório de Registros, realizara também a correção do nome dos ancestrais de seus ancestrais. Requer, portanto a expedição de ofício para retificação. O pleito não pode ser acolhido uma vez que o

atendimento ao pedido vai de encontro ao decidido na sentença de fls. 157/158, com base no pedido formulado pelo autor, notadamente aquele constante na emenda à inicial (fl. 71/73), não se vislumbrando, neste particular, qualquer equívoco do Ofício de Registro Civil. Vale dizer, ainda, que não há qualquer pedido para que o nome de Julianne Campos Noguchi fosse alterado para Julianne de Campos Noguchi (fls. 2/8 e 71/73). Portanto, REJEITO o pedido formulado pelos autores. Int. - ADV: SILVIA CORREA DE AQUINO (OAB 279781/SP), JOÃO CARLOS PASCHOALINO MARCIANO LOPES (OAB 299462/SP), FABIANA MAXIMINO (OAB 329980/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0058171-87.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ewerson Palacio - Vistos. Recebo os embargos, pois satisfeitos os requisitos de admissibilidade para tanto. Rejeito-os, contudo, por não identificar na decisão vergastada nenhum dos vícios enumerados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Com efeito, a decisão não padece de omissão, eis que foram apreciadas todas as questões relevantes para o devido e adequado pronunciamento jurisdicional. Por outro lado, inexiste contradição entre os fundamentos adotados na sentença e seu dispositivo. Também não há que se falar em obscuridade, pois a sentença foi vazada em termos plenamente inteligíveis. Ressalto oportunamente que o Direito Registral é regido pelos princípios da publicidade e da verdade real, exigindo informações precisas, observando-se, ainda, a anterioridade dos registros, no caso o assento de nascimento do autor (fls. 107). Por fim, reputo oportuno ponderar que a mera discordância com o conteúdo do provimento jurisdicional (o que é compreensível e possibilita o ingresso na via recursal adequada) não significa e muito menos caracteriza obscuridade, contradição e omissão. Ante todo o exposto, deixo de acolher os embargos opostos, mantendo a sentença guerreada por seus próprios fundamentos. Int. e Ciência ao MP. - ADV: SANDRA JACUBAVICIUS (OAB 203818/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0348222-05.2009.8.26.0100 (100.09.348222-0) - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Larissa Celeste da Silva - Vistos. Concedo o prazo suplementar de dez dias para integral cumprimento da decisão de fls. 48. - ADV: MARA DOLORES BRUNO (OAB 67821/SP)

↑ Voltar ao índice

Habilitação de Casamento

Página 287

2ª Vara de Registros Públicos

Processo 0045878-51-2014 Habilitação de Casamento RCPN D O L. A questão posta em controvérsia, a partir do recurso ofertado pelos nubentes contra a decisão do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Sapopemba, diz respeito à incidência, ou não, do benefício da gratuidade requerido pelo casal, mediante invocação do artigo 1512, parágrafo único do Código Civil, que contempla aos declarados pobres a isenção de selos, emolumentos e custas, no processamento da habilitação de casamento, no registro e na primeira certidão. Sem embargo da ausência de um teto de renda fixado na legislação, para conferir ao usuário a isenção, tenho que, no caso em exame, a alegada pobreza foi infirmada, em quadro onde não se justifica o processamento de habilitação para o casamento com a dispensa, conforme bem evidenciou o oficial registrador na manifestação de fls. 22/31, que foi acolhida pelo Ministério Público (fl. 49). Frise-se que os contraentes auferem vencimentos de mais de dois mil reais cada um (fl. 07), montante que não induz à configuração do estado de pobreza, tanto que não estão isentos de recolher, por exemplo, Imposto de Renda na Fonte. Assim, indefiro o pedido formulado pelos interessados.
Ciência aos interessados, ao Oficial e ao Ministério Público. P.R.I.C.

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1023097-18.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JUAN GABRIEL VELASQUEZ MARTINEZ - Os documentos apresentados demonstram o erro indicado que, bem por isso, deve ser corrigido, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos. Diante do exposto, julgo procedente o pedido e determino a retificação do assento, como requerido na inicial e aditamentos a fls. 28/30 e 95/97. Custas pela parte autora. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Coordenadora, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: TANIA REGINA PEDRO (OAB 69805/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1024108-82.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Ruth Lopes Carpinteiro - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: PAULA DONIZETI FERRARO (OAB 92382/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1024108-82.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome
- Ruth Lopes Carpinteiro - que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser
comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: PAULA DONIZETI FERRARO (OAB 92382/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1033407-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - THAISA NICOLE JULIÃO CARERA - Vistos. Defiro o prazo de 05 (cinco) dias. Objetivando zelar pela razoável duração do processo, somente se deferirá nova prorrogação se especifica e concretamente justificado eventual pedido. Int. - ADV: MIGUEL RUSSO (OAB 149955/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1059371-78.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Wu I Chun - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: CAMILA CHAVES SANT'ANNA (OAB 193329/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1059784-91.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - SILVINHA DIAS FERREIRA - Vistos. Defiro a cota retro. Cumpra a parte autora. - ADV: MARCOS ROBERTO FERREIRA DE SOUZA (OAB 293440/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1066810-43.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MOACIR APARECIDO AMANCIO e outro - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1067465-15.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Jefferson da Conceição Coutinho - Vistos. Defiro o prazo de 10 (dez) dias. Objetivando zelar pela razoável duração do processo, somente se deferirá nova prorrogação se especifica e concretamente justificado eventual pedido. Int. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - DIREITO CIVIL

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1069002-46.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - DIREITO CIVIL - EDUARDO DA SILVA RESSUREIÇÃO - Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido nos termos da inicial Custas à parte autora. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: LEONARDO HAYAO AOKI (OAB 124069/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1071334-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - BRUNA BOSCOLO ALCALÁ e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1071334-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - BRUNA BOSCOLO ALCALÁ e outros - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1076842-10.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - ALICE ALVES DE SOUZA - Vistos. Defiro a cota retro. Oficie-se. - ADV: IZILDA APARECIDA DE LIMA (OAB 92639/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1078204-47.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Helio Cesar Perini Rosas e outro - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: SHEILA MEZZARANO (OAB 71120/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1078204-47.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Helio Cesar Perini Rosas e outro - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: SHEILA MEZZARANO (OAB 71120/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1083770-74.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - APARECIDA NICASSIO DA SILVA e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: MARCELO DE OLIVEIRA MACEDO RODA (OAB 337140/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1083770-74.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - APARECIDA NICASSIO DA SILVA e outros - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: MARCELO DE OLIVEIRA MACEDO RODA (OAB 337140/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1083808-86.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - KAREN CHRYSTINA ZUCHETTO e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 288

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1083808-86.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - KAREN CHRYSTINA ZUCHETTO e outros - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1094834-81.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - ADEILZA TEREZA DA FONSECA - Defiro à autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Intime-se a requerente para que se manifeste sobre a cota de fls. 33/35. - ADV: CARMEN LUCIA MENDONCA DE OLIVEIRA (OAB 46154/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1095685-23.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ARTHUR TADEU DE ASSIS e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: NUBIA CHRISTINA DA MATTA AGOSTINI CAVALHER DE SOUZA (OAB 291990/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1095685-23.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ARTHUR TADEU DE ASSIS e outros - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: NUBIA CHRISTINA DA MATTA AGOSTINI CAVALHER DE SOUZA (OAB 291990/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1098066-04.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Paula Franco Nazato e outros - Paula Franco Nazato - - Paula Franco Nazato - - Paula Franco Nazato - - Paula Franco Nazato - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: PAULA FRANCO NAZATO (OAB 305875/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1098066-04.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Paula Franco Nazato e outros - Paula Franco Nazato - - Paula Franco Nazato - - Paula Franco Nazato - - Paula Franco Nazato - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: PAULA FRANCO NAZATO (OAB 305875/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1103556-07.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - MARIA VIOLADA GARCIA - Vistos. Intime-se a parte autora para que providencie, nos termos da cota do Ministério Público, no prazo de 10 dias. - ADV: VALDIR GONÇALVES DO REGO (OAB 108742/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1104482-85.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - MARIA DE LOURDES VIANNA VAN ACKER - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: ARNALDO VUOLO (OAB 54651/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1109617-78.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Verônica Freitas Einloft - HOMOLOGO a desistência formulada a fls. 38, para os fins do art. 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, na forma do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora, sendo indevidos honorários advocatícios na espécie. Certificado o trânsito em julgado, defiro o desentranhamento dos documentos trazidos aos autos, mediante cópia. Oportunamente, arquivem-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. - ADV: JOAO CARLOS DE SOUSA FREITAS JUNIOR (OAB 239623/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1110853-65.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Thaylise Horita - Vistos. A inexistência de vara especializada de registros públicos não tem o condão de afastar a competência do Foro Regional de Jabaquara. Cumpra-se a decisão de fls. 41. - ADV: DONALD DONADIO DOMINGUES (OAB 250808/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1111057-12.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil

das Pessoas Naturais - Verônica Freitas Einloft - Vistos. Defiro a cota retro do Ministério Público. Int. - ADV: JOAO CARLOS DE SOUSA FREITAS JUNIOR (OAB 239623/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1113468-28.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Nazima Daher Daud - Vistos. Defiro a cota retro. Cumpra a parte autora e oficie-se. - ADV: CESAR EDUARDO BECHARA ARB CAMARDO (OAB 132693/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1116276-06.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito - Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo - Chevra Kadisha - Vistos. Providencie-se nos termos da cota ministerial de fls. 22. Após, ao MP e conclusos para as deliberações pertinentes. Int. - ADV: GIULIO CESARE CORTESE (OAB 124692/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1120156-06.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - P.P.C.G. - Vistos. Diligencie-se nos termos da cota ministerial retro, a qual acolho. - ADV: ROSEMARY DA PENHA FIGUEIRA MENEZES (OAB 105527/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1123684-48.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - VENUSTA OLIVA COURI - Vistos. Manifestem-se os Tabeliães. - ADV: EDUARDO ARRAES BRANCO AVELINO (OAB 283187/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1129404-93.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.L. e outros - Vistos.Ao Ministério Público. Após, tornem conclusos. - ADV: ALEXANDRE BERTHE PINTO (OAB 215287/SP), DANILO GONÇALVES MONTEMURRO (OAB 216155/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 289

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 1129404-93.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.L. e outros - Pelos fundamentos expostos, defiro a lavratura do assento de nascimento da criança cuja DNV está às fls. 60, determinando que Reynaldo Lazzarato e Thelma Fernandez Laskani figurem como seus respectivos pais, observadas as formalidades necessárias, servindo esta sentença como mandado. Ao Oficial para cumprimento da decisão, após o transcurso do prazo para recurso. Ciência aos interessados e ao Ministério Público. Comunique-se a decisão à Egrégia

Corregedoria Geral da Justiça, encaminhando-se cópia desta decisão. P.R.I. e C. - ADV: ALEXANDRE BERTHE PINTO (OAB 215287/SP), DANILO GONÇALVES MONTEMURRO (OAB 216155/SP)

↑ Voltar ao índice

Procedimento Ordinário - Retificação de Área de Imóvel

Página 965

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0020951-89.2012.8.26.0100 - Procedimento Ordinário - Retificação de Área de Imóvel - Dercy Nifoci Machado - Municipalidade de São Paulo na pessoa de seu representante legal - Vistos. Fls. 802/804: Defiro o prazo suplementar de 60 (sessenta) dias para manifestação da Municipalidade. Ressalte-se que eventual pedido de dilação de prazo, deverá ser feita por petição devidamente fundamentada, a fim de se evitar a procrastinação desnecessária do feito. Com a juntada da manifestação, cumpra-se a parte final do despacho de fl.798. Int. (CP 153) - ADV: ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 968

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0038497-60.2012.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - Municipalidade de São Paulo - Vistos. Expeça-se mandado de intimação à Caixa Econômica Federal para apresentação de impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada da manifestação, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. (CP 294) - ADV: CARLOS EDUARDO LAPA PINTO ALVES (OAB 240573/SP), OLIVIA FERREIRA RAZABONI (OAB 220952/SP), CLAUDIO YOSHIHITO NAKAMOTO (OAB 169001/SP), LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 968

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0038497-60.2012.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - Municipalidade de São Paulo - Vistos. Tendo em vista a certidão de fl. 293vº, defiro a intimação da CEF através de seus procuradores constituídos nestes autos pela imprensa. Realizadas as anotações do nome dos patronos no sistema SAJ, republique-se o despacho de fl.293. Int. (CP 294) - ADV: LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), OLIVIA FERREIRA RAZABONI (OAB 220952/ SP), CARLOS EDUARDO LAPA PINTO ALVES (OAB 240573/SP), CLAUDIO YOSHIHITO NAKAMOTO (OAB 169001/SP)

↑ Voltar ao índice

Incidente de Falsidade - Registro de Imóveis

Página 968

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0040381-61.2011.8.26.0100 - Incidente de Falsidade - Registro de Imóveis - CARLOS ALBERTO DE SYLOS - LINDEMBERG COELHO DOS SANTOS - Fls. 195/196: Defiro o solicitado pela n. Perita, intime-se os requerentes, os requeridos bem como Amauri Batista de Lima Júnior para que se manifestem acerca do solicitado. Prazo de 10 dias. Int. USUC 911 - ADV: NIVALDO JOSE DO NASCIMENTO (OAB 106160/SP), GUSTAVO ALVES RIBEIRO (OAB 300968/SP), YARA AKEMI YAMANAKA (OAB 301019/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 968

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0041284-28.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Nadia Garcia - - os autos aguardam que o procurador da autora regularize a petição de fls. 166/167, que não está assinada. - PJV-206 - ADV: CELIO EVALDO DO PRADO (OAB 48674/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

Página 968

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0045867-56.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Eros Negrão Azevedo e outro - Vistos. Fls. 124: defiro o prazo de 60 dias. Int. PJV-20 - ADV: JORGE NELSON BAPTISTA (OAB 100848/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 969

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0050143-14.2005.8.26.0100 (000.05.050143-7) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Etel Aksenfeld Liberman Fernandes e outros - Betancourt Empreendimentos e Participações Ltda e outros - 1 - Ocorrido

o depósito do valor descrito na memória de cálculo de fls. 747, DECRETO a extinção da presente execução, nos termos do art. 794, I, do CPC. 2 Defiro o seu levantamento pela parte credora. 3 Após, com anotações e providência de praxe, arquivem-se os autos. P.R.I. PJV 31 - ADV: CLAUDINEU DE MELO (OAB 5514/SP), WALTER CENEVIVA (OAB 10008/SP), CLAUDINEU DE MELO (OAB 35514/SP), MARCELO ROITMAN (OAB 169051/SP), RICARDO PALMA DE FIGUEIREDO (OAB 114307/SP), WALTER CENEVIVA (OAB 10008/SP), WALTER CENEVIVA (OAB 10008/SP), FLAVIO PARREIRA GALLI (OAB 66493/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0051163-93.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Jodniz Cerchiaro - Lurdes de Carvalho Cerchiaro - Municipalidade de São Paulo na pessoa de seu procurador - Vistos. Fls. 179: Anote-se. Aprovo o assistente técnico indicado pelos requerentes, qual seja, o srº Luciano de Carvalho Cerchiaro, bem como os quesitos apresentados à fl.180, ficando o perito livre para deixar de responder itens que sejam mera repetição de quesito anterior. Por fim, manifestem-se os requerentes, no prazo de 10 (dez) dias acerca da estimativa dos honorários periciais (fls.181/182). Int. (CP 361) - ADV: SERGIO DONIZETTI SIECOLA (OAB 264273/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - 9 ° Oficial de Imoveis da Comarca da Capital

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0065836-57.2013.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 9 ° Oficial de Imoveis da Comarca da Capital - Auto Posto Mello Peixoto Ltda - Vistos. Tendo em vista a decisão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura (fls.127/137), que por maioria negaram provimento ao recurso interposto pelo suscitado, mantendo-se o óbice registrário, nada mais a ser decidido. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 357)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0072201-30.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 13º Oficial de Registro de Imóveis - Comercial Y.t. S/A - Vistos. Tendo em vista a decisão da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça (fls. 115/120) que deu provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, reformando consequentemente a sentença de fls. 61/65, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo

requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 412)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS

Página 975

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0129725-24.2009.8.26.0100 (100.09.129725-1) - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Tivoli Empreendimentos e Participações Ltda - Vistos. 1) Fls. 545/546: defiro o prazo de 10 dias à Municipalidade de São Paulo para se manifestar nos autos. 2) Fls. 549: indefiro a carga dos autos, tendo em vista tratar-se de prazo comum. Porém, defiro a carga pelo período de 60 minutos, nos termos do art. 40, §2º, do CPC. 3) Após, as manifestação supra, ao perito para que esclareça acerca do alegado pela Municipalidade de São Paulo (fls. 550/553). Int. PJV-16 - ADV: MARCELO ROITMAN (OAB 169051/SP), AMANDA RAMOS DA SILVA (OAB 178453/SP), MARCELO LAMANNA DE CAMPOS MAIA DÓRIA (OAB 194560/SP), LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), ANTONIO AUGUSTO POMPEU DE TOLEDO (OAB 28932/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 981

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0169844-27.2009.8.26.0100 (100.09.169844-6) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Lucy Apparecida Leite dos Santos Nogueira - Municipalidade de São Paulo e outro - 1-De fato, para que não haja alegação de futura nulidade (insanável), prossiga-se com a citação dos titulares e/ou sucessores, da transcrição n. 60.655 do 14o RISP, inclusive, considerando as informações de fl. 310. 2-Por ora, fica sustada a eficácia da sentença de fl. 297/298. I. PJV 35 - ADV: IZILDA APARECIDA DE LIMA (OAB 92639/SP), IARA APARECIDA MAGALHAES DE MELO COSTA (OAB 158489/SP), LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), PERCIVAL MAYORGA (OAB 69851/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 989

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0635727-65.2000.8.26.0100 (000.00.635727-0) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - I.S.C.C. e outros - 1-Antes, para que seja possível a penhora on line, necessário que a parte exequente traga o nome completo e CPF/ CNPJ da(s) pessoa(s) que deverá(ão) se submeter à constrição. 10 dias. I. PJV 247 - ADV: MARCIO DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 19194/SP), LUCIANO SOARES (OAB 38140/SP), ERIC OURIQUE DE MELLO BRAGA GARCIA (OAB 166213/SP), FLAVIANO ADOLFO DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 267147/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

Página 990

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0018206-73.2011.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Thomas John Adolphe Regine Joseph Decoene - Fl. 32: Esclareça o autor o pedido formulado, uma vez que o mandado fora regularmente expedido e retirado (fl. 30-v). - ADV: GUSTAVO GUINE SPIROPULOS (OAB 329995/SP), VANESSA DA SILVA SAYED (OAB 237190/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 991

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0025144-16.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. e outro - R.P. e outro - Vistos. Designo audiência para oitiva das testemunhas de defesa para o dia 03 de fevereiro de 2015 às 15:00 horas. Informe o Sr. Oficial se a testemunha residente na comarca de Osasco comparecerá espontaneamente ou se pretende expedição de carta precatória para a realização da oitiva. Após conclusos. - ADV: IVAN CARLOS RIBEIRO (OAB 35290/SP), SULIVAN LINCOLN DA SILVA RIBEIRO (OAB 225532/SP), PAULO ALVES DOS ANJOS (OAB 149024/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 991

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0025710-28.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.F.C.B. - Vistos. Arquivem-se, com as cautelas de praxe. Intimem-se. - ADV: SONIA OLGA COLLETTI DONOSO DE BARROS (OAB 55674/SP), JEANE MARCON DE OLIVEIRA (OAB 53204/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 992

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0031665-40.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - J.V.R.P. - C.A.C.C. e outro - Vistos. Por intermédio da Portaria CP 88/2014-RCPN, editada por esse Juízo, instaurou-se processo administrativo contra o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais º Subdistrito, da Capital, C A C C, sendo-lhe imputada a prática de faltas funcionais consistentes em: não emissão de recibos ou emissão sem especificação das parcelas, não identificação dos atos praticados para o lançamento da receita, ausência de informações no Portal Extrajudicial, no período de abril de 2013 a abril de 2014, o não recolhimento de emolumentos devidos ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça e do Estado e à Santa Casa, aplicação de Tabelas de custas antigas no recolhimento de emolumentos, recolhimento de emolumentos com atraso sem os acréscimos legais, lançamentos equivocados e ou omissões de valores no Livro Diário de Receitas e Despesas (a fls. 02/02-f). O Oficial foi citado e interrogado (fls. 816), deixando transcorrer “in albis” o prazo conferido, sem a apresentação de defesa prévia (fls. 819). Pela manifestação de fls. 822/837, vieram aos autos as alegações finais deduzidas pelo Oficial, requerendo a reunião desses autos aos do procedimento administrativo nº 0037776-74.2013.8.26.0100. Esclareceu que seu pedido de aposentadoria encontra-se em andamento e que a concessão prejudicará o julgamento do
presente feito, posto que o Oficial perderá a delegação, por força de aposentadoria facultativa. Invocou a prescrição. Aduziu que os atrasos no recolhimento de emolumentos decorreram de dificuldade financeira enfrentada e sua opção pelo pagamento dos salários dos empregados, sendo que as penalidades decorrentes da mora estão previstas na lei, como imposição de multas e juros. Em relação às informações eletrônicas sonegadas, alegou que teve dificuldade de se adaptar ao novo sistema informatizado e às exigências legais e normativas, acrescentando que não agiu dolosamente. Asseverou que desconhecia a suposta ausência dos lançamentos referentes aos selos e papéis de segurança, bem como desconhecia as irregularidades na escrituração do Livro Diário. Teve ciência dessas irregularidades após a verificação feita pelo interventor. Admitiu ter deixado de implementar sistema eficiente de controle na serventia por sua desorganização ou negligência na fiscalização, negando dolo. Requereu a aplicação de reprimenda moderada. É o breve relatório. Decido. Inicialmente, indefiro o pedido formulado pela Defesa para a reunião desses autos aos do procedimento administrativo nº 0037776-74.2013.8.26.0100. Isso porque, ao contrário do alegado pela Defesa, os fatos capitulados na Portaria nº 88/2014 deste feito vieram à tona após a expedição da Portaria nº 83/2014 instaurada a partir do procedimento administrativo disciplinar nº 0037776-74.2013.8.26.0100, significando que os fatos aqui tratados são diversos daqueles imputados na Portaria nº 83/2014, inexistindo, portanto, fundamento para a reunião dos feitos ou risco de decisões conflitantes. No que tange à tese da Defesa, no sentido de que o Oficial ingressou com pedido de aposentadoria facultativa, uma das modalidades de extinção da Delegação, e que a sua concessão prejudicaria o julgamento deste processo, não lhe assiste razão. Não se olvida que, de acordo com o artigo 39 da Lei 8.935/94, a aposentadoria facultativa destaca-se como uma das formas de extinção da Delegação a Oficial. Todavia, no caso dos autos, na Delegação correspondente ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do º Subdistrito, por decisão desta Corregedoria Permanente decorrente da instauração de outro processo administrativo disciplinar (sob o nº 0037776-74.2013.8.26.0100), e para apuração de faltas imputadas, houve o afastamento do titular do serviço e a consequente Intervenção na unidade que vem sendo gerida por Interventor nomeado, sob a fiscalização desta Corregedoria Permanente. Logo, a aposentadoria facultativa do Oficial não influenciará o regular prosseguimento deste processo administrativo disciplinar, eis que o resultado da sentença que vier a ser proferida acarretará reflexos diretos e intransponíveis não apenas no âmbito da Intervenção em curso na Delegação, a exemplo dos depósitos da renda líquida da serventia disciplinados nos §§ 2º e 3º do artigo 36 da Lei nº 8.935/94, como também poderá, eventualmente, influir no desfecho da própria aposentadoria facultativa do Oficial, existindo, pois, interesse do Estado no regular prosseguimento deste feito. Mencione-se, ainda, que o processo administrativo disciplinar teve início antes do pedido de aposentação. Portanto, o deferimento do pedido de aposentadoria facultativa ao Oficial não prejudica o julgamento deste processo administrativo disciplinar. Por outro lado, afasto a alegada prescrição. A Lei dos Notários e Registradores não dispõe sobre prescrição em procedimentos administrativos. De fato, aplica-se o artigo 261 da Lei Estadual nº 10.261/68 em relação à extinção da punibilidade pela prescrição e, desse modo, considerando que a falta disciplinar em questão induz à aplicação da penalidade de perda da delegação, o prazo prescricional seria de cinco anos. Ocorre que, o marco inicial do prazo prescricional deve ser o dia em que a
autoridade tomou conhecimento da existência da falta, ou seja, maio de 2.014 (data em que o Interventor apresentou relatório inicial do trabalho de Intervenção na Delegação correspondente ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do º Subdistrito, dando conta das inúmeras irregularidades capituladas na Portaria 88/2014). Assim, ao tempo da expedição da Portaria, marco interruptivo da prescrição, nos termos do artigo 261, § 2º, da Lei Estadual nº 10.261/68, não havia decorrido o prazo de cinco anos e, portanto, não há que se falar em prescrição. Posto isso, afasto a alegação de prescrição e passo ao exame do feito. Cuida-se de processo administrativo instaurado contra o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais º Subdistrito, da Capital, por afronta ao disposto no artigo 31, incisos I, II e V da Lei Federal nº 8.935/94. As falhas descritas na Portaria editada por esta Corregedoria Permanente foram apuradas no curso dos trabalhos de Intervenção decorrente da instauração de outro processo administrativo disciplinar (sob o nº 0037776-74.2013.8.26.0100) em curso na Delegação correspondente ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do º Subdistrito, durante o período em que o Oficial permaneceu afastado da unidade, conforme se denota da decisão às fls. 794/797. As irregularidades verificadas envolvem graves falhas no setor contábil, irregularidade na escrituração do Livro Diário de Receitas e Despesas e do Portal do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça e desorganização na

conservação de documentos, conforme apurado às fls. 249/793. Restou bem demonstrado que o Oficial emitia recibos sem indicação do destino das parcelas; fornecia irregularmente recibos no setor de segunda via de certidões, somente os emitindo quando expressamente solicitado pelo usuário; não efetuava, no lançamento da receita, a referencia ao número do ato, ou do livro e da folha em que praticado, impossibilitando a sua identificação; não realizou o lançamento das receitas e despesas no Portal do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça e, no período de abril de 2013 a abril de 2014, não prestou as informações atinentes aos selos, papéis de segurança para certidões de registro civil e de traslados de atos notariais e de etiquetas de termos de comparecimento danificadas, no Portal do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça. Restou apurado, outrossim, que o Oficial recolheu parcela dos emolumentos devidos ao Estado de São Paulo, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado e à Santa Casa, no período compreendido entre 2.000 a 2.011, de julho a dezembro de 2.012, 2.013 e 2.014, com atraso e sem o pagamento dos encargos da mora (multa e juros) legalmente devidos. Evidenciou-se que o Oficial não efetuou o recolhimento da parcela dos emolumentos devidos ao Estado de São Paulo e à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, nos períodos compreendidos: entre 15 de julho de 2.000 a 29 de dezembro de 2.000, entre 02 a 24 de janeiro de 2001, entre 16 de março a 27 de junho de
2005, nos dias 08 a 15 de fevereiro, 22, 24 e 25 de abril, 12 de maio, 08 de agosto e 27, 28 de novembro de 2006, entre 17 de maio a 30 de outubro de 2007. Constatou-se que o Oficial não recolheu a parcela dos emolumentos devidos ao Estado de São Paulo, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado e à Santa Casa, no período compreendido entre 02 de julho a 29 de dezembro de 2012. Também ficaram demonstradas as irregularidades consubstanciadas na aplicação de Tabelas antigas no recolhimento de emolumentos, eis que nos dias 03 de março de 2009 e 07 de dezembro de 2009 recolheu a parcela dos emolumentos devidos à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado pelo valor de R$37,20, por cada casamento, quando o correto, conforme a Tabela vigente à época, era de R$39,63. No dia 20 de janeiro de 2010, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado pelo valor de R$37,20, por cada casamento, quando o correto era R$41,05, de acordo com a Tabela vigente à época. No ano de 2.010, relativamente a cada ato de reconhecimento de firma por autenticidade, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos ao Estado de São Paulo pelo valor de R$1,35 quando o valor correto, de acordo com a Tabela então vigente, era de R$1,41. No dia 27 de dezembro de 2010, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado pelo importe de R$37,20, por cada casamento, quando o valor correto era de R$43,63. No ano de 2010, para cada autenticação de cópia, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos ao Estado de São Paulo pela quantia de R$0,35, quando o correto era R$0,37. Em 03 de janeiro de 2011, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado pelo valor de R$37,20, por cada casamento, quando o correto era R$41,05, conforme Tabela vigente à época. No ano de 2011, para cada reconhecimento de firma por autenticidade, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos ao Estado de São Paulo no valor de R$1,35, quando o correto era R$1,41, de acordo com a Tabela então vigente. No dia 01 de junho de 2011, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, por cada casamento, no valor de R$37,20, quando o correto era R$43,63. No ano de 2011, para cada autenticação de cópia, o Oficial recolheu a parcela dos emolumentos devidos ao Estado de São Paulo no valor de R$0,35, quando o correto era R$0,40. Restou demonstrado que o Oficial não efetuou o lançamento no Livro Diário de Receitas e Despesas, de números 15 e 16, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 (até o dia 13 de maio), dos valores recebidos pelo SINOREG-SP referentes ao fundo de compensação dos atos gratuitos, bem como, nos mesmos livros, mas relativamente aos anos de 2012, 2013 e 2014, o Oficial efetuou indevidamente o lançamento dos emolumentos ao SINOREG-SP, Tribunal de Justiça, Estado de São Paulo e Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, como despesas, um trinta e um meses, totalizando R$459.973,60. Apurou-se que o Oficial efetuou lançamento incorreto no Livro Diário de Receitas e Despesas dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, pois se constatou a existência de erro na somatória das receitas, que se deu para menos, e na somatória das despesas, que se deu para mais. Além disso, nos anos de 2012, 2013, 2014, procedeu ao lançamento nos referidos Livros de valores de salários maiores do que aqueles insertos na folha de pagamento de salários. Não obstante o esforço da Defesa, subestimando as falhas e diminuindo as configurações de risco à segurança jurídica e abalo à moralidade administrativa, certo é que as transgressões atinentes às irregularidades descritas na Portaria mostram-se objetivamente provadas pelo amplo acervo documental colacionado aos autos e, destaque-se, não contestado pela Defesa. Por ocasião dos trabalhos do Interventor, conforme se infere dos relatórios e documentos (fls. 249/793), verificou-se múltiplas infrações funcionais no setor contábil. Revelou-se injustificável inadimplência de recolhimentos devidos ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, à Santa Casa e ao Tribunal de Justiça. Por sua vez, o titular da delegação reconheceu a falta, no tocante à expressiva ausência de recolhimentos devidos. Em seu interrogatório (fl. 816), C A C C afirmou que “em relação aos atrasos no pagamento dos emolumentos, saliento que eles realmente ocorreram porque em determinado momento eu acabei me atrapalhando e, assim, dava preferencia ao pagamento dos salários. Registro que tão logo foi possível efetuava o devido recolhimento. Quanto à parte de informática, posso afirmar que contratei pessoa para cuidar disso especificamente, visto que com a quantidade de tarefas a cumprir não me era possível acompanhar isso eu mesmo. Até onde sabia, nada de irregular era feito. Achei que o trabalho estava sendo adequadamente feito. Daí porque não tinha

conhecimento dessa suposta ausência
dos lançamentos referentes aos selos e papéis de segurança. Quanto aos emolumentos que supostamente foram saldados, saliento que vinha pagando. Quanto ao Livro Diário não tenho muito o que informar, mas se foi apontada alguma irregularidade pelo Interventor acredito que ele esteja correto. Saliento que era minha responsabilidade". Com efeito, as explicações apresentadas pelo Oficial não são aptas a obstaculizar o convencimento judicial de grave e indesculpável falta funcional. O Oficial referiu que deixou de promover o recolhimento das denominadas custas estatais, assim abarcados os pagamentos devidos ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado e Santa Casa, dando primazia a obrigações consubstanciadas em pagamento de salários. Entretanto, certo é que, concomitantemente com os valores que recebe em razão dos atos praticados, o titular da delegação tem o inafastável compromisso de promover o repasse de parte desse montante aos cofres públicos, sob pena de se apropriar indevidamente dos valores. Nesta linha, coloco em relevo que o Oficial, decididamente optou por inadimplir os recolhimentos, invocando sua desorganização financeira, produzindo estrago aos cofres públicos, em evidente comportamento de indiferença à sagrada obrigação que recai àquele que é investido no serviço público delegado e, assim, descuidando de seu dever constitucional de guardar fé pública, que, no caso dos autos, ficou maculada. Como visto, o Oficial perpetrou inúmeros desvios de condutas, destacando-se dentre todos a expressiva e longínqua inadimplência que reflete o apoderamento de valores que não lhe pertenciam. Na hipótese vertente, portanto, restou evidenciado o comportamento nitidamente doloso do Tabelião na prática das infrações disciplinares capituladas na Portaria. Os relatórios da Intervenção dão a exata dimensão de que o Oficial não agia com a retidão que função exigia. O intento de minimizar o dano financeiro, transferindo a responsabilidade à sua desordem, não o auxilia. Inobstante o grave descalabro financeiro verificado, atraso de recolhimento de custas estatais, gerando desfalque aos cofres públicos, o Oficial incidiu em outras faltas funcionais descritas na Portaria. Apurou-se no curso da Intervenção realizada que a unidade de serviço do º Subdistrito da Capital, para determinados serviços delegados, conforme descrito, aplicou valores de Tabela de custas que não estavam mais vigentes, acarretando em recolhimento incorreto de custas estatais, gerando prejuízo ao erário. Da mesma forma, comprovou-se que a serventia não efetuou lançamentos de declarações de receitas e despesas, bem como das informações atinentes aos selos, papéis de segurança para certidões de registro civil e de traslados de atos notariais e de etiquetas de termos de comparecimento danificadas, no Portal do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, circunstância que mensura a inadmissível afronta ao serviço público delegado, com evidente descompromisso com a organização, maculando a transparência, eficiência e moralidade, em total contrariedade com a fé pública que emerge de tais serviços. Por sua vez, a irregularidade de natureza contábil na escrituração do Livro Diário está materializada (cf. fls. 249/793). As alegações da Defesa, respeitosamente, não merecem acolhimento em virtude da gravidade das irregularidades descritas na Portaria. Por conseguinte, a aplicação da penalidade extrema é medida que se impõe. Como verificado, os fatos são gravíssimos. O Oficial foi apenado em 13.08.1.997, com pena de multa no importe de R$500,00; em 27.07.2010, com pena de multa de R$5.000,00, como consta do documento de fls. 801/807 encaminhado pela E. Corregedoria Geral da Justiça. As reprimendas de multa anteriormente impostas não impedem a opção pela reprimenda mais rigorosa. Nesta linha, a magnitude dos prejuízos financeiros produzidos ao erário, desorganização gerencial, irregularidade na escrituração do Livro Diário e no preenchimento do Portal do Extrajudicial, são fatos objetivamente praticados pelo Oficial, responsável administrativo exclusivo pelo Registro Civil das Pessoas Naturais do º Subdistrito. A pluralidade das gravíssimas falhas apuradas, e demonstradas, autoriza à formação de convencimento judicial para aplicação da penalidade máxima de perda de delegação. Sobre o tema, oportuno consignar que a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça já concluiu pela imposição de perda da delegação, consoante o parecer proferido nos autos do Processo 392/2006, datado de 06 de julho de 2006, do eminente Magistrado Vicente de Abreu Amadei: "Procedimento administrativo disciplinar. Expediente desordem. Livro Diário escrituração. Atos notariais e registrais irregularidade. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Delegada de serviço de registro civil e notas Desordem geral dos serviços delegados, comprometendo, sobretudo, a segurança na dinâmica dos serviços delegados, agregada às graves deficiências e omissões na escrituração do Livro Diário, ao não recolhimento reiterado e pulverizado de verbas públicas (IR, Fundo do Tribunal de Justiça e FGTS), bem como a inúmeras irregularidades na prática de atos notariais e serviços do registro civil das pessoas naturais Faltas graves Aplicada pena de perda da delegação Recurso não provido." Assim, no caso posto, ante da magnitude das irregularidades, em cotejo com o dano aos cofres públicos, desrespeito à legalidade, moralidade e ultraje às posturas legais e diretrizes normativas, o desfecho que se coaduna à espécie é a aplicação da perda de delegação, a título de punição proporcional aos procedimentos irregulares verificados nos autos. Por derradeiro, os gravíssimos fatos verificados nos autos não permitem aplicação de reprimenda mais branda, sob pena de se prestigiar condutas imorais, ilegais e ineficientes, em afronta à elevada dignidade do serviço público delegado. Destarte, nos termos do artigo 32, IV, da Lei 8.935/94, concluo que a pena mais adequada ao caso é a de perda de delegação. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE a Portaria inicial e, com fundamento no artigo 32, IV, da Lei 8.935/94, aplico a pena de perda da delegação ao Oficial C Al C C, do Registro Civil das Pessoas Naturais do º Subdistrito da Capital. Com cópia de todo o expediente, oficie-se à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e ao IPESP, para conhecimento e consideração que possa merecer. Junte-se cópia da presente sentença aos autos de acompanhamento da intervenção. Promovam-se as anotações necessárias. Comunique-se a presente decisão à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. P.R.I.C. - ADV: ASSUERO RODRIGUES NETO (OAB 238420/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 994

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0031665-40.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - J.V.R.P. - C.A.C.C.e outro - Vistos. Fls. 850/852: A questão da aposentação foi objeto de apreciação na sentença de fls. 838/848. Cumpra-se a sentença. - ADV: ASSUERO RODRIGUES NETO (OAB 238420/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 995

Processo 0034040-48.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Anderson Jhaziel Chambi - Vistos. Fls. 28: O Oficial de registro civil aponta divergência do nome do autor, comparando-se a petição inicial e o nome constante na Sentença. Pois bem. Cotejadas a petição inicial, a certidão de nascimento e a sentença, verifica-se que houve erro material, o qual não compromete a retificação pretendida. Assim, tendo em vista os esclarecimentos da Defensoria, bem como à vista da certidão de nascimento do requerente, além da possibilidade de correção de erro material a qualquer tempo, corrijo o equívoco identificado, a fim de que onde se lê, na sentença, Anderson Jhaziel Chambi, passe a constar Anderson Jhaziel Chambi Arcani e, ao final, conste no dispositivo do julgado: “Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial, a fim de se determinar a alteração do nome do autor de ANDERSON JHAZIEL CHAMBI ARCANI para ANDERSON BRANDON CHAMBI ARCANI. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO MANDADO, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por este(a) Magistrado(a) e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sra. Coordenadora ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. “ A presente decisão servirá, mediante cópia, como ratificação do mandado já expedido. Intime-se. - ADV: EDUARDO BELMUDES (OAB 192423/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 995

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0035381-75.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S.B. - I.C.H.G. - Vistos. Diante da inércia da requerente, aguarde-se provocação em arquivo.

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 996

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0045099-96.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Élcio Rogério Barrak e outros - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO MANDADO, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por este(a) Magistrado(a) e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sra. Coordenadora ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 997

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0053219-65.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Beatriz Demoro de Souza - Comprove a parte autora o cumprimento dos mandados. Prazo: 20 dias. - ADV: ELAINE PRINCIPE DA SILVA (OAB 291048/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 998

Processo 0056852-84.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Sebastião Renato Stefanutto - Primeiramente regularize a subscritora a petição de fls. 88/89, que se encontra apócrifa. Após, conclusos. Int. - ADV: JEFERSON NARDI NUNES DIAS (OAB 186177/SP), FERNANDA CAETANO RIBEIRO (OAB 289530/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0060451-31.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Fernanda Sansão e outros - Comprove a parte autora o cumprimento dos mandados. Prazo: 20 dias. - ADV: MARIANE BARONI (OAB 154276/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais -

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0065188-77.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S. - Vistos. Cumpra-se o v. Parecer de fl. 125/130. Após, nada mais sendo requerido, ao arquivo. Intimem-se. - ADV: HERMES MARCELO HUCK (OAB 17894/SP), LUCIANA VALVERDE GRINBERG (OAB 137893/SP), THALITA DUARTE HENRIQUES PINTO (OAB 221503/SP), PAULO VITOR PAULA SANTOS ZAMPIERI (OAB 305196/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Processo 0072127-73.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.C.P.N.S.I. - M.C.P.S. e outros - Vistos. Cumpra-se a Sentença. Ciência ao Ministério Público e às interessadas. Após, ao arquivo. Intimemse. - ADV: PATRICIA SAGGIORO LEAL (OAB 288042/SP), MAURICIO TRALDI (OAB 147555/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0199929-64.2007.8.26.0100 (100.07.199929-0) - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - D.P.E.S.P. - A.L.O. e outro - Vistos. Fl. 84: Defiro vista fora de cartório pelo prazo de 5 dias. Intimem-se. - ADV: ADRIANA DE JESUS OLIVEIRA (OAB 291696/SP), ELIECÍ DE JESUS OLIVEIRA (OAB 327841/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 0330833-85.2001.8.26.0100 (000.01.330833-5) - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - O.R.S.C.C. - I.B.M. - E.R.S. e outros - D.D. e outro - VISTOS. Trata-se de expediente instaurado a partir de representação encaminhada pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo que diz respeito à Calcografia Cheques de Luxo Banknote Ltda. (fls. 03/62), responsável pela emissão de selos. O expediente teve início em razão de número elevado de reconhecimentos de firmas por autenticidade, bem como de utilização de selos pelos 3º, 4º, 5º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 20º, 25º e 27º Tabelionato de Notas da Capital, 13º, 18º, 19º, 20º, 24º, 28º, 34º, 39º, 47º Registro Civil de Pessoas Naturais, 29º, 30º, 32 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas. Foram tomados depoimentos de titulares dos Tabelionatos e Registros no ano de 2002 (fls. 76, 77, 279, 280). Todos justificaram o número elevado de atos de reconhecimento de firma por autenticidade, afirmando o atendimento à grandes empresas, a exemplo da GM, a Fiat, a Honda, Grupo Itaú, laboratórios Roche, Abott e Johnson, os bancos Unibanco e Bradesco, Uniban, Campus Maria Cândida, Uninove, Campus Vila Maria, Vedacit, Banco Bankpar S.A (American Express), Shell do Brasil Ltda., Banco do Brasil, PUC, Citibank S.A, KPMG, HSBC, razão pela qual o número de atos de reconhecimento diário girava em torno de 5.00 (quinhentos) a 2.000 (dois mil). Os Tabeliães titulares juntaram aos autos cópias de atos praticados, bem como de fichas-padrão arquivadas, lista de clientes e quadro funcional (fls. 82/92, 93/216, 222/239, 287/389, 414/432, 437/444, 630/715, 722/727, 731/734, 736/738, 740/750, 756/768, 774, 777/801, 804/915, 916/978, 980/1019, 1022/1056, 1061/1076, 1078/1080, 1083/1107, 1109/1141, 1143/1152, 1154/1178, 1180/1182, 1184/1185, 1221/1223, 1229/1234, 1253/1258, 1260/1264, 1266/1267, 1275/1285, 1287/1295, 1327, 1388/1390, 1392/1489, 1493/1499, 1519/1525, 1542/1550, 1556/1559). Foram tomados depoimentos dos usuários dos cartórios (fls. 253/255, 264/265, 451/452, 478/479, 1366/1368, 1514/1515, 1536/1538), bem como dos escreventes (fls. 393/396, 407/410, 1213/1218, 1239/1240, 1248, 1305/1308, 1382/1384, 1565/1566) e funcionários motociclistas (fls. 1199/1202). Foi juntado extrato de movimentação de selos (fls. 527/607) fornecido pela empresa Moore Brasil Ltda. É o relatório. DECIDO Não é possível observar irregularidades quanto ao número de selos empregados nos atos notariais, ademais todos os usuários que prestaram depoimento nos autos confirmaram a relação com os Tabelionatos ou Registros, sendo a maioria empresa de grande porte, fato que justifica tamanha movimentação de serviço. Todos os Tabeliães e Oficiais Registradores forneceram as informações solicitadas pelo juízo, incluindo a lista de usuários e a relação de funcionários. A hipótese dos autos não dá margem à adoção
de providência censório-disciplinar em relação ao serviço correcionado, não se vislumbrando responsabilidade funcional apta a ensejar a instauração de procedimento administrativo. Não há indícios de infração disciplinar da parte de dos Senhores Oficiais ou Tabeliães no fato em tela, em conseqüência, determino o arquivamento dos presente processo administrativo, sem prejuízo do andamento dos autos 0016371-16.2012.8.26.0100, que seguem seu curso independentemente desta decisão por tratar de situação específica e não referida na exordial do presente feito. Em razão da pertinência com o tratado no feito em questão, juntem-se aos autos 0016371-16.2012.8.26.0100 cópias das fls. 1275/1285, 1297, 1304/1309, 1333/1358, 1362/1369, 1373/1375, 1381/1384, 1388/1489, 1493/1488, 1513/1516, 1519/1525, 1535/1539, 1542/1550 e 1556/1559. Intimem-se os Senhores Tabeliães e Oficiais de Registro dos 3º, 4º, 5º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 20º, 25º e 27º Tabelionato de Notas da Capital, 13º, 18º, 19º, 20º, 24º, 28º, 34º, 39º, 47º Registro Civil de Pessoas Naturais, 29º, 30º, 32 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas. Comunique-se à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, encaminhando-se cópia desta decisão. P.R.I. - ADV: NARCISO ORLANDI NETO (OAB 191338/SP), OTAVIO DIAS BREDA (OAB 276990/SP), ANA PAULA MUSCARI LOBO (OAB 182368/SP), HELIO LOBO JUNIOR (OAB 25120/SP), MARCELO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 267213/SP), FRANCISCO JOAO ANDRADE (OAB 62955/SP), DANIELE MARIA FERREIRA (OAB 299852/SP), PAULA LUCIANA DE MENEZES (OAB 207468/SP), DAISY DE MELLO LOPES KOSMALSKI (OAB 147710/SP), LOURIVAL JOSE DOS SANTOS (OAB 33507/SP), CLAUDIA DE BRITO PINHEIRO DAVID (OAB 247935/SP), JULIANA AKEL DINIZ (OAB 241136/ SP), TACIANA CROSARA MARTINS CARVALHO (OAB 240520/SP), ANDRÉ BARBOSA ANGULO (OAB 191715/SP), TALLIS MARCIO RIBEIRO DE ARRUDA (OAB 177877/SP), ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1036200-92.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Jonata Rodrigues - *a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1004

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1036200-92.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Jonata Rodrigues - Ao Ministério Público, a fim de que justifique a necessidade de designação de audiência, à vista dos documentos apresentados com a inicial. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1004

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1036987-24.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ELIANE DOS SANTOS SOUZA e outro - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial para excluir do nome da autora Eliane o patronímico de seu ex-cônjuge, retornando o nome de solteira, qual seja, Eliane dos Santos, averbando-se, pois, em seu assento de casamento. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por este(a) Magistrado(a) e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: JOSE ANTONIO DE NOVAES RIBEIRO (OAB 96833/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de

Nome

Página 1004

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1041199-88.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Ivonaldo Sousa de Sá - Vistos. Defiro a cota retro. Cumpra a parte autora. - ADV: RAFAEL DE MORAIS SANTOS (OAB 346784/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1053530-05.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - KELLITON ESPINOLA OSEOMWAN - *remeto estes autos à Defensoria Pública para manifestação. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1004

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1053530-05.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - KELLITON ESPINOLA OSEOMWAN - Vistos. Arquivem-se, com as cautelas de praxe. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1004

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1066800-96.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Narya Santos de Almeida e Silva e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: PAULO EDUARDO RODRIGUES NETO (OAB 289892/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1005

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1066800-96.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Narya Santos de Almeida e Silva e outros - que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: PAULO EDUARDO RODRIGUES NETO (OAB 289892/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1005

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1067003-58.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - MIRTHA HERMINIA BENEGAS PERALTA DE GUIMARÃES - Defiro a cota retro (anuência do conjuge). Cumpra a parte autora. - ADV: JOSE LUIZ PIRES DE CAMARGO (OAB 83548/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1005

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1067003-58.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - MIRTHA HERMINIA BENEGAS PERALTA DE GUIMARÃES - Vistos. Homologo a desistência da ação e julgo o processo extinto sem julgamento do mérito nos termos do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora, suspensa a cobrança, com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Não há interesse recursal. Certifique-se desde logo o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as devidas anotações. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. - ADV: JOSE LUIZ PIRES DE CAMARGO (OAB 83548/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1069011-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ERIKA REGINA CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA DE MOURA e outros - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial e emenda. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: RUBENS NUNES DE MORAES (OAB 222392/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1005

Processo 1081538-26.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Haydee Russo Marciano - Vistos. Defiro a cota retro. Cumpra a parte autora e oficie-se. - ADV: MARCIA MARABESI FERRARI (OAB 95367/SP), DIEGO MARABESI FERRARI (OAB 339254/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1005

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1089973-52.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - NELY BIANCOLI SALDANHA - Vistos. Concedo o prazo suplementar de trinta dias para atendimento do quanto determinado nos autos. - ADV: BENEDITO ANTONIO TOBIAS VIEIRA (OAB 106208/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1005

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1098165-71.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NIKOLAS CASTELO RADOSAVLJEVIC - Cumpra a parte autora integralmente a decisão de fls. 30, esclarecendo, ainda, se o processo crime de uso de documento falso já foi julgado definitivamente, acostando aos autos a documentação pertinente. Com a providência, tornem-me conclusos para as deliberações pertinentes. - ADV: ADALBERTO DE JESUS COSTA (OAB 63234/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1102668-38.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Humberto Cirillo Malteze - Humberto Cirillo Malteze - Vistos. À parte autora. Int. - ADV: HUMBERTO CIRILLO MALTEZE (OAB 140868/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1104529-59.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Rosa Alady Medeiros Bastos e outro - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial e emenda. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: SARAH ELAYNE SOUZA DOS SANTOS (OAB 293985/SP

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1108625-20.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Aparecida Pelucci Durante e outro - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivemse os autos. P.R.I. - ADV: ALESSANDRO CARLO BERNARDI VALERIO (OAB 267042/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1114599-38.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - FERNANDO RIEMMA PHILIPSON e outros - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1114765-70.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA CECÍLIA DA COSTA SARAIVA - Vistos. Cumpra-se integralmente a decisão de fl. 16. Int. - ADV: NIWTON MOREIRA MICENO (OAB 18800/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1116097-72.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Neusa Delfino da Silva Palladini e outro - Os documentos apresentados demonstram os erros indicados que, bem por isso, devem ser corrigidos, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos. Diante do exposto, julgo procedente o pedido e determino a retificação dos assentos, como requerido na inicial. Custas pela parte autora. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Coordenadora, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: ORLANDO MONTINI DE NICHILE (OAB 17321/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1118515-80.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Maria Jose De Mori Lopes Jimenez e outros - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial e emenda. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: ADRIANA RUIBAL GARCIA LOPES (OAB 132570/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1118639-63.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - STEPHEN ELLIOT TANENBAUM - Vistos. Retifique a z.. Serventia o pólo ativo da demanda, fazendo constar como autor Daniel Tanenbaum. A parte autora deve cumprir os itens II e III da cota retro do Ministério Publico no prazo de cinco dias. - ADV: FERNANDO FERNANDES (OAB 299082/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1119268-37.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Vera Lúcia Alves Moreira e outro - Vistos. Cumpra a parte autora cota retro em 10 dias. - ADV: WELINGTON LUIZ DE ANDRADE (OAB 285849/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1120774-48.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - T.B.C. - Vistas ao Ministério Público - ADV: LIGIA BERTAGGIA DE ALMEIDA COSTA (OAB 228369/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1120774-48.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - T.B.C. - Vistos. Ao Ministério Público para que se manifeste quanto à retificação do prenome da genitora. - ADV: LIGIA BERTAGGIA DE ALMEIDA COSTA (OAB 228369/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1120892-24.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Petra Maria Rojo Brandão - Vistas ao Ministério Público. - ADV: LAISA SANT ANA DA SILVA (OAB 287874/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1120892-24.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Petra Maria Rojo Brandão - Vistos. Cumpra a parte autora a cota Ministerial supra em 10 (dez) dias. - ADV: LAISA SANT ANA DA SILVA (OAB 287874/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1121081-02.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - LUIZ AUGUSTO GONÇALVES DE BARROS DULINSKI - Vistos. Cumpra a parte autora a cota Ministerial de fls. 35 em 10 dias. - ADV: ROBERTO NUNES CURATOLO (OAB 160718/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1130150-58.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - TEREZINHA GUIMARÃES - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional do Jabaquara, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: MARCELO CASTELO FERRARESI (OAB 313341/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Processo 1130390-47.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - CRISTINA APARECIDA DE ASSIS RUFINO - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional do Ipiranga, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: LUCIANA OLIVEIRA (OAB 239799/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

Página 1062

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0001/2015

Processo 0014646-89.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marcio Rodrigues de Carvalho Barros - Marcio Rodrigues de Carvalho Barros - Vistos. MARCIO RODRIGUES DE CARVALHO BARROS, qualificado nos autos, ajuizou a presente ação de retificação do registro de um imóvel situado à Avenida Eliseo Teixeira Leite, n.º 7.000, Jardim Paulistano, nesta Capital, inserido em área matriculada sob nº 115.947 do 18º RI de São Paulo. De acordo com a inicial, o autor é proprietário do imóvel, que é remanescente de área maior, de 4.314,12m2, da qual uma parte foi conferida a terceiros via usucapião. Dessa forma, se faz necessária a apuração do remanescente de área, de modo a se obter o cadastro do imóvel na Prefeitura Municipal de São Paulo. Com a inicial (fls. 2/8), vieram procuração e documentos (fls. 9/48). Sobrevieram informes cartorários (fls. 53/54). Foi apresentado laudo pericial às fls. 89/117. Manifestação da parte autora quanto ao laudo pericial à fl. 132. Foram determinadas as notificações necessárias (fl. 134). A Municipalidade de São Paulo manifestou desinteresse pela retificação (fl. 167), desde que utilizados o memorial descritivo e a planta acostados às fls. 113/116. Foi certificado o encerramento do ciclo citatório (fl.

177-verso). O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido (fls. 178/179). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Cuida-se de ação de retificação, de jurisdição voluntária, objetivando a adequação do registro imobiliário à situação de fato, atendendo ao princípio da especialidade objetiva. Não custa lembrar que a retificação de registro imobiliário, prevista nos artigos 212 e 213, da Lei de Registros Públicos, tem o condão de corrigir os erros formais do título, não se prestando como meio para aumentar os limites e confrontações de imóvel. Sobre o tema, a jurisprudência entende que a ação de retificação de registro não pode ser manejada como meio de aquisição de propriedade imóvel ou como substitutiva da ação de usucapião, ensejando tal tipo de pretensão à propositura de ação própria. É cabível, no caso, o acolhimento do pedido. Ficou provada, nos autos, a existência de diferença entre as áreas real e tabular do imóvel do qual o autor é proprietário. Nos termos do laudo pericial de fls. 89/117, apurou-se que o imóvel em questão apresenta atualmente área total de 1.793,10m2 (fl. 103), ao passo que a matrícula de fl. 12 aponta área original de 4.314,12m2 (fl. 12). Assim, demonstrada a divergência entre a área constante do título e a verdadeira área apurada no local, mostra-se justificada a retificação, com o objetivo de espelhar a realidade do imóvel e regularizar sua situação, na forma dos artigos 198, 212, 213 e 228 da Lei nº 6.015/1973, até porque, no caso, não há risco de prejuízos a terceiros, eis que não consta haver invasão aos imóveis confrontantes. Note-se que não houve oposição dos confrontantes, nem da Municipalidade de São Paulo. Ante o exposto, acolho o pedido para determinar a retificação do imóvel objeto da ação, adotando-se o memorial descritivo e a planta acostados às fls. 113/116. Nos termos da Portaria Conjunta 01/2008 das Varas de Registros Públicos da Capital, esta sentença servirá como mandado para registro, desnecessária a expedição de novos documentos. A parte autora arcará com despesas processuais, custas finais e emolumentos. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. PJV-08

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis -

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0001/2015

Processo 0049648-26.2012.8.26.0002 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I e outro - J. Consultando a Serventia verifico que os autos em questão foram remetidos ao 1567 Registro de Imóveis, em 04/12/2014, sendo que ainda não retornaram. Diante da impossibilidade de consulta pela parte, devolvo o prazo para eventual recurso, que passará a fluir da data da dvolução do processo em Cartório. Int. - ADV: CRISTIANO TRIZOLINI (OAB 192978/SP), MARCELO FERREIRA DE PAULO (OAB 250483/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0001/2015

Processo 0120954-28.2007.8.26.0100 (100.07.120954-3) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Sérgio Mendes de Oliveira e outro - Municipalidade de São Paulo e outros - Fls. 627: Tendo em vista a solicitação do Ministério Público, manifeste-se o Sr. Perito quanto ao alegado pelo Município às fls. 532. Prazo 10 dias. Int. PJV 13 - ADV: CAMILA SANTOS CURY (OAB 276969/SP), HILDA ERTHMANN PIERALINI (OAB 157873/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), MITSUE KAMIA UEHARA (OAB 303368/SP), SERGIO MENDES DE OLIVEIRA (OAB 196693/SP), WELESSON JOSE REUTERS DE FREITAS (OAB 160641/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1066

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0008634-59.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Maria Alice Moutinho Fernandes e outros - Tendo em vista a desistência manifestada, e levando-se em conta que ainda não houve citação, DECRETO A EXTINÇÃO do feito, sem julgamento do mérito (art. 267, VIII, do CPC.). Defiro o levantamento do valor depositado às fls. 217. Custas e despesas processuais pela parte autora. Oportunamente, arquivem-se. P.R.I. PJV 03 Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): em cumprimento ao Provimento nº 577/97, o valor do preparo, para o caso de eventual interposição de recurso foi calculado em 2% sobre o valor da causa atualizado pela Tabela Prática do TJ/SP e importa em R$ 235,51. Certifico ainda que em cumprimento ao determinado na Lei 11.608 de 29/12/2003, deve ser recolhido na guia GARE, como preparo, o valor mínimo de 05 (cinco) UFESPs referente ao 1º dia útil do mês do recolhimento, se o valor calculado acima informado for menor do que 05 UFESPs. Certifico ainda que de acordo com o Provimento nº 2.195/2014, há necessidade do pagamento do valor do porte de remessa de R$ 32,70 (por volume de autos), a ser pago em guia própria do Banco do Brasil - código 110-4, tendo este processo 2 volume(s).
(PJV 03). Nada mais. - ADV: DAGOBERTO ACRAS DE ALMEIDA (OAB 118950/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 1068

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0002/2015

Processo 0216841-73.2006.8.26.0100 (100.06.216841-2) - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Vírginia Galdino de Almeida Janusonis e outro - Municipalidade de São Paulo e outro - Vistos. À fl. 475, em 24.09.2014, havia sido determinada a transferência dos valores devidos à parte autora à 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Praia Grande, em atendimento aos ofícios daquele Juízo de fls. 458 e 474, datados de 22.04.2014 e 29.08.2014. Porém, antes do cumprimento de tal determinação, houve penhora de parcela de tais valores no rosto destes autos, em 17.11.21014. Tendo a executada nos autos n.º 1002001-29.2014.26.0590 falecido, e sendo da competência do Juízo do seu inventário a alocação de seus recursos, temse que a penhora pretendida deverá ser providenciada junto àquele Juízo, conforme cota ministerial de fl. 496-verso. Nesses termos, cancele-se a penhora no rosto destes autos e oficie-se ao Banco do Brasil para que haja o cumprimento da decisão de fl. 475. Simultaneamente, oficie-se à 3a Vara Cível da Comarca de São Vicente, comunicando o falecimento da executada Virgínia e enviando cópia da presente decisão, de modo que a penhora pretendida possa ser obtida junto à 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Praia Grande. Intime-se. PJV-46

↑ Voltar ao índice

Cautelar Inominada - Bloqueio de Matrícula

Página 1069

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1003155-63.2015.8.26.0100 - Cautelar Inominada - Bloqueio de Matrícula - Condomínio Brascan Century Plaza - Vistos. Tendo em vista que o objeto da presente demanda é o bloqueio de matrículas, recebo o presente procedimento como pedido de providências. Anote-se, retificando-se a autuação. Outrossim, junte a requerente, no prazo de 10 (dez) dias, a Ata de Assembléia Geral Ordinária em que foram eleitas as atuais síndica e subsindíca. Ressalte-se que, conforme a Convenção juntada às fls.19/98, dentre as atribuições dos subsíndicos não está prevista a outorga de procuração, no caso da síndica recusar-se a fazê-lo.Esclareça, portanto, a requerente. No mais, antes da apreciação da liminar requerida, remetam-se os autos ao Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital para informações, no prazo de 10 (dez) dias. Com a juntada das manifestações, tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. - ADV: MARCIA CRISTINA REZEKE BERNARDI PANTAROTTO (OAB 109493/SP), FLÁVIA AZZI DE SOUZA (OAB 168553/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Retificação de Nome

Processo 1013533-15.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Retificação de Nome - SINDICATO DOS GUINCHEIROS E REMOVEDORES DE VEICULOS DE SÃO PAULO/SP - Vistos. Tendo em vista a decisão da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça (fls. 99/106), pelo provimento ao recurso interposto pela requerente, remetam-se os autos ao Oficial do 4º Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, para as providências cabíveis, com a devida comunicação neste feito. Após, aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. - ADV: MIRALDO SOARES DE SOUZA (OAB 211517/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1015358-91.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - DOTTO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÃO LTDA - - CADIZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - Vistos. Conforme certidão de fl. 483, regularizem as terceiras interessadas suas procurações, no prazo de 10 (dez) dias. Sem prejuízo, manifestem-se as empresas Dotto Consultoria e Cadiz Empreendimentos, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da cota ministerial de fls. 488/489. Com a juntada da documentação e das manifestações, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: ANA PAULA MUSCARI LOBO (OAB 182368/SP), ASSUERO RODRIGUES NETO (OAB 238420/SP), VICENTE RENATO PAOLILLO (OAB 13612/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1025311-79.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - ANTÔNIO MARTINS DE ALMEIDA e outro - Vistos. Tendo em vista a decisão da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça (fls. 103/106), pelo não provimento do recurso interposto pelos requerentes, bem como o pedido de extinção do presente feito, formulado à fl.84, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. - ADV: ROSA MARIA STANCEY (OAB 342916/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1027428-43.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - ALCINO AUGUSTO NUNES PRETO e outros - Vistos. Manifeste-se o suscitado, no prazo de 10 (dez) dias, sobe as alegações do Oficial Registrador (fl. 95). Com a juntada da manifestação, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: JOSE EUGENIO ALVES FERREIRA (OAB 88588/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Por Terceiro Prejudicado

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1028782-06.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Por Terceiro Prejudicado - JOSÉ ROBERTO NEVES FERREIRA - Vistos. Tendo em vista a decisão da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça (fls. 98/103), que negou provimento ao recurso interposto pelo requerente, nada mais a ser decidido nestes autos. Dê-se ciência ao Registrador. Após, aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada mais sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. - ADV: MARCELO OBED (OAB 149101/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1033043-14.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - ONIVALDO GARCIA - Vistos. Fls. 59: defiro. Intimem-se, conforme requerido. Intime-se. - ADV: ZIGOMAR DE LIMA (OAB 91000/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1041567-97.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - CHRISTIANE PESTANA AVILES DOS SANTOS - Vistos. Existindo ordem judicial expressa do MMº Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Regional de Santana, cumpra o Registrador, dando ciência aos interessados para que procurem, na esfera judicial, a defesa de eventual direito. Ressalto que a decisão desta Corregedoria Permanente tem natureza administrativa e não tem o condão de obstar a determinação de caráter jurisdicional. Int. - ADV: LUIZ ROGERIO TAVARES PEREIRA (OAB 200035/SP), PATRÍCIA RAMOS DANTAS AVILES (OAB 286701/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1044391-29.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - JULIO PEREIRA - Em 15 de Dezembro de 2014, faço estes autos conclusos a MMª Juíza de Direito Drª Tania Mara Ahualli da 1ª Vara de Registros Públicos. Eu, , escrevente, digitei. Pedido de Providências retificação de registro imobiliário ausência de elementos que possam ensejar a segurança exigida - pedido indeferido Vistos. O espólio de Júlio Pereira, representado pelo inventariante Carlos Alberto Nogueira Pereira, apresentou o presente pedido de providências devido à negativa do 2º Oficial de Registro de Imóveis em registrar a escritura de doação com reserva de usufruto, do imóvel transcrito sob o nº 24.904 naquela Serventia, cuja doadora era Adelinda Rosa, também conhecida como Anna Pereira. Alega o interessado que sua genitora foi mãe solteira o que, à época dos fatos, era socialmente inaceitável, e por este motivo declarava-se como viúva, o que ocasionou dúvida quanto à sua qualificação. Também assevera que ao tempo da aquisição do imóvel, anterior à Lei de Registros Públicos, não havia o atual rigor registral e, portanto, não houve o devido cuidado quando da inserção dos dados qualificadores. A negativa do Oficial residiu em vários fatos: a) quebra do principio da continuidade; b) descrição precária do imóvel; c) documentos insuficientes; d) falta de qualificação subjetiva e objetiva; e) nome comum sujeito à homonímia; f) divergência no nome e prenome. O Ministério Público opinou pela manutenção do óbice imposto pelo Oficial (fls. 160/162 e fls.182). É o relatório. DECIDO. Com razão o Oficial e o Ministério Público. O interessado recebeu em 02 de fevereiro de 1962, por doação de sua mãe, Adelinda Rosa, o imóvel transcrito sob nº 24.904 2º Registro de Imóveis (fls.18/19). No entanto, não levou o título a registro, por ignorância da lei e dos seus procedimentos específicos. Após seu falecimento, seu filho e único herdeiro, Carlos Alberto Nogueira Pereira, recebeu o bem do genitor no processo de arrolamento nº 0138834-68.2009.8.26.001. Ato contínuo, levou o título a registro em 05 de fevereiro de 2013, que teve seu acesso negado pelo Oficial. Além do imóvel em questão, Adelinda doou para sua filha Aurora o imóvel limítrofe, sobre o qual foi aberta a matrícula 116.771, onde o seu estado civil consta como viúva (fls.29). Assim,
o autor alegou que a doação feita a sua irmã foi realizada nos mesmos moldes que o negócio subjudice e que, no entanto, não houve nenhum óbice registral. O único documento nos autos que faz alguma referência no sentido de relacionar Anna Pereira com Adelinda Rosa como sendo a mesma pessoa, é a matrícula juntada a fl.33, onde consta o estado civil de viúva, prova insuficiente para abrandar todo o rigor imobiliário no tocante a segurança imobiliária dos registros, mesmo porque na certidão de óbito às fls.24 seu estado civil é de solteira. Em que pese todas as alegações do requerente e as correlações dos documentos, impossível se aferir a veracidade dos fatos, diante das inconsistências encontradas, como o nome e o prenome e estado civil. Conquanto à época dos acontecimentos, não houvesse o atual rigor, não se pode permitir a violação dos princípios que regem o direito imobiliário, principalmente a segurança jurídica dos registros públicos. Analisando os últimos documentos juntados (fls. 170/173), percebe-se a ausência da assinatura de Adelinda, de modo a não permitir a correta identificação e a confrontação com a digital recolhida a fl.15. Longe de se tentar insinuar qualquer fraude, fato é que o título, conforme se apresenta, gera dúvidas quanto à sua inteireza e isso é suficiente para impedir o seu ingresso no fólio real. No ensinamento de Luiz Guilherme Loureiro: “O registro de imóveis é fundamentalmente um instrumento de publicidade, portanto, é necessário que as informações nele contidas

coincidam com a realidade para que não se converta em elemento de difusão de inexatidões e fonte de insegurança jurídica.” (LOUREIRO, Luiz Guilherme. Registros Públicos: teoria e Prática. 2. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011, p. 230.)” Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de providências formulado por Espólio de Júlio Pereira, representado pelo inventariante Carlos Alberto Nogueira Pereira. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. - ADV: PAULO JOSE BASTOS MENDES PEREIRA (OAB 273940/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Coisas

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1045743-22.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Coisas - M.A.C. e outro - Em 12 de Dezembro de 2014, faço estes autos conclusos a MMª Juíza de Direito Drª Tânia Mara Ahualli da 1ª Vara de Registros Públicos. Eu, , escrevente, digitei. Registro de imóveis - Pedido de Providências cancelamento de transcrição indeferimento. Vistos. Espólio de Manoel de Albuquerque Cintra e Malvina de Albuquerque Cintra, representados pelo seu inventariante Leonardo Cintra, apresentaram pedido de providências em face do 11º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, diante da negativa em se cancelar a transcrição nº 8.773, datada de 17 de junho de 1949, daquela Serventia. O Oficial informou que os fatos narrados e a justificativa do pedido não podem ser aceitos, por não terem base legal que os sustentem (fls.42/45). O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls.70/72). É o relatório. DECIDO. Com razão o Oficial e o Ministério Público. Os autores buscam neste procedimento o cancelamento administrativo e unilateral da transcrição nº 8.773, com base na declaração do sucessor do titular de domínio. Conforme bem explanado pelo Oficial, entendo que não há lastro jurídico para o pedido. Eventuais alienações, desapropriações, invasões ou outros motivos ocultos que possam ter resultado na diminuição da área, devem ser pronunciados e provados em processo judicial apropriado, com todas as garantias do contraditório. A providência pretendida pelos interessados, cancelamento da transcrição, transborda os limites da esfera administrativa e deve ser buscada no âmbito jurisdicional, através de regular processo de conhecimento. Tal entendimento encontra guarida na característica primordial da propriedade, que é perpetuidade, transmitindo-se aos sucessores do titular (artigo 1784 do CC). Desta forma, impossível o simples cancelamento das transcrição, sendo que o intuito dos interessados é a perda da propriedade para se furtarem do pagamento dos impostos devidos e atrasados à Municipalidade. O Código Civil é sistemático, perde-se a propriedade voluntariamente por alienação, abandono e renúncia (artigo 1275, I, II e III do CC) e, perde-se a propriedade involuntariamente, pelo perecimento e pela desapropriação (artigo 1275, IV e V, do CC). Na presente hipótese não se configura qualquer das figuras jurídicas mencionadas. Impende notar que o artigo 1275 é, apenas, exemplificativo ao indicar cinco formas de perda da propriedade. O legislador não exauriu as possibilidades de perda da propriedade. Nesse sentido, a usucapião e a acessão não são apenas modos originários de aquisição da propriedade, mas também de perda da propriedade, estando sujeitos o proprietário desidioso, que não resguardou a sua posse, e também àquele que teve o seu bem acessório unido e incorporado à propriedade do titular do bem principal. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de providências formulado Espólio de Manoel de Albuquerque Cintra e Malvina de Albuquerque Cintra, representados pelo seu inventariante Leonardo Cintra. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste
procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. - ADV: DOUGLAS CARMIGNANI DORTA (OAB 29182/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1047050-11.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - OITAVO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - Luiz Carlos de Sousa Silva e outros - Vistos. Trata-se de comunicação feita pelo Oficial do 8º Registro de Imóveis da Capital acerca da falsidade da escritura registrada na matrícula nº 30.708 (R/5), lavratura perante o 1º Tabelião de Notas de Londrina, na qual Maria Aparecida de Souza Silva vendeu o imóvel para Manoel Gomes de Lima. Juntou documentos às fls. 03/66. A fim de se preservar o princípio da segurança jurídica, foi determinado o bloqueio da mencionada matrícula (fls.73/74). Neste contexto foi determinada a notificação da proprietária do imóvel, sendo informado nestes autos acerca de seu falecimento, ocasião em que os herdeiros requereram suas inclusões nos autos e tomaram conhecimento dos fatos (fls.103/108). O Ministério Público opinou pelo arquivamento do feito (fl.171). É o sucinto relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Não há elementos seguros e eficientes para demonstrar a ocorrência de falta funcional do Oficial Registrador que agiu zelosamente ao realizar o registro da escritura, tendo em vista o reconhecimento de firma pelo 23º Tabelião de Notas desta Capital e confirmada pelo escrevente da Serventia no site eletrônico do CENSEC. No mais, tendo em vista a comunicação dos fatos à autoridade policial para apuração de eventual ilícito, bem como ao Ministério Público e ao Juízo Corregedor de Londrina, nada mais a ser decidido nestes autos, restando exaurida as providências administrativas, devendo os herdeiros proporem as medidas judiciais cabíveis na via contenciosa. Expeça-se ofício ao MMº Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos, comunicando acerca dos fatos narrados na inicial, para as providências que entender cabíveis. Junte ao ofício cópia integral do feito. Por fim, aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. - ADV: CINTHIA MARIA SILVEIRA DE PAULA COSTA (OAB 135879/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1071

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1047813-12.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - JOSÉ BEZERRA DE QUEIROZ e outro - Trata-se de pedido de retificação de registro do imóvel constante da matrícula nº 96.688 do 18º RISP. Nos termos da inicial, o Município teria certificado a numeração na Rua Júlio Mário Salusse como nº 334 e número de contribuinte nº 127.024.0024-7. Contudo, na verdade, a numeração seria 338, e o número do contribuinte 127.024.0025-5. Colhidas informações do Registro de Imóveis. Opinou o Ministério Público pela improcedência do pedido. É o relatório. DECIDO. O pedido é improcedente. Conforme se depreende da matrícula nº 96.688, fora averbada construção de uma casa que recebeu o nº 12 da Passagem Particular Doze (Av 5, fl. 31). Assim, inviável a retificação pretendida quanto à numeração da Rua Júlio Mário Salusse, se ainda não averbada a atualização do nome da rua e o número do prédio, sob pena de ofensa à continuidade objetiva. No mais, a escrituração de fl. 16/19 é exata, já que seu objeto é, de fato, um imóvel situado na Passagem Paticular Doze, com as medidas lá descritas. Está lançado o número do contribuinte como sendo 127.024.0024-7 (retificação de número de contribuinte não é tema de retificação imobiliária, mas de cadastro municipal) e, na planta particular, constando como lote V do Parque Belém. Assim, a abertura de matrícula seguiu os termos do título aquisitivo, não havendo retificação a ser levada a cabo. Ao que parece, de fato, os autores ocupam imóvel diverso daquele que consta em seu título, já que estão no imóvel de nº 338, não naquele de nº 334, matéria que se resolve por permuta. A improcedência do pedido, assim, é medida de rigor. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido. Custas e despesas processuais pelos autores. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I. - ADV: JOSE ANTONIO DE NOVAES RIBEIRO (OAB 96833/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1071

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1047813-12.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - JOSÉ BEZERRA DE QUEIROZ e outro - Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): em cumprimento ao Provimento nº 577/97, o valor do preparo, para o caso de eventual interposição de recurso foi calculado em 2% sobre o valor da causa atualizado pela Tabela Prática do TJ/SP e importa em R$ 20,52. Certifico ainda que em cumprimento ao determinado na Lei 11.608 de 29/12/2003, deve ser recolhido na guia GARE, como preparo, o valor mínimo de 05 (cinco) UFESPs referente ao 1º dia útil do mês do recolhimento, se o valor calculado acima informado for menor do que 05 UFESPs. PJV 09. Nada Mais. - ADV: JOSE ANTONIO DE NOVAES RIBEIRO (OAB 96833/ SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1066013-67.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - HELENA BORAGAN - Registro de promessa cessão de direitos - quebra do princípio da cantinuidade - ausência de transmissão do domínio pela legítima proprietária tabular do imóvel - dúvida procedente. Vistos. Trata-se de dúvida suscitada por Helena Boragan em face da negativa do Oficial do 16º Registro de Imóveis da Capital em proceder ao registro da escritura de promessa de cessão parcial de direitos, referente ao imóvel matriculado sob o nº 74.773. Rela a suscitante que seu ex cônjuge, Cláudio Rodrigues, na qualidade de promitente cessionário, adquiriu de Carlos Walter Hidalgo Olivencia o mencionado imóvel, em 18.09.1970, ou seja, em data anterior a Lei do Parcelamento do Solo Urbano e, em virtude de partilha amigável homologada na ação de divórcio, o bem lhe foi transmitido. Argumenta que o imóvel tem metragem inferior à mínima estabelecida na Lei de Loteamentos, constando como 84,94 m², quando deveria ser o mínimo de 125 m², além do que a área faltante estaria indevidamente inserida na matrícula de outro imóvel, de propriedade de Lázara Ferreira Idalgo (esposa do promitente cedente). Assim, requer o registro da promessa de cessão parcial de direitos, o cancelamento da matrícula nº 74.773, com a abertura de duas novas matrículas, uma para o presente procedimento e outra para o outro imóvel de propriedade de Lazara Ferreira Idalgo. Juntou documentos às fls. 29/46 e 57/58. O Oficial Registrador manifestou-se às fls. 172/173. Esclarece a impossibilidade de se efetuar o registro, tendo em vista que o documento apresentado não se adequa aos termos da matrícula atual do imóvel. Informa que para a prática do ato em nome da suscitante, faz-se necessária a apresentação de escritura pública na qual conste a venda de parte do imóvel com área de 84,94 m², sendo que, de acordo com o Registro nº 2 da matrícula, figuram como proprietários Lazara e seus filhos. Por fim, salienta que o ex cônjuge da suscitante não possui título aquisitivo de parte do imóvel com origem na matrícula 74.773. O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida, mantendo-se consequentemente o óbice registrário (fls. 181/183). Intimada sobre a possibilidade da interposição de ação de usucapião para deslinde da questão, houve discordância da suscitante (fls.204/206). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. Decerto, conforme verifica-se à fl.42, trata-se de escritura de promessa de cessão parcial de direitos, ou seja, não houve a transmissão do título aquisitivo do imóvel em questão ao cessionário comprador Cláudio Rodrigues, casado à época com Helena Boragan Rodrigues. Portanto, não há que se falar em aquisição da área pela suscitante quando da homologação da partilha na ação de divórcio. Conforme se verifica do registro nº 2, o imóvel encontra-se em nome da viúva meeira Lazara Ferreira Hidalgo e respectivos herdeiros, não havendo qualquer comprovação nos autos de que a proprietária tabular tenha transmitido o domínio da área à suscitante. Logo, a pretensão viola o princípio da continuidade registrária. Segundo Narciso Orlandi Neto: “No sistema que adota o princípio da continuidade, os registros têm de observar um encadeamento subjetivo. Os atos têm de ter, numa das partes, a pessoa cujo nome já consta do registro. A pessoa que transmite um direito tem de constar do registro como titular desse direito, valendo para o registro o que vale para validade dos negócios: nemo dat quod non habet” (Retificação do Registro de Imóveis, Juarez de Oliveira, pág. 55/56). Na presente hipótese verifica-se a quebra do princípio da continuidade, previsto nos arts. 195 e 237, da Lei nº 6.015/73: “Art. 195 - Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade

do registro.; e Art. 237 - Ainda que o imóvel esteja matriculado, não se fará registro que dependa da apresentação de título anterior, a fim de que se preserve a continuidade do registro". O quadro ora delineado demonstra a impossibilidade de se permitir o registro pretendido, pois não há elementos probatórios nos autos da transmissão do domínio. Nessa linha, não é possível o ingresso no fólio real de descrição dissociada da realidade fática, porquanto o juízo positivo dessa situação pode redundar no reconhecimento de futuros direitos ou ser utilizado como meio de prova em razão das finalidades do registro público imobiliário. Neste contexto para deslinde da demanda há ser observada a sugestão da Douta Promotora de Justiça: "A autora deveria mover ação de usucapião, uma vez que em tese presentes os seus requisitos, pois em se tratando de modo originário de aquisição da propriedade, ultrapassado seria não somente o óbice da continuidade registrária, mas também a desconformidade tabular no pertinente à metragem alinhavada pela requerente..." Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a dúvida suscitada por Helena Boragan em face do Oficial do 16º Registro de Imóveis da Capital, mantendo o entrave registrário. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, cumpra-se a Lei n. 6.015/73, art. 203, I, e arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: ESTELITAFLORIANO MACHADO RODRIGUES (OAB 348992/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1066033-58.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - MARIA GARCIA CARRION e outros - Registro Formal de Partilha - Casamento sob o regime da comunhão universal de bens - divórcio sem partilha de bens - mancomunhão - inexistência de quinhão patrimonial individualizado - não tendo sido partilhados os bens adquiridos na constância do casamento pelo regime da comunhão universal de bens, a mancomunhão é absorvida pela herança - Dúvida improcedente. Vistos. Tratase de dúvida inversa suscitada por Maria Garcia Carrion, Luiz Antonio Sarori e Aparecida de Fátima Tegge Sartori em face da negativa do Oficial do 1º Registro de Imóveis da Capital em proceder ao registro do Formal de Partilha expedido pelo MMº Juízo da 6ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central, junto à matrícula nº 57.654. Alegam os suscitantes que Maria Garcia Carrion é legatária do "de cujus" Valentin Rosique Carrion, tendo sido com ele casada sob o regime da comunhão universal de bens. Relatam que a primeira suscitante e seu ex cônjuge, juntamente com os demais suscitantes, firmaram um instrumento particular de compra e venda do imóvel matriculado sob nº 57.654, sendo que tal bem foi adquirido pelo falecido após o divórcio, sendo que os bens do casal não foram partilhados e, consequentemente, o bem não foi transferido, fazendo parte do acervo de bens inventariados. Sustentam que durante a tramitação do inventário não foi expedido alvará para transferência da propriedade, e que o juiz não pode determinar a expedição de alvará para a transferência de imóveis em inventários findos, pois realizada a partilha cabe ao herdeiro do quinhão promover a transferência do imóvel. Asseveram que em observância ao princípio da continuidade registral o Formal de Partilha obrigatoriamente deve ser registrado para que conste a transferência do imóvel por força de partilha para a primeira suscitante. Juntaram documentos às fls. 07/227. O Oficial Registrador prestou informações às fls. 235/237. Argumenta sobre a existência de seis óbices registrários: a) que os bens legados à Maria Garcia Carrion foram vendidos no decorrer do inventário, tendo sido requerido alvará judicial para transmissão, sendo que do documento em referência, constou expressamente que esta transferência seria feita por meio da escritura pública. Entende que houve opção pelo instrumento notarial, restando aos interessados a elaboração da escritura pública ou o aditamento do Formal de Partilha; b) o imóvel encontra-se hipotecado à Caixa Econômica Federal; c) apresentação da carta de sentença do divórcio onde conste que o imóvel coube exclusivamente a Valentim, por ocasião do divórcio com a primeira suscitante; d) apresentação de cópia autenticada da certidão de casamento de Valentim com Maria Garcia, constando a averbação do divórcio; e) apresentação da certidão de casamento de Valentim com Rita Maria Silvestre; f) falta de qualificação dos compromissários compradores. Apresentou documentos às fls. 238/444. Os suscitantes manifestaram-se acerca do cancelamento da hipoteca que incidia sobre o imóvel, bem como a superação das demais exigências (fls.459/462, 466/467 e 479/480). O Ministério Público opinou pela improcedência da dúvida (fl.489). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Conforme se verifica dos documentos juntados aos autos, Maria Garcia Carrion foi casada com Valentim Rosique Carrion sob o regime da comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, e com o divórcio não houve a partilha, caracterizando o instituto denominado mancomunhão. Portanto, do fato jurídico da morte de Valentim Rosique Carrion decorreram: (a) o fim do casamento e a dissolução da sociedade

conjugal, com a necessidade de fazer partilha dos bens sobre os quais havia mancomunhão, i. e., comunhão em razão da sociedade conjugal; e (b) a transmissão causa mortis do domínio e da posse da herança, gerando necessidade de partilha. O Colendo Conselho Superior da Magistratura, em julgamento ocorrido no dia 04 de outubro de 2012, no autos da Apelação Cível nº 0037763-
38.2010.8.26.0114, abordou com minúcias as questões afetas ao patrimônio coletivo e à extinção do estado de indivisão associado ao regime da comunhão universal de bens: "De acordo com o regime da comunhão universal de bens, estatuto patrimonial eleito pelos cônjuges, o patrimônio comum compreende todos os bens, exceto os insuscetíveis de comunicação. Tal conjunto de relações jurídicas aferíveis economicamente constitui um patrimônio coletivo, enfim, um único patrimônio sob a titularidade de dois sujeitos de direito". Contudo, na presente hipótese não houve a partilha dos bens adquiridos pelo casal, sendo instituía a primeira suscitante através de testamento (fls.460/462) como legatária. Neste caso, como bem explana Philadelpho Azevedo: "Quando simultaneamente com o desquite não se faz a partilha dos bens, resta um período complementar, como acontece na herança, ou na sociedade que, depois de dissolvida, ainda entra em liquidação, fase que Carvalho de Mendonça chamava de agonia da sociedade, sem desaparecimento da personalidade jurídica". (AZEVEDO. Philadelpho. Um triênio de judicatura. Direito de Família. São Paulo: Max Limonad, [19-], p. 347, voto 143). Logo, tem-se que enquanto não efetivada a partilha dos bens comuns, estes pertencem a ambos os cônjuges em estado de mancomunhão, e após o falecimento de um dos cônjuges esta partilha é absorvida pela herança sobre a totalidade do imóvel, tornando herdeiros e legatários legítimos detentores de direitos da universalidade dos bens. Ao contrário do entendimento do Oficial, o estado de mancomunhão, somente cederia lugar ao estado de condomínio depois de operada a partilha dos bens do casal, o que não é o caso dos autos. Outrossim, verifico que a quebra do princípio da continuidade registraria pela mancomunhão em relação a titularidade do domínio foi afastada em anterior processo de dúvida, que tramitou perante este Juízo (nº 0044387-14.2011.8.26.0100). Logo, entendo não haver a necessidade de expedição de alvará judicial para a efetivação do registro do formal de partilha junto à matrícula do imóvel para que o domínio do bem possa ser transferido à Maria Garcia Carrion e, posteriormente, através de escritura, aos interessados Luiz Antonio Sartori e sua mulher. Por fim, verifico que os outros óbices encontram-se superados, através da documentação juntada ao Formal de Partilha. Do exposto, julgo improcedente a dúvida inversa suscitada por Maria Garcia Carrion, Luiz Antonio Sarori e Aparecida de Fátima Tegge Sartori, em face do Oficial do 1º Registro de Imóveis da Capital, a fim de que se proceda ao registro do Formal de Partilha. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, cumpra-se o art. 203, II da Lei 6.015/73 e arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: ELZA MEGUMI IIDA (OAB 95740/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1070976-21.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Sindicato de Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo APASE - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - ENTIDADE SINDICAL- ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA- CONSELHO DELIBERATIVO- ENTIDADES SINDICAIS COM NATUREZA DE ASSOCIAÇÕES-TERMO DE POSSE DOS DIRETORES E CONSELHEIROS ELEITOS-NECESSIDADE DE DUAS VIAS ORIGINAIS- ART. 121 DA LEI Nº 6.015/73 - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. O SINDICATO DOS SUPERVISORES DE ENSINO DO MAGISTÉRIO OFICIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO APASE intentou o presente pedido de providências em face do SR. 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL, pretendendo a averbação do termo de posse dos diretores e conselheiros eleitos para o próximo triênio, por ele obstada. Adotadas as formalidades legais, com manifestações do Sr. Registrador, da parte requerente e do Ministério Público. É o relatório. DECIDO. Nada obstante todo o esmero do requerente, o pedido de providências é improcedente. Superada a matéria de adequação das regras estatutárias à CLT, já que tal imposição não mais existe, forte no que ficou decidido nos autos nº 2014/9855, da E. Corregedoria Geral de Justiça do TJSP. As entidades sindicais (com natureza jurídica de associação) submetem-se às regras do Código Civil e a documentação referente ao processo eleitoral da entidade já está devidamente averbada junto ao registro (nº 414.860 1º RTD). Resta apenas a pendência quanto à ata de posse dos diretores e conselheiros eleitos. Quanto a ela, como dito, a exigência observa os ditames da Lei e da E. Corregedoria Geral de Justiça do TJSP. Isso porque não se admite registro de cópias, ainda que autenticadas. Daí porque a necessidade de vias originais. Nos

termos do art. 121 da Lei nº 6.015/73, o documento a ser qualificado, para que seja averbado/registrado, deve ser apresentado em duas vias originais, devidamente rubricadas e assinadas por todos os eleitos, com assinatura do Presidente, e dos originais do requerimento, do edital de convocação e da lista de presenças. Uma das vias ficará arquivada na serventia, e a outra devolvida para a entidade apresentante. Além disso, tal requisito também está previsto nas Normas de Serviço Extrajudicial da E. CGJ (Item 11, Seção II, Capítulo XVIII). Vários são os precedentes da E. Corregedoria Geral de Justiça, do Conselho Superior da Magistratura e desta própria Corregedoria Permanente, sempre no sentido da indispensável apresentação das duas vias originais para a averbação/registro do ato (Processo CG 2009/11746,Processo CG 2009/24761, Processo CG 2008/108173, Processo CG 2010/28595). Nestes termos, a improcedência do presente expediente é medida que se impõe. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de providências. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: OLYNTHO DE LIMA DANTAS (OAB 121975/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1071426-61.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Rivaldo Sant Anna - Embargos de Declaração - Recurso manifestamente infringente - Pretendida reapreciação da decisão - Descabimento - Entendimento pacificado no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça - Ausência de omissão e obscuridade - Embargos conhecidos e rejeitados. Vistos. RIVALDO SANT'ANNA opôs embargos declaratórios em face da sentença prolatada às fls. 118/120, sob a alegação de estar ela eivada de omissão. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Em que pese os argumentos dispendidos pelo embargante às fls.148/149 , verifico que se pretende nova análise das teses lançadas e consequentemente a modificação do julgado, de modo que, pretendendo a reforma da decisão proferida, deverá o embargante socorrer-se do recurso apropriado cabível à espécie. No mais, apesar das ponderações feitas, nada de novo foi acrescido, de modo que se conclui pela atribuição de efeito infringente aos embargos de declaração, sendo que os fatos expostos na inicial foram expressa e diretamente enfrentados na sentença prolatada. Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, conheço dos embargos opostos, porém REJEITOOS, MANTENDO A SENTENÇA tal como lançada. Por fim, conforme informação do registrador encontra-se em trâmite neste Juízo ação de dúvida (processo nº 1107480-26.2014.8.26.0100), na qual se trata da mesma questão ora aventada nestes autos. Assim, a fim de evitar decisões conflitantes, digitalize-se cópia da sentença proferida às fls.118/120, bem como das informações prestadas pelo registrador às fls. 121/122 naquele feito. Int. - ADV: MICHEL GUERRERO DE FREITAS (OAB 170873/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1077529-84.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - Ramon José Machado - Vistos. Homologo a desistência em relação ao prazo recursal formulado pelo requerente a fl.47. No mais, defiro o prazo de 10 (dez) dias para juntada do instrumento de procuração, sob as penalidades do artigo 13 do CPC. Sem prejuízo, manifeste-se o Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da petição de fls. 45/48. Com a juntada da manifestação, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: ANTONIO DANILO ENDRIGHI (OAB 164604/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 1073

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1083887-65.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - ADMINISTRADORA RIO BRANCO LTDA. - Vistos. Manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos termos da cota ministerial de fls. 63/64, juntando a certidão do distribuidor cível de Executivos Fiscais Municipais e Estaduais em nome da empresa Serviços Gráficos Fênix S/A. Com a juntada da manifestação, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: PAULO VIEIRA CENEVIVA (OAB 91832/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

Página 1073

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1085090-62.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 14º Oficial de Registro de Imoveis da Capital - Kazuo Uemura - Daniele Mye Uemura Assunção e outro - Vistos. Manifeste-se o Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos termos da cota ministerial de fl.57. Com a juntada da manifestação, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: MILTON GIORGI (OAB 95996/SP), MIYEKO MATSUYOSHI (OAB 85173/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens

Página 1074

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1103095-35.2014.8.26.0100 - Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - Ambev S/A - Registro de desmembramento de imóvel - desnecessidade de comprovação de que o imóvel não faz parte do acervo arrolado pela Receita Federal por não constar na matrícula qualquer ressalva neste aspecto - dispensa da apresentação das certidões de objeto e pé - princípio da concentração dos atos registrários na matrícula - dúvida improcedente. Vistos. Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento da empresa AMBEV/SA, em face da negativa em se efetuar o registro do memorial de desmembramento do imóvel localizado na Rua dos Ourives, nº 774, matriculado sob nº 200.446 (fls.15/22). Os óbices registrários referem-se: a) ausência do comprovante de aprovação do empreendimento pelo Grupo de Análise de Projetos Habitacionais (GRAPOHAB) ou prova da dispensa de análise; b) ausência da apresentação de todas as certidões previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79, em nome da antecessora Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV; c) ausência de apresentação em nome da suscitada de todas as certidões faltantes e previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79; d) ausência de apresentação da

certidão expedida pela Receita Federal do Brasil ou documento equivalente que comprove que o imóvel não faz parte do acervo arrolado pela Receita Federal, em virtude de apontamento genérico na Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União; e) ausência de apresentação das certidões esclarecedoras (objeto e pé) atualizadas de todas as ações em face da requerente e sua antecessora - Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, referentes aos apontamentos objeto das certidões pessoais emitidas; f) ausência de apresentação do contrato padrão mencionado no item VI, do artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79; g) ausência de apresentação de declaração da requerente com firma reconhecida por Notário, atestando que os protestos existentes não poderão prejudicar o empreendimento e seus eventuais adquirentes (art. 18, inciso VII, § 2º da Lei Federal nº 6.766/79). Relata que o título foi novamente apresentado pela suscitada e, após conferência, verificou-se o cumprimento das exigências mencionadas nos itens "a", "c", "f" e "g", reiterando-se as demais. Juntou os documentos de fls. 04/7664. A suscitada apresentou impugnação (fls.7665/7677). Relata que o Registrador, além de reconhecer o cumprimento das exigências dos itens "a", "c", "f" e "g", também entendeu superado o item "b", haja vista a apresentação de todas as certidões previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79, sendo que a controvérsia restringiu-se apenas ao cumprimento das exigências dos itens "d" e "e". Informa que em relação ao item "d", cabe à autoridade fiscal proceder com o registro e/ou averbação do termo de arrolamento, visando dar publicidade do gravame, todavia, não consta da matrícula do imóvel menção de que o bem faça parte do acervo de titularidade da suscitada, arrolados pela Receita Federal, conforme verifica-se na Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União (código de controle: 4AFC.0A15.6734.F1A9). Assevera que em relação ao item "e", o imóvel foi havido pela suscitada por meio de incorporação do acervo da Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, a qual adquiriu o bem por meio de usucapião. Relata que, em 26.02.2014, divulgou aos acionistas e ao mercado geral o balanço geral, consistente no patrimônio líquido de R$ 43.997.400.000,00 e com relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas a suscitada informou o total de provisões para 31.12.2013 em R$ 576.651.000,00, ou seja, a situação econômico financeira e o posicionamento da suscitada no mercado interno e externo, mostra uma sólida higidez, afastando eventuais riscos aos futuros adquirentes das unidades autônomas dos empreendimentos imobiliários que serão desenvolvidos nos imóveis decorrentes do desmembramento. Por fim, aduz a impossibilidade de se obter todas as certidões de objeto e pé das ações apontadas, tendo em vista a grande quantidade de demandas, aplicando-se neste caso por analogia as disposições do Capítulo XX, do Provimento nº 58/89, item 215.5, Tomo II - Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça. O Ministério Público opinou pela parcial procedência do pedido (fls. 7681/7683), com a manutenção da exigência do item "e". Manifestação da suscitada às fls. 7684/7701. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Em que pesem as alegações do Oficial Registrador e da Douta Promotora de Justiça, verifico que a dúvida é improcedente. Primeiramente, como bem exposto pela requerente, com o reconhecimento pelo Oficial da apresentação de todas as certidões elencadas no artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79, há a superação do item"b". Logo, resta a análise dos itens "d" e "e". Pois bem, o arrolamento administrativo fiscal de bens e direitos, instituído pela Lei nº 9.532/97, é um instrumento de controle posto à disposição da Fazenda Pública, possibilitando que ela tome conhecimento da movimentação do patrimônio do sujeito passivo, a fim de viabilizar a propositura de eventual medida cautelar fiscal, prevista na Lei 8.397/92, quando houver o intuito de frustrar cobranças referentes aos créditos tributários. Neste contexto, verifica-se no artigo 64 e seguintes, da Lei 9.532/97, que o arrolamento de bens deve ser realizado pela autoridade fiscal quando o crédito tributário constituído for superior a R$ 5000.000,00 e, cumulativamente, represente mais de 30% do patrimônio conhecido do sujeito passivo. Todavia, somente através da publicidade do arrolamento de bens e direitos, materializada pelo registro do termo no órgão ou entidade competente, é que se evidencia a existência de débitos tributários perante possíveis adquirentes do bem. Logo, como bem observado pela Douta Promotora de Justiça, somente com o ato registral haverá a publicidade a terceiros e o arrolamento produzirá os efeitos pretendidos. Neste contexto, de acordo com a matrícula do imóvel juntada aos autos, não há qualquer averbação e/ou registro do termo de arrolamento realizada pela autoridade fiscal, sendo assim incabível a exigência do Registrador de apresentação da certidão expedida pela Receita Federal do Brasil ou documento equivalente que comprove que o imóvel não faz parte do acervo arrolado pela Receita Federal, em virtude de apontamento genérico na Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União. No mais, verifico a possibilidade de ser afastada no caso em tela a exigência do item "e", referente a apresentação de todas as certidões de objeto e pé das ações nas quais figuram como parte a suscitada e sua antecessora. Decerto, vigora no sistema registrário o princípio da segurança jurídica em relação a terceiros de boa fé, futuros adquirentes das unidades autônomas do empreendimento. Todavia, a presente hipótese é excepcional, cujo rigor do princípio supra mencionado deverá ser amainado. Levando-se em consideração o porte da empresa suscitada e de sua antecessora, seria impraticável a manutenção da exigência de extração de todas as certidões de objeto e pé das ações intentadas contra elas, constituindo um enorme ônus para a parte e para o Judiciário Ademais, tais ações em tramite ou aquelas que vierem a ser propostas não afetarão os adquirentes, que poderão buscar os créditos junto à empreendedora ao invés de desfazer o negócio. A Medida Provisória abordou esta questão, fazendo menção ao princípio da concentração dos atos registrais na matrícula, impedindo a evicção ou decretação de ineficácia da alienação de uma unidade autônoma ou de um lote
decorrente de incorporação ou daquele devidamente registrado, e estabelecendo que: " Art. 11 A alienação ou oneração de unidades autônomas integrantes de incorporação imobiliária, parcelamento do solo ou condomínio de lotes

de terreno urbano, devidamente registrada, não poderá ser objeto de evicção ou de decretação de ineficácia, mas eventuais credores do alienante ficam sub-rogados no preço ou no eventual crédito imobiliário, sem prejuízo das perdas e danos imputáveis ao incorporador ou empreendedor, decorrentes de seu dolo ou culpa, bem como da aplicação das disposições constantes da Lei nº 8,078, de 11 de setembro de 1990". Há de se notar que, pelo princípio da concentração, há a possibilidade de averbação na matrícula do imóvel das ocorrências que alterem o registro, inclusive títulos de natureza judicial ou administrativa, para que haja uma ampla publicidade, preservando e garantindo com isso interesses de terceiros adquirentes de boa fé. Diante do exposto, julgo improcedente a dúvida suscitada pelo Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento da empresa AMBEV/SA, a fim de que se efetue o registro pleiteado. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 14 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: RENATA LORENA MARTINS DE OLIVEIRA (OAB 106077/SP), RAQUEL DEMURA PELOSINI (OAB 209558/SP), GUILHERME CAFFARO TERRA (OAB 256947/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Instituição de Bem de Família

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1104909-19.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Instituição de Bem de Família - Otavio Pogetto Filho - Priscila Leonor de Souza Pogetto Paiva - - Municipalidade de São Paulo - - Hugo Eneas Salomone e outro - Levantamento de valores em virtude de regularização de loteamento que deverá ser feita pelo loteador que tiver assumido a regularização - pedido improcedente. Vistos. Trata-se de pedido de levantamento de valores oriundo do depósito para regularização do loteamento denominado Parque Savoy City - Gleba 1, formulado por Priscila Leonor de Souza Pogetto Paiva e Patrick Rodrigo Pogetto, na qualidade de herdeiros de Otavio Pogetto Filho. Por petição inicial confusa, relatam os requerentes que após o falecimento de seu genitor tomaram conhecimento de que havia valores depositados junto ao Banco do Brasil, referentes a lote por eles herdado. Informam que foi expedido alvará de levantamento pelo MMº Juízo da 10ª Vara da Família e Sucessões da Capital, sendo que foi negado o cumprimento pela Instituição Fianceira, sob a alegação de que os valores estavam à disposição desde Juízo, em ação denominada "Loteamento Irregular" (processo nº 9900000). Juntou documentos às fls. 05/15. A Municipalidade de São Paulo manifestou-se às fls. 48/50. Informa a existência de uma conta no Banco do Brasil sob nº 3000128905721, em nome de Otavio Pogetto Filho, no valor de R$ 22.950,21 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e um centavos), pertencente ao loteamento Parque Savoy City - Gleba 1. Relata que o loteamento possui inscrição nº 107, junto ao 16º Registro de Imóveis da Capital, Auto de Regularização nº 20060303000, planta AU nº 04/3803/82 e que o P.A nº 1979/0.016.997-0, que tratou da regularização da área em questão, encontra-se arquivado desde 05/04/2014. O Oficial Registrador prestou informações à fl.56. Aduz acerca da ausência de registro de quaisquer espécies em nome de Otavio Pogetto Filho, bem como da existência de compromisso de venda e compra firmado entre Hugo Enéas Salomone (proprietário do loteamento) e o interessado, contudo este não foi averbado. Nova manifestação da Municipalidade às fls. 57/65. Salienta que na ocasião da implantação, referido loteamento não foi executado regularmente, razão pela qual, nos termos do artigo 38, caput e § 1º da Lei 6.766/79, o depósito das prestações devidas pelos adquirentes, passaram a ser feitas em conta judicial à disposição deste Juízo. Informa que os loteamentos implantados regularmente na vigência da Lei nº 6.766/79, pendem de regularização, já aqueles realizados anteriormente a mencionada lei, como é o caso do Parque Savoy City, eram inscritos no Registro de Imóveis e após, implantados. Esclarece que a Gleba 1, em que se localiza o lote adquirido pelo "de cujus", encontra-se regularizado pelo proprietário e loteador Hugo Enes Salomone. Preliminarmente requer o reconhecimento da ilegitimidade "ad causam", o recebimento da resposta, a retificação do pólo passivo para constar a Municipalidade, bem como a retificação do pólo ativo para constar os herdeiros e quanto ao mérito pugna pela improcedência do pedido. Juntou documentos às fls.66/70. O Ministério Público opinou pela notificação do loteador e alternativamente pela improcedência do feito (fls. 75/76). O pólo ativo da demanda foi regularizado à fl. 83, com a juntada de documentos às fls. 84/106. O loteador manifestou-se às fls. 108/109. Argumenta em síntese, que o pedido não merece ser acolhido, pois o loteamento em questão encontra-se devidamente regularizado nos termos da lei, consequentemente o valor das prestações depositadas pelo compromissário do lote só poderá ser levantado pelo loteador. Requer a expedição de alvará de levantamento dos valores em seu nome. O Ministério Público ofereceu opinou pela improcedência do feito (fl.123). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Primeiramente verifico que

as questões levantadas em sede de preliminar pela Municipalidade encontram-se superadas, diante da regularização dos pólos ativo e passivo. No mais, verifico que a alegação de “ilegitimidade ativa” será analisada por ocasião do julgamento do mérito. Feitas estas considerações, passo a análise da questão posta a desate: Cuida-se de pedido de expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em conta judicial, referente à regularização do loteamento denominado Parque Savoy City - Gleba 1. Pois bem, conforme nítida
explanação da Municipalidade (fls. 57/65), os valores foram depositados pelo “de cujus”, em uma conta à disposição deste Juízo em razão da irregularidade do loteamento. Conforme verifica-se, o loteamento em questão, encontra-se regularizado pela Municipalidade, conforme AÚ nº 04/3803/82, Auto de Regularização nº 20060303000, sendo tal regularização promovida pelo loteador Hugo Enéas Salomone. Ora, não seria razoável que o adquirente do lote devidamente regularizado, além de estar na posse do bem e adquirido o direito à propriedade, ainda levantar os valores que foram depositados por ocasião da compra, sendo que tal levantamento caberá ao loteador. O artigo 38, § 3º da Lei nº 6.766/79 é bem claro neste aspecto ao estabelecer que: “Regularizado o loteamento pelo loteador, este promoverá judicialmente a autorização para levantar as prestações depositadas, com os acréscimos de correção monetária e juros, sendo necessária a citação da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, para integrar o processo judicial aqui previsto, bem como audiência do Ministério Público”. Logo, detendo os herdeiros a propriedade do lote, podem usar, gozar e usufruir do mesmo, em razão da regularização e pagamento integral, o levantamento dos valores depositados deverá ser realizado pelo loteador. Diante do exposto, julgo improcedente o pedido formulado por Priscila Leonor de Souza Pogetto Paiva e Patrick Rodrigo Pogetto, e consequentemente julgo procedente o pedido formulado por Hugo Enéas Salomone, para determinar a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados na conta judicial nº 300128905721, junto ao Banco do Brasil, acrescidos de juros e correção monetária. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 15 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1107480-26.2014.8.26.0100 - Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - Durval Rigon Filho - Vistos. Compulsando os presentes autos, verifico a existência de conexão deste feito com o de nº 1071426-61.2014.8.26.0100, em trâmite perante este Juízo, tendo inclusive sido proferida sentença naqueles. Isto porque, dentre outros óbices imposto pelo Oficial para registro do instrumento particular de venda e compra, foi constatada a necessidade de correção do estado civil do vendedor do imóvel, objeto de ambas as demandas (Srº Antônio Apparecido de Siqueira). Logo, a fim de se evitar a prolação de decisões conflitantes, determino o apensamento destes autos à dúvida nº 1071426-61.2014.8.26.0100. Após, tornem os autos conclusos para sentença. Int. - ADV: LUIZ INACIO AGUIRRE MENIN (OAB 101835/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Propriedade

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1110248-22.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Propriedade - Flavia Placido Campozana e outros - Vistos. Pretendem as requerentes o cancelamento das clausulas de impenhorabilidade, inalienabilidade e incomunicabilidade que gravam o imóvel objeto da matrícula nº 23.175, junto ao 10º Cartório de Registro de Imóveis da

Capital. A requerente pretende cancelar, no âmbito administrativo, as cláusulas restritivas de inalienabilidade e impenhorabilidade que gravam o imóvel de sua propriedade, objeto da matrícula 157.702 do 16º Registro de Imóveis da Capital. Segundo o pacífico entendimento da E. Corregedoria Geral de Justiça, o cancelamento das cláusulas restritivas compete a órgão com função jurisdicional, no qual se investigará a vontade dos instituidores, e não ao juízo administrativo. Em outras palavras, impossível nos estritos limites do campo de atuação administrativa perquirir causa que não seja automática de extinção do vínculo. O argumento que embasa o pedido, de que está a restrição contrastando com a finalidade para o qual foi instituída, diz respeito ao direito material subjacente e deve ser deduzido na esfera jurisdicional. Nesse sentido o precedente da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça: Registro de Imóveis - Cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade instituídas em testamento - Cancelamento administrativo - Necessidade de interpretação da vontade do testador - Inadmissibilidade - Provocação da atividade jurisdicional que se mostra imprescindível - Recurso não provido (CGJSP - PROCESSO: 1.109/2005 CGJSP - DATA JULGAMENTO: 20/02/2006 - Relator: Álvaro Luiz Valery Mirra). Como mencionado no precedente acima citado, na esteira das decisões da Corregedoria: “ao MM. Juiz Corregedor Permanente, exercendo função atípica de verdadeiro agente da administração, falece competência para decidir sobre a validade das relações jurídicas contidas no título causal e sobre a eventual temporariedade da eficácia das cláusulas nele instituídas, pois invadiria o campo de atuação da atividade jurisdicional” (Proc. CG. 120/84 - Decisões Administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1984/1985, RT, ementa nº 60). Portanto, a pretensão da requerente depende de prestação jurisdicional adequada, na qual haverá cognição exauriente, tanto formal como material, e que não pode ser obtida na via administrativa. Posto isso, em consonância com o princípio da celeridade que norteia os atos processuais, bem como o estipulado pelo artigo 113, § 2º CPC, em razão da incompetência absoluta deste Juízo para análise da questão posta a desate nos termos da fundamentação da decisão proferida, faz-se mister a redistribuição do feito ao Juízo competente. Diante do exposto, redistribua-se o presente feito a uma das Varas Cíveis da Capital, com as cautelas e anotações de praxe. Int. - ADV: ALTINO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 52595/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1119828-76.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - RITMO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/S LTDA - Vistos. Para melhor elucidação da questão, antes de proferir a decisão, intime-se os antigos mutuários, ora credores (Cintia Perella Cancas e Nicolas Cancas), para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os fatos narrados na inicial. Com a juntada da manifestação ou no silêncio, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: ANA CAROLINA NAKAZATO GARCIA (OAB 319122/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1120996-16.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - Maria Lucia da Silva - Registro de escritura de inventário e adjudicação - alegada necessidade de ação de reconhecimento de união estável ante a ausência de outros herdeiros - existência de declaração de união estável firmada pelos cônjuges que supre a via judicial - Dúvida improcedente. Vistos. Tratase de dúvida suscitada pelo Oficial do 5º Registro de Imóveis da Capital a requerimento de Maria Lúcia da Silva, ante a negativa em se proceder ao registro da escritura de inventário e adjudicação, em que o

imóvel matriculado sob nº 34.068, dentre outros, foi adjudicado à suscitada no inventário extrajudicial de seu ex companheiro Istvan Avar. Os óbices registrários referem-se: a) necessidade do reconhecimento da união estável pela via jurisdicional; b) necessidade do inventário operar-se por ação judicial. Sustenta o Registrador que o "de cujus" foi qualificado na matrícula supra mencionada como separado e faleceu, em 14.02.2014, sem deixar testamento e herdeiros. Relata que na escritura de inventário e adjudicação constou que sua única herdeira é a suscitada, com quem convivia em união estável desde 1991, conforme declaração firmada por ambos em julho de
2001 e registrada no 3º Registro de Títulos e Documentos da Capital. Juntou documentos às fls. 04/33. A suscitada apresentou impugnação (fls. 34/36). Alega que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a união estável foi alçada à condição de entidade familiar, não havendo distinção entre o companheira que vivia em união estável e o cônjuge, consequentemente deve ser aplicado a presente hipótese o artigo 1.829, III e IV do Código Civil, que trata da ordem de vocação hereditária. O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Em que pese as alegações do Oficial Registrador e da Douta Promotora de Justiça, verifico que a dúvida é improcedente. Decerto, conforme estipulada na Resolução nº 35 do CNJ, que disciplinou a Lei 11.441/2007: "O companheiro que tenha direito à sucessão é parte, observada a necessidade de ação judicial se o autor da herança não deixar outro sucessor ou não houver consenso de todos os herdeiros, inclusive quanto ao reconhecimento da união estável". E ainda nos termos da NSCGJ, no Capitulo XIV, item 112: "O companheiro que tenha direito à sucessão é parte, observada a necessidade de ação judicial se o autor da herança não deixar outro sucessor ou não houver consenso de todos os herdeiros, inclusive quanto ao reconhecimento da união estável". Pois bem, conforme verifica-se na averbação da certidão de óbito acostada às fls. 25/26, o "de cujus", vivia em união estável, bem como não deixou filhos e testamento, sendo a suscitada a única herdeira. Neste contexto, verifica-se à fl.29 que, em julho de 2001, foi firmada perante o 3º Registro de Títulos e Documentos da Capital declaração de união estável pela suscitada e o falecido companheiro, reconhecendo o tempo de convívio por prazo superior a dez anos. A declaração de união estável com firma reconhecida pelo Tabelião, possui efeitos "erga omes", ou seja, válida perante terceiros, sendo desse modo aplicável o texto legal, ou seja, o reconhecimento da união estável pela via jurisdicional, desde que não haja qualquer declaração de vontade emanada de livre e espontânea vontade pelos companheiros. Ademais, observa-se que até a presente data, não houve qualquer impugnação em relação à declaração e consequentemente o ingresso com ação judicial geraria um grande ônus para a parte e para o Judiciário, bem como descaraterizaria os efeitos da declaração de reconhecimento firmada pelos próprios interessados. Neste contexto, de acordo com Paulo Gaiger Ferreira, Tabelião do 26º Tabelionato de Notas da Capital: "O contrato de convivência afetiva está fundado no princípio da autonomia da vontade, a liberdade que tem cada um de se comprometer segundo os seus desejos e aspirações, obrigando-se por sua palavra e não ao contrário, pela palavra alheia ou pela lei generalizante" (Grandes Temas de Direito de Família e das Sucessões, editora Saraiva, 1ª edição, p. 230). Dai conclui-se que a pessoa que declara a união estável, quer os efeitos legais previstos pelo Instituto, equiparado ao casamento para todos os fins, sendo que a obrigatoriedade do ingresso na via judicial para tal reconhecimento afrontaria o espírito da lei. Diante do exposto, julgo improcedente a dúvida suscitada pelo Oficial do 5º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento de Maria Lúcia da Silva, a fim de que se proceda ao registro da escritura de inventário e adjudicação (fls. 11/24), junto à matrícula nº 34.068. Não há custas, despesas processuais ou honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: SUSELI DE CASTRO (OAB 61290/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1126950-43.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - ELIANE SABBAGH CHARTOUNI - Vistos. Deixo de receber os presentes autos por dependência ao feito nº 0048850-28.2013.8.26.0100, tendo em vista que apesar de se tratar das mesmas partes, a questão a ser analisada é diversa. Logo, trata-se de procedimento independente, sendo certo que a decisão proferida neste feito em nada interferirá naqueles autos. Feitas estas considerações, nos termos das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, tomo II, cap. XX, item 30.1.1, com a redação que lhe deu o Provimento CGJ n. 11, de 16 de abril de 2013, art. 4º (verbis: "Caso o requerimento tenha sido instruído apenas com cópia do título, mesmo autêntica, o procedimento deverá ser convertido em diligência, para juntada do original, no

prazo de dez dias, sob pena de arquivamento"), imprescindível a vinda aos autos do título original. Assim, concedo prazo de 10 (dez) dias para que a interessada apresente, junto ao 4º Registro de Imóveis da Capital, o original do documento que pretende registrar, sob pena de extinção e arquivamento. Ficará ao encargo do Oficial Registrador a comunicação nestes autos sobre o recebimento e prenotação, bem como suas razões de recusa, quando da entrega do documento ou no prazo de 15 (quinze) dias, na hipótese de inércia da parte. Os originais permanecerão na guarda da Serventia Extrajudicial até o deslinde da demanda. Após, ao Ministério Público e conclusos. Int. -ADV: JOAO PAULO MIRANDA (OAB 173184/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências

Imprensa Manual

0008659-14.2014 Pedido de Providências Salvador Borges Vieira - Vistos. Tendo em vista o esgotamento de todas as tentativas para cientificação do requerente acerca da decisão proferida às fls. 40/42, conforme se verifica às fls.52, 55 e 57, aguarde-se provocação no arquivo. Int. (CP 47)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências

1115322-57.2014 - Pedido de Providências 4º Oficial de Registro de Imóveis da Capital Sentença (fls. 35/37): Pedido de providências transcurso de prazo sem consolidação da propriedade inadimplemento decorrente de cédula de crédito bancário consignada em garantida de quatro imóveis - pedido de dilação de prazo intimação judicial de um fiduciante pendente necessidade para concomitante leilão de todos os imóveis - excepcionalidade e razoabilidade formalismo amainado pedido deferido. Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado pelo 4º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, a pedido do BANCO SAFRA S/A, referente aos imóveis matriculados sob os nºs 163.548, 163.550 e 163.551. Aduz o requerente que, após a falta de purgação da mora pelo devedor fiduciante KLX Empreendimentos e Participações Ltda., em razão do inadimplemento contratual decorrente de Cédula de Crédito Bancário, decorreu o prazo para o Banco Safra S/A consolidar a propriedade, sem sua efetivação, o que de acordo com os itens 255 a 256.1 das NSCGJ torna mister realizar novo procedimento para tanto. Ressalta que o credor postula dilação do prazo de cento e vinte dias devido à falta de intimação de um dos devedores. Entende, por fim, que não cabe discricionariedade ao Registrador para conferir prazo maior ao disciplinado nas referidas normas. Juntou documentos (fls. 01/29). O Ministério Público opinou favoravelmente à realização do ato pretendido pelo credor (fl. 34). É o relatório. Decido. Trata-se de Cédula de Crédito Bancário e garantia por alienação fiduciária, envolvendo o Banco Safra e a empresa SCT ARTIGOS PRESENTES LTDA, tendo por objeto os imóveis matriculados sob os nºs 163.548, 163.550 e 163.551 do 4º Registro de Imóveis da Capital. Também é objeto da alienação fiduciária o imóvel caracterizado na matrícula nº 174.685 do 15º Registro de Imóveis da Capital, sendo fiduciante LEE MEN REI, e, para este, a intimação judicial ainda está pendente, configurando óbice para consolidação da propriedade. Pois bem, nos termos das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, itens 255 a 256.1 (verbis: Decorrido o prazo de 120 (centro e vinte) dias sem as providências elencadas no item anterior, os autos serão arquivados. Ultrapassado esse prazo, a consolidação da propriedade fiduciária exigirá novo procedimento de execução extrajudicial.), imprescindível a consolidação da propriedade dentro do prazo. Todavia, o rigor de tal formalismo é amainado pelo artigo 198 da Lei 6.015/73 que dispõe que: "... Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não a podendo satisfazer, será o título, a seu requerimento e com a declaração de dúvida, remetido ao juízo competente...". Ora, conforme se verifica na presente hipótese, o requerente não dispõe da intimação judicial necessária, por tratar-se de uma única dívida e da necessidade de realização de concomitante leilão nos termos do §5º do art. 27 da Lei nº 9.514/97, sendo para tanto
necessária solução da pendência relativa ao fiduciante LEE MEN REI, fato que originou o excepcional pedido de dilação de prazo. Entendo que tal hipótese caracteriza exceção à regra geral, diante da impossibilidade do requerente realizar o leilão de todos os imóveis dados em garantia, sendo que não haverá prejuízo ao devedor, existindo parecer favorável da douta Promotora de Justiça. Ademais, ficou patente nos autos não haver qualquer indício de inércia do Banco credor, sendo que também não se vislumbra risco dano a terceiros de boa fé. Do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

formulado pelo 4º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, a pedido do BANCO SAFRA S/A, concedendo a prorrogação do prazo para a efetivação da consolidação dos imóveis de matrículas nºs 163.548, 163.549, 163.550 e 163.551, por 60 (sessenta dias). Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tânia Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 419)

↑ Voltar ao índice

Registro de Imóveis - Pedido de providências

1115570-23.2014 - Registro de Imóveis - Pedido de providências - bem de família legal e voluntário - inteligência do artigo 1.711 do Código Civil e da Lei 8.009/90 - pedido indeferido. Vistos. Recebo os autos como pedido de providências. Anote-se. O 6º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo apresentou o presente pedido de providências, diante do requerimento de HEITOR JOSÉ GONÇALVES DA COSTA para averbar a Instituição de Bem de Família sobre o imóvel matriculado sob o nº 175.972, inscrito naquela Serventia, diante da qualificação negativa do título apresentado. Sustenta o Oficial a impossibilidade de se averbar a instituição do bem de família do referido bem, visto que tal procedimento só é possível mediante apresentação de Escritura Pública, conforme artigo 1.711 do Código Civil. Além disso, ilustra a diferença entre o bem de família legal, protegido pela lei 8.009/90, e o voluntário do aludido diploma legal (Fls.01/03). O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido de Heitor e pela manutenção do óbice imposto pelo Oficial (fls.58/59). É o relatório. DECIDO. Com razão o Oficial e o Ministério Público. A controvérsia dos autos versa sobre a possibilidade da instituição da residência familiar como bem de família, por simples indicação na matrícula do imóvel e o óbice imposto pelo Oficial, que sustenta que a proteção definida pela lei 8.009/90, se dá por força no estabelecido na própria norma, sem previsão de qualquer indicação no fólio registral. Estabelece o art. 5º da Lei n. 8.009/90 que: Considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente. Veja-se que previsão editada pela lei n. 8.009/90 teve como escopo justamente proteger a residência familiar. Nas lições do professor Álvaro Villaça de Azevedo: "O instituidor é o próprio Estado, que impõe o bem de família, por norma de ordem pública, em defesa da célula familial. Nessa lei emergencial, não fica a família à mercê de proteção, por seus integrantes, mas é defendida pelo próprio Estado, de que é fundamento." (Álvaro Villaça de Azevedo - Bem de Família - 5ª ed. 2009). Dispõe, com efeito, o art. 1º da lei supracitada: "O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta Lei". Assim, não há como o registrador averbar a instituição de Bem de Família sem apresentação de Escritura Pública, sendo certo que, por ser o único bem do requerente, o imóvel já está protegido legalmente. Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de providências iniciado a requerimento de HEITOR JOSÉ GONÇALVES DA COSTA e mantenho o óbice do Oficial. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tânia Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 418)

↑ Voltar ao índice

Dúvida

1112268-83.2014 Dúvida 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital - Registro de Imóveis para a qualificação do título aplicam-se as exigências legais contemporâneas ao registro e não as que vigoravam ao tempo de sua lavratura - tempus regit actum Dúvida Procedente. Vistos. O 16º Oficial de Imóveis de Capital suscitou dúvida, a requerimento de ADRIANO MONTEIRO JÚNIOR, que pretende registrar a escritura de compra e venda lavrada em 6 de abril de 1973, cujo objeto é o imóvel transcrito sob nº 19.887, no 9º Registro de Imóveis, atualmente pertencente à Serventia suscitante (fls.01/02). O interessado aduz, em suma, que a escritura data de 1973, o que o impossibilita de cumprir as exigências formuladas pelo Oficial, como a apresentação das certidões de casamento, RG e CPF de vendedores e compradores. Alega, ainda, que o título é anterior à Lei 6.015/73, motivo pelo qual a lei não pode retroagir para prejudicá-lo. O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida (fls.27/28). É O RELATÓRIO. DECIDO. Com razão o Oficial e o Ministério Público. Preliminarmente, de acordo com o princípio tempus regit actum, à qualificação do título aplicam-se as exigências legais contemporâneas ao registro, e não as que vigoravam ao tempo de sua lavratura. O Conselho Superior da Magistratura tem considerado que, para fins de registro, não importa o momento da celebração do contrato, em atenção ao princípio "tempus regit actum", sujeitando-se o título à lei vigente ao tempo de sua

apresentação (Apelação Cível nº, 115-6/7, rel. José Mário Antonio Cardinale, nº 777-6/7, rel. Ruy Camilo, nº 530-6/0, rel. Gilberto Passos de Freitas, e, mais recentemente, nº 0004535-52.2011.8.26.0562, relatada por V. Exa.). Assim, não se sustenta o argumento do interessado de que a lei só pode retroagir para beneficiá-lo, haja vista que a Lei nº 6.015/73 não está retroagindo, mas sendo aplicada no presente. O Oficial negou ingresso ao título em observação ao princípio da continuidade que, segundo o ensina Afrânio de Carvalho: "...quer dizer que, em relação a cada imóvel, adequadamente individuado, deve existir uma cadeia de titularidade à vista da qual só se fará a inscrição de um direito se o outorgante dele aparecer no registro como seu titular. Assim, as sucessivas transmissões, que derivam umas das outras, asseguram a preexistência do imóvel no patrimônio do transferente" (Registro de Imóveis, Editora Forense, 4ª Ed., p. 254). Na mesma senda, Narciso Orlandi Neto, in Retificação do Registro de Imóveis, Juarez de Oliveira, pág. 55/56, observa que: "No sistema que adota o princípio da continuidade, os registros têm de observar um encadeamento subjetivo. Os atos têm de ter, numa das partes, a pessoa cujo nome já consta do registro. A pessoa que transmite um direito tem de constar do registro como titular desse direito, valendo para o registro o que vale para validade dos negócios: nemo dat quod non habet". Nestes termos, uma vez que, atualmente, as normas registrárias
exigem a presença do número de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ou do Registro Geral da cédula de identidade, não poderá ser admitido o ingresso da escritura de venda e compra do suscitado em fólio real. Convém observar que o item 63, Capítulo XX, das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, torna essencial a adequada qualificação dos proprietários, especialmente no que tange ao número de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ou da cédula de identidade: 63. A qualificação do proprietário, quando se tratar de pessoa física, referirá ao seu nome civil completo, sem abreviaturas, nacionalidade, estado civil, profissão, residência e domicílio, número de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF), número do Registro Geral (RG) de sua cédula de identidade ou, à falta deste, sua filiação e, sendo casado, o nome e qualificação do cônjuge e o regime de bens no casamento, bem como se este se realizou antes ou depois da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. A alegação do interessado de que a obtenção dos documentos é impossível devido à longeva data de sua lavratura não tem o condão para afastar a observância do princípio da
continuidade, que representa um dos pilares dos registros de imóveis. E, como bem observou o Ministério Público: No mesmo sentido, o casamento, dependendo do regime matrimonial de bens e as eventuais alterações no estado civil do transmitente do direito, como a separação judicial, o divórcio e a viuvez com a partilha dos bens comuns, repercutem na titularidade do direito de propriedade. Daí a exigência de certidão atualizada, para preservação do princípio registrário da continuidade, da prévia averbação referente à qualificação da esposa e do regime matrimonial de bens, se diverso do legal, e, eventualmente, da separação judicial, do divórcio e da viuvez. A exigência decorre da Lei - artigo 167, inciso II, n.5 c/c art.169 e 246 parágrafo único da Lei de Registros Públicos. Portanto, corretas as exigências do Registrador. Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a dúvida suscitada e mantenho o óbice imposto. Não há custas, despesas processuais ou honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tânia Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 408).

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências

0023981-64.2014 Pedido de Providências Sebastião Gomes da Silva Sentença (fls. 43/45): Vistos. Trata-se de reclamação formulada por Sebastião Gomes da Silva em face do Oficial do 11º Registro de Imóveis da Capital. Alega, em síntese, que ao dirigir-se à Serventia Extrajudicial buscando informações acerca do registro da ata de convenção de condomínio do Edifício Francisco Prisco, apresentada pela Caixa Econômica Federal, foi mal atendido, tendo em vista o "empurra empurra" de um funcionário para o outro, bem como a solicitação para o reclamante entrar em contato com o escrevente Paulo Leandro, sendo que este não foi localizado. Assevera, por fim, que em contato com a Caixa Econômica Federal, foi informado que os seis meses de atraso no registro da ata se deu por culpa exclusiva do cartório extrajudicial. Segundo o Oficial Registrador, o "atraso" no registro da ata apresentada pela Caixa Econômica Federal ocorreu devido à demora no cumprimento das exigências legais, resultando em quatro prenotações. Informa que quando o reclamante dirigiu-se à Serventia, o título havia sido retirado pela CEF, bem como não foi apresentado o número dos protocolos, razão pela qual os atendentes não localizaram a documentação solicitada. Relata que o atraso para atender as exigências registrárias por parte da CEF, que manteve a documentação para ser corrigida por meses, foi o principal motivo do inconformismo do reclamante. Juntou documentos às fls. 08/23. Às fls. 28/30, o Oficial informou sobre o registro da nova convenção de condomínio do Conjunto Residencial Francisco Prisco. Devidamente intimado, o reclamante não se manifestou, deixando transcorrer o prazo "in albis", conforme certidão de fl. 42. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Em que pese a frustação do reclamante e as dificuldades que lhe sobrevieram em razão da espera e da falta de acesso ao título apresentado pela CEF a registro, não pode o Delegatário ser responsabilizado por um acontecimento a que não deu causa. Conforme pode se observar dos presentes autos, a culpa pelo atraso no

registro da ata de convenção do condomínio deu-se exclusivamente por culpa da Caixa Econômica, que adiou o cumprimento das exigências formuladas, sendo certo que o título encontrava-se para ingresso desde dezembro de 2013, ou seja, mais de um ano para apresentação das documentações exigidas pelo Oficial. Ademais cumpre destacar que o reclamante dirigiu-se ao Cartório sem apresentar o número do protocolo, a fim de que os funcionários localizasse o título, impossibilitando a presteza de um bom atendimento. Outrossim, em relação à agilidade no atendimento das dependências do cartório, o registrador comprometeu-se a proporcionar um melhor atendimento a fim de fornecer aos usuários informações mais rápidas ou justificar a impossibilidade momentânea de obtê-las. Verifico ainda que não há notícias de outras reclamações de teor semelhante envolvendo o 11º Registro de Imóveis. Por derradeiro, embora devidamente intimado sobre os esclarecimentos prestados, o reclamante preferiu manter-se silente, concordando implicitamente com as alegações do Registrador. Concluo, portanto, que não houve qualquer conduta irregular ou falta funcional a ser apurada. Diante do exposto, indefiro a reclamação formulada por Sebastião Gomes da Silva. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 173)

↑ Voltar ao índice

Dúvida

1106142-17.2014 Dúvida 15º Oficial de Registro de Imóveis da Capital Edson Mendes Mazzei da Rocha Sentença (fls.43/46): “Registro escritura de venda e compra conflito na transmissão dominial do imóvel ante a existência de duas prenotações observância ao princípio da prioridade dúvida improcedente”. Vistos. Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do 15º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento de Edson Mendes Mazzei da Rocha, tendo em vista a negativa em se proceder ao registro da escritura de venda e compra referente ao imóvel matriculado sob nº 143.398, lavrada em 16 de junho de 2010, a qual foi prenotada no dia 11 de setembro de 2014 sob nº 715.414. O óbice registrário refere-se à existência de outra prenotação, que também recai sobre o imóvel em questão, realizada em 12 de setembro de 2014 sob nº 715.606, na qual figura como adquirente Eduardo Nascimento Soares da Silva, casado com Rosemeire Aranibar Lopez Soares da Silva, caracterizando conflito de transmissão dominial, tendo em vista adquirentes distintos. Sustenta que a dupla alienação, a despeito da prioridade do título, poderá produzir dano de difícil reparação. Não houve apresentação de impugnação (certidão fl.33). O Ministério Público opinou pela improcedência da dúvida (fls. 41/42). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. A dúvida é improcedente. Conforme se verifica dos presentes autos, recaem duas prenotações sobre o mesmo imóvel, ou seja, uma realizada em 11.09.2014 (sob nº 715.414) e outra em 12.09.2014 (sob nº 715.606). Em que pese o zelo do Oficial Registrador, a pretensão do suscitado tem como base o princípio da prioridade, que rege os atos registrários. Este princípio tem a finalidade de evitar conflitos de títulos contraditórios, que são aqueles incompatíveis entre si ou reciprocamente excludentes, referentes ao mesmo imóvel, sendo que a prioridade se apura no protocolo do Registro de Imóveis, de acordo com a ordem de seu ingresso. De acordo com a lição de Afrânio de Carvalho: “O princípio da prioridade significa que, num concurso de direitos reais sobre um imóvel, estes não ocupam todos o mesmo posto, mas se graduam ou classificam por uma relação de precedência fundada na ordem cronológica do seu aparecimento: prior tempore polior jure. Conforme o tempo em que surgirem, os direitos tomam posição no registro, prevalecendo os anteriormente estabelecidos sobre os que vierem depois”. (Registro de Imóveis, 4a ed., Editora Forense, 1998, p. 181). Neste contexto, Afrânio de Carvalho na mesma obra acima mencionada sobre o princípio da
prioridade pondera que: “A sua caracterização é originariamente registral, pois se funda na ordem cronológica de apresentação e prenotação dos títulos no protocolo, sendo irrelevante a ordem cronológica de sua feitura ou instrumentalização, vale dizer, a sequência da data dos títulos. A ordem de apresentação, comprovada pela numeração sucessiva do protocolo, firma, pois a posição registral do título relativamente a qualquer outro que já esteja ou venha a apresentar-se no registro. Se essa posição lhe assegurar prioridade, correlatamente lhe assegurará a inscrição, contando que o resultado final do exame da legalidade lhe seja favorável”. (p. 182 e 183). Outrossim, conforme prescrevem os artigos 11 e 12 da Lei de Registros Públicos respectivamente: “Os oficiais adotarão o melhor regime interno de modo a assegurar às partes a ordem de precedência na apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre, o número de ordem geral”. “Nenhuma exigência fiscal ou dívida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante”. Assim, tem-se que obedecendo a ordem de apresentação do título, o suscitado tem garantido o seu direito de obter o registro do instrumento de compra e venda, caracterizando preferência sobre os demais que ulteriormente forem apresentados. Assim também dispõe as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, capítulo XX, itens 110.1 e 110.2: “110.1 Quando se tratar de ordem de indisponibilidade que tenha por objeto título determinado, que já esteja tramitando no registro imobiliário para fim de registro, sua prenolação ficará prorrogada, até que seja solucionada a pendência, cumprindo seja anotada a ocorrência na respectiva prenolação, no local próprio do Livro 1 - Protocolo. 110.2 Na hipótese descrita no subi tem 110.1, também permanecerão suspensas as

prenotações dos demais títulos representativos de direitos reais conflitantes relativos ao mesmo imóvel que forem posteriormente protocolados, passando-se à qualificação, observadas a ordem de prioridade decorrente da anterioridade do protocolo, assim que apreciada definitivamente a matéria na esfera jurisdicional". Posto isso, julgo improcedente a dúvida suscitada pelo Oficial do 15º Registro de Imóveis da Capital a requerimento de Edson Mendes Mazzei da Rocha e determino o registro da escritura de compra e venda do suscitado. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 386)

↑ Voltar ao índice

Dúvida

1119385-28.2014 Dúvida 14º Oficial de Registro de Imóveis da Capital Alice da Cruz Amadeu Sentença (fls.47/51): Registro Escritura de Inventário e Partilha violação ao princípio da continuidade divergência em relação à qualificação civil de uma das herdeiras Dúvida procedente. Vistos. Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento de Alice da Cruz Amadeu, ante a negativa em efetuar o registro da escritura de partilha dos bens de Elvira Lucas Cruz, genitora da suscitada. O óbice registrário refere-se à irregularidade na qualificação de uma das herdeiras filhas, tendo em vista que consta na matrícula nº 206.956 (registro 9) que Rosa da Cruz Rolim, casada sob o regime da comunhão de bens, adquiriu a fração ideal ideal de 1/6 decorrente do falecimento de seu pai, sendo que na escritura de inventário de sua genitora, figura como Rosa da Cruz, divorciada e beneficiária de outra fração ideal de 1/6. Vieram aos autos os documentos de fls.03/40. A suscitada não apresentou impugnação, deixando transcorrer o prazo "in albis", conforme certidão de fl. 41. O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida (fls. 45/46). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. O registro de imóveis é fundamentalmente um instrumento de publicidade. Portanto, é necessário que as informações nele contidas coincidam com a realidade para que não se converta em elemento de difusão de inexatidões e fonte de insegurança jurídica, contrariando, dessa forma, sua finalidade básica. Preliminarmente, cumpre destacar que os títulos judiciais não estão isentos de qualificação, positiva ou negativa, para ingresso no fólio real. O Egrégio Conselho Superior da Magistratura já assentou, inclusive, que a qualificação negativa do título judicial não caracteriza desobediência ou descumprimento de decisão judicial (Apelação cível n.413-6/7). Cite-se, a apelação cível nº 464-6/9, de São José do Rio Preto: Apesar de se tratar de título judicial, está ele sujeito à qualificação registrária. O fato de tratar-se o título de mandado judicial não o torna imune à qualificação registrária, sob o estrito ângulo da regularidade formal, O exame da legalidade não promove incursão sobre o mérito da decisão judicial, mas à apreciação das formalidades extrínsecas da ordem e à conexão de seus dados com o registro e a sua formalização instrumental. Nessa linha, também o E. Supremo Tribunal Federal já decidiu que: REGISTRO PÚBLICO - ATUAÇÃO DO TITULAR - CARTA DE ADJUDICAÇÃO - DÚVIDA LEVANTADA - CRIME DE DESOBEDIÊNCIA - IMPROPRIEDADE MANIFESTA. O cumprimento do dever imposto pela Lei de Registros Públicos, cogitando-se de deficiência de carta de adjudicação e levantando-se dúvida perante o juízo de direito da vara competente, longe fica de configurar ato passível de enquadramento no artigo 330 do Código Penal - crime de desobediência -, pouco importando o acolhimento, sob o ângulo judicial, do que suscitado (HC 85911 / MG - MINAS GERAIS, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, j. 25/10/2005, Primeira Turma). Sendo assim, fica claro que não basta a existência de título proveniente de órgão jurisdicionalizado para autorizar automaticamente o ingresso no registro tabular. No mais, de acordo com Afrânio de Carvalho: O princípio da continuidade, que se apóia no de especialidade, quer dizer que, em relação a cada imóvel, adequadamente individuado, deve existir uma cadeia, de titularidade à vista da qual só se fará a inscrição de um direito se o outorgante dele aparecer no registro como seu titular. Assim, as sucessivas transmissões, que derivam umas das outras, asseguram a preexistência do imóvel no patrimônio do transferente (Registro de Imóveis, Editora Forense, 4ª Ed., p. 254). Ou seja, o título que se pretende registrar deve estar em conformidade com o inscrito na matrícula. Oportuno destacar, ainda, a lição de Narciso Orlandi Neto, para quem: No sistema que adota o princípio da continuidade, os registros têm de observar um encadeamento subjetivo. Os atos praticados têm de ter, numa das partes, a pessoa cujo nome já consta do registro. A pessoa que transmite um direito tem de constar do registro como titular desse direito, valendo para o registro o que vale para validade dos negócios (Retificação do Registro de Imóveis, Editora Oliveira Mendes, p. 56). Necessário, por conseguinte, que o titular de domínio seja o mesmo no título apresentado a registro e no registro de imóveis, pena de violação ao princípio da continuidade, previsto no art. 195, da Lei nº 6.015/73: Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a previa matrícula e o registro do titulo anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro. Conclui-se, assim, que os registros necessitam observar um encadeamento subjetivo, ou seja, o instrumento que pretende ingressar no registro tabular necessita estar em nome do outorgante, sendo assim apenas se transmite o direito quem é o titular do direito. No caso posto, o imóvel matriculado sob nº 206.956, por ocasião do falecimento de Joaquim da Cruz da Cunha Viana (genitor) da requerente, foi partilhado entre a

viúva meeira (Elvira Lucas Cruz) e suas três filhas herdeiras, constando como uma das filhas Rosa da Cruz Rolim, casada sob o regime da comunhão universal de bens com paulo de Barros Rolim (r.9/206.956) fl. 35. Contudo, com o falecimento da genitora da suscitada, constou do título (fls. 05/10) como Rosa da Cruz, na qualidade de divorciada, sem haver qualquer menção deste fato na matrícula do imóvel. A averbação do divórcio de Rosa é imprescindível para que se assegure o perfeito encadeamento de titulares da cadeia dominial do imóvel. Essa omissão, impede que a escritura de inventário e patilha dos bens deixados pelo falecimento de Elvira Lucas Cruz, ingresse no fólio real. Afinal, não se pode registrar um título sem que se conheça, com segurança, a cadeia de titulares de domínio. Diante do exposto, julgo procedente a dúvida pelo Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital a requerimento de Alice da Cruz Amadeu e mantenho o óbice registrário. Sem custas ou honorários decorrentes deste procedimento. Oportunamente, cumpra-se o artigo 203, I, da Lei 6.015/73. Nada sendo requerido no prazo legal, ao arquivo. P.R.I.C. São Paulo, 08 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 426)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências

0029042-37.2013 Pedido de Providências Corregedoria Geral da Justiça 14º Oficial de Registro de Imóveis - Reclamação - atendimento deficiente do 14º RISP demora no atendimento telefônico - arquivamento. Vistos. Trata-se de pedido de providências, iniciado com a visita correcional do D Corregedor Geral da Justiça ao 14º Registro de Imóveis de São Paulo, com a finalidade de acompanhar a regularidade e adequação dos serviços de atendimento telefônico da serventia. O 14º Oficial prestou informações, no sentido de que a Serventia dispõe de duas Unidades de Resposta Audível (URA) para atendimento dos clientes; contando com 4 atendentes responsáveis, sendo que no horário de almoço há o revezamento entre eles, e ressalta o imenso volume de ligações telefônicas recebidas por dia, das quais 70% são dirigidas aos atendentes. Por fim, salienta os esforços para melhorar a qualidade dos serviços e diminuir o tempo de espera, determinando que os atendentes não mais leiam as notas devolutivas por telefone (fls. 09/11, 14 e 143). O Ministério Público opinou pelo arquivamento (fls.154/155). É o relatório. DECIDO. O caso é de arquivamento do presente procedimento. Com efeito, as informações prestadas pelo Registrador são suficientes para comprovar que não há medida censória a ser adotada por esta Corregedoria Permanente. Foram tomadas providências para dinamizar o atendimento dos usuários e novos recursos estão sendo empregados para solucionar a demora apontada. Os demais Registradores de Imóveis da Capital foram ouvidos e declararam possuir serviço semelhante ao do 14º Registro de Imóveis, com igual ou menor número de funcionários destinados ao atendimento telefônico. Ante o exposto, não verificada qualquer violação funcional na conduta do 14° Oficial de Registro de Imóveis e da atitude positiva do Oficial em melhorar a prestação de serviço de atendimento telefônico, determino o ARQUIVAMENTO do presente feito. Com cópia desta, comunique-se à E. Corregedoria Geral da Justiça. P.R.I.C. São Paulo, 7 de novembro de 2014. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 146)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências

0000108-98.2015 Pedido de Providências 2ª Vara de Registros Públicos. Sentença (fl.67): Vistos. Verifico que se encontra em trâmite perante este Juízo o procedimento de nº 0050166-42.2014.8.26.0100, com identidade de partes e objeto com o presente feito. Assim, tendo em vista a duplicidade na propositura de ações, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 267, IV e VI do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. P.R.I.C. São Paulo, 14 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP -1)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0005880-81.2011.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - João Escolastico dos Santos - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: CRISLENE APARECIDA RAINHA DA SILVA SOUSA (OAB 234973/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1080

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0009877-72.2011.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Priscilla Jeszensky e outros - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: SHEILA PUCCINELLI COLOMBO MARTINI (OAB 222070/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1081

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0019551-06.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - A.H. e outro - Vistos. Para audiência de instrução em continuação, designo o dia 10 de fevereiro de 2015, às 14:30 horas. Intimem-se a testemunhas Joana Hiar (fls. 92, cf. fl. 209) e Francisnei da Costa (fls. 223). Expeça-se carta precatória para oitiva da testemunha Gabriela Cristiane Rodrigues, conforme requerido a fl. 223, consignando-se para que o ato seja cumprido no prazo de quinze dias. Int. - ADV: FABRÍCIO YAMADA (OAB 177029/SP), CAROLINA RAMOS BALBINO SILVA (OAB 319213/SP), DIOGO AUGUSTO GIMENEZ RAIMUNDO (OAB 249600/SP), PATRICIA DIAS E SILVA (OAB 242660/SP), SADI ANTÔNIO SEHN (OAB 221479/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1081

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0019659-35.2013.8.26.0003 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Telma Garcia de Abreu Galhota e outro - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: MARIA APARECIDA SILVA (OAB 163290/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1083

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0034640-69.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - SIDNEY SILVA - Vistos. A despeito do que informou o Oficial de Registro Civil à fl. 75, o pleito formulado na exordial inclui também a retificação da certidão de nascimento do autor, uma vez que este pugna pela inserção em seu assento civil de um patronímico (fl. 3). Expeça-se o necessário, incluindo cópia da petição inicial e da presente decisão, a fim de que se cumpra integralmente o mandado de retificação. - ADV: MARCIO MORAIS XAVIER (OAB 133552/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1083

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0035208-22.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ivone Martins Bienzabas - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: DEJAIR JOSE DE AQUINO OLIVEIRA (OAB 121401/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1084

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0041374-36.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Celia Da Silva Craveiro e outros - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: APARECIDA CREUSA DIAS (OAB 36341/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1086

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0061240-30.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Zondonaide Silva Correia - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá complementar sua petição datada de 17/12/14, juntando as cópias das certidões de nascimento, no prazo de 10 dias, tendo em vista que as mesmas não acompanharam referida petição. - ADV: TOMAS ALEXANDRE DA CUNHA BINOTTI (OAB 98716/SP)

↑ Voltar ao índice

Impugnação de Assistência Judiciária

Página 1087

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0082277-50.2012.8.26.0100 - Impugnação de Assistência Judiciária - 2. Wen Ming Su e Tsay Ya Hui - - 1. Liu Jen Hsian Su e Jen Tung Su - ROBERTO SIMÕES NEVES - Trata-se de impugnação à assistência judiciária gratuita oposta por WEN MING SU E OUTROS, em face de ROBERTO SIMÕES NEVES. Aduz o impugnante que o impugnado não possui renda condizente com a concessão do benefício da gratuidade processual. Sustentou o impugnado que desenvolve um pequeno negócio, fazendo jus à concessão da benesse. Juntou declaração de IRPF. Ao analisar a documentação, percebe-se que os rendimentos auferidos pelo impugnado são condizentes com a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita. Ademais, percebe-se que este não possui a propriedade de outro imóvel. Desta forma, o conclui-se que o impugnante não logrou êxito na comprovação de que o impugnado possui padrão de vida incongruente com a concessão da gratuidade processual ou bens que pudessem custear o processamento do feito. Ademais, o impugnante não carreou aos autos informações adicionais. Ante o exposto, REJEITO a presente impugnação à assistência judiciária gratuita, a fim de manter o benefício concedido ao autor. - ADV: HUMBERTO DE CAMPOS FRANCISCO (OAB 157874/SP), CRISTIANO RÊGO BENZOTA DE CARVALHO (OAB 166149/SP)

↑ Voltar ao índice

Outros Feitos não Especificados

Página 1089

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0213183-07.2007.8.26.0100 (100.07.213183-2) - Outros Feitos não Especificados - D.E.B. e outros - Vistos. Considerado todo o tempo decorrido durante o tramitar destes autos, bem como os argumentos lançados pelo requerente, sublinhando-se a concordância manifestada pelo representante do Ministério Público, defiro o pedido formulado às fls. 71/74, determinando que o Cemitério Morumby realize nova tentativa de exumação dos corpos de Maria Luiza Diniz Correa e Diva Diniz Correa, intimando-se-o para tanto. Defiro também, se o caso, a cremação dos restos mortais de Maria Luiza Diniz Correa e Diva Diniz Correa, observadas todas as preocupações necessárias e as exigências pertinentes da autoridade sanitária para a execução do ato. O traslado dos restos mortais e as retificações necessárias restam conforme deferido pela Sentença de fls. 36/40. Expeça-se alvará necessário. Intimem-se. Intimo o Sr. Advogado a comparecer perante este Juízo no prazo de 10 dias para retirar o Alvará. - ADV: ABRAHAO DAWIDSON (OAB 22132/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0346185-05.2009.8.26.0100 (100.09.346185-1) - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - F.B.L.F. e outro - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: ALEXANDRE ROZENTRAUB ALVES SILVA (OAB 174735/SP), ADOLPHO DIMANTAS (OAB 10656/SP), MANOEL FERNANDES DE REZENDE NETTO (OAB 16018/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0428705-57.1988.8.26.0100 (000.88.428705-9) - Dúvida - Francisco Lorch e outro - Os autos foram desarquivados e estarão disponíveis para consulta por 30 dias, prazo após o qual retornarão ao arquivo. - ADV: MIRIAN REGINA FERNANDES MILANI FUJIHARA (OAB 94297/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1001937-10.2014.8.26.0011 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Evanildes Aparecida de Oliveira Pires - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: ALZIRO CARVALHO JORGE (OAB 170654/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1090

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1001937-10.2014.8.26.0011 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Evanildes Aparecida de Oliveira Pires - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: ALZIRO CARVALHO JORGE (OAB 170654/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1090

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1003129-65.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - RAFAEL MARCOS DE ASSUMPÇÃO e outros - FELIX TUBERO e outros - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. N - ADV: MAURIZIO MATRONE (OAB 155270/SP), JOSE ROBERTO ALONSO GARCIA (OAB 62530/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1090

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1012371-82.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - CAMILA FERREIRA FUNCHAL FERNANDES - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: MARILIA BUENO PINHEIRO FRANCO (OAB 71943/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Família

Página 1090

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1014452-50.2014.8.26.0020 - Pedido de Providências - Família - D.R.C. - - S.C.G.T. - Vistos. Diante da certidão retro e da sentença preferida nos autos nº 0050202-84.2014, JULGO EXTINTO o feito, sem julgamento de mérito, com fundamento no artigo 267, V, do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade da justiça. Anote-se. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se se, com as cautelas de praxe. P.R.I. - ADV: LUIS MANUEL BITTENCOURT DE GOUVEIA (OAB 256739/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1045337-98.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Valentina Cazziolato Tarallo - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: MARCELA DE MELLO CAZZIOLATO (OAB 177803/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1046767-88.2014.8.26.0002 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - José Santana Sobrinho - Vistos. Por cautela, solicite-se, primeiramente, à E. Corregedoria Geral da Justiça os préstimos de oficiar à Corregedoria Geral da Paraíba para que sejam feitas buscas do assento de nascimento de José

Santana Sobrinho, nascido em 28 de junho de 1948, nas serventias extrajudiciais da Paraíba. Int. - ADV: RAUL GAMA DUARTE FILHO (OAB 192808/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1065969-48.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - FERNANDA MARIA MENDES SAMIA - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: ANA MARIA SAGUAS PRESAS (OAB 230053/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1065969-48.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - FERNANDA MARIA MENDES SAMIA - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: ANA MARIA SAGUAS PRESAS (OAB 230053/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1070638-47.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - S.A.C.B. - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: DANNYEL SPRINGER MOLLIET (OAB 147509/SP

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1070638-47.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - S.A.C.B. - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: DANNYEL SPRINGER MOLLIET (OAB 147509/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1070857-60.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - LUCINEIDE DE MOURA - *remessa a Defensoria Pública para manifestação. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1091

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1070857-60.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - LUCINEIDE DE MOURA - Fls. 76/78: À autora para que se manifeste sobre a cota de fls. 76/78. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICADO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1076344-11.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Lucas Domiciano Neves - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: REGILENE DA SILVA LONGO (OAB 220761/SP

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1076344-11.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Lucas Domiciano Neves - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: REGILENE DA SILVA LONGO (OAB 220761/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - DIREITO CIVIL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1077765-36.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - DIREITO CIVIL - HAYDÉE NAVARRO LUNETA - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: JOSE MIGUEL DE BRITO DO CARMO (OAB 242357/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1082596-30.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de

Nome - Nina Melotto - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: RENATA SILVA FERRARA (OAB 237390/SP), MARIA FERNANDA VAIANO DOS SANTOS CHAMMAS (OAB 146781/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1082596-30.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Nina Melotto - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: MARIA FERNANDA VAIANO DOS SANTOS CHAMMAS (OAB 146781/SP), RENATA SILVA FERRARA (OAB 237390/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1082928-94.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - José David Marin e outro - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: ORLANDO MONTINI DE NICHILE (OAB 17321/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1082928-94.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - José David Marin e outro - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: ORLANDO MONTINI DE NICHILE (OAB 17321/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito

após prazo legal

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1086962-15.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - ROSELI OLIMPIO IWAMOTO - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: MANOEL DIAS FILHO (OAB 93104/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1089712-87.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - DANIELE NOGUEIRA TADO - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: AMAURI SOARES (OAB 153998/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

Processo 1089712-87.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - DANIELE NOGUEIRA TADO - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: AMAURI SOARES (OAB 153998/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1100578-57.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Marcela Lenzi de Almeida Prado Sampaio - Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido. Ciência ao Ministério

Público. Oportunamente, arquivem-se os autos, observadas as cautelas legais. Custas pela autora. Publique-se. Registre-se. Intimemse. - ADV: HUAGIH BACOS (OAB 27802/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1100818-46.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - FRANCESCA VIGNOLI PALAZZI e outro - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: EUGENIO REYNALDO PALAZZI JUNIOR (OAB 128126/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1100818-46.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - FRANCESCA VIGNOLI PALAZZI e outro - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: EUGENIO REYNALDO PALAZZI JUNIOR (OAB 128126/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1101160-91.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Solange Costa - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: MARIA TERESA CASALI RODRIGUES BASTOS (OAB 68313/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1092

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1101160-91.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Solange Costa - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: MARIA TERESA CASALI RODRIGUES BASTOS (OAB 68313/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1093

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1102345-33.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ASSIMINA JEAN BILLIS - Vistos. ASSIMINA JEAN BILLIS, ingressou com AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE FILIAÇÃO LEGÍTIMA CUMULADA COM ANULATÓRIA DE REGISTRO DE NASCIMENTO contra MARIA CRISTINA JEAN BILLI. Alega, em resumo, a falsidade ideológica na certidão de nascimento da requerida, não sendo esta filha legítima e herdeira do de cujos Jean Athanase Billis. Assim, pede a declaração de inexistência de filiação legítima, bem como de nulidade o registro de nascimento da requerida. O feito foi inicialmente distribuído à 6ª Vara de Família e Sucessões, que declinou sua competência em favor da Vara de Registros Públicos. DECIDO. O art. 113 da Lei de Registros Públicos restringe ao processo contencioso as questões de filiação legítima ou ilegítima, reiterando a competência da Vara da Família, verbis: “Art. 113. As questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso, para anulação ou reforma de assento”. No caso concreto, a narrativa dos fatos na petição inicial indica seguramente que eles devem ser apurados perante o juízo suscitado, uma vez que discute, ainda que por via transversa, a paternidade apontada, alicerçando-se no argumento de que o pai da Requerida não nasceu em Pernambuco, mas na Grécia, bem como que ela seria filha, na verdade, de terceiro. Destaca, ainda, a duplicidade de registros. Por fim, corrobora que a ação visa “declaração de inexistência de filiação cumulada com anulação de registro de nascimento” (fl. 34). Vale notar que a discussão da causa recai sobre questão de estado, motivo pelo qual deve ser realizada perante do Juízo de Família. Em casos semelhantes, assim tem decidido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “Competência. Ação visando alterar registro de nascimento sob alegação de nulidade quanto à paternidade apontada. Questão de estado acometida às Varas da Família e Sucessões. Decisão nesse sentido que é mantida. Recurso desprovido.” (AI nº 248.070.4/2, 5ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Boris Kauffmann, j . 11/9/2002). “Competência. Conflito negativo. Registro de nascimento. Pretensão anulatória. Inexistência de causa para retificação, restauração ou suprimento de registro (LRP, art. 109). Anulação que terá influência no estado de filiação. Questão de estado a ser dirimida pelo Juízo da Família e não pelo Juízo Cível. Conflito procedente. Competência do juízo suscitante.” (Conflito de Competência nº 98.386.0/2, Câmara Especial, Rel. Des. Fábio Quadros, j. 17/3/2003). “Conflito negativo de competência. Ação declaratória de inexistência de filiação e de nulidade de assento de nascimento. Ação de jurisdição voluntária de natureza contenciosa e não meramente administrativa. Injustificada sua tramitação perante vara de registros públicos. Competência, no caso, de vara de família e sucessões, pois o feito tem conotação sucessória. Conflito procedente.” (Conflito de Competência nº 179.346.0/0-00, Câmara Especial, Rel. Des. Eduardo Gouvêa. J. 31/8/2009). Posto isso, entendo que o juízo competente para processar e julgar o presente feito é o da 6ª Vara de Família e

Sucessões, razão pelo qual SUSCITO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, com fundamento nos artigos 115, II, e 116, ambos do Código de Processo Civil. Oficie-se à Presidência do eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, com cópia integral dos autos. Intimem-se. - ADV: REGIANE NOVAES (OAB 136064/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1093

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1104361-91.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Vera Lucia de Oliveira e outro - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: SHEILA PUCCINELLI COLOMBO MARTINI (OAB 222070/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1093

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1104361-91.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Vera Lucia de Oliveira e outro - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado - ADV: SHEILA PUCCINELLI COLOMBO MARTINI (OAB 222070/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1093

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1105120-21.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - R.J.S.B. - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1093

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1105120-21.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - R.J.S.B. - Vistos. Defiro a tramitação do feito em segredo de justiça pleiteada, a fim de resguardar a intimidade da requerente. Anote-se. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1093

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1112519-04.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - J.H.A. - Vistos. Manifeste-se o Tabelião. Int. - ADV: ERVAL DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 110119/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento

Página 1093

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 1126248-97.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Joselita Vieira Mascarenhas Bastos - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional da Lapa, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: NATHALIA BELTRAME SALA (OAB 254114/SP), THIAGO LUIZ DE SOUZA SALA (OAB 267970/SP)

↑ Voltar ao índice

Edital nº 03/2015 ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA.

Página 72

- Edital nº 03/2015 ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA.

O Doutor RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, Corregedor Permanente dos Registros Civis das Pessoas Naturais e Tabelionatos de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, atendendo ao que lhe foi solicitado por Pessoa Interessada, DETERMINA: Aos Senhores Oficiais e Tabeliães que comuniquem a este Juízo no prazo de DEZ dias informes a respeito da localização de ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA ARQUIVADOS NESSA SERVENTIA em nome de: SANDRA VALENTIM LEVY, CPF: 063.554.748-11, fazendo-se as buscas no período de 2011 a 2014, comunicando, a este Juízo, somente em caso positivo.

↑ Voltar ao índice

Edital nº 09/2015 PROCURAÇÕES ARQUIVADOS NESSA SERVENTIA

Página 72

Edital nº 09/2015 PROCURAÇÕES ARQUIVADOS NESSA SERVENTIA
O Doutor RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara de Registros Públicos, Corregedor Permanente dos Registros Civis das Pessoas Naturais e Tabelionatos de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, atendendo ao que lhe foi solicitado por Pessoa Interessada, DETERMINA: Aos Senhores Oficiais e Tabeliães que comuniquem a este Juízo no prazo de DEZ dias informes a respeito da localização de PROCURAÇÕES ARQUIVADOS NESSA SERVENTIA em nome de: SANDRA MENDES PEREIRA, RG: 25.924.965-8, CPF: 205.837.418-51 e TEREZINHA GONÇALVES ABREU BOTELHO, fazendo-se as buscas no período de 1999 a 2009, comunicando, a este Juízo, somente em caso positivo

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

Página 1003

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0001946-13.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - Agnaldo Galdino Freitas e outro - Vistos. Tendo em vista o cumprimento da decisão pelo Oficial Registrador (fls.103/122), defiro o desentranhamento dos documentos originais, bem como editais que instruíram o presente feito, os quais deverão ser encaminhados ao registrador mediante termo de recebimento e respectiva oposição de assinatura. Após, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Int. (CP 491) - ADV: BRUNO MARCELO RENNÓ BRAGA (OAB 157095/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1003

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0007813-89.2011.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - Valmir Antunes de Campos - 6º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - Igreja Cristã da Arca da Aliança e outro - Vistos. Tendo em vista o despacho de fl.599, fica prejudicada a análise da petição de fls.601/603. Cumpra a z. Serventia a parte final do mencionado despacho. Int. (CP 64) - ADV: SIRLENE APARECIDA ALEXANDRE DA TRINDADE (OAB 264277/SP), NILTON ALEXANDRE BORGES (OAB 183185/SP), LAERCI PEREIRA (OAB 186750/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Tabelionato de Protestos de Títulos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0028355-60.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Tabelionato de Protestos de Títulos - Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos - Vistos. Trata-se de pedido de providências iniciado por representação do MMº Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos, informando acerca da alienação do imóvel matriculado sob nº 16.409, junto ao 16º Registro de Imóveis da Capital, mediante a utilização de procuração falsa. Ocorre que Arnaldo Augusto Cláudio e sua mulher Lourdes da Silva Cláudio constituíram Conrado Alves da Silva como mandatário, em 28.03.2012, e por meio desta falsa procuração, lavrou-se no 4º Tabelionato da Capital (livro 2.9777, p. 383 a 386) escritura de venda e compra do imóvel supra mencionado a Hiber Banegas Condori e Felipe Choque Choque. Todavia, apurou-se que Arnaldo falecera em 29.06.1991 (certidão de óbito - fl.07) e Lourdes afirmou que jamais comparecera para outorgar a procuração. Foram juntados documentos às fls. 03/11. Segundo informação do IIRGD, o número de registro geral indicado pelo outorgado Conrado pertence a outra pessoa (fls.23/24). O Ministério Público manifestou-se à fl.42. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Primeiramente verifico que devidamente intimados (fl.75) os compradores Hiber Banegas Condori e Filipe Choque Choque, não regularizaram sua representação processual, logo, deixo de apreciar a petição de fls.61/63. Outrossim, verifico que se trata de pedido de bloqueio da matrícula nº 16.409, junto ao 16º Registro de Imóveis da Capital. Decerto, para apuração da falsidade documental, há necessidade de dilação probatória, o que é incompatível com este procedimento administrativo. Todavia, a fim de preservar o princípio da segurança jurídica, já que os elementos trazidos aos autos revelam que a superveniência de novos registros poderá causar danos de difícil reparação aos interessados e à terceiros de boa fé, por cautela, nos termos do artigo 214, § 3º da Lei 6015/75, recomenda-se o bloqueio da matrícula supra mencionada. Assim, determino o bloqueio da matrícula nº 16.409, do 16º Cartório de Imóveis da Capital, até solução final da questão. Cumpra-se, com brevidade o disposto na Portaria Conjunta 01/2008 das 1ª e 2ª Varas de Registros Públicos da Capital. Sem prejuízo, expeça-se ofício à CIPP, solicitando informações sobre a eventual instauração de inquérito policial para apuração dos fatos noticiados na inicial. Por fim, dê-se ciência ao Ministério Público. Int. (CP 139) - ADV: KELLY CRISTINA LOPES DO NASCIMENTO (OAB 313465/SP), ALMIRA LIMA DA SILVA UEDA (OAB 196605/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0034847-39.2011.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Morumbi Administração desenvolvimento imobiliario e construção ltda - Edson Giusti - Municipalidade de São Paulo - Daisy Maria Whitaker Kehl Lowenstein - - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A - - Golf Village Empreendimentos Imobiliários S/A - - Daisy Lili Maria Kehl Lowenstein - - João Luiz Walter Kehl Lowenstein - Certifico e dou fé que os autos aguardam no prazo de 10 (dez) dias, manifestação da(s) parte(s) se concorda(m) com o teor dos esclarecimentos periciais juntados às fls. 782/791. O prazo aqui fixado é improrrogável e este Juízo não conhecerá de requerimentos de reconsideração. Requerimento de reconsideração não interromperá a contagem de prazo. Nada Mais. PJV 24. - ADV: FERNANDO HENRIQUE FERNANDES (OAB 206725/SP), BEATRICE MITSUKA YOKOTA CAHEN (OAB 248437/SP), LEANDRO TOMAZ BORGES (OAB 187797/SP), SILVANA BENINCASA DE CAMPOS (OAB 54224/SP), OLGA MARIA DO VAL (OAB 41336/SP), GLEDSON MARQUES DE CAMPOS (OAB 174310/SP), FABIO ZAMITH (OAB 172595/SP), MARCELO BRINGEL

VIDAL (OAB 142362/SP), EDSON GIUSTI (OAB 13895/SP), PEDRO JOSÉ DE LIMA NETTO (OAB 183199/SP), MARCELO DE ALMEIDA TEIXEIRA (OAB 115125/ SP), LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0067679-57.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 16º Oficial de Registro de Imóveis - Juiz de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos da Capital - Renato Machado Novaes - Vistos. Manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca das informações prestadas pelo Registrador (fls. 93/94). Com a juntada da manifestação, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. (CP 371) - ADV: ROGÉRIO NATHALE (OAB 177403/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1006

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0119742-69.2007.8.26.0100 (100.07.119742-8) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Empreendementos Patrimoniais Santa Gisele Ltda - Prefeitura do Município de São paulo e outros - Licionéia Firmino de Oliveira - Vistos. Fls. 401/402: diante das alegações do representante do parquet, quanto as interferências apontadas em área pública, manifeste-se a Municipalidade, no prazo de 10 dias. Int. PJV-10 - ADV: OLGA MARIA DO VAL (OAB 41336/SP), SILVIA REGINA ORTEGA CASATTI (OAB 195472/SP), JORGE ABRAHÃO JÚNIOR (OAB 190434/SP), JEAN DANIEL JANCIAUSKAS URBONAS

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1007

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0004/2015

Processo 0181603-90.2006.8.26.0100 (100.06.181603-4) - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - Municipalidade de São Paulo e outro - Vistos. Fls. 752 verso: defiro o sobrestamento do feito pelo prazo de 120 dias. Int. PJV- 34 - ADV: SILVANA NAVES DE OLIVEIRA SILVA ROSA (OAB 78610/SP), FRANSRUI ANTONIO SALVETTI (OAB 45801/SP), SANDRA MAYUMI HOSAKA SHIBUYA (OAB 113559/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1008

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 0009814-62.2002.8.26.0100 (000.02.009814-6) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Tecnologia Bancária S/A - Prefeitura do Municipio de São Paulo - Vistos. Fls. 390: defiro o prazo de 15 dias. Fls. 395 verso: Após, manifeste-se o perito judicial acerca da cota ministerial. Int. PJV-32 - ADV: CLAUDIA LONGO (OAB 100051/SP), LEINA NAGASSE (OAB 169514/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

Página 1008

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 0019351-33.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Leonor Fava Pocinho e outros - Municipalidade de São Paulo - 1-Respeitado o entendimento do requerente, é preciso observar quais são os limites objetivos do presente feito. 2-Isso porque se trata de procedimento de jurisdição voluntária cujo o objeto (pedido e causa de pedir) era a retificação de registro imobiliário com apuração de remanescente. Não era (e nem poderia ser) pedido de registro de transferência de propriedade imobiliária. 3-Daí porque o procedimento precisa se restringir à sua finalidade (apurar remanescente), sendo inviável que se determine ao Registro Imobiliário a modificação do domínio com base em dispositivo que não existe na sentença deste processo (a sentença não possui qualquer determinação relativa à modificação do domínio). 4-Os próprios autores afirma que “tentaram por diversas vezes obter êxito no acento da referida transmissão de propriedade, porém, o 16o Cartório de Registro de Imóveis, sempre se negou a proceder o referido registro, alegando que, sem a existência da retificação de área, com a devida apuração do remanescente, não seria possível efetuar o acento pleiteado” (fl. 243). 5-Pois bem, o remanescente já está apurado e registrado. Devem os requerentes, agora, darem ingresso com seu título junto à Serventia extrajudicial, para sua qualificação e, se o caso, registro. Nada a prover nesta ação de apuração de remanescente. 6-Dê-se ciência dessa decisão aos requerentes e à N. Oficial do Registro Imobiliário. 7-Após, arquivem-se. I. PJV 15 - ADV: LILIAN APARECIDA FAVA (OAB 113890/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1009

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 0071632-63.2012.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - Jaime Ribeiro Damasceno e outro - Certifico e dou fé que os autos aguardam, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação da(s) parte(s) se concorda(m)

com o teor do laudo pericial. A manifestação só será necessária se a(s) parte(s) pretender(em) que se faça(m) reparo(s) sobre ponto essencial. Se a(s) parte(s) concordar(em) com o laudo, não é necessário que apresente(m) nenhum requerimento a respeito: o seu silêncio será desde logo entendido como declaração de anuência. O prazo aqui fixado é improrrogável e este Juízo não conhecerá de requerimentos de reconsideração. Requerimento de reconsideração não interromperá a contagem de prazo. Nada Mais. (CP 101). - ADV: LUCIANE CAIRES BENAGLIA (OAB 279138/SP), MARCIA MARIA DE QUEIROZ (OAB 251741/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1009

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 0083976-62.2001.8.26.0100 (000.01.083976-3) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Dulcinéia Guindalini Gomes e outro - Prefeitura do Município de São Paulo - Armando Petrella Neto - Certifico e dou fé que os autos aguardam, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação da(s) parte(s) se concorda(m) com o teor do laudo pericial. A manifestação só será necessária se a(s) parte(s) pretender(em) que se faça(m) reparo(s) sobre ponto essencial. Se a(s) parte(s) concordar(em) com o laudo, não é necessário que apresente(m) nenhum requerimento a respeito: o seu silêncio será desde logo entendido como declaração de anuência. O prazo aqui fixado é improrrogável e este Juízo não conhecerá de requerimentos de reconsideração. Requerimento de reconsideração não interromperá a contagem de prazo. Nada Mais. (PJV 203). - ADV: LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), CELSO LOTAIF (OAB 98970/SP), VALDINETE BATISTA PEREIRA (OAB 97543/SP), MARIA EUGENIA DE CARVALHO SALGADO (OAB 73484/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1012

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0005/2015

Processo 0336004-42.2009.8.26.0100 (100.09.336004-4) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Bludeni Administração de Bens e Comércio Ltda. - Municipalidade de São Paulo - Fazenda do Estado de São Paulo - Certifico e dou fé que os autos aguardam, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação da(s) parte(s) se concorda(m) com o teor do laudo pericial. A manifestação só será necessária se a(s) parte(s) pretender(em) que se faça(m) reparo(s) sobre ponto essencial. Se a(s) parte(s) concordar(em) com o laudo, não é necessário que apresente(m) nenhum requerimento a respeito: o seu silêncio será desde logo entendido como declaração de anuência. O prazo aqui fixado é improrrogável e este Juízo não conhecerá de requerimentos de reconsideração. Requerimento de reconsideração não interromperá a contagem de prazo. Nada Mais. (CP 445). - ADV: CLAUDIA LONGO (OAB 100051/SP), LUIS FELIPE STOCKLER (OAB 142058/SP), CAIO AUGUSTO LIMONGI GASPARINI (OAB 173593/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), ANDERSON CARNEVALE DE MOURA (OAB 260880/ SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 1014

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 0038695-29.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Corregedoria Geral de Justiça - 12° Oficial de Registros de Imóveis - Eduardo Lupianhes Pedromonico - Em 15 de Dezembro de 2014, faço estes autos conclusos a MMª Juíza de Direito Drª Tania Mara Ahualli da 1ª Vara de Registros Públicos. Eu, , escrevente, digitei. Pedido de Providências - emolumentos - são gratuitos os atos de registro predial praticados em cumprimento de mandados judiciais expedidos em favor da parte beneficiária da justiça gratuita, sempre que assim for expressamente determinado pelo Juízo do processo (Prot. CG nº 11.238/2006, e Processos CG nºs 397/03 3.908/99 e 18.236/95) - impossibilidade do exame e deferimento da gratuidade na esfera administrativa (Processos CG nºs 312/06, 710/2003) pedido indeferido. Vistos. Trata-se de pedido de providências iniciado por determinação da E. Corregedoria Geral da Justiça, diante do requerimento formulado por EDUARDO LUPIANHES PEDROMONICO em face do 12º Oficial de Registro de Imóveis, em razão da cobrança dos emolumentos para o registro do formal de partilha expedido nos autos de inventário nº 0022136-30.2010.8.26.0005, pelo juízo da 1ª Vara da Família e Sucessões de São Miguel Paulista. O interessado pleiteia que os benefícios da assistência judiciária gratuita, obtidos na seara judicial, sejam estendidos aos atos extrajudiciais e, portanto, requer o ressarcimento do valor dos emolumentos pagos (fls.152/154). O Oficial aduziu que o deferimento da assistência judiciária deve ser expresso por ordem do juiz, além de ser o benefício personalíssimo, não abrangendo, necessariamente, todos as parte do mesmo polo da ação. Nesse sentido, entende que não houve cobrança indevida dos emolumentos (06/07). O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 163). É o relatório. DECIDO. Com razão o Oficial. Insurge-se o interessado contra a cobrança de emolumentos, envolvendo questão relativa à assistência judiciária gratuita na esfera dos atos de registro imobiliário. Em rigor, a matéria já se encontra definida no âmbito administrativo da Corregedoria Geral da Justiça (Proc. CG nº 11.238/2006, e Processos CG nºs 397/03 3.908/99 e 18.236/95, entre outros), que não ignora, mas respeita a projeção da decisão judicial (proferida pelo juízo do processo) de isenção legal à parte beneficiária da assistência judiciária gratuita, na esfera dos emolumentos atrelados aos serviços de registro delegados, em atenção ao prescrito no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, artigo 3º, II, da Lei Federal n. 1.060/1950, artigo 259 do Código Judiciário do Estado de São Paulo e artigo 9º, II, da Lei Estadual nº 11.331/2002. Isso, entretanto, não é possível na extensão que o autor almeja. Com efeito, a garantia da gratuidade na esfera dos emolumentos por atos de registro predial se opera por reflexo de decisão judicial proferida pelo juízo do processo que defere à parte, no feito próprio, o benefício da assistência judiciária. Logo, não é por pedido formulado ao Registrador, sem prévia decisão judicial de concessão da gratuidade à parte, que se pode instituir a dispensa da cobrança da contraprestação pelo serviço prestado. Neste sentido, importante trazer à baila o parecer de lavra do MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Álvaro Luiz Valery Mirra (Proc. CG nº 312/06): “Ocorre que esta Corregedoria Geral da Justiça já firmou orientação sobre a inadmissibilidade de o Juiz Corregedor Permanente conceder, no âmbito administrativo, isenção do pagamento de emolumentos devidos às serventias extrajudiciais, para a prática de atos notariais e de registro, sem o reconhecimento, no processo judicial de onde emanados os títulos, da condição do interessado de beneficiário da assistência judiciária gratuita”. Pertinente transcrever, também, trecho do parecer emitido pelo Meritíssimo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. João Omar Marçura, aprovado pelo eminente Desembargador Luiz Tâmbara, então Corregedor Geral da Justiça: ‘REGISTRO DE IMÓVEIS - Gratuidade da Justiça - Concessão pelo Juiz Corregedor Permanente no âmbito administrativo - Inadmissibilidade - Isenção de taxa - Necessidade de previsão legal - Recurso provido para revogar a concessão. (...) Respeitado o entendimento do ilustre corregedor permanente, a isenção depende de lei expressa e, no caso dos autos, têm-se a incidência conjugada do artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal e do artigo 9º, II, da Lei Estadual 11.331/2002, de sorte que a isenção só haveria por ordem judicial, assim entendida aquela emanada de processo judicial e não administrativo, como ocorreu nestes autos. A razão de ser da Lei Estadual é clara, ou seja, visa a eficácia dos atos judiciais que se projetam no registro imobiliário.’ (Proc. CG n. 710/2003)”. Portanto, são gratuitos os atos de registro praticados em cumprimento de mandados judiciais expedidos em favor da parte beneficiária da justiça gratuita, sempre que assim for expressamente determinado pelo Juízo do processo, não havendo, todavia, espaço para o exame e deferimento da gratuidade na esfera administrativa. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de providências formulado por EDUARDO LUPIANHES PEDROMONICO. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios. Expeça-se Ofício à E. Corregedoria Geral da Justiça comunicando a respeito desta decisão. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. - ADV: EDUARDO LUPIANHES PEDROMONICO (OAB 184957/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de

Nome

Página 1014

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1001331-69.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - P.B.P.C. - Remetam-se os autos à 2ª Vara de Registros Públicos, a qual é competente para apreciar e julgar a presente demanda. Int. - ADV: THAIS BISPO DA SILVA (OAB 309714/SP)

↑ Voltar ao índice

Procedimento Ordinário - Propriedade

Página 1014

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1001660-81.2015.8.26.0100 - Procedimento Ordinário - Propriedade - Paulo Roberto Rossi - Vistos. Tendo em vista que o objeto da presente demanda é o registro de Carta de Arrematação, recebo o presente procedimento como dúvida inversa. Anote-se, retificando-se a autuação. Nos termos das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, tomo II, cap. XX, item 30.1.1, com a redação que lhe deu o Provimento CGJ n. 11, de 16 de abril de 2013, art. 4º (verbis: "Caso o requerimento tenha sido instruído apenas com cópia do título, mesmo autêntica, o procedimento deverá ser convertido em diligência, para juntada do original, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento"), imprescindível a vinda aos autos do título original. Assim, concedo prazo de 10 (dez) dias para que o interessado apresente, junto ao 5º Registro de Imóveis da Capital, o original do documento que pretende registrar, sob pena de extinção e arquivamento. Ficará ao encargo do Oficial Registrador a comunicação nestes autos sobre o recebimento e prenotação, bem como suas razões de recusa, quando da entrega do
documento ou no prazo de 15 (quinze) dias, na hipótese de inércia da parte. Os originais permanecerão na guarda da Serventia Extrajudicial até o deslinde da demanda. Após, ao Ministério Público e conclusos. Int. - ADV: CARLOS SÉRGIO ALAVARCE DE MEDEIROS (OAB 184042/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1014

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1021113-96.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - OZIAS PEREIRA SOUTO e outro - Trata-se de pedido de retificação proposta por OZIAS PEREIRA SOUTO e EUNISSE DE OLIVEIRA PRADO, com pedido de retificação "da escritura pública para fazer constar o correto numero do Cadastro do IPTU de como está (sic) 124.143.0002-6 para 124.108.0025-3, assim como, o competente Mandado de Retificação para o 16º Cartório de Registro Imobiliário da Capital". (fl. 3). O Ministério Público foi pela improcedência do pedido. É o relatório. DECIDO. Impositiva a improcedência do pedido. Verifica-se que o objeto do feito não é a retificação imobiliária, mas retificação

da escritura pública. Não há desconformidade entre o imóvel e o seu título aquisitivo (art. 213 da LRP e art. 1.247 do CC/02). Tais alegações não dizem respeito, diretamente, ao registro, o que demanda ação diversa, não podendo ser resolvida pela via da retificação de registro. Assim, mostra-se impositiva a improcedência do pedido. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e DECRETO A EXTINÇÃO do feito, com julgamento do mérito (art. 269, I, do CPC). Custas e despesas processuais pelos autores. Oportunamente, arquivem-se. P.R.I. - ADV: MARILENE PEDROSO SILVA REIS (OAB 142464/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1021113-96.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - OZIAS PEREIRA SOUTO e outro - Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): em cumprimento ao Provimento nº 577/97, o valor do preparo, para o caso de eventual interposição de recurso foi calculado em 2% sobre o valor da causa atualizado pela Tabela Prática do TJ/SP e importa em R$ 800,62. Certifico ainda que em cumprimento ao determinado na Lei 11.608 de 29/12/2003, deve ser recolhido na guia GARE, como preparo, o valor mínimo de 05 (cinco) UFESPs referente ao 1º dia útil do mês do recolhimento, se o valor calculado acima informado for menor do que 05 UFESPs. Usuc 289. Nada Mais. - ADV: MARILENE PEDROSO SILVA REIS (OAB 142464/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1037671-46.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - KAZUYUKI PEREIRA UEMURA - Retificação Registro de Imóvel - alteração do estado civil constante da matrícula - provas do equívoco - retificação deferida. Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por Kazuyuki Pereira Uemura em face do Oficial do 1º Registro de Imóveis da Capital, requerendo a retificação da matrícula de nº 86.338, para constar o estado civil correto de seu genitor, Takeshi Uemura como sendo solteiro, ao invés de divorciado. Relata o requerente que seu genitor adquiriu, contrato firmado com Zaihaku Saitama Kenjin-Kai Associação Cultural e Confraternização da Província de Saitama no Brasil, o imóvel descrito na matrícula de nº 86.338, junto ao 1º Registro de Imóveis da Capital. Argumenta que, em 02.02.2013, em razão do óbito do seu pai, ao proceder a abertura do inventário judicial, constatou que na escritura pública de compra e venda constava o estado civil dele como divorciado, quando na realidade era solteiro. Juntou os documentos de fls. 05/18. O Oficial Registrador manifestou-se à fl. 25. Informou que somente através da via judicial o requerente poderia obter sua pretensão, conforme nota de devolução (fl.18). O Ministério Público requereu a juntada do documento denominado Koseki, no qual constam os registros civis das famílias japonesas (fls. 29/30), sendo tal documentação apresentada pelo requerente às fls. 47/49. Houve nova manifestação do Ministério Público (fls. 53/54), opinando pela procedência do feito. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em seus arts. 213 e 214, I, g, permite a retificação do registro de imóveis sempre que se fizer necessária inserção ou modificação dos dados de qualificação pessoal das partes, comprovada por documentos oficiais, ou mediante despacho judicial quando houver necessidade de produção de outras provas. É essa a hipótese dos autos, para a qual há um conjunto de documentos que permitem afirmar que houve erro material no registro imobiliário, constando erroneamente o estado civil de Takeshi Uemura como sendo divorciado, ao invés de solteiro. Conforme

verifica-se do documento denominado Koseki, que trata dos registros civis inerentes ao direito de família do ordenamento jurídico japonês, que foi traduzido ao nosso vernáculo (fls. 47/49), não há qualquer menção que o genitor do requerente ostente a qualidade de casado ou divorciado, provando-se com isso o erro na qualificação do estado civil junto a matrícula do imóvel que se pretende corrigir. Ressalte-se novamente que eventual correção em relação à escritura de compra e venda do imóvel, firmada junto ao 6º Tabelião de Notas da Capital, deverá ser pleiteada pelo requerente junto ao MMº Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos da Capital. Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado por Kazuyuki Pereira Uemura em face do Oficial do 1º Registro de Imóveis da Capital, para que se proceda a retificação da matrícula do imóvel sob nº 86.338, fazendo constar o estado civil de seu genitor, Takeshi Uemura como solteiro. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios. Oportunamente, arquivemse os autos. P.R.I.C. São Paulo, 12 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: ROSANA MELO KOSZEGI (OAB 136640/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1014

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1041125-34.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Renata de Menezes da Silva e outro - Vistos. Tendo em vista a decisão em caráter normativo da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, acerca da notificação de somente um fiduciante, na hipótese de constar claúsula de procuração recíproca (fls. 163/166), dê-se ciência aos interessados, bem como ao Ministério Público. Após, aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. - ADV: ALAN MINUTENTAG (OAB 230295/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

Página 1015

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1068050-67.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - IDALINA EMA GUEDES NEVADO - Vistos. Fl.103: Defiro prazo de 30 (trinta) dias para a requerente prestar os esclarecimentos solicitados pelo perito às fls.98/100. Com a juntada da manifestação, cumpra-se a parte final do despacho de fl.101. Int. - ADV: ANGELA APARECIDA THEODORO GOUVEIA (OAB 113306/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1015

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1073452-32.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - DONZILIA DA SILVA CORREIA e outro - Vistos. Antes de sentenciar o presente feito, esclareçam os requerentes seu pedido, no prazo de 10 (dez) dias, tendo em vista que o imóvel matriculado sob nº 47.300, junto ao 5º Registro de Imóveis da Capital, foi adquirido somente por Donzilia da Silva Correia, conforme se verifica da escritura de venda e compra (fls. 15/18). Com a juntada da manifestação, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: PIETRO ANTONIO DELLA CORTE (OAB 135410/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1074349-94.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - IOLANDA LOPES e outro - Vistos. A parte autora requereu na inicial os benefícios da Justiça Gratuita. Foi dada a oportunidade a autora de comprovar seu estado de incapacidade para custear as despesas do processo (fls. 20), juntando aos autos, além da declaração de pobreza, cópia completa da última declaração de ajuste anual (bens e rendimentos) ao imposto de renda. A autora não atendendo a determinação preferiu recolher as custas iniciais (fls. 23/24). Com o pedido de fls. 42, não demonstrou a autora nenhuma modificação financeira que a incapacite de prover as despesas do processo. Com isto, indefiro o pedido de gratuidade, devendo a autora providenciar o depósito dos honorários periciais, ficando, desde já, deferido o parcelamento em até três vezes, em conformidade com a Ordem de Serviço nº 01/2013. Intime-se. - ADV: ZEINI GUEDES CHAWA (OAB 160562/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1074686-49.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Expansão Atividades de Difusão Cultural Ltda. EPP - Antonio Inácio Loiola Filho - - Municipalidade de São Paulo e outro - Vistos. Fls.161/162: Aprovo o assistente técnico indicado pela requerente Expansão Atividades de Difusão Cultural LTDA - EPP (Haroldo Batista da Luz), bem como os quesitos apresentados, que serão respondidos por ocasião da realização da perícia. No mais, ante as razões expostas pelo impugnante (fls.163/165), defiro o prazo de 15 (quinze) dias para a indicação de profissional técnico. Em relação à apresentação de quesitos suplementares, requerida pelo impugnante, verifico que poderão ser apresentados por ambas as partes, inclusive pela Municipalidade, caso o laudo seja inconclusivo, ou falte elementos que possibilitem auferir a real caracterização do imóvel. Outrossim, recebo os quesitos apresentados pelo impugnante às fls.164/165. Defiro, ainda, o acompanhamento do trabalho pericial pelo patrono do impugnante, devendo o srº perito entrar em contato através do telefone mencionado à fl.163, para informar o dia e hora. Sem prejuízo, abra-se vista ao Ministério Público para querendo apresentar seus quesitos. Int. - ADV:DURAID BAZZI (OAB 242306/SP), FLADISNEI DA SILVA BEZERRA (OAB 145132/SP), LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1084754-58.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - EDIVALDO MARTINS e outros - Companhia Patrimonial Paulista S/A e outros - - os autos aguardam manifestação do requerente sobre os honorários periciais estimados em R$ 9.000,00, e o respectivo depósito. - ADV: ALESSANDRA PEDROSO VIANA (OAB 148975/ SP), VIVIEN SCARLETT DE FREITAS MARTINS (OAB 285122/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1015

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1087927-90.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Condomínio Edifício Paquita - Retificação de registro em relação ao uso de vaga de garagem - direito de propriedade - matéria que foge ao âmbito administrativo e deve ser discutida em sede judicial, com a incidência de amplo leque probatório e contraditório pleno - pedido indeferido. Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por Condomínio Edifício Paquitá em face do Oficial do 5º Registro de Imóveis da Capital, requerendo a retificação da matrícula do imóvel sob nº 37.918, especificamente em relação à previsão de direito de uso na garagem coletiva. Relata o requerente a equivocada previsão de direito de uso da garagem coletiva para guarda de dois veículos de passeio, conforme averbação datada de 17.08.1982, junto à transcrição 38.376. Argumenta que, conforme se depreende da matrícula do imóvel, da escritura de declaração, especificação e convenção de condomínio, a unidade condominal em questão nunca gozou do direito de uso de duas vagas de garagem. Informa que a escritura pública de retificação mencionada, bem como a averbação desta na matrícula, não corresponde à realidade, violando o princípio da continuidade registraria. Assevera que o condomínio é composto por 52 apartamentos aos quais corresponde o direito de uso de uma vaga em uma das duas garagens coletivas, sendo tal questão abordada na escritura de declaração, especificação e convenção do condomínio, bem como nas Atas de Assembléia Geral Extraordinárias realizadas em 26.09.1994 e 06.03.1975. Salienta que os herdeiros da proprietária do imóvel, Vera Maria Teixeira da Costa Manso, alugaram o bem, sendo que os locatários sustentam o direito ao uso de duas vagas da garagem, insistindo no ingresso com dois veículos para passeio. Juntou documentos às fls. 18/362. A inicial foi emendada às fls. 365/368 e 375/378. O Oficial Registrador manifestou-se às fls. 384/393. Informou que a questão posta a desate não comporta mera retificação de registro, mas de modificação do direito real, representado pela propriedade matriculada sob nº 37.918. Relata que, por se tratar de registro antigo, há algumas imperfeições que só podem ser sanadas com a produção de prova pericial, especificamente em relação a área da garagem pertencente à unidade condominial 12-B, não sendo possível a retificação do registro de plano, devendo o requerente valer-se da via jurisdicional. O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido, ante a incompetência deste Juízo para apreciação da questão (fl.397). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. Observe-se, por primeiro, que esta Corregedoria Permanente não pode atribuir domínio ou posse a qualquer dos interessados. Sua competência limita-se em examinar a ocorrência de vícios registrários, à luz dos princípios que norteiam o registro de imóveis e da legislação em vigor, a fim de se aferir a regularidade formal dos atos praticados pelas serventias extrajudiciais. Feitas estas considerações, tem-se que a retificação quanto à previsão do direito de uso de vaga de garagem pelo proprietário, afetando eventual direito dos demais condôminos, é matéria atinente ao direito de propriedade, portanto discutível em sede judicial, ao crível do contraditório e ampla defesa. Assim, pela análise dos elementos carreados aos autos, entendo que não há indício de qualquer falta ou irregularidade funcional praticada pelo Oficial Registrador, consequentemente deverá o requerente pleitear eventual modificação de referida matrícula junto a uma das Varas Cíveis da Capital. Diante do exposto, indefiro a pretensão do Condomínio Edifício Paquitá em face do Oficial do 5º Registro de Imóveis da Capital, pela impropriedade

da via escolhida. Sem custas, honorários ou despesas decorrentes deste procedimento. Oportunamente, remetam-se os autos ao arquivo. São Paulo, 14 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: PEROLA KUPERMAN LANCMAN (OAB 212567/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1015

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1090348-53.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - CARLOS MARQUES DAS NEVES - 1-A ação de retificação de Registro Imobiliário é, na maioria das vezes, incompatível com a Gratuidade de Justiça, já que a parte autora é proprietária de imóvel e, além disso, a perícia é impositiva e complexa, não sendo possível ao Perito a realização dos trabalhos apenas com os valores pagos pelo Convênio com a Defensoria Pública. Ademais, a retificação do Registro Imobiliário é medida que apenas irá agregar valor ao patrimônio da parte autora e, por outro lado, a falta da referida retificação não lhe traz qualquer prejuízo material direto e imediato. 2-Não bastasse, consta que a parte autora é sócia proprietária de sociedade empresarial, como bem observado pelo Ministério Público. 3-Sendo assim, indefiro a gratuidade de justiça. 4-Recolham-se as custas, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. I. - ADV: GILBERTO PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 137310/SP), ELISABETE DECARIS PEREIRA (OAB 142969/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1016

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1091772-33.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - GENESIO CARVALHO DA SILVA e outro - “Cancelamento de hipoteca - pedido formulado por parte ilegítima - extinção do feito sem apreciação do mérito” Vistos. Trata-se de retificação de registro de imóveis formulada por Genésio Carvalho da Silva e Aldejaci Ferraz da Silva em face da negativa do Oficial do 16º Registro de Imóveis da Capital em proceder ao cancelamento da hipoteca registrada na matrícula do imóvel nº 151.406 (R-6/151.406). Relatam os requerentes que adquiriram o imóvel através do instrumento particular de cessão de direitos, junto à empresa Jardim Santa Mônica, em 05 de maio de 1973. Alegam que desde esta data mantêm a posse mansa e pacífica do bem, construíram no local a casa onde fixaram moradia, bem como estão arcando com todos os pagamentos de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel. Argumentam que ao providenciar a documentação para ingressarem em Juízo com ação de usucapião, foram surpreendidos com a incidência do registro de hipoteca para garantia de uma dívida de R$ 1.000.000,00 dada pelos proprietários Francisco Lima Borges e sua mulher Marcia Gonçalves Borges, em favor de Cleison Gonçalves de Castro. O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido (fls. 30/32). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Verifico que os requerente são partes ilegitimas para figurarem no pólo ativo da ação. Isto porque buscam neste feito o reconhecimento da propriedade do imóvel de que eventualmente são titulares, juntando vários documentos que comprovam a posse mansa, pacífica e de boa fé. Com efeito, o pólo ativo da demanda está composto por pessoa diversa da que figura como legítima titular de domínio do imóvel. Outrossim, conforme bem ponderado pelo Registrador, os requerentes não atacaram a regularidade e legalidade do título constitutivo da hipoteca, bem como o seu registro. Logo, não há que se cogitar de equívoco praticado pelo Oficial Registrador no lançamento da garantia. Ademais, a existência de gravame sobre o imóvel em questão não impede a propositura de ação de usucapião. Assim, julgo extinta a ação de retificação de registro de imóveis formulada por Genésio Carvalho da Silva e Aldejaci Ferraz da

Silva em face do Oficial do 16º Registro de Imóveis da Capital, com fundamento no artigo 267, VI do Código de Processo Civil. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: BENEDICTO FERNANDES FILHO (OAB 58894/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1093548-68.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - Associação dos Moradores do Condomínio "Solar dos Pássaros" - Em 16 de Dezembro de 2014, faço estes autos conclusos a MMª Juíza de Direito Drª Tania Mara Ahualli da 1ª Vara de Registros Públicos. Eu, , escrevente, digitei. REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA Averbação Ata de assembleia geral de associação civil Ausência de eleições regulares da diretoria por longo período Inviabilidade Princípio da continuidade Recusa do oficial de registro acertada pedido indeferido. Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado pela ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO "SOLAR DOS PÁSSAROS" em face do 2º Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital diante da negativa em proceder à averbação da Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2014. Aduz o requerente que o último registro de ata foi efetuado em abril de 2007, referente à Assembleia realizada em 19 de novembro de 2006. Desde então, após a renúncia da presidente, Sra. Cláudia, nenhum morador se candidatou ao cargo e a associação passou a se autogerir. Somente em abril de 2014 houve nova convocação de Assembleia Geral para regularizar a situação da associação e realizar eleições de novos dirigentes (fls. 01/03). Segundo o Oficial, a Ata foi qualificada negativamente devido à violação do princípio da continuidade, ante a lacuna temporal de oito anos entre as convocações para Assembleia, sendo certo que, segundo o próprio Estatuto Social da associação, a entidade deveria renovar ou reeleger sua diretoria a cada dois anos (fls.24/25). O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls.33/34). É o relatório. DECIDO. Entendo que o pedido é improcedente. A Associação pretende a averbação da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 21 de junho de 2014. É certo que a autora possui natureza de associação civil sem fins lucrativos, de modo que é regido por seu Estatuto Social, por Regimento Interno e pelas decisões proferidas na Assembleia Geral, que é órgão de poder soberano, competindo-lhe, assim, referendar qualquer deliberação. No entanto, a regra fundamental das pessoas jurídicas é a publicidade, o que ocorre por meio do registro público de seus atos constitutivos e averbações das modificações supervenientes, como consta do art. 45 do Código Civil. O ato constitutivo da pessoa jurídica é um negócio jurídico formal e deve ser observado o princípio da continuidade de maneira que a inscrição subsequente encontre sua procedência na antecedente, e assim por diante. Essa situação é fundamental à segurança jurídica concedida pelos registros públicos. A averbação pretendida viola o princípio da continuidade, pelo fato do espaço temporal entre as realizações das Assembleias, sem a formalização de anteriores deliberações. A última ata foi averbada em abril de 2007, referente à Assembleia realizada em novembro de 2006, situação em que houve a renúncia da Presidente. Conforme o estatuto social do recorrente, o mandato da diretoria tem duração de dois anos (art. 27 - fl. 12), de modo que não houve continuidade registral no que concerne à administração da pessoa jurídica. A tese de que a empresa ficaria sem administração nesse período não pode ser acolhida, porque o art. 49 do Código Civil determina a nomeação de administrador provisório, a ser obtida na via jurisdicional. Importante transcrever o parecer do Meritíssimo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Hamid Charaf Bdine Júnior, exarado em 21 de dezembro de 2010, e aprovado pelo então Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Munhoz Soares, em 3 de fevereiro de 2011: "De 1985 até a presente data ao menos até a noticiada assembléia de 1998 a entidade em questão atuou sem a formalização das decisões adotadas em assembléias gerais. Esta circunstância torna inviável a pretendida inserção da ata transformação da natureza social da requerente levada a efeito em à assembléia geral realizada em 2008". A ausência de formalização e inscrição das decisões tomadas em anteriores assembleias pela entidade autora impede a verificação da regularidade e legitimidade da convocação da última reunião, cuja ata se busca averbar. Deste modo, impossível falar em convalidação pela última assembleia dos atos anteriores praticados, sem a possibilidade de aferição da regularidade da realização de tal reunião. Bem por isso, ainda, encontrando-se a entidade sem administração regularmente constituída, impõe-se, efetivamente, a nomeação judicial de administrador provisório, nos termos do art. 49 do Código Civil, a fim de ser regularizada a situação da interessada. Nesse sentido a jurisprudência da E. Corregedoria Geral da Justiça: "Registro Civil de Pessoa Jurídica Entidade religiosa Averbação de ata de assembléia de eleição de presidente Inatividade da entidade durante vários anos e posterior retomada das atividades Ausência de apresentação de atas das assembléias anteriores Inadmissibilidade Falta, ainda, de elementos

documentais essenciais à inscrição de atas assembleares Averbação indeferida Recurso não provido.' (Proc. CG n. 771/2006). 'Registro Civil de Pessoa Jurídica Entidade religiosa Averbação de ata de assembléia geral extraordinária Ausência de apresentação de atas de assembléias anteriores, relativas aos últimos 40 anos Falta de continuidade ou, pelo menos, compatibilidade Necessidade da nomeação de administrador provisório (artigo 49 do Código Civil), o que só pode se dar na via jurisdicional Existências de precedentes desta Corregedoria Geral da Justiça Averbação que deve ser indeferida Recurso provido para tal fim." (Proc. n. 2007/11.901). Por fim, imprescindível ressalvar que a nomeação do administrador provisório deverá ocorrer na esfera jurisdicional, conforme entendimento firmado na Corregedoria Geral da Justiça (Processos nºs 1.283/2003, 206/2004, 610/2004, 611/2004, 959/2006 e 11.901/2007, entre outros); não na esfera administrativa da Corregedoria Permanente (Processo CG nº 2010/99461). Por todo o exposto, INDEFIRO a averbação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e mantenho o óbice imposto pelo Oficial. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C - ADV: SILVIA DOMINGOS DOS SANTOS (OAB 162350/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1100916-31.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - ARNALDO FRANCO MORAES - Vistos. Manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos termos da cota ministerial de fl. 25. Após, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: JONAS GOMES (OAB 99153/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Bloqueio de Matrícula

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1103308-41.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Bloqueio de Matrícula - Severina Granja - Averbação para exclusão do ex companheiro na matrícula do imóvel -reconhecimento de separação de fato quando da aquisição do imóvel por doação - incompetência do Juízo - pretensão que deve ser deduzida em via judicial própria - pedido indeferido. Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por Severina Granja em face da negativa do Oficial do 8º Registro de Imóveis da Capital em proceder a averbação para exclusão do nome do seu ex cônjuge junto à matrícula de nº 181.215. Relata a requerente que o imóvel, objeto da presente demanda, foi adquirido por meio de doação feita por Deocleciano de Aguiar, através de escritura lavrada em 11.10.1968 junto ao 12º Tabelião de Notas da Capital, transcrita sob nº 64.772. Informa que por ocasião da mencionada lavratura, encontrava-se separada de fato de seu ex companheiro (Luiz Valencio) havia mais de 10 (dez) anos. Aduz que, em 25.11.1996, foi homologado o divórcio consensual e expedida carta de sentença pelo MMº Juízo da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional IV - Lapa. Juntou os documentos de fls. 06/30. O Oficial Registrador manifestou-se às fls. 35/36. Alega que somente o Poder Judiciário poderá afastar eventual direito do cônjuge sobre o imóvel, reconhecendo, por conseguinte, a incomunicabilidade do bem. O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido (fl.42). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Tendo em vista os documentos apresentados à fl. 05, defiro a prioridade na tramitação processual do presente feito. Anote-se, tarjando os autos. Passo à análise do mérito. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. Em que pesem as alegações da requerente, não há qualquer comprovação nos autos acerca da eventual separação de fato ocorrida há dez anos da lavratura da escritura de doação do imóvel, gerando consequentemente a incomunicabilidade do bem e a participação de seu ex cônjuge da propriedade do imóvel.

Conforme verifica-se na carta de sentença extraída dos autos de divórcio consensual (fls.12/14), não houve o reconhecimento da separação de fato alegada pela requerente, bem como notícia sobre a partilha de eventuais bens, declarando o MMº Juízo quando da prolação da sentença que: "... A declaração de reserva e incomunicabilidade do bem imóvel adquirido pela autora durante a separação de fato, deve ser buscada por ação própria, dada a diversidade da prova ser produzida". Há que se ressaltar que a natureza e validade dos negócios jurídicos que ensejaram o registro não podem ser apuradas nesta sede. Não há como solucionar análise de alegação referente ao reconhecimento de separação de fato quando da aquisição do imóvel pela requerente, sendo que tal questão fogo ao âmbito registral e da própria competência desta Corregedoria Permanente. O Registrador acertadamente reproduziu os termos do negócio jurídico, consistente na lavratura da escritura de doação (fls. 06/09), em que consta o estado civil da requerente como casada. O reconhecimento da separação de fato deve ser realizado na via judicial própria, sob o crível do contraditório e ampla defesa. Assim, não constato qualquer irregularidade no registro ou ofensa aos princípios registrais no presente caso. Por todo o exposto, julgo improcedente o pedido formulado por Severina Granja em face do Oficial do 8º Registro de Imóveis da Capital. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos P.R.I.C. São Paulo, 15 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: HELIO DOS SANTOS (OAB 97012/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1104408-31.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - C.C.W.M. e outro - Pedido de reconsideração - Questão já decidida definitivamente por este Juízo - Extinção do feito por falta de interesse de agir. Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por Clube da Comunidade Waldemar Moreno, pretendendo a reconsideração da sentença proferida nos autos nº 0045934-21.2013.8.26.0100, que indeferiu o pedido do requerente para averbação da Ata de Assembléia Geral Extraordinária, ante a afronta ao princípio da continuidade e ausência de compatibilidade entre o novo ato associativo e aqueles que se encontram inscritos, caracterizando uma lacuna administrativa. Relata o requerente que apesar de ter sido proferida a decisão mencionada, verifica-se do Estatuto Social a existência de dispositivos que possibilitam a solução da questão de forma interna, de modo que a própria Associação possa resolver problemas relacionados ao vencimento do mandato, de acordo com os artigos 32,33 34 e 39 do Estatuto. Juntou os documentos de fls. 11/54. O Oficial manifestou-se às fls. 57/62. Sustenta a ocorrência de lacuna administrativa em razão da ausência de eleição do vice presidente para complementar o mandato dos demais diretores em exercício, que terminou em 28.09.2012. Salienta que a eleição e posse de novo diretor e vice presidente, em face do falecimento do ocupante do cargo, deveria ter sido implementada à época, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esta finalidade. Esclarece, ainda, que foram elencadas duas exigências não impugnadas pela requerente; a falta dos originais da ata da assembléia geral extraordinária realizada em 26.11.2012 e o requerimento formulado pelo representante legal da entidade, ou em caso de procurador, cópia autenticada do instrumento de mandato e do documento pessoal do mandatário para conferencia da assinatura. O Ministério Público opinou pelo indeferimento da pretensão (fls. 89/90). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Ao que se denota o requerente requer nova análise da questão já decidida por este Juízo, sendo que tal pedido deveria ter sido formulado em sede de recurso nos autos nº 0045934- 21.2013.8.26.0100. Conforme a decisão proferida, foi indeferido o pedido de averbação da ata da assembléia extraordinária realizada em 26.11.2012, tendo em vista a lacuna administrativa, pela ausência da convocação de Assembleia Extraordinária para a eleição e posse de novo diretor e vice presidente, em face do falecimento do ocupante do cargo, conforme verifica-se: "O pedido de providências tem de ser indeferido. Como fizeram notar o 1º RTD e o MP, havendo solução de continuidade entre os atos da associação (por exemplo, por falta de eleição em tempo oportuno, como sucede in casu), o remédio legal é a solicitação, na via contenciosa, de administrador provisório que reorganize a vida da associação; o que decididamente não tem lugar é de cogitar que o registro civil de pessoas jurídicas possa, na atividade de qualificação, suprir o defeito e admitir a averbação de nova ata, sem a continuidade ou, pelo menos, a compatibilidade entre o novo ato associativo e aqueles que se encontram inscritos, ainda que haja força maior, como o falecimento dos anteriores diretores". No mais, ainda se assim não o fosse, na presente hipótese houve impugnação parcial das exigências formuladas pelo Registrador. Observo que a requerente não impugnou duas exigências, quais sejam, a falta dos originais da ata da assembléia geral extraordinária realizada

em 26.11.2012 e o requerimento formulado pelo representante legal da entidade, ou em caso de procurador, cópia autenticada do instrumento de mandato e do documento pessoal do mandatário para conferencia da assinatura. A concordância parcial com as exigências do Oficial prejudica o pedido, que só admite duas soluções: a determinação do registro do título protocolado e prenotado, que é analisado, em reexame da qualificação, tal como se encontrava no momento em que surgida dissensão entre a apresentante e o Oficial de Registro de Imóveis; ou a manutenção da recusa do Oficial. Para que se possa decidir se o título pode ser registrado ou não é preciso que todas as exigências - e não apenas parte delas - sejam reexaminadas pelo Corregedor Permanente. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do Egrégio Conselho Superior. Feitas estas considerações, já havendo decisão transitada em julgado e não tendo nenhum fato novo que justifique a reapreciação do caso já analisado por este Juízo, cabe extinguir este feito por falta de interesse processual. Do exposto, indefiro o pedido formulado por Clube da Comunidade Waldemar Moreno e julgo extinto o feito, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 267, I e IV do CPC. Sem custas ou despesas decorrentes deste procedimento. Oportunamente arquivem-se os autos.] P.R.I.C. São Paulo, 09 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: ARMANDO BRAVO ALBA (OAB 202328/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 1018

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1110350-44.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Nescelina Zopelaro Rodrigues e outros - Vistos. Juntem os requerentes, no prazo de 10 (dez) dias, a certidão de casamento da “de cujus”, legível e atualizada, inclusive com a anotação do seu óbito, nos termos da cota ministerial de fls. 30/31. Com a juntada da documentação, dê-se ciência ao Ministério Público e tornem os autos conclusos para decisão. Int. - ADV: MILENE APARECIDA DE ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 298160/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Propriedade

Página 1018

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1115221-20.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Propriedade - Associação Nova Geração - Vistos. Esclareça a requerente, no prazo de 10 (dez) dias, o pedido de fl. 149, tendo em vista que os documentos acostados com a exordial são cópias, não havendo certidão nos autos da apresentação de documentos originais, consequentemente não há que se cogitar em desentranhamento de cópias. Com a juntada da manifestação, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: CIRILO BUTIERI NETO (OAB 180712/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 1018

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1122157-61.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Av. Roberto Marinho Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - Municipalidade de São Paulo - - Votorantim Participações S/A e outros - Vistos. Aguarde-se o decurso de prazo do edital para eventual manifestação dos confrontes faltantes (fls.342/343). Com o decurso de prazo, abra-se vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: RODRIGO FIRMO DA SILVA PONTES (OAB 249253/SP), ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/SP), WLADIMIR CASSANI (OAB 25839/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1126228-09.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - D.O.J.F. - Vistos. Tendo em vista tratar-se de pedido de registro de escritura de compra e venda de imóvel, recebo o presente procedimento como dúvida inversa. Anote-se. Nos termos das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, tomo II, cap. XX, item 30.1.1, com a redação que lhe deu o Provimento CGJ n. 11, de 16 de abril de 2013, art. 4º (verbis: “Caso o requerimento tenha sido instruído apenas com cópia do título, mesmo autêntica, o procedimento deverá ser convertido em diligência, para juntada do original, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento”), imprescindível a vinda aos autos do título original. Assim, concedo prazo de 10 (dez) dias para que a interessada apresente, junto ao 2º Registro de Imóveis da Capital, o original do documento que pretende registrar, sob pena de extinção e arquivamento. Ficará ao encargo do Oficial Registrador a comunicação nestes autos sobre o recebimento e prenotação, bem como suas razões de recusa, quando da entrega do documento ou no prazo de 15 (quinze) dias, na hipótese de inércia da parte. Os originais permanecerão na guarda da Serventia Extrajudicial até o deslinde da demanda. Após, ao Ministério Público e conclusos. Int. - ADV: DANIEL PAULINO (OAB 268520/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1018

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1128191-52.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - M.S. - Vistos. Tendo em vista a incompetência deste Juízo para análise da questão posta a desate, redistribua-se o presente feito ao MMº Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos, com nossas homenagens e cautela de praxe. Int. - ADV: RENATA DE MIRANDA PEDRASSI DE FIGUEIREDO (OAB 326418/SP)

↑ Voltar ao índice

Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1018

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2015

Processo 1130596-61.2014.8.26.0100 - Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS - J.M.F. e outro - Decisão - Interlocutória - ADV: CARLA CRISTIANE HALLGREN SILVA (OAB 149194/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1038847-60.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Rafael de Amo Calore - Vistos. Defiro a cota do Ministério Público. Intime-se a parte autora para cumprimento integral, no prazo de 10 dias. - ADV: MARIA LIMA MACIEL (OAB 71441/SP), BRUNO FRULLANI LOPES (OAB 300051/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1061405-26.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - SORAYA REGINA GARGARELLA BITTENCOURT e outros - Fl. 27: defiro quinze dias de prazo. - ADV: PATRICIA SANCHES PASCOA (OAB 305614/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1061405-26.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - SORAYA REGINA GARGARELLA BITTENCOURT e outros - Vistos. Defiro a cota do Ministério Público. Intime-se a

parte autora para cumprimento integral, no prazo de 10 dias. - ADV: PATRICIA SANCHES PASCOA (OAB 305614/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1024

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1062832-58.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSUÉ FERREIRA DA SILVA - Vistos. Defiro a cota retro. Cumpra a parte autora. - ADV: ARTHUR MARINHO (OAB 240467/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1024

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1080034-48.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Pedro Aparecido Lucas - Vistos. Defiro o prazo de trinta dias. - ADV: THAIS JUREMA SILVA (OAB 170220/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1025

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1096456-98.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Benedito Astolpho de Mello Araujo - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial e emenda à fl. 29. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª

Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: JOSE CLARINDO FRANCISCO DE PAULA (OAB 142730/SP), TALITA CHRISTIAN FAGUNDES (OAB 206282/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1025

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1100249-45.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Marcia Borges de Souza - Vistos. Defiro a cota do Ministério Público. Intime-se a parte autora para cumprimento, no prazo de 10 dias. - ADV: LUANA GUIMARÃES SANTUCCI (OAB 188112/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1026

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1101836-05.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - PAULO VAZ ROMERO FILHO - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial e emenda à inicial nas fls. 24/28. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente,ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: ODETTE ZENAIDE CASAGRANDE (OAB109112/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1026

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1103755-29.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Célia Regina Betoni Guglielmetti e outro - Vistos. Manifeste-se a parte autora sobre possível prova apontada pelo Ministério Público. - ADV: MARCO AURELIO LOUZINHA BETONI (OAB 345544/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1107663-94.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Magda Chacur - Vistos. Providencie a autora, no termos da cota do Ministério Público, no prazo de 10 dias. - ADV: VANESSA GONÇALVES FADEL (OAB 210541/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1113537-60.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JAYME GONÇALVES DOS SANTOS FILHO - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: HERBERT CURVELO TURBUK (OAB 138496/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1026

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1118567-76.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Alessandro Carvalho Moran - Vistos. Mantenho a decisão de fls. 24, uma vez que a inexistência de vara específica não impede a apreciação da causa por foro regional. - ADV: MARCELO LUIZI DE OLIVEIRA (OAB 138381/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Propriedade

Página 1026

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1121150-34.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Propriedade - A.S.N. - Vistos. Dou-me por incompetente para apreciar o pedido e determino a redistribuição dos autos a uma das Varas Cíveis. - ADV: CRISTIANE DE MORAIS PARDO (OAB 216149/SP), MARCELO LEANDRO DOS SANTOS (OAB 338040/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1026

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 1121204-97.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - M.F.C. - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

Página 918

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0007/2015

Processo 0051993-59.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Faria Veículos Ltda. - Vistos. Manifeste-se a requerente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da estimativa dos honorários periciais - R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), com o respectivo depósito. Após, intime-se o sr. perito para elaboração do laudo. Int. (CP 368) - ADV: CLAUDIA LONGO (OAB 100051/SP), ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/SP), CESAR DE SOUZA (OAB 133459/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 0020366-08.2010.8.26.0100 (100.10.020366-2) - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Joao Jamil Zarif - União Comunitária Jardim Shangri-lá - Vistos. Fls. 251 e ss: manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias, confirmando os nomes dos proprietários confrontantes e informando o seu respectivo número de matrícula ou transcrição. Após, remetam-se os autos aos Oficiais de Registro de Imóveis mencionados à fls. 253, para atendimento. Int. PJV-22 - ADV: RITA CRISTINA FRANCO BARBOSA ARAUJO DE SOUZA (OAB 152702/SP), MILENE APARECIDA DE ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 298160/SP), NOEMI DOS SANTOS BISPO TELES (OAB 287782/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2015

Processo 0055207-92.2011.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Yoneko Taniguchi e outros - Jose Ruiz Pereira e outros - Vistos. Ao Ministério Público. Int. PJV-14 - ADV: LEONARDO FRANCISCO RUIVO (OAB 203688/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), FERNANDO DIAS JUNIOR (OAB 122024/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1000469-98.2015.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - M.L.S. - Vistos.

Tendo em vista que o objeto da presente demanda é o registro do Formal de Partilha, recebo o presente procedimento como dúvida inversa. Anote-se, retificando-se a autuação. Outrossim, ressalte-se que este Juízo detém competência exclusiva para análise referente a registro de imóveis, sendo que eventual modificação na escritura de compra e venda deverá ser pleiteada junto ao MMª Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos. Feitas estas considerações, nos termos das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, tomo II, cap. XX, item 30.1.1, com a redação que lhe deu o Provimento CGJ n. 11, de 16 de abril de 2013, art. 4º (verbis: "Caso o requerimento tenha sido instruído apenas com cópia do título, mesmo autêntica, o procedimento deverá ser convertido em diligência, para juntada do original, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento"), imprescindível a vinda aos autos do título original. Assim, concedo prazo de 10 (dez) dias para que a interessado apresente, junto ao 9º Registro de Imóveis da Capital, o original do documento que pretende registrar , sob pena de extinção e arquivamento. Ficará ao encargo do Oficial Registrador a comunicação nestes autos sobre o recebimento e prenotação, bem como suas razões de recusa, quando da entrega do documento ou no prazo de 15 (quinze) dias, na hipótese de inércia da parte. Os originais permanecerão na guarda da Serventia Extrajudicial até o deslinde da demanda. Após, ao Ministério Público e conclusos. Int. - ADV: LUIZ FERNANDO DE CAMARGO JUNIOR (OAB 309345/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1003739-33.2015.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - NILSON ZEMELLA CALDO - Vistos. Trata-se de ação de nomeação de administrador provisório cumulado com pedido de antecipação de tutela proposto por Nilson Zemella Caldo. Relata o requerente que a associação sem fins lucrativos denominada Pirituba Futebol Clube encontrase com irregularidade na administração desde 01.09.2006, tendo em vista o término dos mandato dos membros da Diretoria Executiva eleita na Assembleia Geral realizada em 31.08.2006. Informa que devido à ausência de administração, a associação está impedida de adequar seu Estatuto Social ao Código Civil Brasileiro, realizar eleições e dar continuidade aos seus objetivos sociais. É o relatório. Fundamento e decido. Conforme parecer deste Juízo, em decisão proferida pelo MMº Juiz de Direito Drº Josué Modesto Passos, que versava sobre a mesma questão posta a desate e cujo parecer coaduno: "... havendo solução de continuidade entre os atos da associação (por exemplo, por falta de eleições durante vários anos, como sucede in casu), o remédio legal é solicitação, na via contenciosa, de administrador provisório que reorganize a vida da associação; o que decididamente não tem lugar é cogitar que o registro civil de pessoas jurídicas possa, na atividade de qualificação, suprir o defeito e admitir a averbação de nova ata, sem a continuidade ou, pelo menos, a compatibilidade entre o novo ato associativo e aqueles que se encontram inscritos, ainda que haja força maior, como o desaparecimento ou a morte de anteriores diretores"... Para a eleição de um administrador provisório é imprescindível a intervenção do Poder Judiciário, tendo em vista que não se discute apenas a situação registrária, mas a própria representação da pessoa jurídica, além da representação de seus vários interesses. Há de se notar que o Estatuto Social deve se adequar às disposições do Novo Código Civil Brasileiro e, para tal, deve o administrador provisório ter poderes específicos para convocar e presidir Assembléia Geral Extraordinária. Tal entendimento está pacificado no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça (Processos Processos n°s 1.283/2003, 206/2004, 610/2004, 611/2004, 959/2006 e 11.901/2007). No mais, o artigo 49 do CC é claro ao estabelecer que: "Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório". Logo, ao
dispor que somente o juiz poderá nomear administrador provisório, tem-se que é indispensável o requerimento na via judicial, perante uma das Varas Cíveis competentes, preservando-se assim, o princípio da continuidade registrária. Vale notar que se o MM. Juiz da Vara Cível entender como sendo incompetente para análise da questão, deverá suscitar conflito de competência, nos termos dos artigos 116 e 118 do CPC. Diante do exposto, em consonância com o princípio da celeridade que norteia os atos processuais, bem como o estipulado pelo artigo 113, § 2º CPC, em razão da incompetência absoluta deste Juízo para análise do pedido, nos termos da fundamentação da decisão, faz-se mister a redistribuição do feito ao Juízo competente. Redistribua-se o presente feito a uma das Varas Cíveis do Foro Central, com as cautelas de praxe. Int. São Paulo, 19 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: KLEBER ANTONIO DA SILVA (OAB 239520/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 929

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1015358-91.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - DOTTO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÃO LTDA - - CADIZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - Vistos. Conforme certidão de fl. 483, regularizem as terceiras interessadas suas procurações, no prazo de 10 (dez) dias. Sem prejuízo, manifestem-se as empresas Dotto Consultoria e Cadiz Empreendimentos, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da cota ministerial de fls. 488/489. Com a juntada da documentação e das manifestações, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: ANA PAULA MUSCARI LOBO (OAB 182368/SP), ASSUERO RODRIGUES NETO (OAB 238420/SP), ANDERSON DE CAMARGO EUGENIO (OAB 300743/SP), VICENTE RENATO PAOLILLO (OAB 13612/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 929

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1033043-14.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - ONIVALDO GARCIA - - os autos aguardam o depósito de 02 despesas postais, no valor de R$ 9,40 cada uma, para as intimações determinadas. - ADV: ZIGOMAR DE LIMA (OAB 91000/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

Página 929

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1033765-48.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Odair Teixeira da Silva - - Roselaine Borges Silva - 1) Fls. 100: Defiro o depósito do valor restante, referente aos honorários periciais, em 3 parcelas. 2) Após, encaminhe-se os autos ao Sr. Perito para que dê início aos trabalhos. Int. - ADV: THIAGO ARAUJO FIEL (OAB 336585/SP), MARIA ODETE DUQUE BERTASI (OAB 70504/SP), AFONSO CELSO DE ALMEIDA VIDAL (OAB 168529/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 930

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1079106-97.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - Victor Geraldo Simonsen Filho - Pedido de Providências anulação de escritura e liminar de bloqueio de matrícula - escritura pública de confissão de dívida com pacto adjeto de alienação fiduciária - presente feito limita-se à apuração de eventual responsabilidade em qualificação positiva da escritura - via administrativa inadequada para aferir nulidade de negócio jurídico - ato registrário revestido de todos os requisitos formais inexistência de infração disciplinar por parte do Registrador - pedido indeferido Vistos em correição. Tratase de pedido de providências formulado por VICTOR GERALDO SIMOSEN FILHO, em face do 18º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, requerendo a liminar de bloqueio de matrícula nº 13.239 em virtude do titular de domínio ser incapaz e impossibilitado de transmitir imóvel. Aduz o requerente a necessidade de anulação de suspeita transação, travestida de escritura pública de confissão de dívida com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de pagamento e outras avenças, conforme R-16, no qual o requerente, totalmente incapaz, confessava uma dívida de R$ 1.646.567,00 e dava como garantia sua casa. Ademais, salienta que devido ao seu estado mental de demência, durante anos pagou as dívidas de “amigos” e ficou na miséria, restando somente o imóvel onde habita, que se encontra em total decadência e gravado com penhoras de dívidas condominiais e de IPTU. Juntou documentos (fls. 01/50; 86/88). Houve decisão no sentido de ser este juízo competente apenas para análise da questão relativa à apuração de eventual falta disciplinar do Registrador, determinando o bloqueio da matrícula até o deslinde da questão (fls. 51/52). O Oficial prestou informações à fl. 73, destacando o cumprimento do Mandado de Bloqueio, nos termos da Averbação de nº 17. Ressaltou que não consta da matrícula averbação sobre eventual interdição do Sr. Victor. Juntou certidão atualizada (fls. 74/84; 92/103). O Registrador se manifestou (fls. 119/120) a respeito do despacho de fls. 117, ressaltando que a qualificação do título foi feita seguindo todos os requisitos legais ao passo que estava formalmente perfeita, constando inclusive que as partes eram capazes. O Ministério Público opinou (fls. 128/129) pela inexistência de irregularidade dos atos registrários e pela manutenção do bloqueio até o deslinde da ação de interdição. É o relatório. Decido. O pedido não merece prosperar. Este procedimento limita-se a apurar possível infração disciplinar dos Registradores, sendo que, como bem apontado pela Douta Promotora de Justiça, tem natureza puramente administrativa. Pela análise dos elementos carreados pelas partes, entendo que não há indício de qualquer falta ou irregularidade funcional. O 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital agiu conforme as normas atinentes à hipótese. Prestou claras informações à fls. 119/120, restando patente que todos os atos por ele praticados, assim como os títulos apresentados, estavam imbuídos de todas as formalidades necessárias, posto que na aludida matrícula não constava qualquer notícia sobre eventual interdição. Logo, não há que se falar em violação dos deveres funcionais pelo Oficial Registrador que autorizem a aplicação de qualquer sanção administrativa. Ademais, referente à higidez substancial, eventual anulação de escritura depende de prestação jurisdicional adequada, na qual haverá cognição exauriente, para a qual se torna indispensável a via judicial, não podendo ser obtida na via administrativa. Outrossim, diante da comprovada situação mental em que se encontra o requerente, de total incapacidade para realização de negócios jurídicos, assim como vislumbrando possíveis prejuízos a terceiros, determino a manutenção do bloqueio da matrícula nº 13.239 até o julgamento da ação de interdição que se encontra em trâmite junto a 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Pinheiros. Ante o exposto, INDEFIRO o presente pedido de providências, por não vislumbrar qualquer elemento que indique a existência da prática de irregularidades por parte do Oficial do 18º Registro de Imóveis da Capital, mantendo o bloqueio da matrícula nº 13.239, e determino a remessa comunicação desta decisão à 2ª Vara de Registros Públicos, conforme requerido pela Promotora
de Justiça. Não há custas, despesas processuais, ou honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. - ADV: JOSE RUBENS DE MACEDO SOARES SOBRINHO (OAB 70893/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1085090-62.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 14º Oficial de Registro de Imoveis da Capital - Kazuo Uemura - Daniele Mye Uemura Assunção e outro - Vistos. Manifestem-se os interessados sobre as razões expostas pelo Registrador (fls.60/61), no prazo de 10 (dez) dias. Após, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: MIYEKO MATSUYOSHI (OAB 85173/SP), MILTON GIORGI (OAB 95996/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1098049-65.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - MARCEL JULIANI LOPES SANTOS e outro - Necessária a realização de perícia, razão pela qual nomeio o(a) Dr(a). Marcelo Bobrovsky. Laudo em 60 (sessenta) dias. Quesitos do Juízo em separado, conforme segue abaixo. Fixo o prazo de 05 (cinco) dias para formulação de quesitos e indicação de assistentes técnicos que deverão apresentar seus pareceres em 10 (dez) dias contados da intimação das partes da juntada aos autos do laudo pericial, independente de compromisso e intimação pessoal, providenciando os Drs. Patronos. Após, intime-se o(a) Sr(a). Perito(a) para que providencie a estimativa de honorários. Com o laudo serão determinadas as notificações necessárias. COM A ENTREGA DO LAUDO, fica desde já deferida a expedição de ofício à Defensoria. QUESITOS DO JUÍZO (RETIFICAÇÃO DE ÁREA) 1) Apresente o(a) Sr(a). Perito(a) planta e memorial descritivo, a partir do levantamento topográfico do imóvel retificando, indicando: - a exata localização do imóvel: - o polígono que o imóvel encerra, com a indicação dos ângulos internos; - medidas perimetrais; - área de superfície; - ponto de amarração com ponto de intersecção das vias oficiais mais próximas; 2) Apresentar indicação dos imóveis confrontantes, com a indicação do nº da transcrição ou matrícula, bem como, o número de contribuinte; 3) Indicação do nome e endereço dos confrontantes tabulares; 4) Informar se a retificação é intramuros; 5) Havendo alteração de medidas apresentar, as dimensões do imóvel confrontante potencialmente atingido, esclareça se suas medidas e dimensões estão preservadas; 6) Informar se o imóvel respeita o alinhamento das Vias e/ou logradores confinantes e se o imóvel retificando ocupa parte destes espaços públicos; 7) Apresentar croqui com a situação do imóvel para as notificações de anuências. QUESITOS DO JUÍZO (APURAÇÃO DE REMANESCENTE) 1) É possível afirmar que a área é realmente remanescente de área maior? (justifique a resposta). 2) O remanescente está incluído em qual registro? 3) Descreva o remanescente. 4) Suas divisas são respeitadas pelos confrontantes? 5) Quais são os confrontantes? (qualificação e endereço). 6) Apresente outros esclarecimentos úteis. 7) Indique, em desenho e em planta oficial, o imóvel e sua situação em relação à área maior. Int. - ADV: GIUBER JULIANI LOPES SANTOS (OAB 200200/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1100053-12.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - ARICANDUVA S/A - Vistos. Manifeste-se o sr. perito, no prazo de 10 (dez) dias, acerca das alegações da requerente (fl.340), especificamente em relação à redução dos honorários estimados. Com a juntada da manifestação, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: NELSON MARCHETTI (OAB 21908/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1112836-02.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 11º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo - Patricio de Castro Filho - Registro de Formal de Partilha por ocasião de divórcio consensual - incidência do imposto de transmissão, por ato oneroso - necessidade de prova do respectivo adimplemento - impossibilidade de reconhecimento de prescrição ou decadência tributária na via administrativa - dúvida procedente. Vistos. Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do 11º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento de Patrício de Castro Filho, ante a recusa em se efetuar o registro do Formal de Partilha extraído dos autos do Divórcio Consensual (sob nº 0168787-60.1998.8.26.002), emitidos pelo MMº Juízo da 4ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Santo Amaro, referente aos imóveis matriculados sob nºs 7.657 e 56.828. O óbice registrário refere-se à falta de apresentação do recolhimento do ITBI, bem como eventual multa e juros. Relata o Registrador que o título foi novamente apresentado, sob o argumento de que fora ajuizado Ação Declaratória de Inexistência de Débito cumulada com pedido antecipação de tutela perante o Juizado Especial da Fazenda Pública (autos nº 1041811.70.2014.8.26.0053), na qual o suscitado arguiu a prescrição do lançamento do ITBI, tendo em vista que o divórcio foi realizado em 06.11.1998. Informa que a tutela foi indeferida. Argumenta o Oficial que tem o dever se fiscalizar o recolhimento dos impostos, sob pena de responsabilidade solidária no caso do tributo não ser pago pelo devedor principal, estando impedido de examinar na esfera administrativa a prescrição ou decadência tributárias. Juntou documentos às fls. 04/108. O suscitado apresentou impugnação (fls. 109/112). Salienta que em razão da decadência, o Fisco perdeu o direito de lançar os créditos de ITBI devidos por ocasião da partilha de bens, extinguindo-se, consequentemente, o crédito tributário. O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida (fls. 116/118). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. O ofício do registro de imóveis e o juízo corregedor permanente - órgãos meramente administrativos que são - não podem dispensar a prova do pagamento do ITBI, mesmo pelo argumento de que se tenha consumado a decadência ou a prescrição. Neste sentido é pacífico o entendimento do Egrégio Conselho Superior da Magistratura: “A prova do recolhimento do imposto de transmissão “inter vivos”, porém, é requisito previsto nos artigos 289 da Lei nº 6.015/73 e 30, inciso XI, da Lei nº 8.935/94, e não pode ser dispensada (cf. CSM, Apelação Cível nº 579-6/3, da Comarca de Ribeirão Pires, de que foi relator o Desembargador Gilberto Passos de Freitas). Essa exigência, por sua vez, não é afastada pela alegação de prescrição porque o procedimento de dúvida tem natureza administrativa e não se presta para sua a declaração, até porque dele não participa o credor tributário. Nesse sentido foi o v. acórdão prolatado por este Colendo Conselho Superior da Magistratura na Apelação Cível nº 551-6/6, da Comarca de São Bernardo do Campo, de que foi relator o Desembargador Gilberto Passos de Freitas, assim fundamentado: “Ademais, a prescrição e a decadência de tributos podem ser reconhecidas somente na via jurisdicional, pois extrapolam os estreitos limites deste procedimento administrativo de dúvida registrária. Assim decidiu este Conselho Superior da Magistratura nos autos da Apelação Cível nº 000.460.6/0-00, “verbis”: Registro de imóveis - Dúvida julgada improcedente - Formal de partilha - Inexistência de prova do recolhimento do imposto de transmissão “causa mortis” - Prescrição do imposto que não pode ser reconhecida neste procedimento de dúvida, de que não participa a Fazenda do Estado - Provas, ademais, insuficientes para reconhecer a inexistência de causa interruptiva ou suspensiva da prescrição - Recurso provido para julgar a dúvida procedente. (...) Ao oficial de registro cumpre fiscalizar o pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício, na forma do art. 289 da Lei nº 6.015/73, e dentre estes impostos se encontra o de transmissão “causa mortis”, cuja prova do recolhimento, ou isenção, deve instruir o formal de partilha. Inexistente tal prova, correta a recusa manifestada pelo Sr. Oficial ao registro do título porque não tem, entre suas atribuições, a de reconhecer prescrição de crédito tributário. Neste sentido o seguinte trecho do v. acórdão prolatado por este C. Conselho Superior da Magistratura na Apelação Cível nº 154-6/4, da Comarca de Lorena, que relatei: “O art. 289 da Lei de Registros Públicos é categórico ao estabelecer que “cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício”. Por outro lado, não lhes compete, evidentemente, o reconhecimento de eventual prescrição de créditos tributários, matéria estranha, de todo, à atividade registrária. Cogita-se de questão que só pode ser objeto de discussão e decisão em esfera própria, a qual, sem dúvida, não coincide com o restrito âmbito de atuação dos registradores”. É inviável, ademais, o reconhecimento da prescrição neste procedimento de dúvida porque, a par da natureza administrativa, dele não participa o credor tributário que é o titular do direito cuja pretensão a apelada pretende seja declarada extinta.”

(Apelação Cível 1.221-6/8 - Itaquaquecetuba, Rel. Des. Munhoz Soares, j. 01.06.2010). “A prova do recolhimento do imposto de transmissão ‘inter vivos’, porém, é requisito previsto nos artigos 289 da Lei nº 6.015/73 e 30, inciso XI, da Lei nº 8.935/94, e não pode ser dispensada (cf. CSM, Apelação Cível nº 579-6/3, da Comarca de Ribeirão Pires, de que foi relator o Desembargador Gilberto Passos de Freitas). Essa exigência, por sua vez, não é afastada pela alegação de prescrição porque o procedimento de dúvida tem natureza administrativa e não se presta para sua a declaração, até porque dele não participa o credor tributário.” (acórdão do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo na Ap. Cív. 1.221-6/8 - Itaquaquecetuba, j. 13.04.2010, Rel. Munhoz Soares). E ainda: “Ao oficial de registro cumpre fiscalizar o pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhe forem apresentados em razão do ofício, na forma do art. 289 da Lei nº 6.015/73, e dentre estes impostos se encontra o de transmissão causa mortis, cuja prova do recolhimento, ou isenção, deve instruir o formal de partilha. Inexistente tal prova, correta a recusa manifestada pelo Sr. Oficial ao registro do título porque não tem, entre suas atribuições, a de reconhecer prescrição de crédito tributário. Neste sentido o seguinte trecho do v. acórdão prolatado por este C. Conselho Superior da Magistratura na Apelação Cível nº 154-6/4, da Comarca de Lorena, que relatei: ‘O art. 289 da Lei de Registros Públicos é categórico ao estabelecer que cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício. Por outro lado, não lhes compete, evidentemente, o reconhecimento de eventual prescrição de créditos tributários, matéria estranha, de todo, à atividade registrária. Cogita-se de questão que só pode ser objeto de discussão e decisão em esfera própria, a qual, sem dúvida, não coincide com o restrito âmbito de atuação dos registradores.’ É inviável, ademais, o reconhecimento da prescrição neste procedimento de dúvida porque, a par da natureza administrativa, dele não participa o credor tributário que é o titular do direito cuja pretensão a apelada pretende seja declarada extinta. O mesmo ocorre com arguição de decadência, pois a certidão de inexistência de inscrição de dívida ativa em nome do de cujus que foi apresentada pela apelada (fls. 49) não é suficiente para demonstrar a inexistência da constituição definitiva do tributo e de sua cobrança contra a herdeira”. (acórdão do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo na Ap. Cív. 460-6/0 - São Paulo, j. 15.12.05, Rel. José Mário Antonio Cardinale). Logo, verifica-se que a análise da ocorrência de prescrição ou decadência para pagamento do ITBI, gerando a extinção do débito é matéria que deve ser discutida na esfera judicial, não cabendo ao Registrador, na via administrativa fazer tal análise. Por tudo isso, o suscitado deve demonstrar o adimplemento do imposto de transmissão ou a decisão judicial que extinguiu a obrigação, caso contrário, permanece o óbice para o registro que se pretende. Do exposto, julgo procedente a dúvida suscitada pelo Oficial do 11º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento de Patrício de Castro Filho e mantenho o óbice registrário. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 14 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: RITA DE CASSIA CRISTIANA FORNAROLLI BARBOSA (OAB 215115/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 935

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0027332-79.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ualas Batista de Oliveira - Intime-se o requerente para que retire os mandados, conforme sentença de fls. 17/18, em 10 dias. Int. ADV: PAULO ROBERTO BARROS DUTRA JUNIOR (OAB 182865/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 936

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0030904-14.2011.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - G.M.R. - Vistos. Cuida-se de pedido de providências instaurado a partir de pedido de expedição de certidão de procuração pública de interesse de G M R inicialmente distribuído sob nº 0030904-14.2011, posteriormente distribuído como procedimento de suscitação de dúvida pela Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do Subdistrito- sob nº 0016399-18.2011. Solicita a requerente a expedição de certidão da procuração pública outorgada por seu genitor D R, que foi interditado em regular ação de interdição, eis que consta anotação, à margem do ato notarial, de proibição de expedição de certidão sem prévia autorização desta Corregedoria Permanente. A Oficial manifestou-se (fls. 43), solicitando autorização para expedição da referida certidão. O Juízo determinou à interessada que justificasse a finalidade do requerimento (fl. 45). Instado a se manifestar, a requerente quedou-se inerte (fl. 48 vº). O Ministério Público opinou pelo arquivamento (fl. 49). É o breve relatório. DECIDO. Cuida-se de pedido de expedição de certidão de procuração pública outorgada por D R, posteriormente interditado, formulado por G M R. Ante a anotação, à margem do ato notarial, de proibição de expedição de certidão sem prévia autorização desta Corregedoria Permanente, a interessada foi expressamente instada a esclarecer a finalidade do requerimento (fl. 45), entretanto, permaneceu inerte, inviabilizando a análise do pedido de expedição de certidão e tornando impossível prosseguimento do presente feito. Por conseguinte, à míngua de outra providência a ser adotada, determino o arquivamento do presente procedimento, bem como do procedimento 0016399-18.2011. Ciência à Oficial e à interessada. R.I.C. - ADV: LUIZ AUGUSTO ARRUDA BRASIL (OAB 280323/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0045543-03.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Tatiana de Alcantara Silveira - Intime-se a requerente para que retire os mandados, conforme sentença de fls. 46/47, em 10 dias. - ADV: JOSE SILVIO TROVAO (OAB 125290/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0046214-26.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Osmar Verissimo e outros - Intimem-se os requerentes para que realizem a retirada dos mandados, conforme sentença de fls. 50/51, em 10 dias. - ADV: ALEXANDRE JABUR (OAB 246604/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das

Pessoas Naturais

Página 937

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0046799-44.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Giovanni de Benedetto e outro - Intime-se os requerentes para que retirem os mandados, conforme sentença de fls. 33/34, em 10 dias. - ADV: MARCUS V INICIUS FURTADO E CARVALHO (OAB 68530/MG)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 938

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0051078-73.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Regina Muller - Ao autor, para que comprove o cumprimento do mandado de fl. 33, no prazo de 5 dias. - ADV: LUCIANO GANDRA MARTINS (OAB 147044/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 938

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0053353-92.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Celina - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: PERLA BARBOSA MEDEIROS VIANA (OAB 149446/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 938

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0059614-73.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - J.F.S. - VISTOS. Cuida-se de expediente instaurado por J F d S, noticiando falsidade na escritura pública de venda e compra de bem imóvel usucapiendo, em que consta como outorgante vendedor E I, representado por procurador, e como outorgante comprador R L F d S. Tal escritura foi lavrada em 29 de abril de 2013, no Tabelionato de Notas da Capital, mas escriturada a partir de falsa escritura pública de procuração, datada em 08 de janeiro de 2009, atribuída ao Tabelião de Notas de Guarulhos, São Paulo, na qual E I, proprietário do imóvel falecido em 06 de setembro de 2009, teria outorgado poderes especiais a E J d S para que procedesse a venda de seu imóvel (a fls. 02/08). Foram apresentados os documentos de fls. 09/45, 56/61. O Tabelião esclareceu que tão logo tomou conhecimento dos fatos narrados pelo interessado se incumbiu de ingressar com pedido de providências e noticiar o ocorrido ao Oficial de Registro de Imóveis. Afirmou que em contato com o Tabelionato de Notas de Guarulhos, São Paulo, foi informando que o ato correspondente à procuração pública apresentada não contava de suas notas, fazendo crer que a procuração de fato é falsa. No mais, asseverou que foram observadas as devidas formalidades normativas para a lavratura do ato (a fls. 47/48). Às fls. 53/55 houve manifestação de R L F d S, que figura como outorgante comprador na escritura de compra e venda do imóvel, requerendo sua inclusão no feito como interessado. Em apenso há o procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100 e o procedimento nº 0063054-77.2013.8.26.0100, pedido de providências instaurado pelo Tabelião de Notas da Capital e por comunicação encaminhada pela 1ª Vara de Registros Públicos da Capital, respectivamente, sendo que ambos têm o mesmo objeto dos autos principais. O Ministério Público apresentou parecer conclusivo às fls. 85/87 dos autos do procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100. É o breve relatório. DECIDO. Apura-se, na espécie, a ocorrência de falsidade quanto à lavratura da escritura pública de compra e venda envolvendo o outorgante vendedor, E I, no ato representado por procurador, E J d S, e o outorgado comprador, R L F d S, diante da falsidade da procuração que indica o Tabelião de Notas de Guarulhos, São Paulo. Conforme documento de fls. 28 do procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100, infere-se que a procuração pública supostamente outorgada por E I a E J d S, embora utilizasse folha de certidão aparentemente verdadeira, fora confeccionada independentemente da serventia, concluindo-se pela sua falsidade. Assim, a certidão de procuração não continha indícios de falsidade, aparentando veracidade, especialmente, porque, como afirmado pelo próprio Tabelião de Notas de Guarulhos, a folha em que escriturada a procuração pública é original (a fls. 28 do procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100), bem como a assinatura aposta no ato muito se assemelha a do Tabelião Substituto à época (a fls. 49 do procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100). O Tabelião de Notas da Capital demonstrou que no aspecto formal todas as solenidades normativas e legais foram observadas no curso da lavratura da escritura, inexistindo incúria funcional. Ao cabo da dilação probatória ordenada, forçoso convir que não há nos autos elementos aptos para identificar ocorrência de falha notarial, de tudo se inferindo que a fraude não contou, à evidência, com a conivência da Serventia. Bem por isso a hipótese dos autos não dá margem à adoção de providência censório-disciplinar em relação ao serviço correcionado, não se vislumbrando responsabilidade funcional apta a ensejar procedimento administrativo. Diante da falsidade apurada, determino o bloqueio administrativo da escritura pública de compra e venda, ficando proibida a expedição de certidões sem autorização desta Corregedoria Permanente. Por cautela, oficie-se, com cópia de todo o expediente, ao Juiz Corregedor do Tabelião de Notas de Guarulhos São Paulo, para adoção de eventuais providências cabíveis. Por fim, à míngua de medida correcional a ser instaurada, certo que as autoridades policiais já têm notícia do feito (a fls. 83 do procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100), determino o arquivamento dos autos e seus apensos, procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100 e o procedimento nº 0063054-77.2013.8.26.0100. Traslade-se cópia desta sentença para os autos em apenso (procedimento nº 0061093-04.2013.8.26.0100 e nº 0063054-77.2013.8.26.0100. Ciência ao Tabelião e ao Ministério Público. Comunique-se a decisão à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, para conhecimento. P.R.I.C. - ADV: MOHAMED MUSTAFA SOBRINHO (OAB 217521/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 942

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0341676-31.2009.8.26.0100 (100.09.341676-7) - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Rafael Silva Peres - Intime-se o requerente para que retire os mandados, conforme sentença de fls. 110/111, em 10 dias. - ADV: MARIA DA CONCEICAO RODRIGUES MARTINS (OAB 67463/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 942

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1000653-54.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ELISABETH CANDIDA DE OLIVEIRA - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: FERNANDO ANTONIO JACOB PEREIRA RODRIGUES (OAB 167874/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 942

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1002219-38.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ANDREA DOS SANTOS NETTO - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santana, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: LUCIMAR BASTOS DO NASCIMENTO (OAB 259572/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1023960-71.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - M.N. e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: NEUSA MARIA CORONA LIMA (OAB 61714/SP), LIDIA MATICO NAKAGAWA (OAB 93711/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1023960-71.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - M.N. e outros - Ao arquivo. - ADV: NEUSA MARIA CORONA LIMA (OAB 61714/SP), LIDIA MATICO NAKAGAWA (OAB 93711/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1032953-06.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Patricia de Carvalho - Diligencie-se nos termos da cota ministerial retro, que acolho. - ADV: SONIA REGINA CELESTINO DA SILVA (OAB 281944/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1058246-75.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - DIEGO NONATO DO VALLE e outro - Vistos. Ao autor, manifeste-se quanto à cota Ministerial. - ADV: ROBERTO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 213090/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Instituição de Bem de Família

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1059336-21.2014.8.26.0100 - Dúvida - Instituição de Bem de Família - W.V.O.S. e outro - Diligencie-se nos termos da cota ministerial retro, que acolho. Int. - ADV: MARIA CLEIDE DA SILVA (OAB 201602/SP), ROMEU DE OLIVEIRA E SILVA (OAB 65549/SP), ROMEU DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR (OAB 144186/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1062306-91.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - B.M.L.M.L. - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: PATRICIA APARECIDA BORTOLOTO PAULINO (OAB 191768/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1062306-91.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - B.M.L.M.L. - Para fins de regularização, defiro a gratuidade requerida. Nada mais sendo requerido, ao arquivo. Int. - ADV: PATRICIA APARECIDA BORTOLOTO PAULINO (OAB 191768/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1073462-76.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - C.K.F. - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: MARCIO SOCORRO POLLET (OAB 156299/SP), LEILA MOREIRA SOARES (OAB 159212/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1073462-76.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - C.K.F. - Deixo de apreciar o requerimento de fl. 458 em virtude de já haver sentença prolatada nestes autos. Nada mais sendo requerido, ao arquivo. Int. - ADV: MARCIO SOCORRO POLLET (OAB 156299/SP), LEILA MOREIRA SOARES (OAB 159212/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1073892-28.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - P.C.S.E. - Diligencie-se nos termos da cota ministerial retro, que acolho integralmente. - ADV: LEONARDO HAYAO AOKI (OAB 124069/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1089020-25.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - M.J.S.C. e outros - Indefiro a gratuidade requerida consubstanciado no teor do documento carreado ao autos às fls. 101/129. No prazo de 05 (cinco) dias, providenciem as interessadas o recolhimento das custas processuais. Com o cumprimento do supra determinado, ao MP. Int. - ADV: ERIKA RIBEIRO DE MENEZES (OAB 250668/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 943

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1089093-60.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - NEYDE FERREIRA LIMA - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e determino a retificação do assento de óbito de óbito de ,Maria Ferreira Lima como requerido na inicial. Custas pela parte autora. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de 03 (três) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia autenticada extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos.P.R.I. - ADV: KARLA RAQUEL DAMASCENO BENINI LIA (OAB 187782/SP), RAQUEL DAMASCENO BENINI (OAB 44140/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1089848-84.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Paulo Ricardo Moura Silva - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1089848-84.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Paulo Ricardo Moura Silva - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial, a fim de que se proceda à alteração requerida, averbando-a à margem da certidão de nascimento. Salienta-se que tal averbação deverá constar apenas na certidão de inteiro teor da certidão de nascimento. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas pela parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser

exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1098960-77.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - ADELE LOWY - Fl. 109: Defiro o prazo de 30 (trinta) dias requerido para o cumprimento do deliberado à fl. 107. Int. - ADV: TATIANA CRISTINA MEIRE DE MORAES DOS SANTOS (OAB 182691/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1105586-15.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - PRISCILA SANDRA NICOLETTI - Os documentos apresentados demonstram os erros indicados que, bem por isso, devem ser corrigidos, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos. Diante do exposto, julgo procedente o pedido e determino a retificação dos assentos, como requerido na inicial e aditamento a fls. 27/28. Custas pela parte autora. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Coordenadora, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: ARISTIDES FIAMOZZINI FILHO (OAB 75308/SP

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1119886-79.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NATASCHA LOYOLA MOZELI DUMONT - Vistos. Cumpra a parte autora a cota ministerial supra, informando se tem filhos e em caso positivo, juntando as respectivas certidões de nascimento e formulando o pedido de retificação nesses assentos, no prazo de 10 dias. - ADV: GRACILDES DA SILVA TUMOLO (OAB 188972/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1119886-79.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NATASCHA LOYOLA MOZELI DUMONT - Vistos. Fls. 25: À parte autora. Int. - ADV: GRACILDES DA SILVA TUMOLO (OAB 188972/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1120142-22.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - PAULO HEITOR BORACINA e outros - Os documentos apresentados demonstram os erros indicados que, bem por isso, devem ser corrigidos, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos. Diante do exposto, julgo procedente o pedido e determino a retificação dos assentos, como requerido na inicial. Custas pela parte autora. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Coordenadora, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1121097-53.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Batista Cassiano e outro - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1121247-34.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Rondinelly Cesar Santos - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Nossa Senhora do Ó, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: ANTONIO ALBERTO RODRIGUES LIMA (OAB 259963/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1121640-56.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - MARIA CECILIA ASSIS RIBEIRO MONTEIRO DA SILVA - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Pinheiros, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: MELISSA FERNANDES DE CARVALHO (OAB 196881/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 944

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1121917-72.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - ROSÂNGELA APARECIDA FRANCO - À parte autora para que regularize a representação processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. - ADV: RAFAEL BARBOSA CORTE (OAB 325116/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1121999-06.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - V.A.R. - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1122321-26.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Sergio Luiz Gonçalves Pereira e outros - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Pinheiros, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: LIGIA DAL COLLETTO BUENO (OAB 317348/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1122816-70.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - KÁTIA APARECIDA DOS SANTOS - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: ERICA MARA AGUILLERA (OAB 348408/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1123555-43.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Rafael Toshiaki Karasawa Filho e outro - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional do Butantã, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: DANIELA PEREIRA ALBUQUERQUE (OAB 330695/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1123589-18.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Madalena Benini - Vistos. A fim de comprovar a miserabilidade jurídica alegada, a parte autora deverá exibir declaração de imposto de renda do último exercício fiscal, incluindo relação de bens e direitos. Em caso de isenção, exibir declaração de próprio punho declarando a isenção tributária. Intimem-se. - ADV: ELENICE JACOMO VIEIRA VISCONTE (OAB 141372/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1123917-45.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JEFERSON PIETROBOM DOS REIS FERNANDES e outro - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora

está abrangido pela jurisdição do Foro Regional do Tatuapé, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: ROBERTA SEVO (OAB 235172/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legaL

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1124399-90.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - SIMONE MIKIE DE OLIVEIRA - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: SUELI DE SOUZA COSTA (OAB 284494/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1125077-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ALCIDES PIANTOLO FILHO e outros - *que deverá ser recolhida a taxa das custas de procuração. - ADV: CLAUDIO LOUREIRO DOS SANTOS (OAB 112719/RJ)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1125656-53.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ANTONIO LEITE MONTENEGRO - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional da Lapa, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: EUCARIO CALDAS REBOUCAS (OAB 71746/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1125939-76.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Welligton Bomfim Lago - Welligton Bomfim Lago - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Nossa Senhora do Ó, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: WELLIGTON BOMFIM LAGO (OAB 203558/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1126507-92.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Carlos Roberto Gomes - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: MARCIA APARECIDA DOS SANTOS GUERRA (OAB 221687/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1126568-50.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - M.A.A.L. - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1127675-32.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - CARLOS ALBERTO PIRES - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional do Ipiranga, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: ANA PAULA LEANDRO (OAB 191582/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1127815-66.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - STIVEN FRANCISCO SANTOS - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de São Miguel Paulista, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: WALDEMAR BIAVO (OAB 64196/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1127889-23.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JANE EIRE MATANO PAULISTA GÁUDIO e outros - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santana, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: DALMIRO FRANCISCO (OAB 102024/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1128133-49.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - I.F.S. - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1129819-76.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARCOS VALADÃO RODOLFO - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional do Butantã, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: PEDRO HENRIQUE CHAIB SIDI (OAB 297649/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1131234-94.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - CAMILA OLIVEIRA BERNARDES DA SILVA - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santana, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: MARIA AMELIA LEAL (OAB 137861/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 945

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 1131627-19.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - RAQUEL OLIVEIRA VARELA e outro - *a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e da contribuição à CPA. - ADV: MONICA STEAGALL (OAB 137197/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1027

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0104333-19.2008.8.26.0100 (100.08.104333-3) - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Cortesia Serviços de Concretagem Ltda. - Municipalidade de São Paulo e outros - Transportadora Ema Ltda - Domingos Flavio Nosé e outro - Certifico e dou fé que a partir da publicação desta certidão estes autos serão remetidos ao Sr. 6º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, onde as partes interessadas no registro e/ou averbação devem se dirigir para as providências necessárias ao seu cumprimento, esclarecendo que os autos permanecerão por 30 (trinta) dias na referida Serventia. - ADV: EZIO MARRA JUNIOR (OAB 123007/SP), CELSO RICARDO MARCONDES DE ANDRADE (OAB 194727/SP), ROBERTO CABARITI (OAB 30896/SP), EZIO MARRA (OAB 61427/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

Página 1028

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2015

Processo 0173592-14.2002.8.26.0100 (000.02.173592-1) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Vito Leonardo Frugis Ltda - Vistos. Abra-se nova vista ao Ministério Público. Intime-se. PJV-210 - ADV: FRANCISCO JOSE COELHO (OAB 92742/SP), SIDNEY RICARDO GRILLI (OAB 127375/SP), WELESSON JOSE REUTERS DE FREITAS (OAB 160641/ SP), MARIANA MAZZEO ARTACHO (OAB 338237/SP), OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI (OAB 65994/SP), JOSE BISPO DE OLIVEIRA (OAB 113312/SP), CELSO LOTAIF (OAB 98970/SP), CAMILA ALVES BRITO BARBOSA (OAB 224125/SP), GABRIELA SERGI MEGALE (OAB 232082/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel

Página 1030

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 0020817-28.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Antonio José de Andrade Souto - Certifico e dou fé que decorreu o prazo sem manifestação dos autores quanto a certidão de fls.162, ficando os mesmos intimados a darem andamento ao processo no prazo de 30 dias, contados a partir desta publicação. Decorrido este prazo, os autores serão intimados pessoalmente para que, em 48 horas, sob pena de extinção, dêem andamento ao feito. Nada Mais. - PJV-09 - ADV: ELISABETE DECARIS PEREIRA (OAB 142969/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 0022554-03.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Paulo Armando Santos - Certifico e dou fé que a partir da publicação desta certidão estes autos serão remetidos ao Sr. 15º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, onde as partes interessadas no registro e/ou averbação devem se dirigir para as providências necessárias ao seu cumprimento, esclarecendo que os autos permanecerão por 30 (trinta) dias na referida Serventia.- CP-167. - ADV: FULVIA REGINA DALINO (OAB 103365/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 0027847-51.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Oscalia de Mattos de Braga - Certifico e dou fé que a partir da publicação desta certidão estes autos serão remetidos ao Sr. 13º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, onde as partes interessadas no registro e/ou averbação devem se dirigir para as providências necessárias ao seu cumprimento, esclarecendo que os autos permanecerão por 30 (trinta) dias na referida Serventia. - PJV-22. - ADV: ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/SP), DELVA JULIANA TEIXEIRA (OAB 179788/SP)

↑ Voltar ao índice

Impugnação de Assistência Judiciária - Usucapião Extraordinária

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 0035752-39.2014.8.26.0100 - Impugnação de Assistência Judiciária - Usucapião Extraordinária - Edson Martins Osko - Sueli Viana de Salles - Cuida-se de impugnação à gratuidade de justiça, requerendo o impugnante seja reconsiderado o pedido de gratuidade formulado nos autos principais. DECIDO. Nos termos do art. 4º, da Lei n.º 1.060/50: “A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família”. “§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais”. Ressalte-se que, conforme vem decidindo a jurisprudência pátria, “Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação da sua pobreza, até prova em contrário” (RSTJ 7/414; neste sentido: STF-RT 755;182, STJ-RF 329/236, Lex-JTA 169/15, RJTJERGS 186/186, JTAERGS 91/194, Bol. AASP 1.622), “o que a dispensa, desde logo, de efetuar o preparo da inicial” (TFR-1ª Turma, AC 123.196-SP, rel. Min. Dias Trindade, j. 25.8.87). E ainda: A declaração de insuficiência de recursos é documento hábil para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita, mormente quando não impugnada pela parte contrária, a quem incumbe o ônus da prova capaz de desconstituir o direito postulado” (RTJ 158/963) grifo nosso. Com efeito, não cuidou o impugnante de trazer alegações e provas concludentes acerca do alegado, que pudessem constatar, de fato, não fazer a parte autora jus ao benefício. Nesse sentido, o fato de a parte beneficiária gozar de situação econômica que, supostamente, não a levaria à penúria, ou mesmo por não ter a impugnada recebido tal benefício noutros autos, por si só, não obstam a benesse, não havendo fatos que apontem para tal situação. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de impugnação ao benefício de assistência judiciária. Sem honorários, por se tratar de mero incidente. P.R.I. USUC 1153 (APENSO). Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): em cumprimento ao Provimento nº 577/97, o valor do preparo, para o caso de eventual interposição de recurso foi calculado em 2% sobre o valor da causa atualizado pela Tabela Prática do TJ/SP e importa em R$ 2.794,28. Certifico ainda que em cumprimento ao determinado na Lei 11.608 de 29/12/2003, deve ser recolhido na guia GARE, como preparo, o valor mínimo de 05 (cinco) UFESPs referente ao 1º dia útil do mês do recolhimento, se o valor calculado acima informado for menor do que 05 UFESPs. Certifico ainda que de acordo com o Provimento nº 2.195/2014, há necessidade do pagamento do valor do porte de remessa de R$ 32,70 (por volume de autos), a ser pago em guia própria do Banco do Brasil - código 110-4, tendo este processo 1 volume(s). (U 1153 Apenso). Nada mais. - ADV: ALINE FERREIRA AMORIM (OAB 264127/ SP), WALTER CALZA NETO (OAB 157730/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 0098180-09.2004.8.26.0100 (000.04.098180-0) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Tereza Farcas - Municipalidade de São Paulo na pessoa de seu representante legal - - Igreja Evangélica Assembléia de Deus - Ministério Perus na pessoa de seu representante legal e outros - Certifico e dou fé que a partir da publicação desta certidão estes autos serão remetidos ao Sr. 8º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, onde as partes interessadas no registro e/ou averbação devem se dirigir para as providências necessárias ao seu cumprimento, esclarecendo que os autos permanecerão por 30 (trinta) dias na referida Serventia. - PJV-164 - ADV: CLEIDE RABELO CARDOSO (OAB 243696/SP), HALLEY RAMOS DE FREITAS (OAB 46795/SP), OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI (OAB 65994/SP), CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO COSTA (OAB 76658/SP), ANDERSON POMINI (OAB 299786/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - 5º Oficio de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2015

Processo 0136569-24.2008.8.26.0100 (100.08.136569-0) - Pedido de Providências - 5º Oficio de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo - Raniel Gonçalves de Almeida e outro - Vistos. Diante do teor da r. decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça, perdeu o fundamento o bloqueio da matrícula do imóvel em questão determinada por este Juízo. Assim, desentranhese o mandado de arrecadação expedido pelo Juízo da Falência e encaminhe-se à Serventia Extrajudicial para averbação. Cientifiquem-se os compromissários compradores, para que possam defender, na via própria, eventual lesão a seus direitos. Sem prejuízo, expeçam-se ofícios, com urgência, ao Juízo da Falência, bem como à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. Junte-se ao ofício cópia da decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Int. (CP 192) - ADV: CARLOS ROBERTO LEITE DE MORAES (OAB 254742/SP)

↑ Voltar ao índice

Procedimento Ordinário - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2015

Processo 0000451-41.2015.8.26.0635 - Procedimento Ordinário - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - Paulo Jabur Maluf - Vistos. Tendo em vista o advento da OS nº 01/2014, bem como da SPI 29/2014, publicada no DJE em 06.06.2014, tem-se que é de inteira responsabilidade do advogado apresentar petição na forma digital, em ordem cronológica e de fácil compreensão. Assim, nos termos da certidão de fl.10, retire o requerente a petição inicial, bem como os documentos apresentados, que se encontram em pasta própria no Cartório, providenciando a digitalização, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias. Após, tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. - ADV: MARCIO SOCORRO POLLET (OAB 156299/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2015

Processo 1002885-39.2015.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - MARLY STRIOLO ALONSO - Vistos. Ressalvo que este Juízo é competente para análise da questão referente à retificação imobiliária, sendo que em relação ao assento de nascimento, a requerente deverá pleitear junto ao MMº Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos. Feita esta consideração, regularize a requerente sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias, tendo em vista que os poderes outorgados foram específicos para outro feito. Após, tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. - ADV: ANA PAULA ALVES SILVA (OAB 212881/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Por Terceiro Prejudicado

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2015

Processo 1003857-09.2015.8.26.0100 - Dúvida - Por Terceiro Prejudicado - Moacir Caliman - Vistos. Regularize o requerente sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias, tendo em vista que foram outorgados poderes referente a outra ação. Com a juntada da documentação, tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. - ADV: JOSE CARLOS DUNDER (OAB 67594/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1036

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2015

Processo 1126545-07.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - M.A.V.L. - Vistos. Tendo em vista a incompetência deste Juízo para análise da questão posta a desate, redistribua-se o presente feito ao MMº Juízo da 2ª Vara de Registros Públicos, com nossas homenagens e cautelas de praxe. Int. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1036

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2015

Processo 1130596-61.2014.8.26.0100 - Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS - J.M.F. e outro - Vistos. Cuidase de pedido de anulação de parte inoficiosa de doação proposta por José Cláudio Faleiro e José Maria Faleiro. Como é sabido, a competência desta via administrativa limita-se à análise unilateral e administrativa de vícios registrários, de ordem formal, o que parece não ser o caso. Na hipótese em exame, não se discute apenas a situação registrária, mas a própria validade do negócio jurídico, o que escapa da competência deste Juízo. A propósito, ensina Narciso Orlando que: “Problemas relativos ao consentimento das partes, diz respeito ao título quanto sua representação e a elaboração material do instrumento. Assim, se houve fraude, se a assinatura do transmitente foi falsificada, se o instrumento público não consta dos livros de nenhum notário, se a procuração que serviu na representação de uma das partes é falsa, se o consentimento do alienante foi obtido com violência, são todos problemas atinentes ao título. Podem afetar o registro, mas obliquamente. Só podem determinar o cancelamento do registro, em cumprimento de sentença que declare a nulidade do título e, em conseqüência, do registro... (Retificação do Registro de Imóveis, Ed. Oliveira Mendes, pág. 183/192). Apenas na via jurisdicional, com ampla produção de provas e garantido o contraditório, é que se poderá buscar a nulidade do testamento, sendo esta Corregedoria Permanente incompetente para tanto. Posto isso, em consonância com o princípio da celeridade que norteia os atos processuais, bem como o estipulado pelo artigo 113, § 2º CPC, em razão da incompetência absoluta deste Juízo para análise da questão posta a desate nos termos da fundamentação da decisão proferida, faz-se mister a redistribuição do feito ao Juízo competente. Diante do exposto, redistribua-se o presente feito a uma das Varas Cíveis da Capital, com as cautelas e anotações de praxe. Int. - ADV: CARLA CRISTIANE HALLGREN SILVA (OAB 149194/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências Corregedoria Geral

Página 1036

Imprensa Manual

0003592-58.2014 Pedido de Providências Corregedoria Geral - Vistos. Primeiramente verifico que a requerente não possui capacidade postulatória para interpor recurso contra a sentença proferida às fls. 105/107, o que prejudica a sua análise. Tal condição está estabelecida no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/04), que explicita, em seu artigo primeiro, ser ato privativo de advogado a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário, vedando assim, a interposição de recurso pela parte. Feitas estas considerações, regularize a requerente sua representação processual, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, fazendo constar a assinatura de seu patrono no recurso de fls.118/120, bem como junte a Ata da Assembleia Geral onde foi eleita Conselheira do Condomínio Edifício Scorpius e Antares, sob pena arquivamento do presente feito, por ausência de requisito essencial para a admissibilidade do recurso. Com a regularização, tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. São Paulo, 20 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 499)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito

Página 1036

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2015

Processo 0000494-75.2015.8.26.0635 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito - Renato Hennel - Renato Hennel - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá providenciar o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 10 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007). - ADV: RENATO HENNEL (OAB 36245/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1037

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0013544-95.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Rosane Trevisan De Almeida Cintra Zagatti e outros - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: ANGELA TERESA MARTINS (OAB 58828/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1037

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0028854-44.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Larissa Machado Brito - Cumpra a parte autora o determinado em fls. 14 no prazo de 10 dias. - ADV: ANA MARIA ALVES PINTO (OAB 19924/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1038

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0032448-03.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Antonio Jose Carneiro - Cumpra a parte autora o determinado em fls. 24 no prazo de 10 dias. - ADV: PEDRO JOSE TRINDADE (OAB 193704/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1038

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0042320-42.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Wagner Frencl - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá providenciar as CÓPIAS FALTANTES para expedição da sentença mandado, no prazo de 10 dias . - ADV: ALEXANDRE TORREZAN MASSEROTTO (OAB 147097/SP), FABIANE FELIX ANTUNES (OAB 203495/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1038

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0044930-46.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - G.M.E. e outros - Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado. Ciência aos interessados e ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. - ADV: FLAVIO CAMARGO (OAB 92735/SP), DANIEL ZIBORDI CAMARGO (OAB 169008/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1038

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0048612-09.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Luis Carlos Nogueira dos Santos - Cumpra a parte autora o determinado em fls. 64 no prazo de 10 dias. - ADV: FABIA RAMOS PESQUEIRA (OAB 227798/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1038

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0051895-74.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Solange Giovanetti Barreto - Cumpra a parte autora o determinado em fls. 53 no prazo de 10 dias. - ADV: GUILHERME SARTORI TESTA (OAB 298035/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1038

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0066323-61.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - M.M.S. - Intime-se a requerente para que retire os mandados, conforme sentença de fls. 12/13, em 10 dias. - ADV: KELI CRISTINA OLIVEIRA DE BARROS (OAB 210800/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil -Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0069418-80.2004.8.26.0100 (000.04.069418-6) - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - S.M.B.O. - Cumpra a parte autora o determinado em fls. 78 no prazo de 10 dias. - ADV: DANIEL ONEZIO (OAB 187100/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0704203-15.1987.8.26.0100 (000.87.704203-9) - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - A.M.M. - A.M.T.M. - Requeiram as partes o que entenderem de direito. Em nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo. Prazo: 10 dias - ADV: ANA PAULA GONÇALVES MACHADO MARTINS (OAB 219677/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0800175-95.1976.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.R. e outro - Certifico e dou fé que cientifico o(a) interessado(a) que os autos encontram-se em

cartório para requerer o que de direito, pelo prazo de 10 dias, após o decurso do prazo os autos serão devolvidos ao arquivo . - ADV: ANTONIO MARQUES NETO (OAB 32533/SP), MARCO ANTONIO ROQUE (OAB 228068/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2015

Processo 0037348-58-2014 Pedido de Providências C M P O. Em face do exposto, com destaque para a concordância manifestada pela representante do Ministério Público, defiro o requerimento inicial para autorizar o translado para o Cemitério do Carmo, observadas todas as precauções necessárias e as exigências pertinentes da autoridade sanitária para a execução do ato. Expeça-se o alvará requerido. Outrossim, expeça-se ainda, mandado para o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de E M, da Capital, após a consumação do translado, com cópia desta decisão, para retificação do assento de óbito, quanto ao local do sepultamento. No intento de viabilizar a retificação do assento de óbito, a requerente deverá comunicar o translado, oportunamente. P.R.I.C. Em petição apresentada por Suely Ortega Sebrian Tiosso foi proeferido o seguinte despacho: Intime-se a interessada a fornecer o número correto do processo (...). Adv.: Suely Ortega Sebrian Tiosso OAB nº 267.966.

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1000075-91.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MYCHARLANY DEYZE DE OLIVEIRA CABRAL - Providencie a parte autora nos termos da cota ministerial supra, no prazo de 15 dias. - ADV: HERBERT CURVELO TURBUK (OAB 138496/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1000214-43.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - SERGIO BARROCO SA - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Jabaquara, diante do

domicilio do requerente. Int. - ADV: DENILSON EIJI SUZUKI (OAB 234353/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1001072-74.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSEFA CONSTÂNCIA DE SOUZA CASTRO - Manifeste-se a autora nos termos da cota ministerial supra no prazo de cinco dias. Após, nova vista ao MP e conclusos para as deliberações pertinentes. - ADV: VALERIA DOS SANTOS (OAB 143281/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1001095-20.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - CELSO LIMA SANTOS - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Tatuapé, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: SHEILA DAS GRACAS MARTINS SILVA (OAB 216104/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1001279-73.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - HENRIQUE AUGUSTO BACCAR COSTA - Manifeste-se a parte autora nos termos da cota ministerial supra. Após, nova vista ao MP e conclusos para as deliberações pertinentes. - ADV: ABDALLA ABUCHACRA (OAB 10797/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1001514-40.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ALBERTO ANDRADE DE JESUS - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santo Amaro, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: EDIVALDO TAVARES DOS SANTOS (OAB 104134/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1002078-19.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Angelica Charoa - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Tatuapé, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: CARLOS HENRIQUE TEIXEIRA (OAB 99443/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1002425-52.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - JOSÉ EVANGELISTA DOS SANTOS - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santo Amaro, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: ANA MARIA OTTONI SAKAI (OAB 176592/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1002693-09.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Sâmya Hornorato Gonçalves - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: CLAUDEMIR LOPES MIRANDA (OAB 353517/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1002704-38.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ALESSANDRA LACERDA DA SILVA - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santana, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: IGOR LODI MARCHETTI (OAB 311871/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1003092-38.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Laura Luriko Yamada e outros - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santo Amaro, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: JOSE MARQUES DE MORAES (OAB 106355/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1039

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1003163-40.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Fernando Paula Lopes - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional da Penha de França, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: DANUTA DE ASSIS SILVA (OAB 336239/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1040

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1018668-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA TEREZA BLEY DRAGO - CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 100.2014/134784-7 dirigi-me ao endereço: na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2092 - 9o. Andar, e aí sendo, DEIXEI DE INTIMAR o CONSULADO GERAL DA ALEMANHA, face a ali ninguém ter poderes para receber citações e/ou intimações pelo Consulado, conforme informação do Sr; Rudolf Zwar, que informou que o endereço certo seria em Brasília, via Itamaraty, informando que só recebe oficios na Av. Brig. Faria Lima, razões pelas quais devolvo o presente para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé. São Paulo, 03 de dezembro de 2014. - ADV: FABIO DE SOUZA CORREIA (OAB 234364/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1040

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1018668-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA TEREZA BLEY DRAGO - Em que pese o parecer ministerial de fls. 60/61, como já consignado na decisão de fls. 62, não se tem, por ora, a certeza necessária à prolação da sentença. Ao que consta da certidão de fls. 10, o falecido foi casado em primeiras núpcias com Dóra Bley, em Hamburgo - Alemanha, sendo prudente o esgotamento da pesquisa como requerido pela I. Membro do Parquet às fls. 23/25. De fato, entendo pertinente a diligência haja vista que o declarante do óbito de Hugo Bley era seu filho e irmão de Ella, sendo discutível a existência do suposto equívoco narrado na exordial. Nestes moldes e considerando a certidão negativa do Senhor Oficial de Justiça (fls. 68), providencie a parte autora documentação pertinente no sentido de demonstrar a inexistência de pessoa com nome Ella Bley na Alemanha (certidão negativa de óbito ou nascimento, pesquisas, etc), sob pena de ter que ser expedida carta rogatória à Embaixada Alemã, o que demandará longo período de tempo. Int. e Ciência ao MP. - ADV: FABIO DE SOUZA CORREIA (OAB 234364/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS

PÚBLICOS

Página 1040

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1042658-28.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Edinalva Maria Gonçalves - Decido. Assim sendo e considerando o mais que dos autos consta, julgo improcedente, nos termos do art.269, inc.I, do Código de Processo Civil, a demanda de retificação de assento de óbito de Abdoral José Gonçalves, visando à alteração da relação de seus descendentes. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Paulo, 28 de agosto de 2014. - ADV: EVANDER ABDORAL GONCALVES (OAB 109650/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1040

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1042658-28.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Edinalva Maria Gonçalves - Decido. Assim sendo e considerando o mais que dos autos consta, julgo improcedente, nos termos do art.269, inc.I, do Código de Processo Civil, a demanda de retificação de assento de óbito de Abdoral José Gonçalves, visando à alteração da relação de seus descendentes. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intimese. Certifico e dou fé que em caso de recurso deverá ser recolhido 2% do valor dado à causa, sendo que o mínimo são 05 UFESPs (Lei 11.608, artigo 4º, inc. II, § 1º). Certifico ainda que o valor do porte de remessa ao Tribunal de Justiça é R$25,00 por volume, a ser pago em guia própria à disposição no Banco do Brasil. (Provimento 833/04 do CSM). - ADV: EVANDER ABDORAL GONCALVES (OAB 109650/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1040

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1042658-28.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Edinalva Maria Gonçalves - Decido. Assim sendo e considerando o mais que dos autos consta, julgo improcedente, nos termos do art.269, inc.I, do Código de Processo Civil, a demanda de retificação de assento de óbito de Abdoral José Gonçalves, visando à alteração da relação de seus descendentes. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intimese. Certifico e dou fé que em caso de recurso deverá ser recolhido 2% do valor dado à causa, sendo que o mínimo são 05 UFESPs (Lei 11.608, artigo 4º, inc. II, § 1º). Certifico ainda que o valor do porte de remessa ao Tribunal de Justiça é R$25,00 por volume, a ser pago em guia própria à disposição no Banco do Brasil. (Provimento

833/04 do CSM). - ADV: EVANDER ABDORAL GONCALVES (OAB 109650/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1057515-79.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - VALDIRENE JANUÁRIO ALVES DA SILVA - Defiro nos termos da cota ministerial supra, expedindo-se o necessário. - ADV: SEBASTIAO DIAS (OAB 152079/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1058397-41.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jossilene de Oliveira Mota - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: ANTONIA IGNES DA SILVA (OAB 56792/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1058397-41.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jossilene de Oliveira Mota - *deverá ser juntado aos autos a certidão de casamento para após ser expedido mandado. N - ADV: ANTONIA IGNES DA SILVA (OAB 56792/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de

Nome

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1061634-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - D.R.E.R. - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1061634-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - D.R.E.R. - *deverá ser providenciada a cópia de fls. 14 (certidão de nascimento) para acompanhar o mandado por não estar legível nos autos. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Família

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1072212-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Família - RICARDO TURRA NOBREGA e outro - Os documentos apresentados demonstram o erro indicado que, bem por isso, deve ser corrigido, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos. Diante do exposto, julgo procedente o pedido e determino a retificação do assento, como requerido na inicial e aditamento a fls. 24/27. Custas pela parte autora. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Coordenadora, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: GILSON DE MENEZES (OAB 120004/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Propriedade

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1104200-47.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Propriedade - Maria Aparecida do Nascimento - Vistos. Fl. 32: À parte autora. - ADV: MARIA GONÇALVES LEONCIO LISBOA (OAB 126012/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1108558-55.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - João Augusto de Melo Maciel - Ao Ministério Público. - ADV: EDUARDO RODRIGUES ALVES MAZZILLI (OAB 299447/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1041

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1108558-55.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - João Augusto de Melo Maciel - Ao Ministério Público para que se manifeste sobre o pedido da parte autora com o prosseguimento do feito para análise exclusiva do pleito de alteração de prenome (fls. 45/46). - ADV: EDUARDO RODRIGUES ALVES MAZZILLI (OAB 299447/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1108780-23.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - JOSE GOMES BARBOSA - Vistos. Prazo: defiro. Int. - ADV: ANDREY FELIPE BRAS BLANCO DA SILVA (OAB 344711/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1113916-98.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Guilerme Ferreira da Silva - Vistos. Defiro o prazo de 30 (trinta) dias. Objetivando zelar pela razoável duração do processo, somente se deferirá nova prorrogação se especifica e concretamente justificado eventual pedido. Int. - ADV: FRANCISCO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 119568/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1114127-37.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - RICARDO PASCAL CECCONELLO - Vistos. Redistribua-se o feito a uma das Varas do Foro Regional da Lapa, observado o endereço da parte autora. - ADV: CRISTIAN MINTZ (OAB 136652/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1117191-55.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Fabio Hideki Tomiyoshi - Vistos. Defiro o prazo de trinta dias. - ADV: ROBERTA MARTINS PIRES (OAB 163751/SP), TEREZA RODRIGUES VIEIRA (OAB 193790/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1118602-36.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - IZU WU - Fls. 31: Defiro pelo prazo de 15 (quinze) dias. Int. - ADV: GUILHERME CHAVES SANT'ANNA (OAB 100812/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1119263-15.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - DOUGLAS JOSÉ BOGGI - Diante das informações de fls. 35/36, defiro o requerimento formulado pelo Ministério Público às fls. 28/29. À parte autora, no prazo de 10 dias. - ADV: MIGUEL RUSSO (OAB 149955/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1119662-44.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - GERCENI MIGUEL ANTONIO - Vistos. Defiro a cota do Ministério Público. - ADV: HERBERT CURVELO TURBUK (OAB 138496/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1120186-41.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Paulo Jose Carvalheiro e outros - Vista ao Ministério Público. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1120186-41.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Paulo Jose Carvalheiro e outros - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivemse os autos. P.R.I. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1121779-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito

após prazo legal - EDEMAR APARECIDO TONON D' ALMEIDA - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional do Ipiranga, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: LUIS CARLOS MILLED HASPO (OAB 271254/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1122220-86.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Otaciana Campos da Silva - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Nossa Senhora do Ó, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: MARCELO LUIZI DE OLIVEIRA (OAB 138381/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1123114-62.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Isadora Maggi - Vistos. Defiro a cota retro do Ministério Público. Os documentos referentes à comprovação da hipossuficiência econômica deverão ser juntados em dez dias. Alternativamente e no mesmo prazo, poderá o autor recolher as custas judiciais. Além disso, deverá a parte autora providenciar os demais documentos elencados pela representante do Ministério Público, também no prazo de dez dias. Int. - ADV: ANA PAULA MAIA ANGÉLICO (OAB 321806/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1123155-29.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JUCINALDA DE SOUZA - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santo Amaro, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: CRISTINA FERRAZ VILLAÇA PUGLIESI (OAB 152976/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1123842-06.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Denise Aparecida Soares de Andrade - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santo Amaro, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: SIMON YUEH (OAB 319594/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1123893-17.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - HEROINA ARAUJO DOS SANTOS - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional do Tatuapé, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: SHEILA FARIA PRIMO PARISOTTO (OAB 173571/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1124125-29.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ana Lucia Paioni Alves Baptista e outro - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva

Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: MARIA PORTERO (OAB 48624/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1125025-12.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - CASSIANO ADOGLIO MARINHO PINTO - Vistos. Defiro a cota retro do Ministério Público. Int. - ADV: RICARDO ABBAS KASSAB (OAB 91834/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1042

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1126101-71.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - FERNANDA DE SOUZA COSTA PINTO - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Vila Prudente, diante do domicilio do requerente. Intimem-se.

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1126579-79.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Fabrício José Júlio da Paz Cunha - Nestes termos, de rigor a extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Custas ex lege. P.R.I. e Ciência ao MP. - ADV: MARIA CECILIA DE ARAUJO ASPERTI (OAB 288018/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1126826-60.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - DANIELA DUTRA RODRIGUES DE SIQUEIRA - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santana, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: LUIZ FERNANDO PUGLIESI ALVES DE LIMA (OAB 111131/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1127539-35.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Claudenir Freire Procópio - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Itaquera, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: ALAN CARDOSO BARBOSA (OAB 207378/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1127804-37.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - CAROLINE ANDREZZA TEIXEIRA ANHUCI - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santo Amaro, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: GABRIEL ANTONIO ALLEGRETTI (OAB 257380/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1127940-34.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Soraya Aparecida Boa Morte - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Tatuapé, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: GUILHERME GOUVEA PICOLO (OAB 312223/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1129396-19.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA APARECIDA IESBIK - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Jabaquara, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: BENY SENDROVICH (OAB 184031/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 104

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1129825-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - H.H.S. - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santana, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: JESSÉ CRISTIAN NOGUEIRA AVIS (OAB 191891/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1129825-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - H.H.S. - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santana, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: JESSÉ CRISTIAN NOGUEIRA AVIS (OAB 191891/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome

Página 1043

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 1130847-79.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - FERNANDA PEREIRA CHAVES e outro - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de São Miguel Paulista, diante do domicilio do requerente. Int. - ADV: FERNANDO PERES (OAB 138159/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - José do Carmo Toledo

Página 903

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 0007839-53.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - José do Carmo Toledo - Municipalidade de São Paulo na pessoa de seu procurador e outros - Vistos. Tendo em vista o cumprimento da sentença proferida às fls. 200/202, conforme informação do Oficial Registrador (fls. 208/211), nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (PJV 04) - ADV: ANTONIO DA COSTA OLIVEIRA (OAB 232394/SP), ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Eros Negrão Azevedo e outro

Página 905

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 0045867-56.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Eros

Negrão Azevedo e outro - Vistos. Notifiquem-se os confrontantes e a Municipalidade de São Paulo, ficando os requerentes autorizados a providenciar a juntada de cartas de anuência, com firma reconhecida, assinadas pelos confinantes. Int. PJV-20 - ADV: JORGE NELSON BAPTISTA (OAB 100848/SP), ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Flávio de Augusto Isihi - - Marja Holowacz Isihi - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-sabesp e outros

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 0113063-92.2003.8.26.0100 (000.03.113063-1) - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Flávio de Augusto Isihi - - Marja Holowacz Isihi - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-sabesp e outros - Vistos. Tendo em vista o comprovante de depósito juntados às fls. 769/770, expeçam-se mandados de levantamento em favor dos exequentes (SABESP e Município de São Paulo), no valor de R$ 1.601,75 (um mil, seiscentos e um reais e setenta e cinco centavos) para cada. Após, aguarde-se em Cartório por 15 (quinze) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (PJV 237) - ADV: JOSE EDUARDO LOUREIRO FILHO (OAB 57840/SP), JOAO CARLOS VILELA NUNES DOS REIS (OAB 313218/SP), ANALUCIA KELER (OAB 149615/SP), JOSÉ FRANCISCO SILVA JUNIOR (OAB 54044/SP), SERGIO ALPISTE (OAB 42408/SP), SELMA DE MORAES NUNES (OAB 130918/SP), EDUARDO ROBERTO CARAZZA VASCONCELLOS (OAB 65290/SP), FLAVIO AUGUSTO BARBATO (OAB 41230/SP), JOÃO APARECIDO DO ESPIRITO SANTO (OAB 128484/SP), SANDRO RIBEIRO (OAB 148019/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), SERGIO ALPISTE (OAB 42408/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Nair Sedeno dos Santos - Municipalidade de São Paulo

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 0235907-68.2008.8.26.0100 (100.08.235907-2) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Nair Sedeno dos Santos - Municipalidade de São Paulo - Vistos. Tendo em vista o cumprimento da sentença proferida às fls. 257/258, conforme informação do Oficial Registrador à fl. 264, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (PJV 71) - ADV: JOAO TEIXEIRA FILHO (OAB 83711/SP), OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI (OAB 65994/SP), TACAHAQUI URASHIMA (OAB 58024/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Joaquim Alves Corrêa e outros - INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE e outros

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 0340241-22.2009.8.26.0100 (100.09.340241-3) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Joaquim Alves Corrêa e outros - INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE e outros - MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO - Cumpra-se o v. Acórdão de fls. 1103/1112. Diante da manutenção da decisão monocrática pelo E. Tribunal de Justiça, aguarde os autos em cartório pelo prazo de 10 dias, após, ao arquivo. Int. PJV 69 - ADV: HUMBERTO ANTONIO LODOVICO (OAB 71724/SP), VICTORIO JOSE PRIMO (OAB 19208/SP), LAURO ANTONINI (OAB 50369/SP), THIAGO LEITE DE ABREU (OAB 221790/SP), SIRAGON DERMENJIAN (OAB 16821/SP), LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Justina Ferreira Reche Fernandes - Prefeitura Municipal de São Paulo - Macário de Sousa Fernandes

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 0500336-41.2000.8.26.0100 (000.00.500336-9) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Justina Ferreira Reche Fernandes - Prefeitura Municipal de São Paulo - Macário de Sousa Fernandes - Vistos. Tendo em vista o cumprimento do Acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 521/527), conforme informação ao Oficial Registrador (fl. 537), nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (PJV 06) - ADV: FERNANDO RECHE BUJARDON FERNANDES (OAB 128191/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Domingos Fanganiello - Companhia de Saneamento Basico do Estado de São Paulo -sabesp - João Fanganiello Netto - Elza Fanganiello - - Importadora São Marcos Ltda - Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metro

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 0724786-79.1991.8.26.0100 (000.91.724786-9) - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - Domingos Fanganiello - Companhia de Saneamento Basico do Estado de São Paulo -sabesp - João Fanganiello Netto - Elza Fanganiello - - Importadora São Marcos Ltda - Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metro

- Vistos. Em complementação ao despacho de fl.1999, deverá o sr. Perito judicial manifestar-se acerca das ponderações tecidas pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (fls.2002/2010). Com a juntada dos esclarecimentos, dê-se ciências às partes interessadas, para querendo, manifestarem-se no prazo de 10 (dez) dias. Ressalvo que tal prazo correrá concomitantemente para as partes, facultando apenas carga rápida dos autos, nos termos do artigo 40, § 2º do CPC. Após, tornem os autos conclusos. Int. (PJV - 722) - ADV: CLAUDIO GREGO DA SILVA (OAB 82106/SP), DÉBORA CAVALHEIRO LIROLA (OAB 230074/SP), THAIS XERFAN MELHEM MORGADO (OAB 208292/SP), JOSE GERALDO PACHECO (OAB 104383/SP), MARIA APARECIDA MOREIRA (OAB 55653/SP), EDUARDO HIROSHI IGUTI (OAB 190409/SP), JOSÉ EDUARDO SILVERINO CAETANO (OAB 166881/SP), JORDANA DY THAIAN ISAAC ANTONIOLLI (OAB 202266/SP), EDGARD SILVEIRA BUENO FILHO (OAB 26548/SP), OLGA MARIA DO VAL (OAB 41336/SP), CARLA ROBERTA LOW STAGNI (OAB 108049/SP), HENRIQUE D'ARAGONA BUZZONI (OAB 24604/SP), JOSÉ ROBERTO FANGANIELLO MELHEM (OAB 25765/SP), MARIA ELVIRA BORGES CALAZANS (OAB 20465/ SP), ANALUCIA KELER (OAB 149615/SP), MARCIA CAZELLI PEREZ (OAB 82756/SP), VALDIR VICENTE BARTOLI (OAB 44330/SP), ENI DA ROCHA (OAB 54843/SP), LUÍS FERNANDO PALMITESTA MACEDO (OAB 196302/SP), LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), MAURÍCIO BARROS (OAB 183724/SP), CARLOS ASSUB AMARAL (OAB 164529/SP), JOSE AUGUSTO TROVATO (OAB 11266/SP), MOACIR COLOMBO (OAB 94726/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - JOSÉ ROBERTO NEVES FERREIRA - 5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO SP

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2015
Processo 1083680-03.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - JOSÉ ROBERTO NEVES FERREIRA - 5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO SP - Vistos. Ciência ao interessado acerca da manifestação do Registrador de fl.65. Nada mais a ser decidido neste feito. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Não havendo novo requerimento, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 377) - ADV: MARCELO OBED (OAB 149101/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - Ademar Gomes

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015
Processo 1037988-44.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - Ademar Gomes - Vistos. Fl. 173: Defiro o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos faltantes junto à Serventia Extrajudicial. Com o decurso, remetam-se os autos ao Oficial do 3º Registro de Imóveis da Capital para informações, no prazo de 10 (dez) dias. Após, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: MARIANA DE CARVALHO SOBRAL (OAB 162668/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - MARIA REGINA DE SALLES PINTO LANCELLOTTI

CHUQUER
Página 911

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015
Processo 1056376-92.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - MARIA REGINA DE SALLES PINTO LANCELLOTTI CHUQUER - Vistos. Manifeste-se a interessada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, acerca da informação do Registrador de fl.83, sob pena de extinção do feito. Com a juntada da manifestação, ou na inércia, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: GIL COSTA CARVALHO (OAB 6924/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 6º Oficial de Registro de Imóveis e outro - Marcolino Neves - - Municipalidade de São Paulo e outros - Marcolino Neves
Página 911

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015
Processo 1078259-95.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - 6º Oficial de Registro de Imóveis e outro - Marcolino Neves - - Municipalidade de São Paulo e outros - Marcolino Neves - Vistos. Dê-se ciência às partes acerca do mandado negativo (fl.522). No mais, aguarde-se a realização da audiência marcada para o dia 03.02.2015 às 15:00 horas. Int. - ADV: LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), MARCOLINO NEVES (OAB 23926/SP), TEREZINHA RIBEIRO DO PRADO (OAB 49379/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - EDIVALDO MARTINS e outros - Companhia Patrimonial Paulista S/A e outros
Página 911

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015
Processo 1084754-58.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - EDIVALDO MARTINS e outros - Companhia Patrimonial Paulista S/A e outros - Vistos. Defiro o parcelamento dos honorários periciais, nos termos propostos pelo interessado à fl.242, mediante depósitos a serem efetuados em conta do juízo. O prazo terá início da publicação deste despacho, devendo o interessado comprovar nos autos a realização dos depósitos. Com o integral pagamento, à perícia. Int. - ADV: ALESSANDRA PEDROSO VIANA (OAB 148975/SP), VIVIEN SCARLETT DE FREITAS MARTINS (OAB 285122/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - 8º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - RENATO BARBOSA PRUDENTE e outro

Página 912

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015
Processo 1096530-55.2014.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 8º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - RENATO BARBOSA PRUDENTE e outro - Vistos. Primeiramente regularizem os suscitados sua representação processual, tendo em vista que os poderes outorgados (fl.125) referem-se a outra ação. Com a juntada da documentação, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: LUISA SCALCO MACALOS (OAB 259533/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - JOSÉ HONÓRIO DE OLIVEIRA

Página 912

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015
Processo 1100180-13.2014.8.26.0100 - Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - JOSÉ HONÓRIO DE OLIVEIRA - Vistos. Homologo o pedido de desistência ao prazo recursal, expressamente manifestada pelo suscitante à fl.46, contudo verifico que não decorreu o prazo para o Ministério Público eventualmente apresentar recurso, dependendo da manifestação da Douta Promotora sobre a desistência de seu prazo para interposição de recurso. Assim, aguarde-se o decurso de prazo. Int. - ADV: ELSON CATOZO (OAB 106270/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital - Marcia Eluf Botelho Lino Goncalves - Marcia Eluf Botelho Lino Goncalves

Página 912

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015
Processo 1105398-22.2014.8.26.0100 - Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital - Marcia Eluf Botelho Lino Goncalves - Marcia Eluf Botelho Lino Goncalves - Vistos. Homologo o pedido de desistência ao prazo recursal, expressamente manifestada pela suscitante à fl.251, contudo verifico que não decorreu o prazo para o Ministério Público eventualmente apresentar recurso, dependendo se for o caso da manifestação da Douta Promotora acerca da desistência de seu prazo para interposição de recurso. Assim, aguarde-se o decurso de prazo. Int. -

ADV: MARCIA ELUF BOTELHO LINO GONCALVES (OAB 29727/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Defeito, nulidade ou anulação - NIVANILDO FLORENTINO DE LIMA

Página 912

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0011440-33.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Defeito, nulidade ou anulação - NIVANILDO FLORENTINO DE LIMA - Inicialmente, consultando o sistema SAJ, verifico que a alegada falsidade já foi tratada nos autos n. 0036323- 44.2013 por esta Corregedoria Permanente, tendo sido prolatada sentença, estando os autos, no momento, em procedimento de desarquivamento. Assim, aguarde-se o desarquivamento. Após, em conjunto, ao MP, inclusive para se manifestar no tocante à petição de fl. 542, item 2 'a' destes. Int. - ADV: PAULO AGOSTINHO FERNANDES (OAB 104345/SP), ANDRE FELIPE CABRAL DE ANDRADE (OAB 330649/SP), JOSE BATISTA DE SOUZA FILHO (OAB 162033/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - J.D.V.R.P. - T.N.C.C. e outro

Página 913

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0021283-85.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - J.D.V.R.P. - T.N.C.C. e outro - Indefiro a redesignação almejada posto que a deliberação que designou a audiência (fl. 720) foi devidamente publicada em 11 de dezembro de 2014 (fl. 722), data esta anterior ao aviso de férias constante à fl. 727 (13 de dezembro de 2014), bem como que ambas testemunhas encontram-se regularmente intimadas desde 19 de dezembro de 2014. Diante disso, aguarde-se a audiência designada. Int. com urgência. - ADV: ANA PAULA MUSCARI LOBO (OAB 182368/SP), NARCISO ORLANDI NETO (OAB 191338/SP), ASSUERO RODRIGUES NETO (OAB 238420/SP), HELIO LOBO JUNIOR (OAB 25120/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Carlos Roberto Gigliotti

Página 914

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0033564-10.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Carlos Roberto Gigliotti - Intime-se a parte autora para que cumpra o determinado (fls. 49). Prazo: 10 dias. - ADV: MARIANE BARONI (OAB 154276/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jerry Huang - Zhiman Huang

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0034477-89.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jerry Huang - Zhiman Huang - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e defiro a retificação do assento de nascimento do autor, a fim de que passe a se chamar "Jerry Huang Hu", como requerido na inicial. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO MANDADO, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por este(a) Magistrado(a) e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sra. Coordenadora ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. Certifico e dou fé que em caso de recurso deverá ser recolhido 2% do valor dado à causa (R$ 20,00), sendo que o mínimo são 05 UFESPs (Lei 11.608, artigo 4º, inc. II, § 1º). Certifico ainda que o valor do porte de remessa ao Tribunal de Justiça é R$ 32,70 por volume, a ser pago em guia própria à disposição no Banco do Brasil. (Provimento 833/04 do CSM). - ADV: MARIANNA CHIABRANDO CASTRO (OAB 247305/SP), CAMILLA GABRIELA CHIABRANDO CASTRO ALVES (OAB 156396/SP), CAMILA SANTOS CURY (OAB 276969/SP), WELESSON JOSE REUTERS DE FREITAS (OAB 160641/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Isabel do Céu Cides Matias

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0038222-48.2011.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Isabel do Céu Cides Matias - Intime-se a parte autora para que cumpra o determinado (fls. 197). Prazo: 10 dias. - ADV: ALESSANDRA DOS SANTOS CARMONA (OAB 244386/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ruth Guimarães Oliveira

Página 915

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0041403-23.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ruth Guimarães Oliveira - Certifico e dou fé que o(a) interessado(a) deverá comprovar o cumprimento do(s) mandado(s) retirado(s) neste Ofício, no prazo de 10 dias . - ADV: PAULO FERNANDO MOSMAN BARBOSA (OAB 182569/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - E.N.I.

Página 915

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0043081-05.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - E.N.I. - Diante desse painel, na falta de elemento concreto positivando o cometimento de alguma irregularidade, não se vislumbra, na hipótese vertente, responsabilidade funcional para dar margem à adoção de procedimento disciplinar contra o Sr. Oficial e Tabelião (Registro Civil e Tabelião de Notas) do Distrito de I. Em consequência, determino o arquivamento dos autos. Ciência à reclamante e ao Oficial. Comunique-se a decisão à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. - ADV: LIDIA PANIAGA (OAB 77136/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Paulo Henrique De Souza Landim e outro

Página 915

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0045692-62.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Paulo Henrique De Souza Landim e outro - Intime-se a parte autora para que cumpra o determinado (fls. 61). Prazo: 10 dias. - ADV: MARIANE BARONI (OAB 154276/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria de Lourdes

Página 916

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0051291-16.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria de Lourdes - Intime-se a parte autora para que cumpra o determinado (fls. 55). Prazo: 10 dias. - ADV: VINICIUS DE CARVALHO FORTE (OAB 287726/SP), RICARDO GARCIA MARTINEZ (OAB 282387/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ana Luiza Schmidt Nunes

Página 916

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0060156-28.2012.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Ana Luiza Schmidt Nunes - Cumpra a parte autora o determinado em fls. 22 no prazo de 10 dias. (Retirada de Sentença Mandado de Retificação) - ADV: SHEILA ASSIS DE ALMEIDA (OAB 140494/SP), GISELE GOLFETTO MAIA (OAB 235407/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. e outro

Página 917

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0065739-57.2013.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. e outro - E.C. - Vistos. Arquivem-se com as cautelas de praxe. - ADV: CARLOS EDUARDO FERRARI (OAB 98598/SP), FABIANA FERREIRA TAVARES (OAB 274298/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das

Pessoas Naturais - Elaine Celina Gandelini

Página 917

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0116702-11.2009.8.26.0100 (100.09.116702-3) - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Elaine Celina Gandelini - Reintime-se a parte autora para que cumpra o determinado em fls. 40 no prazo de 10 (dez dias). - ADV: MIGUEL RUSSO (OAB 149955/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Mário Pereira de Araújo Santos e outros

Página 918

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2015
Processo 0229606-08.2008.8.26.0100 (100.08.229606-1) - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Mário Pereira de Araújo Santos e outros - Intime-se a parte autora para que cumpra o determinado (fls. 259). Prazo: 10 dias. - ADV: CECILIA TRANQUELIN (OAB 117714/SP), VICTORINO FONTINHA RODRIGUES (OAB 82781/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - LEONARDO FERREIRA GOMES RAMOS

Página 919

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1000895-13.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - LEONARDO FERREIRA GOMES RAMOS - Fl. 16: Ao autor. Prazo: 10 dias. - ADV: THIAGO BARELLI BET (OAB 346581/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSE CARLOS SANTOS DA SILVA

Página 919

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1001076-14.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSE CARLOS SANTOS DA SILVA - Fl. 12: Ao autor, para que providencie os documentos nos termos da manifestação ministerial. Prazo: 15 dias. - ADV: LIA ROSANGELA SPAOLONZI (OAB 71418/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Helder de Sa Benini - Helder de Sa Benini

Página 919

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1003767-98.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Helder de Sa Benini - Helder de Sa Benini - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional do Tatuapé, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: HELDER DE SA BENINI (OAB 174808/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - FABIANA SANTOS SENA

Página 919

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1003808-65.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - FABIANA SANTOS SENA - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: REGINA CELIA COUTINHO (OAB 324061/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Enrique Martin Scheuer e outros

Página 919

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1004801-11.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Enrique Martin Scheuer e outros - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: SHEILA PUCCINELLI COLOMBO MARTINI (OAB 222070/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S.S.A. - J.F.V.

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1024328-80.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - R.S.S.A. - J.F.V. - Vistos. Por ora, providenciem as interessadas documentos que comprovem a autorização prévia da consorte para o procedimento de fertilização heteróloga, contrato da clínica de fertilização e a escritura de união estável, para autorizar a aplicação da presunção de filiação estabelecida, analogicamente, pelo art. 1.597, V do Código Civil. Prazo: 15 dias. Intimem-se. - ADV: ERNESTO REZENDE NETO (OAB 79263/SP), MARIO SOLIMENE FILHO (OAB 136987/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1030554-04.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1030554-04.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto - *que a certidão de casamento de Luiz Francisco Modesto e Lourdes Gonçalves Modesto esta a disposição do Senhor Defensor Público para retirada inteiramente grátis e retificada. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1030554-04.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Luiz Francisco Modesto - Comprove a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, o cumprimento do mandado. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Narya Santos de Almeida e Silva e outros

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1066800-96.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Narya Santos de Almeida e Silva e outros - Ao arquivo. - ADV: PAULO EDUARDO RODRIGUES NETO (OAB 289892/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YURI LAUANA NAKAMURA CHAVES e outro

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1069272-70.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YURI LAUANA NAKAMURA CHAVES e outro - Ao Ministério Público. - ADV: HERBERT CURVELO TURBUK (OAB 138496/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - Ilson Roberto Alves

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1078430-52.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - Ilson Roberto Alves - Vistos. Ao arquivo. Intimem-se. - ADV: SILVANA MARIA SOUSA OLIVEIRA (OAB 93214/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Suzane Feitosa da Paixão Oliveira

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1081138-75.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Suzane Feitosa da Paixão Oliveira - Vistos. É ônus da parte autora instruir os autos do processo com os documentos necessários. Defiro o derradeiro prazo de 20 dias para apresentação das certidões. Intimem-se. - ADV: MARIA LIMA MACIEL (OAB 71441/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA GUILIANA TARQUI RAMOS

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015

Processo 1086789-88.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA GUILIANA TARQUI RAMOS - Diante da declaração de imposto sobre a renda juntada aos autos, verifico que, embora tenha auferido apenas R$ 23.400,00, a autora possui R$ 78.000,00 em espécie, inviabilizando a concessão da gratuidade pleiteada. À parte autora para que recolha as custas, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. - ADV: ALECIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 267828/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Izaias Monteiro da Luz

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1111272-85.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Izaias Monteiro da Luz - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial e emenda de fls. 60. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: RACHEL MACEDO ROCHA (OAB 83617/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ALMIR TURISCO DE ARAÚJO e outros

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1111467-70.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ALMIR TURISCO DE ARAÚJO e outros - Vistos. Providencie-se nos termos da cota ministerial supra, no prazo de cinco dias. Int.. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - Lúcia Rosária dos Santos

Página 920

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1114069-34.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - Lúcia Rosária dos Santos - Vistos. Faculto manifestação à requerente em 5 dias. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Intimem-se. - ADV: MARIA HELENA COELHAS MENEZES CINQUINI (OAB 47831/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - RITA DE CÁSSIA RODRIGUES DE CAMPOS e outros

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1118268-02.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - RITA DE CÁSSIA RODRIGUES DE CAMPOS e outros - Vistos. a). Recebo a petição a fls. 26/42 como emenda à inicial. b). Concedo o prazo suplementar de trinta (30) dias para integral e correto cumprimento da cota ministerial de fls. 22/23. c). No silêncio, tornem conclusos para indeferimento da inicial e extinção do processo. Int. - ADV: THAIS JUREMA SILVA (OAB 170220/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - AMANDA CRISTINA DA COSTA

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1121326-13.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - AMANDA CRISTINA DA COSTA - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva

Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: NATALIE LOURENÇO NAZARE (OAB 284795/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Celeida Ferreira

Página 921

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1122130-78.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Celeida Ferreira - Diante da declaração de Imposto de Renda juntada às fls. 23, indefiro a gratuidade. À parte autora para que recolha as custas, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Sem prejuízo e no mesmo prazo, diga sobre a manifestação da r. do Ministério Público, no prazo de 05 dias. Int. - ADV: ALDENIR NILDA PUCCA (OAB 31770/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Manuela Forte Arribet e outro

Página 921

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1124277-77.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - Manuela Forte Arribet e outro - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: ANA KEYLA GIORGI DE CASTRO NEVES (OAB 314760/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARYANA HELENA FERNANDES DE ASSIS

Página 921

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1124496-90.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARYANA HELENA FERNANDES DE ASSIS - Fl. 14: Ao autor, para que providencie o documento, nos termo da manifestação ministerial. Prazo: 10 dias. - ADV: LUIZ FERNANDO CAVALINI COSTA (OAB 347203/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Tatiana Amador Cavaccini Brito

Página 921

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO BENACCHIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2015
Processo 1125591-58.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - Tatiana Amador Cavaccini Brito - Fl. 17: À autora. Prazo: 10 dias. - ADV: ANDREIA SANTOS GONCALVES DA SILVA (OAB 125244/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marcio Rodrigues de Carvalho Barros

Página 839

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0014646-89.2012.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marcio Rodrigues de Carvalho Barros - Marcio Rodrigues de Carvalho Barros - Vistos. MARCIO RODRIGUES DE CARVALHO BARROS, qualificado nos autos, ajuizou a presente ação de retificação do registro de um imóvel situado à Avenida Eliseo Teixeira Leite, n.º 7.000, Jardim Paulistano, nesta Capital, inserido em área matriculada sob nº 115.947 do 18º RI de São Paulo. De acordo com a inicial, o autor é proprietário do imóvel, que é remanescente de área maior, de 4.314,12m2, da qual uma parte foi conferida a terceiros via usucapião. Dessa forma, se faz necessária a apuração do remanescente de área, de modo a se obter o cadastro do imóvel na Prefeitura Municipal de São Paulo. Com a inicial (fls. 2/8), vieram procuração e documentos (fls. 9/48). Sobrevieram informes cartorários (fls. 53/54). Foi apresentado laudo pericial às fls. 89/117. Manifestação da parte autora quanto ao laudo pericial à fl. 132. Foram determinadas as notificações necessárias (fl. 134). A Municipalidade de São Paulo manifestou desinteresse pela retificação (fl. 167), desde que utilizados o memorial descritivo e a planta acostados às fls. 113/116. Foi certificado o encerramento do ciclo citatório (fl. 177-verso). O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido (fls. 178/179). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Cuida-se de ação de retificação, de jurisdição voluntária, objetivando a adequação do registro

imobiliário à situação de fato, atendendo ao princípio da especialidade objetiva. Não custa lembrar que a retificação de registro imobiliário, prevista nos artigos 212 e 213, da Lei de Registros Públicos, tem o condão de corrigir os erros formais do título, não se prestando como meio para aumentar os limites e confrontações de imóvel. Sobre o tema, a jurisprudência entende que a ação de retificação de registro não pode ser manejada como meio de aquisição de propriedade imóvel ou como substitutiva da ação de usucapião, ensejando tal tipo de pretensão à propositura de ação própria. É cabível, no caso, o acolhimento do pedido. Ficou provada, nos autos, a existência de diferença entre as áreas real e tabular do imóvel do qual o autor é proprietário. Nos termos do laudo pericial de fls. 89/117, apurou-se que o imóvel em questão apresenta atualmente área total de 1.793,10m2 (fl. 103), ao passo que a matrícula de fl. 12 aponta área original de 4.314,12m2 (fl. 12). Assim, demonstrada a divergência entre a área constante do título e a verdadeira área apurada no local, mostra-se justificada a retificação, com o objetivo de espelhar a realidade do imóvel e regularizar sua situação, na forma dos artigos 198, 212, 213 e 228 da Lei nº 6.015/1973, até porque, no caso, não há risco de prejuízos a terceiros, eis que não consta haver invasão aos imóveis confrontantes. Notese que não houve oposição dos confrontantes, nem da Municipalidade de São Paulo. Ante o exposto, acolho o pedido para determinar a retificação do imóvel objeto da ação, adotando-se o memorial descritivo e a planta acostados às fls. 113/116. Nos termos da Portaria Conjunta 01/2008 das Varas de Registros Públicos da Capital, esta sentença servirá como mandado para registro, desnecessária a expedição de novos documentos. A parte autora arcará com despesas processuais, custas finais e emolumentos. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. PJV-08 - ADV: MARCIO RODRIGUES DE CARVALHO BARROS (OAB 60452/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - 5º Oficial de Registro de Imóveis - Dulce Eliza de Campos Ferreira do Amaral e outro

Página 840

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0023763-70.2013.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 5º Oficial de Registro de Imóveis - Dulce Eliza de Campos Ferreira do Amaral e outro - Vistos. Tendo em vista a decisão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura (fls. 118/122), que negou provimento ao recurso interposto pelo suscitado, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 103) - ADV: NATALIA DA SILVA NUNES (OAB 81312/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - Gentil de Campos

Página 840

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0025337-31.2013.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - Gentil de Campos - Vistos. Tendo em vista a decisão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura (fls. 160/163 e 178/180), que negou provimento ao recurso interposto pelo suscitante, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetamse os autos ao arquivo. Int. (CP 111) - ADV: EMANUEL COELHO DA SILVA (OAB 304356/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Antonio Pereira de Melo

Página 840

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0025431-76.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Antonio Pereira de Melo - Vistos. Tendo em vista a decisão da Egrégio Conselho Superior da Magistratura (fls.68/73), foi instaurado procedimento administrativo disciplinar em face do Oficial do 12º Registro de Imóveis da Capital, sob nº 0036657-44.2014.8.26.0100. Com supedâneo no princípio da razoabilidade e proporcionalidade, ao histórico dos antecedentes funcionais, bem como, à natureza da infração praticada, foi aplicada a pena de repreensão. Feitas estas considerações, junte a z. Serventia aos presentes autos, cópia da sentença proferida no procedimento disciplinar, bem como expeça-se com urgência, ofício à DICOGE comunicando as providências que foram adotadas. Junte ao ofício cópia da sentença proferida no procedimento administrativo disciplinar. Por fim, aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 116) - ADV: ARNALDO SALDANHA PIRES (OAB 153023/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - José Nunes - Clara Aparecida do Carmo e outro

Página 841

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0028198-39.2003.8.26.0100 (000.03.028198-9) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - José Nunes - Clara Aparecida do Carmo e outro - Municipalidade de São Paulo - 1) Cumpra-se o v. Acórdão de fls. 441/446. 2) Anote-se o benefício da gratuidade deferido à parte autora. 3) Remetam-se os autos ao RISP competente para as providências necessárias, nos termos da Portaria Conjunta nº. 01/2008 das Varas de Registros Públicos da Capital. Int. PJV 57 - ADV: KÁTIA NUNES DE OLIVEIRA (OAB 211935/SP), WELESSON JOSE REUTERS DE FREITAS (OAB 160641/SP), LEONEL MARQUES MATEUS VICENTE (OAB 71947/SP), RAPHAELA DE LIMA GONÇALVES (OAB 326898/SP), FLAVIO PARREIRA GALLI (OAB 66493/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Gloria marques e outros

Página 841

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0031765-34.2010.8.26.0100 (100.10.031765-0) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Gloria marques e outros - Municipalidade de São Paulo - Vistos. Aguarde-se, por mais 10 dias. No silêncio, ao arquivo. Int. PJV-42 - ADV: EDSON DIAS PEREIRA (OAB 183355/SP), ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/SP), LUCAS NAVES DE OLIVEIRA (OAB 102568/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Geraldo Pestana de Oliveira

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0035717-84.2011.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Geraldo Pestana de Oliveira - Municipalidade de São Paulo, na pessoa de seu representante legal - Vistos. Ao contrário do entendimento do requerente, consta a existência de somente uma conta em seu nome, onde foram realizados os depósitos proveniente das parcelas do loteamento. Ocorre que houve a mudança em relação aos números das contas judiciais em razão da migração realizada entre o antigo Banco Nossa Caixa e atual Banco do Brasil, senão vejamos: De acordo com o ofício de fl.191, tem-se que A) o depósito inicial foi efetuado em 11.04.1994, no valor de R$ 2.578,59, no antigo Banco Nossa Caixa (conta judicial nº 26500032-1, sub conta 3097-6, agência 0405). Em 18.06.2010, esta conta foi migrada para o Banco do Brasil (conta judicial nº 26500189-3, sub conta 3097-6, agência 384-1), no valor de R$ 10.955,77. B) Em 25.06.2010 a conta judicial nº 26500189-3, agência 384-1, do Banco do Brasil foi migrada para nova conta judicial da mesma instituição financeira, passando a constar sob o nº 1300128905760, sub conta 3097-6, agência 6815-2, no valor de R$ 10.985,13. Logo, os extratos apresentados às fls.25/26, referem-se a uma única conta e a um único depósito. Todavia, o Banco do Brasil não forneceu a informação referente ao resgate realizado na conta do requerente em 18.06.2010, no valor de R$ 10.955,77 (fl.193). Ao que parece, consiste em valor exorbitante para justificar a simples migração de contas entre as instituições financeiras, não podendo recair tal fato sobre o correntista. Assim, expeça-se novo ofício, com urgência, ao Banco do Brasil para que preste informações acerca do resgate supra mencionado. Com a vinda da resposta, tornem os autos conclusos. Int. (CP 275) - ADV: NELSON LAZARA JUNIOR (OAB 112355/SP), ELIENE LIMEIRA SANTOS TAVARES (OAB 223954/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Josué Francisco

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0057215-08.2012.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Josué Francisco - Vistos. Tratase de pedido de providências formulado por Josué Francisco, diante da negativa do Oficial do 12º Registro de Imóveis da Capital em proceder à averbação do desdobro do lote, aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. O

óbice refere-se a ausência da apresentação de certidão da SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo) no sentido de que a abertura da Rua Jesuânia não desfalcou o imóvel. Juntou documentos às fls.08/22. O Oficial Registrador manifestou-se à fl.25. Informou a impossibilidade do desdobro, tendo em vista que junto ou sobre a área foi aberta a Rua Jesuânia, pendendo tal fato de esclarecimentos. A Municipalidade manifestou-se à fl.38, apresentando documentos às fls. 39/40. Foi realizado o laudo pericial de fls.87/125. Houve a manifestação do requerente acerca do laudo apresentado (fl.129). O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido (fls.131/132), ou, alternativamente, pela retificação "intra muros" (fls. 138/139), sendo que deste parecer o requerente manifestou-se às fls.143/144. É o sucinto relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Analisando a questão posta a desate, verifico que o pedido formulado é parcialmente procedente, senão vejamos: Pleiteia o requerente a averbação do desdobro do lote, aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Conforme ensina o ilustre professor Luiz Guilherme Loureiro: "Em virtude do principio da legitimidade ou da presunção de veracidade, o Registro deve refletir a verdade não só no que se refere ao titular do direito registrado, mas também quanto à natureza e ao conteúdo deste direito. Assim, qualquer inexatidão do assento deve ser retificada a fim de que reflita perfeitamente a realidade". (Registros Públicos - Teoria e Prática - 2ª ed. - Editora Método). Para que o registro imobiliário exprima a realidade fática, vem admitindo a jurisprudência a retificação de área em casos tais: "CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO - ARTS. 212 E 213 DA LEI 6.015/73 - ACRÉSCIMO DA ÁREA REPORTADA AO IMÓVEL SEM EXTRAPOLAR AS DIVISAS - ADEQUAÇÃO DO REGISTRO CARTORÁRIO À REALIDADE FÁTICA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS CONFRONTANTES - PREJUÍZO A TERCEIROS NÃO EVIDENCIADO - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADA - PRECEDENTES DO STJ - JULGAMENTO DO MÉRITO - APLICABILIDADE DO ART. 515, § 3º, DO CPC - RETIFICAÇÃO PROCEDENTE - RECURSO PROVIDO". "Na linha de precedentes da Corte, é possível a retificação do registro, para acréscimo de área, de modo a refletir a área real do imóvel, desde que não haja, como no caso, impugnação dos demais interessados" (Resp n.º 203205, Min. Carlos Alberto Menezes Direito). (Ap. Cív. n. , de Indaial, rel. Marcus Tulio Sartorato, 3ª Câmara Direito Civil, em 27/01/06). Da análise do processo, verifica-se que de acordo com o laudo pericial de fls. 87/125, concluiu-se que: a) não há omissões de medidas de perímetro e de área, sendo que a área retificanda contida na matrícula nº 160.398 não apresenta caminhamento diverso do levantado em campo; b) a nomenclatura Rua dos Tamoios foi alterada para Rua Cinquenta e Quatro e posteriormente para Rua Jesuânia; c) trata-se de um terreno irregular com duas frentes; uma para a Avenida Teodoro Bernardo do Nascimento e outra para a Rua Jesuânia; d) a Rua Jesuânia não consta da matrícula. Todavia, pelo que se denota do trabalho técnico, a área real, se comparada com a de registro, é maior, sendo que na hipótese do requerente pleitear a retificação do terreno, esta se operará "extra muros", ou seja, com a probabilidade de haver eventuais impugnações. No entanto, conforme se verifica da manifestação do requerente, houve concordância expressa de que a retificação se processe "intra muros". Logo, apesar de ter havido constatação pericial da existência de uma área maior com a comparada ao registro, deve ser preservada as medidas constantes da tábua registral, devendo apenas haver a averbação na matrícula de o terreno faz duas frentes, sendo uma delas voltada para a Rua Jesuânia. Houve a concordância da retificação "intra muros" pelo requerente. Ressalta-se, assim, que a possível inclusão da posse fática da área tida como maior poderá ser pleiteada pela via contenciosa. Diante do exposto, defiro parcialmente o pedido formulado por Josué Francisco, para determinar que seja averbada na matrícula do imóvel, que este faz duas frentes, sendo uma voltada para a Avenida Teodoro Bernardo do Nascimento e a outra para a Rua Jesuânia, mantendose as medidas perimetrais constantes da matrícula. Remetam-se os autos ao Oficial do 12º Registro de Imóveis da Capital, para as providências necessárias, fazendo-se as devidas comunicações nestes autos. Sem custas ou honorários decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, . Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 394) - ADV: DAVI ISIDORO DA SILVA (OAB 182769/SP), ALEKSANDRO CLEMENTE (OAB 220984/SP), IVO BRITO CORDEIRO (OAB 228879/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - 9° Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - Amilcar Campana Neto

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0061025-88.2012.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 9° Oficial de Registro de Imóveis de São

Paulo - Amilcar Campana Neto - Vistos. Tendo em vista a decisão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura (fls. 130/134 e 147/149), que negou provimento ao recurso interposto pelo suscitado, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 409) - ADV: EDUARDO NUNES DE SOUZA (OAB 124174/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - 15º Oficial de Registro de Imoveis - Keepers Manutenção Industrial S/C Ltda

Página 844

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0069199-52.2013.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - 15º Oficial de Registro de Imoveis - Keepers Manutenção Industrial S/C Ltda - Vistos. Tendo em vista a decisão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura (fls. 263/267), que negou provimento ao recurso interposto pela suscitada, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 390) - ADV: MAURY SERGIO LIMA E SILVA (OAB 116920/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Emilia de Jesus Marques Simões Prederico

Página 844

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2015

Processo 0075480-24.2013.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Emilia de Jesus Marques Simões Prederico - Vistos. Antes da análise da petição de fl.146, cumpra a requerente o despacho de fl.141, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, sob as penas do artigo 13 do CPC. Com a juntada da documentação, tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. (CP 440) - ADV: EVANCELSO DE LIMA CONDE (OAB 184965/SP), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), DENIS BERENCHTEIN (OAB 256883/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Antonio Matheus

Página 850

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0016/2015

Processo 0051058-87.2010.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Antonio Matheus - Municipalidade de São Paulo na pessoa de seu procurador - J. Em vista da complexidade específica do feito, defiro o prazo de 30 dias pleiteado, devendo o Sr. Perito noticiar nos autos periodicamente os trabalhos realizados . Junte-se no prontuário do Sr. Perito e intime-se a parte. São Paulo, de dezembro de . (Despacho proferido em petição do Sr. Perito judicial José Roberto Bandouk) - - ADV: PAULO AGOSTINHO FERNANDES (OAB 104345/SP), ZULMIRA MONTEIRO DE ANDRADE LUZ (OAB 62145/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Obrigação de Fazer / Não Fazer - Sueli Aparecida da Silva Santiago e outros

Página 850

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1013777-38.2014.8.26.0004 - Retificação de Registro de Imóvel - Obrigação de Fazer / Não Fazer - Sueli Aparecida da Silva Santiago e outros - Vistos. Manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da cota ministerial de fl.93. Com a juntada da manifestação, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conlcusos. Int. - ADV: NILBERTO RIBEIRO (OAB 106076/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - DURVALINA JERÔNIMA DE JESUS

Página 851

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1121668-24.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - REGISTROS PÚBLICOS - DURVALINA JERÔNIMA DE JESUS - Vistos. Regularize a requerente sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias. Após, tornem os autos conclusos. Int. - ADV: WESLEY NASCIMENTO E SILVA (OAB 211986/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA LEONOR FERREIRA DE BARROS AMARAL e outro

Página 851

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1121735-86.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA LEONOR FERREIRA DE BARROS AMARAL e outro - Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por Daniel do Amaral Júnior e Maria Leonor Ferreira de Barros Amaral, no qual se pleiteia a averbação na matrícula nº 8300, do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Santo André, de que parte do imóvel nela descrito está situado no território do Município de São Paulo, conforme documentos e planta apresentados. Relatam os requerentes que tornaram-se proprietários de uma gleba de terras denominada Fazenda da Juta ou Oratório, conforme transcrição nº 25.221 do 9º Registro de Imóveis da Capital. Todavia, parte da gleba está situada nos Distritos de Sapopemba e de São Mateus (Comarca da Capital de São Paulo) e parte no Município e Comarca de Santo André. Informam que da gleba, objeto da transcrição nº 25.221, foram realizadas três alienações junto ao Oficial do 9º Registro de Imóveis da Capital. Todavia, de maneira equivocada, o Registrador de Santo André, ao receber o título de transferência de domínio à Petrobrás de parte da terra pertencente àquele Município, procedeu à abertura de matrícula sob nº 8.300, sobre a totalidade da gleba adquirida (2.792.510,00 m²), ignorando as certidões de filiação do imóvel apresentadas - do 9º e 14º Registros de Imóveis da Capital - comprovando que os requerentes transmitiram várias áreas situadas no Município de São Paulo. Salientam que, visando a abertura de matrícula para área remanescente (723.954,55 m²), localizada no Município de São Paulo, e consequente registro do parcelamento do solo denominado Fazenda da Juta, regularizada pelo Municipalidade de São Paulo (Processo Administrativo nº 1992-0.004.052-7), o Oficial do 9º Registro de Imóveis da Capital verificou a necessidade da averbação na matrícula nº 8300, do 2º Registro de Imóveis de Santo André, de que parte do imóvel nela descrito está situada no Município de São Paulo e pertence ao território do 9º Registro de Imóveis da Capital. Juntou documentos às fls. 09/54. O Oficial do 2º Registro de Imóveis de Santo André manifestou-se às fls. 57/60. Informa que os óbices registrários referem-se: a) necessidade de levantamento que contemple os atuais imóveis matriculados; b) repetição do registro de imóveis que pertencem a mais de uma circunscrição imobiliária; c) no caso de eventual desmembramento dos imóveis, necessidade de prévia retificação, apuração de remanescente e alvará de desdobro expedido pela Prefeitura Municipal local; d) o cadastro municipal, que deve refletir o levantamento do órgão estadual; e) a observação do princípio da instância, segundo o qual os atos de registro e averbação não podem ser praticados de ofício pelo registrador, devendo haver requerimento específico apresentado pelo proprietário ou interessado, devidamente instruído. É o relatório. Em que pesem as fundamentações do Oficial do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Santo André, verifico que o óbice imposto para proceder a averbação são totalmente infundados. Isto porque, a presente hipótese não configura desdobro de lote, mas sim uma gleba cuja área localiza-se na divisão de dois Municípios (São Paulo e Santo André). Ora, a negativa em se proceder a averbação na matrícula do imóvel nº 8.300 que parte do imóvel nele descrito pertence a Comarca de São Paulo, está dificultando os requerentes de obterem a regularização fundiária aprovada pela Prefeitura Municipal de São Paulo (fl.48). No mais, foram apresentados pelos requerentes toda a documentação aprovada pelosórgãos responsáveis, bem como a planta da área (fls.52/54). Decerto, como bem observou o registrador de Santo André, os atos de averbação e registro não podem ser praticados de ofício, contudo, como se pode observar à fl.51, o próprio Oficial do 9º Registro de Imóveis da Capital enviou ofício no esforço de que o Oficial do 2º Registro de Imóveis de Santo André efetivasse a averbação supra mencionada. Ademais, o Registrador não reconheceu o justificou o equívoco referente à abertura de matrícula de àrea total perante a sua Serventia, mesmo sabedor dos desfalques ocorridos, sem nem mesmo fazer menção a eles. Logo, entendo serem infundadas as razões expostas. Feitas estas considerações, expeça-se ofício, com urgência, à Corregedoria Geral da Justiça e ao Corregedor Permanente do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Santo André, para apuração dos fatos narrados, bem como aplicação de eventual medida administrativa disciplinar. Aguarde-se, por 60 (sessenta) dias, informações e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: PATRICIA APARECIDA MERLIN (OAB 170974/SP), JAMESSON AMARO DOS SANTOS (OAB 92461/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Aelton Rosa de Jesus

Página 855

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1002409-98.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Aelton Rosa de Jesus - Vistos. Manifeste-se o requerente sobre a cota ministerial supra. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - GABRIELLA LAZZARETTI

Página 855

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1004188-88.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - GABRIELLA LAZZARETTI - * a parte autora deve providenciar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Comunicado CG nº 1307/2007), e/ou da contribuição à CPA. - ADV: FABIO SERGIO BARSSUGLIO LAZZARETTI (OAB 167190/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - JAIME JOSE BARBOSA DOS SANTOS e outros

Página 855

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1004253-83.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - JAIME JOSE BARBOSA DOS SANTOS e outros - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santana, diante do domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: RODRIGO FREITAS (OAB 235182/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA AMELIA DE SOUSA

Página 855

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1004329-10.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA AMELIA DE SOUSA - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Itaquera, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: MAFALDA SOCORRO MENDES ARAGAO (OAB 131909/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Bruno Copiano Silva - Bruno Copiano Silva

Página 855

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1058351-52.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Bruno Copiano Silva - Bruno Copiano Silva - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos do aditamento de fls. 48/58 para retificar o assento de nascimento do autor, excluindo-se o patronímico paterno “Copiano”, acrescentando o sobrenome de seu padrasto, passando a se chamar “Bruno Silva Gomes”. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: BRUNO COPIANO SILVA (OAB 342159/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - VIVETE VESPERO

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1098792-75.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - VIVETE VESPERO - Vistos. Manifeste-se nos termos da cota ministerial supra no prazo de dez dias. - ADV: ALEXANDRE CASTANHA (OAB 134501/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Matheus Alves Oliveira

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1099713-34.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Matheus Alves Oliveira - Vistos. Defiro a cota retro (manifestação do Ministério Público). À parte autora. Intime-se. - ADV: JOSE ROBERTO SANTOS GIMENES (OAB 125970/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Matheus Alves Oliveira

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1099713-34.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Matheus Alves Oliveira - Vistos. Defiro o prazo de 30 dias. - ADV: JOSE ROBERTO SANTOS GIMENES (OAB 125970/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NATAN MANDELLI PAGLIOCHI

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1105042-27.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NATAN MANDELLI PAGLIOCHI - Vistos. Defiro a cota retro. Cumpra a parte autora, no prazo de 10 dias. - ADV: DENILSON MANUSSADJIAN PEREIRA (OAB 283505/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Clélia Catarine Bispo de Souza

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1105516-95.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Clélia Catarine Bispo de Souza - Vistos. Defiro a alteração do nome, nos termos do art. 57 da Lei de Registros Públicos. R.I. - ADV: ATILA MELO SILVA (OAB 282438/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Roque Cedraz Rios

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1110847-58.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Roque Cedraz Rios - Vistos. A fim de se analisar a possibilidade de designação de audiência de instrução e julgamento, informe a parte autora o nome e a qualificação completa das testemunhas que pretende ouvir, bem como do declarante do óbito, senhor Alberto Tebaldi, para que também possa ser eventualmente intimado para a solenidade. - ADV: IRANILDA AZEVEDO SILVA (OAB 131058/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Amelia Leal e outro

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1110927-22.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maria Amelia Leal e outro - Maria Amelia Leal - - Maria Amelia Leal - Os documentos apresentados demonstram os erros indicados que, bem por isso, devem ser corrigidos, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos. Diante do exposto, julgo procedente o pedido e determino a retificação dos assentos, como requerido no aditamento a fls. 29. Custas ex lege. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Coordenadora, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: MARIA AMELIA LEAL (OAB 137861/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito - Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo

Página 856

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1116276-06.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Assento de Óbito - Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo - Chevra Kadisha - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para retificar o assento de óbito de Silvio Fichman para que nele passe a constar que foi sepultado no Cemitério Israelita do Embu, nos termos da inicial e emenda de fls. 24/29. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: GIULIO CESARE CORTESE (OAB 124692/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSÉ CARLOS DOS SANTOS PACHECO

Página 857

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1124734-12.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - JOSÉ CARLOS DOS SANTOS PACHECO - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: JOSE CARLOS CALLEGARI (OAB 285692/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Dione de Lima Alves

Página 857

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1125654-83.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Dione de Lima Alves - Vistos. Providencie-se nos termos da cota ministerial supra no prazo de 15 dias. - ADV: CRISTINA FERRAZ VILLAÇA PUGLIESI (OAB 152976/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - DANIELA LUANA DILLNER

Página 857

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1126200-41.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - DANIELA LUANA DILLNER - Vistos. Defiro a cota retro, exceto quanto à apreciação do pedido de retificação, a qual será realizada oportunamente. Cumpra a parte autora, no prazo de 10 dias. - ADV: CINTIA SERRANO CORREIA (OAB 256511/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - M.O.J.

Página 857

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1126441-15.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - M.O.J. - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivemse os autos. P.R.I. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Antônio Marques da Silva

Página 857

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1128521-49.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Antônio Marques da Silva - Vistos. Providencie-se nos termos da cota do Ministério Público no prazo de dez dias. - ADV: JOSE ALEXANDRE MANZANO OLIANI (OAB 151581/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - VIOLA GONÇALVES DE ANDRADE

Página 857

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2015

Processo 1131624-64.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - VIOLA GONÇALVES DE ANDRADE - Vistos. Providencie-se nos termos da cota ministerial supra. - ADV: ANGELA TERESA MARTINS (OAB 58828/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - PAUL DIDER MOGG - NICOLE ANNE COLLET - Retificação registro

Página 955

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2015

Processo 1031137-86.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - PAUL DIDER MOGG - NICOLE ANNE COLLET - Retificação registro - alteração estado civil da proprietária - reratificação da escritura pública de compra e venda - registro que espelha os termos da escritura - impossibilidade de retificação na via administrativa - pedido indeferido Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por Paul Dider Mogg em face da negativa do Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital em proceder a retificação do registro nº 05 da matrícula sob nº 170.780, para fazer nele constar o estado civil da proprietária Nicole Anne Collet, de divorciada para casada. Alega o requerente que se casou com Nicole Anne Colleti, em 08.05.2001, no Estado da Califórnia - Estados Unidos, sob o regime da comunhão parcial de bens. Informa que no dia 19.10.2010, ou seja, durante a constância do casamento, Nicole através de escritura pública lavrada perante o 22º Tabelião desta Capital adquiriu o imóvel, objeto da presente demanda, alegando falsamente o estado civil de divorciada. Juntou documentos às fls. 06/12. Nicole manifestou-se às fls. 38/40. Esclarece que em 25.11.1989, em primeiras núpcias, contraiu casamento sob o regime da comunhão parcial de bens com Cláudio Júlio Tognolli e através de sentença proferida pelo MMº Juízo da 6ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central (autos nº 000.98.056074-8), foi homologado o divórcio consensual. Relata que, em 09.05.2001, casou-se em segundas núpcias no exterior, sob o regime da comunhão parcial de bens com o requerente, sendo que a certidão de casamento estrangeira foi consularizada perante o Consulado Geral do Brasil em São Francisco e registrada perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital em 18.03.2014. Argumenta que em razão de desconhecimento, bem como por estar efetivamente separada do requerente, deixou de proceder à averbação do casamento. Por fim, informa que não se nega a retificar o seu estado civil e posteriormente efetivar as medidas para formalização do divórcio. Juntou documentos às fls. 43/49. O Oficial Registrador manifestou-se às fls. 50/52. Salienta que os óbices registrários referem-se: a) ausência de traslado do casamento celebrado no exterior, junto ao Cartório do 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicilio conhecido; b) ausência da data do casamento na tradução da certidão; c) ausência de reconhecimento de forma do requerente na procuração datada de 27.12.2013. Aduz que o registro refletiu as informações constantes da escritura, bem como a alteração na matrícula acarretaria na comunicabilidade e alteração da titularidade do imóvel, fazendo-se necessário a realização de instrumento público reratificativo do ato praticado. O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 60/61). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. Não

obstante a senhora Nicole Anne Collet ter comparecido ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Sé, a fim de efetuar o traslado do casamento contraído e realizado no exterior, a resolução da presente questão não se limita a este ato. Isto porque, o Colendo Superior Tribunal de Tribunal vem admitindo a validade do casamento realizado no exterior, independentemente do registro no país, ou seja, não é averbação do ato no Cartório de Registro Civil que vai conferir validade ou existência da união, tendo em vista que o casamento celebrado no exterior, respeitadas as formalidades legais, é ato jurídico perfeito. Todavia, conforme manifestação da Douta Promotora: "Não se trata de simples erro, cuja correção possa ser efetuada com fundamento no artigo 213 da Lei de Registros Públicos". Verifica-se que o registro nº 5 efetivada na matrícula nº 170.780, foi efetuado com base nas informações constantes da escritura pública lavrada perante o 22º Cartório de Notas da Capital, logo, deve-se proceder a reratificação da mencionada escritura. Todavia, como é sabido, escritura pública é ato notarial que reflete a vontade das partes na realização de negócio jurídico, observados os parâmetros fixados pela Lei e pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, reproduzindo, portanto, exatamente aquilo que outorgantes e outorgados declararam ao Escrivão ou ao Escrevente. Por esta razão - conforme entendimento sedimentado nesta Corregedoria Permanente e na E. Corregedoria Geral da Justiça - o juiz não pode substituir o notário ou uma das partes, retificando escrituras que encerram tudo o que ocorreu e que foi declarado ao oficial público. Narciso Orlandi Neto explica que: "Não há possibilidade de retificação de escritura sem que dela participem as mesmas pessoas que estiveram presentes no ato da celebração do negócio instrumentalizado. É que a escritura nada mais é que o documento, o instrumento escrito de um negócio jurídico; prova preconstituída da manifestação de vontade de pessoas, explicitada de acordo com a lei. Não se retifica manifestação de vontade alheia. Em outras palavras, uma escritura só pode ser retificada por outra escritura, com o comparecimento das mesmas partes que, na primeira, manifestaram sua vontade e participaram do negócio jurídico instrumentalizado." (Retificação do Registro de Imóveis, Juarez de Oliveira, pág. 90). E arremata com a lição de Pontes de Miranda: "Falta qualquer competência aos Juízes para decretar sanações e, até, para retificar erros das escrituras públicas: escritura pública somente se retifica por outra escritura pública, e não por mandamento judicial" (Tratado de Direito Privado, Parte Geral, Tomo III, 3ª ed., 1970, Borsoi, pág. 361). Note-se que não se trata de erro na transposição dos elementos do título, pois a escritura de pública de compra e venda faz referência ao estado civil da proprietária como divorciada. Destaque-se, por oportuno, que o pedido formulado pelo interessado não se limita a simples retificação, mas tal providencia trará consequências no universo jurídico, especificamente em relação a comunicabilidade e alteração da titularidade do imóvel. Assim, em se tratando de elementos de identificação do imóvel cuja retificação não é prevista no art. 213 da Lei nº 6.015/73, inviável a correção nesta via administrativa. Neste sentido, parecer da lavra do MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Dr. Marcelo Fortes Barbosa Filho: "REGISTRO DE IMÓVEIS - Transcrição - Retificação - Estado civil incorreto constante do título - Vinculação absoluta entre o título e o registro - Impossibilidade da pretendida alteração - Recurso não provido" (Decisão 1.538/96 de 14/8/1996). Logo, resta ao interessado juntamente com sua ex companheira lavrar nova escritura pública, descrevendo corretamente o estado civil. Ante o exposto, indefiro o pedido de providências formulado por Paul Dider Mogg em face do Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital. Não há custas, despesas processuais ou honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 20 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: JOSÉ CORDEIRO SANTIAGO (OAB 181471/SP), FERNANDO MARIO DE OLIVEIRA (OAB 207678/SP), CARLOS ADOLFO BELLIO DO AMARAL SCHMIDT (OAB 104406/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2015

Processo 1115128-57.2014.8.26.0100 - Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini - Vistos. Trata-se de dúvida inversa formulada por Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini em face da negativa do Oficial do 1º Registro de Imóveis da Capital em proceder ao registro de instrumento particular de contrato social para fins de administração e recebimento de alugueres. Relata a suscitada em síntese que é proprietária de dez conjuntos no prédio "Escritórios Paulista" e a fim de administrar, bem como receber os alugueres, constituiu empresa com seus filhos. Informa que seu cônjuge, Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, fazia parte da administração, contudo, por exigência da

JUCESP, o contrato foi refeito, a fim de seu marido participar somente como anuente. Aduz que apresentado o instrumento a registro, o Oficial negou o ingresso sob a alegação da não participação do cônjuge no contrato social, bem como integral pagamento do ITBI, conforme nota devolutiva (fls.12/15). Juntou documentos às fls. 12/204. O Oficial Registrador manifestou-se à fl.246. Consignou que as exigências provenientes das notas devolutivas, encontram-se superadas, ante a liminar concedida no Mandado de Segurança impetrado em face da Municipalidade, pelo MMº Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, bem como a assinatura do cônjuge da suscitada como sócio da empresa. O Ministério Público opinou pela extinção do feito, ante a perda do objeto (fl. 250). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com a notícia do Sr. Oficial Registrador, referente à superação dos óbices registrários (fl.246) , não há o que decidir nos autos, tendo o feito perdido o seu objeto. Diante do exposto, julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos. Observo que os documentos originais deverão ser retirados pela suscitante juntamente à Serventia Extrajudicial, no prazo de 15 (quinze) dias. Não há custas, honorários ou despesas resultantes deste procedimento. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I.C. São Paulo, 19 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: JORGE TADEO GOFFI FLAQUER SCARTEZZINI (OAB 182314/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - Condominio Edíficio Rolim Prado - Registro de Imóveis

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2015

Processo 1116221-55.2014.8.26.0100 - Dúvida - REGISTROS PÚBLICOS - Condominio Edíficio Rolim Prado - Registro de Imóveis - circunstâncias que tornam prejudicado o julgamento ante a impugnação parcial das exigências do Oficial - Dúvida inversa prejudicada. Vistos. Trata-se de dúvida inversa suscitada pelo Condomínio Edifício Rolim Prado, em face da negativa do Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital em proceder ao registro de Carta de Adjudicação expedida pelo MMº Juízo da 22ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de Cobrança de Despesas Condominiais (nº 0242106-77.2006.8.26.0100), movida em face do Espólio de Eliete Laurita dos Santos e referente ao imóvel transcrito sob nº 24.171. Juntou documentos às fls. 40/142. O Oficial Registrador manifestou-se às fls. 154/158. Informa que os óbices registrários referem-se: a) o imóvel adjudicado é de propriedade de Paulo Freire Prado e sua esposa Carmelita Rolim Prado, que pela inscrição nº 9.231, realizada em 06.04.1957, prometerem vender o bem a João Silvestre de Camargo, casado com Esther Rolim de Camargo, todavia, tais compromissários não figuraram na ação de cobrança; b) ausência de apresentação da promessa de cessão de direitos celebrada entre os Espólios de João Silvestre de Camargo e Esther Rolim de Camargo e a executada Eliete Laurita dos Santos, que deveria ser apresentada na via original com firma reconhecida dos contratantes e testemunhas, acompanhada do Alvará Judicial que autorizou os espólios a prometerem em cessão; c) recolhimento da diferença devida a título de ITBI, acrescido de multa; d) necessidade de aditamento da carta de adjudicação, tendo em vista que consta como objeto da constrição a propriedade do imóvel no lugar dos direitos que a executada sobre ele possui. Juntou documentos às fls. 159/164. O suscitante insurge-se contra os óbices mencionados, aduzindo que é suficiente a cópia do título, bem como a adjudicação provém de dívida propter rem, razão pela qual não importa quem seja o proprietário do bem, já que a dívida recai sobre a coisa. O Ministério Público opinou pelo procedência da dúvida (fls.168/169). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. Verifica-se na presente hipótese que houve impugnação parcial das exigências formuladas pelo Registrador. Observo que o suscitante não demonstrou irresignação em relação ao complemento do valor recolhido a título de ITBI, acrescido da respectiva multa, logo houve o reconhecimento da necessidade de atendimento desta exigência. A concordância parcial com as exigências do Oficial prejudica a dúvida, que só admite duas soluções: a determinação do registro do título protocolado e prenotado, que é analisado, em reexame da qualificação, tal como se encontrava no momento em que surgida dissensão entre a apresentante e o Oficial de Registro de Imóveis; ou a manutenção da recusa do Oficial. Para que se possa decidir se o título pode ser registrado ou não é preciso que todas as exigências e não apenas parte delas sejam reexaminadas pelo Corregedor Permanente. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do Egrégio Conselho Superior. E ainda que assim não o fosse, no mérito verifico que o pretensão do suscitante é improcedente senão vejamos: Preliminarmente, cumpre destacar que os títulos judiciais não estão isentos de qualificação, positiva ou negativa, para ingresso no fólio real. O Egrégio Conselho Superior

da Magistratura já decidiu que a qualificação negativa do título judicial não caracteriza desobediência ou descumprimento de decisão judicial (Apelação Cível n. 413-6/7). Deve-se salientar que, no ordenamento jurídico pátrio, incumbe ao Registrador, no exercício do dever de qualificar o título que lhe é apresentado, examinar o aspecto formal, extrínseco, e observar os princípios que regem e norteiam os registros públicos, dentre eles, o da legalidade, que consiste na aceitação para registro somente do título que estiver de acordo com a lei. A análise do título deve obedecer a regras técnicas e objetivas, o desempenho dessa função atribuída ao Registrador, deve ser exercida com independência, exigindo largo conhecimento jurídico. No mais, por força do princípio da continuidade, uma inscrição (lato sensu) subsequente só transfere um direito se o direito por transferir efetivamente estiver compreendido, objetiva e subjetivamente, na inscrição (lato sensu) antecedente que lhe dá fundamento, ou seja, para que se faça a inscrição subsequente, é necessário que o disponente possa, objetiva e subjetivamente, dispor do direito, o que só se pode concluir pela própria inscrição antecedente. Afrânio de Carvalho, a propósito, explica que: “O princípio da continuidade, que se apóia no de especialidade, quer dizer que, em relação a cada imóvel, adequadamente individuado, deve existir um cadeia de titularidade à vista da qual só se fará a inscrição de um direito se o outorgante dele aparecer no registro como seu titular. Assim, as sucessivas transmissões, que derivam umas das outras, asseguram a preexistência do imóvel no patrimônio do transferente” (Registro de Imóveis, Editora Forense, 4ª Ed., p. 254). Na presente hipótese, verifica-se que consta da transcrição nº 24.171 de 10.12.1941 a inscrição nº 9.2131 de 06.04.1957 (fls.162/163), na qual foi estipulado um compromisso de compra e venda em relação ao imóvel em questão, figurando como compromitentes os proprietários Paulo Freire Prado e sua mulher Carmelita Rolim Prado e como compromissário João Silvestre de Camargo, não há qualquer informação de que o compromissário tenha cedido os direitos à Eliete Laurita dos Santos, que figurou no pólo passivo da ação de cobrança de despesas condominiais. Logo, o registro da carta de adjudicação romperia a cadeia de titulares inscrita no fólio real. Ademais como bem observou a Douta Promotora de Justiça: “a cópia do contrato particular de compromisso de venda e compra” supostamente firmado entre João Silvestre e Eliete Laurita dos Santos é insuficiente para demonstrar a existência do negócio jurídico e, ainda que tenha existido, não foi devidamente registrado”. Ora como é sabido, somente com o registro os negócios jurídicos entabulados se tornam públicos e passam a ter efeitos “erga omnes”, ou seja, validade perante terceiros. Assim, Eliete não pode ter direitos constritos, se não houve transmissão do domínio do imóvel. Por último, verifica-se que a adjudicação recaiu sobre a propriedade, quando na verdade deveria incidir sobre os supostos direitos de compromissária provenientes do contrato firmado entre João Silvestre e Eliete. Logo, os óbices apontados pelo Oficial Registrador deverão ser mantidos. Diante do exposto, julgo prejudicada a dúvida inversa, com observação, suscitada por Condomínio Edifício Rolim Prado, em face do Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital, e mantenho o entrave registrário. Não há custas, despesas processuais ou honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I.C. São Paulo, 23 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: JAQUELINE PUGA ABES (OAB 152275/SP), JULIANA ALMEIDA SELLANI ANDRADE (OAB 299913/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA LORETO VERGARA CARVALLO

Página 956

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2015

Processo 1117013-09.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA LORETO VERGARA CARVALLO - Averbação de renovação do contrato de locação - dissonância entre a qualificação da atual proprietária e da que locadora - quebra do princípio da continuidade - pedido improcedente. Vistos. Trata-se de pedido de providências, formulado por Maria Loreto Vergara Carvalho, em face da negativa do Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital em proceder à averbação de renovação do contrato de locação do imóvel matriculado sob nº 14.709, em cumprimento ao ofício expedido pelo MMº Juízo da 24ª Vara Cível da Capital. Relatam os requerentes que ajuizaram Ação Renovatória em face do Espólio de Luciano Theobaldo Baccala (autos nº 1020415-90.2014.8.28.100), cuja sentença foi procedente para renovar a locação pelo prazo de 05 anos (de 29.10.2014 a 28.10.2019). Contudo, no curso da ação, o Espólio alienou o imóvel objeto da locação em favor da empresa Luzom Sociedade Propósito Específico, que

promoveu o registro da aquisição e, consequentemente, obstou a averbação da sentença. Esclarece que a adquirente estava ciente da ação renovatória em curso, tendo notificado a autora a efetuar o pagamento dos alugueres em seu favor, e após o transito da decisão requereu a desocupação do imóvel, no prazo de 90 dias. Juntou documentos às fls. 14/35. A inicial foi emendada às fls. 38/39, para retificação do pólo passivo da ação. O Oficial informou (fls. 48/49) que a averbação pretendida foi obstada, pois o sujeito passivo da mencionada ação renovatória teria que necessariamente coincidir com o proprietário do bem, em atenção ao princípio da continuidade (artigos 195 e 237 da Lei de Registros Públicos). O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 56/57). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta Promotora de Justiça. Preliminarmente, cumpre destacar que os títulos judiciais não estão isentos de qualificação, positiva ou negativa, para ingresso no fólio real. O Egrégio Conselho Superior da Magistratura já decidiu que a qualificação negativa do título judicial não caracteriza desobediência ou descumprimento de decisão judicial (Apelação Cível n. 413-6/7). Deve-se salientar que, no ordenamento jurídico pátrio, incumbe ao Registrador, no exercício do dever de qualificar o título que lhe é apresentado, examinar o aspecto formal, extrínseco, e observar os princípios que regem e norteiam os registros públicos, dentre eles, o da legalidade, que consiste na aceitação para registro somente do título que estiver de acordo com a lei. A análise do título deve obedecer a regras técnicas e objetivas, o desempenho dessa função atribuída ao Registrador, deve ser exercida com independência, exigindo largo conhecimento jurídico. No mais, conforme verifica-se da escritura pública de venda e compra (fls.24/29), o imóvel objeto da locação foi adquirido pela empresa Luzom Sociedade de Propósito Especifico LTDA, que registrou a transmissão de domínio (R/08 - fl.32), passando a figurar como proprietária tabular. Logo, como bem observou o Oficial Registrador, deveria ter havido a retificação do pólo passivo da ação renovatória de locação, que na época encontrava-se em tramite perante o MMº Juízo da 24ª Vara Cível da Capital. Logo, a pretensão da requerente viola o princípio da continuidade registrária. Segundo Narciso Orlandi Neto: “No sistema que adota o princípio da continuidade, os registros têm de observar um encadeamento subjetivo. Os atos têm de ter, numa das partes, a pessoa cujo nome já consta do registro. A pessoa que transmite um direito tem de constar do registro como titular desse direito, valendo para o registro o que vale para validade dos negócios: nemo dat quod non habet” (Retificação do Registro de Imóveis, Juarez de Oliveira, pág. 55/56). Na presente hipótese verifica-se a quebra do princípio da continuidade, previsto nos arts. 195 e 237, da Lei nº 6.015/73: “Art. 195 - Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro.; e Art. 237 - Ainda que o imóvel esteja matriculado, não se fará registro que dependa da apresentação de título anterior, a fim de que se preserve a continuidade do registro”. O quadro ora delineado demonstra a impossibilidade de se permitir a averbação, tendo em vista a existência da transmissão do domínio. Nessa linha, não é possível o ingresso no fólio real de descrição dissociada da realidade fática , porquanto o juízo positivo dessa situação pode redundar no reconhecimento de futuros direitos ou ser utilizados como meio de prova em razão das finalidades do registro público imobiliário. Neste contexto, conforme bem observou a Douta Promotora de Justiça: “deve haver também a observação ao princípio da disponibilidade, pelo qual só pode transmitir aquele que é detentor de um direito assentado no fólio e nos exatos limites desse direito. Os princípios determinam que o registrador forme uma cadeia dos titulares do domínio dos bens imóveis sob sua circunscrição, sendo-lhe vedado registrar qualquer título que rompa essa sequencia ou implique na sobreposição de registros”. Por fim, o simples argumento de que a empresa compradora tinha ciência da ação renovatória não é suficiente para afastar a exigência, tendo em vista a necessidade de se figurar no contrato de locação o atual titular do domínio como locador, o que não se observa na presente hipótese. Diante do exposto, julgo improcedente o pedido de providências formulado por Maria Loreto Vergara Carvalho, em face do Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital, mantendo o entrave registrário. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 22 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: AMAURI RAMOS (OAB 109270/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA CRISTINA ROSSI - REGISTRO DE IMÓVEIS

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2015

Processo 1122103-95.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - MARIA CRISTINA ROSSI - REGISTRO DE IMÓVEIS - cancelamento de hipoteca - necessidade de anuência do credor hipotecário - questão que extrapola o âmbito administrativo - pedido improcedente. Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por Maria Cristina Rossi, em face da negativa do Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital em proceder a averbação do cancelamento da hipoteca e consequentemente da caução que grava o imóvel matriculado sob nºs 32.370 e 32.371, em favor de Transcontinental Empreendimentos Imobiliários LTDA. Alega a requerente que foi efetuada a quitação da dívida, mas, ao requerer a baixa do gravame, teve seu pedido negado sob a alegação da ausência de apresentação do instrumento particular da CEF autorizando o cancelamento da caução averbada. Ressalta que houve a quitação integral da dívida, tendo em vista o pagamento regular de todas as prestações do financiamento. Aduz que tinha ciência da existência do endosso para efeito de hipoteca efetuado entre a empresa Transcontinental e a CEF, contudo, conforme apontado no contrato de compra efetuado, com o pagamento seria dado o registro com a baixa da caução. Informa que a CEF concordou com a entrega da escritura definitiva, devendo entre as empresas ser ajustado o débito existente e ou substituído, não podendo tal fato prejudicar a requerente. Juntou documentos às fls. 11/34. A Caixa Econômica manifestou-se às fls. 48/50, discordando do pretendido cancelamento da hipoteca que onera o imóvel. Esclarece que o bem permanece como garantia das dívidas do Agente Financeiro Transcontinental - Empreendimentos Imobiliários LTDA, sucessora do Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, e que devido a situação de inadimplência, encontra-se em trâmite ação de cobrança judicial (processo nº 2007.61.00.034056-6). Argumenta que os agentes financeiros que financiam os mutuários com utilização de recursos administrados pela CEF caucionam os imóveis correspondentes como garantia de suas dívidas, assim, havendo inadimplência por parte do agente financeiro, significa que não houve repasse dos valores pagos, o que impossibilita, consequentemente a liberação de qualquer garantia da dívida pela falta do pagamento integral. O Oficial Registrador manifestou-se às fls. 60/61. Informa que o cancelamento da hipoteca depende do cancelamento da caução e este, por sua vez, depende da CEF. Juntou documentos às fls. 62/93. O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 97/99). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial e a Douta Promotora de Justiça. Entendo que o tema não está adstrito à apreciação em sede administrativa, devendo ser remetido às vias ordinárias. O credor hipotecário não concorda com a pretensão, opondo impedimentos de ordem material, que devem ser objeto de apreciação em ação judicial. Ao Registrador cabe apenas a averiguação da regularidade formal dos títulos e a observância das normas registrarias. As questões de fundo, atinentes ao direito material, não podem ser por ele consideradas ou avaliadas. Em princípio, a falta de anuência do credor hipotecário, por si só, impede o cancelamento da hipoteca, ainda que prevista por prazo determinado. Ademais, o requerimento administrativo de cancelamento de registro de hipoteca, fundado na quitação, deve ser instruído pelo devedor com o respectivo recibo, ou declaração de anuência, emitidos pelo credor, ou quando existente, pelo último endossatário da cédula hipotecária. Neste contexto, segundo informações da CEF (fls.48/50), a empresa Transcontinental, na qualidade de agente financeira, encontra-se inadimplente, ou seja, apesar da alegação da requerente de ter pago integralmente o valor do financiamento não houve o repasse de tais valores à CEF. Assim, constituindo o imóvel garantia para pagamento da dívida, não há que cogitar da liberação de hipoteca que incide sobre o bem. A cédula hipotecária é título nominativo que circula mediante endosso em preto (artigos 13 e 16 do Decreto-lei n° 70/66) e o cancelamento da averbação de sua emissão, assim como o do registro da hipoteca respectiva, apenas pode ser efetuado se presentes os requisitos previstos pelos artigos 18, 20 e 24 de referido diploma legal. De acordo com os artigos citados, a declaração de quitação da cédula hipotecária só é apta para o cancelamento administrativo da averbação de sua emissão e do registro da hipoteca se for ratificada pela endossatária. Tal se verifica porque esta, em virtude do endosso, ficou sub-rogada em todos os direitos creditícios do credor hipotecário, na forma do parágrafo único do artigo 16 do Decreto-lei nº 70/66. Tal questão já foi abordada pelo MMº Juiz Drº José Marcelo Tossi Silva, no Processo CG nº 2007/21990, quando auxiliar da Egrégia Corregedoria de Justiça: "... Com efeito, o artigo 251 da Lei de Registros Públicos prescreve que "o cancelamento de hipoteca só pode ser feito: I - à vista de autorização expressa ou quitação outorgada pelo credor ou seu sucessor, em instrumento público ou particular; II - em razão de procedimento administrativo ou contencioso, no qual o credor tenha sido intimado (art 698 do Código de Processo Civil); III -na conformidade da legislação referente às cédulas hipotecárias". Destarte, mencionasse a anuência do credor ou seu sucessor, mas também se prevê, quanto a cédulas hipotecárias, o respeito à legislação específica. É à luz desta, portanto, que se deve aferir quem está legitimado a anuir; quem tem, necessariamente, de externar sua concordância. O diploma de regência, in casu, é o Decreto-lei n° 70/66, no qual se enuncia a possibilidade de serem ditas cédulas recebidas em caução, certo que, nos termos do referido diploma, tal se viabiliza por meio de endosso. E este é estritamente ali regulado, sem espaço para tergiversações, como revela a cominação constante do respectivo artigo 27. Determina o artigo 16 que o endosso seja em preto e seu parágrafo único é elucidativo: Emitida a cédula hipotecária, passa a hipoteca sobre a qual incidir a fazer parte integrante dela, acompanhando-a nos endossos subsequentes, sub-rogando-se automaticamente o favorecido ou endossatário em todos os direitos creditícios respectivos, que serão exercidos pelo último deles, titular pelo endosso em preto. Na presente hipótese concreta, o "último deles", como está cristalino, é a Caixa Económica Federal. Assim, não merece prevalecer o raciocínio segundo o qual a caução possui "insuperável caráter acessório em relação à hipoteca, de forma que o esgotamento do contrato principal (hipoteca),provoca o esvaziamento eficacial do contrato acessório (caução)". Basta ponderar, para arredar de tal silogismo o condão de justificar o almejado cancelamento, que na disciplina do Decreto Aei n° 70/66, como visto, é ao

derradeiro endossatário que cabe exercer “os direitos creditícios respectivos”. Logo, não se divisa, na espécie, a suposta subsidiariedade. ... Ipso facto, na aventada hipótese de falta da “cédula hipotecária quitada”, só se pode concluir que, para supri-la e poder o devedor pleitear o cancelamento, há necessidade da imprescindível anuência do último endossatario tido e havido como seu possuidor de direito. Ou seja, o normal seria que, ante o pagamento, entregasse tal caucionado a própria cédula. Se isto, por algum motivo, não ocorreu, o suprimento, por óbvio, só se pode conceber por meio de declaração desse mesmo endossatario. Do contrário, frustrada restaria a correspondente garantia” Dai conclui-se que a autorização para o cancelamento da averbação da hipoteca junto a matrícula do imóvel caracterizaria o esvaziamento da garantia, em total prejuízo da Caixa Econômica Federal, que não teria como reaver seu crédito. Na hipótese da requerente ver seu direito lesado deverá ingressar na via jurisdicional apropriada. Diante do exposto, julgo improcedente o pedido formulado por Maria Cristina Rossi, em face do Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital e mantenho o óbice para realização da averbação. Não há custas, despesas processuais ou honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P. R. I.C São Paulo, 21 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: ADRIANO GUSTAVO BARREIRA K. DE OLIVEIRA (OAB 172647/SP), VANIA MARIA JACOB JORGE (OAB 239401/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências 13º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo

Página 958

1ª Vara de Registros Públicos

Imprensa Manual

1107226-53.2014 Pedido de Providências 13º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. Vistos. Tendo em vista a resposta do 15º Distrito Policial Itaim Bibi, noticiando acerca da instauração de Inquérito Policial para apuração dos fatos narrados na inicial (sob nº 1010/2014, livro 298, folha 55), conforme fl. 21, nada mais a ser decidido nestes autos. Aguarde-se em Cartório por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de praxe. Int. (CP 391)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Corregedoria Geral da Justiça

Página 958

1ª Vara de Registros Públicos

Imprensa Manual

0021884-91.2014 Pedido de Providências Corregedoria Geral da Justiça Sentença (fls.93/96): Vistos. A Egrégia Corregedoria Geral da Justiça encaminhou cópia a este juízo do processo nº 2014/55066 em tramite perante ela, que teve início por ofício encaminhado pelo Instituto de Pagamentos Especiais do Estado de São Paulo - IPESP, em face de suposta conduta irregular praticada pelo Oficial do 4º Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, para eventuais providências cabíveis. Relata o Instituto que o Oficial, Sr. Robson Alvarenga, ajuizou contra ele Ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, sendo deferida tutela antecipada pelo Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, em 20 de março de 2014. Alega que, para instruir a contestação da referida ação, precisa ser informado sobre os valores que foram recebidos dos usuários pelo 4º RTD, bem como outras Serventias anteriormente assumidas pelo Sr. Robson, e destinados ao IPESP. Ressalta que o dever de informar está estabelecido no artigo 19, I, c e II, b, da Lei Estadual 10.393/70, sendo que a determinação legal não tem sido cumprida pelo Oficial. Por entender que nada havia a ser feito em sede de Corregedoria Permanente no presente caso, os autos foram remetidos ao arquivo (fls. 54/55). Tendo em vista a decisão da Egrégia Corregedoria da Justiça (fls. 63/65), apontando remanescer o dever de apuração da falta disciplinar atribuída ao Oficial e determinado o retorno dos autos à este Juízo para pronunciamento em relação à sua conduta, foi retomado o andamento do presente feito. O Oficial manifestou-se às fls.68/75. O CDT respondeu ofício do juízo encaminhando informações prestadas pelos dez Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital (fls. 78/72). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Não vislumbro na hipótese a prática de conduta passível de ser configurada como falta disciplinar por parte do Oficial do 4º Registro de Títulos e Documentos da Capital. A obrigação acessória que determina a comunicação direta à Carteira do IPESP dos valores dos emolumentos objeto de repasse foi estabelecida apenas no ano de 2010, por intermédio da Lei Estadual 14.016/10, que alterou o teor do artigo 53 da Lei Estadual 10.393/70. Sem adentrar no

mérito da constitucionalidade da norma, o que é defeso em sede administrativa, verifico que o comando que determina a comunicação direta ao Instituto não tem sido bem compreendido pelos Oficiais de Títulos e Documentos. O CDT noticia, por manifestação expressa e individualizada de seus membros, que apenas duas Serventias informam diretamente o IPESP sobre os valores repassados (fls. 78/92). Os Oficiais do 1º e 7º RTD dizem que estão com a situação regular diante do Instituto, mas silenciam sobre a comunicação questionada (fls. 79 e 89). Os Oficiais do 2º, 5º, 8º, 9º e 10º RTD reconhecem que não fazem a comunicação direta, arquivando as guias na própria Serventia (fls. 80, 87, 90, 91 e 92). Apenas o 3º e 6º Oficiais cumprem fielmente a determinação legal (fls. 85 e 88). Em sua defesa, sustenta o 4º Oficial que Sem embargo, o peticionário entendia que a inserção de informações detalhadas no Portal do Extrajudicial sobre a receita total e o valor dos repasses efetuados ao Estado e ao IPESP já seria suficiente para atender o comando normativo contido na referida lei estadual. A par disso, a própria guia de pagamento, contendo a identificação do peticionário, também se mostra como meio hábil para dar notícia à Carteira sobre o valor do repasse. Com efeito, não há determinação legal para envio de ofício pelo correio dirigido ao Presidente do IPESP ou ao Conselho da Carteira ou a algum Procurador do Estado, mas sim de que seja feita a comunicação à Carteira, que é um fundo patrimonial despersonalizado e autônomo. Sem a precisa definição do órgão destinatário e da forma da comunicação, não se mostra juridicamente razoável pretender atribuir ao peticionário uma violação de dever legal expresso, tanto mais porque, como referido, não houve má-fé por parte do peticionário ao supor suficiente a inserção de informações no Portal do Extrajudicial.E essa suposição era corroborada pelo fato de que o IPESP nunca havia antes reclamado ou solicitado qualquer informação ao peticionário, a despeito da faculdade conferida pelo art. 54 da Lei Estadual nº 10.393/1970, na redação conferida pela Lei Estadual nº 14.016/2010. Aliás, como é notório, muitos notários e registradores não efetuam nenhuma comunicação direta ao IPESP, justamente por suporem que a inserção de informações detalhadas no Portal do Extrajudicial já seria suficiente para fornecer ao Estado e à Carteira informações suficientes para viabilizar o acompanhamento, controle e fiscalização dos repasses. E isso nunca foi objeto de reclamação por parte do IPESP. (fls. 68/75). Ressalta, ainda, que todas as informações que possibilitaram a resposta pelo IPESP na ação Declaratória foram juntadas ao processo e que passou a informar, naqueles autos, sobre os valores recolhidos. Entendo ser necessária a devida regulamentação da comunicação em tela, providência que deverá ser tomada para todo o Estado, o que extrapola a competência desta Corregedoria Permanente. Do exposto, julgo improcedente o pedido de providências formulado pelo IPESP, especialmente no tocante a suposta conduta irregular praticada pelo Oficial do 4º Registro de Títulos e Documentos da Capital. Oficie-se à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, para ciência desta decisão, encaminhando cópia. Oportunamente, remetam-se os autos ao arquivo. P.R.I.C. São Paulo, 26 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 165)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jean Pierre Ortuño Justiniano

Página 961

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0032006-71.2011.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jean Pierre Ortuño Justiniano - Vistos. Defiro derradeira oportunidade para que o requerente comprove o cumprimento do mandado. Prazo de cinco dias. - ADV: ISAIAS FRANCISCO (OAB 55746/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - L.S.S.

Página 965

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0072462-29.2012.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - L.S.S. - Faculto, no prazo de 05 (cinco) dias, o desentranhamento da certidão de fl. 89, mediante substituição por cópia, certificando-se. Após, ao arquivo. Int. - ADV: SERGIO MARTINS MACHADO (OAB 102929/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - Francisco Adail dos Santos

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1002805-75.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - Francisco Adail dos Santos - Vistos. Cuida-se de Ação Declaratória de Nulidade de Assento de Nascimento, requerida por Francisco Adail dos Santos, dando conta da duplicidade de assentos de nascimento que a impede de providenciar a 2ª. via de sua Cédula de Identidade. A representante do Ministério Público ofereceu manifestação (fls. 36). É o breve relatório. DECIDO. Operou-se o registro do assento de nascimento em nome de Francisco Adail dos Santos, filho de Francisco Antônio dos Santos e Zulmira Rodrigues dos Santos, junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Itapipoca - Município de Itapipoca - Estado do Ceará, no livro A-53, fl. 42, sob nº 54.638, em 17 de dezembro de 1966 (fls. 06). Posteriormente, em 07 de maio de 1983, no livro A-25, fl. 19, sob nº 28.510, foi lavrado outro assento em duplicidade em nome de Francisco Adail dos Santos, filho de Francisco Antônio dos Santos e Zulmira Rodrigues dos Santos, junto ao 1º. Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Itapipoca Município de Itapipoca Estado do Ceará, ocasião em que figurou como declarante o registrado. À vista da duplicidade de assentos de nascimento, deve ser cancelado aquele lavrado em segundo lugar, em respeito ao princípio da anterioridade, de modo a prevalecer o primeiro assento. Nesse sentido, “ocorrendo a duplicidade de registros

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA LAURA BABIKIAN DE CEVA

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1005258-43.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA LAURA BABIKIAN DE CEVA - Vistos. Redistribua-se o feito ao Foro Regional de Santo Amaro, diante do

domicilio do requerente. Intimem-se. - ADV: VIVIANE BERNARDES NOGUEIRA (OAB 223894/SP), PETERSON VENITES KÖMEL JÚNIOR (OAB 160500/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Jonata Rodrigues

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1036200-92.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Jonata Rodrigues - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Decreto sigilo nos autos. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de trânsito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - N.B.M.

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1042549-14.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - N.B.M. - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: CLAUDIA MARIA HERNANDES MAROFA (OAB 129666/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - N.B.M.

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1042549-14.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de nascimento após prazo legal - N.B.M. - Vistos. Arquivem-se. - ADV: CLAUDIA MARIA HERNANDES MAROFA (OAB 129666/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - E.M.N. e outro

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1088405-98.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - E.M.N. e outro - Vistos. Ao Ministério Público para manifestação. Intimem-se. - ADV: LUIZ AUGUSTO DE ANDRADE MARQUES (OAB 90063/SP), PATRICIA ISABEL MARQUES (OAB 92768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ROSA GOMES DE AGUIAR

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1099833-77.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - ROSA GOMES DE AGUIAR - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial e emenda. Tendo em vista a procedência total da demanda, em consonância com o parecer ministerial, a presente decisão transita em julgado nesta data, devendo a Serventia expedir o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por este(a) Magistrado(a) e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Tendo em vista a procedência total da demanda, em consonância com o parecer ministerial, a presente decisão transita em julgado nesta data, devendo a Serventia expedir

o necessário. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: ALEXANDRE DA SILVA SANTOS (OAB 46370/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - PIETRO ALOIA e outros

Página 973

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1110717-68.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - PIETRO ALOIA e outros - Os documentos apresentados demonstram os erros indicados que, bem por isso, devem ser corrigidos, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos. Diante do exposto, julgo procedente o pedido e determino a retificação dos assentos, como requerido na inicial e aditamento a fls. 38/39. Custas pela parte autora. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia extraída pelo setor de reprografia do Tribunal de Justiça, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado, todas numeradas e rubricadas, com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Coordenadora, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: JORGE MIGUEL ACOSTA SOARES (OAB 187584/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Processo e Procedimento - J.C.C.U.

Página 973

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1113416-32.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Processo e Procedimento - J.C.C.U. - Trata-se de expediente instaurado a partir de petição de interesse da menor JOANNA CHISOM CHINWEUBA UDENBA, representada por sua genitora UJUNWA CHINELO UDEMBA, registrada no Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas de Guainases, Capital, para efeito de averbação do paternidade da menor no assento de nascimento, tendo em vista que no ato da lavratura do assento de nascimento não constou o nome do genitor. A inicial veio instruída com os documentos de fls. 06/67. A representante do Ministério Público manifestou-se (fl. 72). É o breve relatório. DECIDO. Trata-se de pedido de averbação de paternidade em assento de nascimento de menor nascida no Brasil, filha de pais estrangeiros, no qual constou apenas o nome da genitora. Dispõe o art. 1.597, I, do Código Civil, que presumem-se havidos na constância do casamento os filhos nascidos 180 após estabelecida a convivência conjugal. Os genitores demonstraram, por certidão de casamento traduzida por tradutor oficial e consularizada (fls. 48/52), que são casados desde 16 de dezembro de 2011, resultando o nascimento da menor no prazo de presunção do Código Civil. Não obstante a presunção do art. 1.597 do CC, houve farta documentação da vontade de reconhecimento do genitor, por

declarações devidamente traduzidas e consularizadas. Quanto à necessidade de apresentação de Declaração de Nascido Vivo - DNV legível, essa não se justifica diante da apresentação do assento de nascimento, que requer a apresentação de DNV para a sua lavratura. Pelo exposto, primando pelo interesse da criança que não pode ficar sem o reconhecimento de sua paternidade, AUTORIZO a averbação em questão. Ciência ao Oficial Registrador para averbação da paternidade, aos interessados e ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. R.I. - ADV: SÉRGIO REIS GUSMÃO ROCHA (OAB 178236/SP), PEDRO FRANCISCO TORRES (OAB 61015/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - IRMO JORGE FELÍCIO e outro

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1118571-16.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - IRMO JORGE FELÍCIO e outro - Vistos. O feito visa retificação de escritura pública de compra e venda para correção de erro material em relação ao número do lote e quadra de imóvel. O ordenamento jurídico não autoriza retificação de escritura pública por determinação judicial ou administrativa que substitua a vontade de uma das partes, sendo regra a lavratura de nova escritura pública. Porém, em casos de mero erro material, como alegadamente é o caso em concreto, admite-se a retificação por via administrativa, conforme precedentes da E. Corregedoria Geral da Justiça, a exemplo do Processo CGJ nº 2013/00168270, Parecer 03/2014-E, da MMª Juíza Assessora da Corregedoria Geral da Justiça Ana Luiza Villa Nova. Não obstante, em análise dos documentos trazidos aos autos, não se pode definir se a retificação decorre de mero erro material, uma vez que houve apenas a apresentação da escritura pública (fls. 6/9) e de espelhos de lançamentos de IPTU (fls. 10/18), os quais inicialmente apresentam a descrição do imóvel conforme a escritura pública, porém o mais recente apresenta descrição do imóvel conforme o pedido de retificação. Ademais, inviável a retificação de escritura pública por mera confrontação dos dados presentes nos espelhos de IPTU apresentados, sendo necessário documentos de registro do imóvel. Dessa forma, apresente o requerente documentação que possibilite verificação do erro material de maneira extreme de dúvidas, em 10 dias, sob pena de indeferimento. Intimem-se. - ADV: CARLOS ALEXANDRE ROCHA DOS SANTOS (OAB 205029/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - T.B.C.

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1120774-48.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - T.B.C. - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Tendo em vista a procedência total da demanda, em consonância com o parecer ministerial, a presente decisão transita em julgado nesta data. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do

Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por este(a) Magistrado(a) e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Tendo em vista a procedência total da demanda, em consonância com o parecer ministerial, a presente decisão transita em julgado nesta data, devendo a Serventia expedir o necessário. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: LIGIA BERTAGGIA DE ALMEIDA COSTA (OAB 228369/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Lurde Silva

Página 974

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1121543-56.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Lurde Silva - Vistos. A petição inicial deve ser emendada pela parte autora, em petição única, no prazo de 10 (dez) dias, exibindo os seguintes documentos a fim de comprovar a boa-fé da autora na alteração de seu prenome: 1- Registro Geral de identificação; 2- Cadastro de Pessoa Física; 3- Comprovante de endereço na Comarca do ajuizamento da ação; 4- Título Eleitoral da residência do autor e Certidão de Quitação Eleitoral constando o período de domicílio da requerente na Comarca; 5- Certidão do cartório de protestos da Comarca em que o autor reside nos últimos 10 (dez) anos; 6- Certidão dos cartórios distribuidores cíveis e criminais da Justiça Federal e Estadual; 7- Declaração de três testemunhas confirmando a utilização do prenome que pretende ser incluído no registro civil; 8- Eventuais cartas, contas e até perfis de sites de relacionamento comprovando a utilização de nome diverso pelo autor. - ADV: AZENIO RODRIGUES DE AZEVEDO CHAVES (OAB 75045/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - CAROLINA CRUZEIRO RODOLFO

Página 974

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2015

Processo 1129225-62.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - CAROLINA CRUZEIRO RODOLFO - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu

cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivemse os autos. P.R.I. - ADV: PEDRO HENRIQUE CHAIB SIDI (OAB 297649/SP)

↑ Voltar ao índice

1ª e 2ª Vara de Registros Públicos

1ª Vara de Registros Públicos

ADEMAR FIORANELLI, 7o Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo.

FAZ PÚBLICO, que foram apresentados nesta serventia, por TÉCNICA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA com sede nesta Capital, na rua Pará n. 50, 10º andar, conjunto 102, inscrita no CNPJ/MF n. 05.047.028.0001-06, para exame dos interessados e na conformidade da Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1.979, o requerimento e demais papéis e documentos relativos ao DESMEMBRAMENTO do imóvel matriculado nesta serventia sob o n. 173.802, consistente em TERRENO designado como ÁREA A com frente para a Estrada de Itaquera – Guaianazes, Avenida José Pinheiro Borges e rua Mafalda Santanin Bettio, no DISTRITO DE GUAIANAZES, com a seguinte descrição, metragens e confrontações: a presente descrição inicia-se no ponto 1, no alinhamento predial da Estrada de Itaquera Guaianazes, na divisa com imóvel lançado sob o nº 241 da Rua Veiga Bueno, de propriedade de: Espólio de Antonio da Veiga Bueno; Luiza Bueno Pereira e seu marido Saturnino Pereira, Braulino da Veiga Bueno e sua mulher Benedita Alvim Bueno, Maria Joana de Paula Ramos e seu marido Alcides de Paula Ramos, Heitor da Veiga Bueno, Iracema Bueno Fontes e seu marido Antonio Lemes Fontes -Ocupante: Roque Farias; distante 39,66m da confluência formada pelo prolongamento dos alinhamentos prediais da Estrada de Itaquera - Guaianazes com a rua Shiono Katayama; deste ponto segue pelo alinhamento predial da Estada de Itaquera - Guaianazes numa distância de 27,32m até encontrar o ponto 2; deste ponto segue com ângulo interno de 179º59'12" numa distância de 20,51m até encontrar o ponto 3; deste ponto segue com ângulo interno de 177º38'31" numa distância de 88,48m até encontrar o ponto 4; deste ponto segue com ângulo interno de 181º00'45" numa distância de 46,83m até encontrar o ponto 5; deste ponto segue com ângulo interno de 180º11'32" numa distância de 41,70m até encontrar o ponto 6; deste ponto segue com ângulo interno de 179º43'57" numa distância de 52,61m até encontrar o ponto 7; deste ponto segue com ângulo interno de 180º25'02" numa distância de 43,36m até encontrar o ponto 8; na confluência formada pela intersecção da Estrada de Itaquera - Guaianazes com avenida José Pinheiro Borges; confrontando nos segmentos formados pelos pontos 1 ao 8 com atual alinhamento predial da Estrada de Itaquera - Guaianazes; deste ponto segue em curva à direita com raio de 12,27m e desenvolvimento de 18,61m, corda de 16,89m, formando um ângulo interno de 119º10'43" com o segmento anterior, até encontrar o ponto 9; confrontando neste segmento com confluência formada pela intersecção da Estrada de Itaquera - Guaianazes com Avenida José Pinheiro Borges, Área Remanescente "C" utilizada pela Municipalidade de São Paulo para melhoramento viário já implantado; deste ponto deflete à direita e segue pelo atual alinhamento predial da Avenida José Pinheiro Borges, numa distância de 10,44m, até encontrar o ponto 10, formando um ângulo interno de 99º01'27" com a corda de 16,89m do segmento anterior; do ponto 10, segue com ângulo interno de 173º49'30" numa distância de 27,79m até encontrar o ponto 11; deste ponto segue com ângulo interno de 181º05'27" numa distância de 78,23m até encontrar o ponto 12, deste ponto segue com ângulo interno de 179º31'14" numa distância 42,10m até encontrar o ponto 13; deste ponto segue com ângulo interno de 173º43'19" numa distância de 42,34m até encontrar o ponto 14, confrontando nos segmentos formados pelos pontos 9 ao 14 com atual alinhamento predial da Avenida José Pinheiro Borges; do ponto 14 deflete à direita e segue com ângulo interno de 96º30'32" numa distância de 10,00m até encontrar o ponto 15; do ponto 15 deflete à esquerda com ângulo interno de 270º55'00" numa distância de 14,75m até encontrar o ponto 16; deste ponto segue com ângulo interno de 179º01'37" numa distância de 28,25m até encontrar o ponto 17; confrontando nos segmentos formados pelos pontos 14 ao 17 com imóvel pertencente à Municipalidade de São Paulo; do ponto 17 deflete à direita e segue com ângulo interno de 76º47'26" numa distância de 7,00m até encontrar o ponto 18; deste ponto deflete à esquerda e segue com ângulo interno de 285º55'35" numa distância de 6,45m até encontrar o ponto 19, no atual alinhamento predial da rua Mafalda Santanin Bettio; confrontando nos segmentos formado pelos pontos 17 ao 19 com imóvel pertencente à Municipalidade de São Paulo; do ponto 19 deflete à direita e segue com ângulo interno de 94º53'36" numa distância de 18,83m até encontrar o ponto 20; deste ponto segue com ângulo

interno de 179º43’25” numa distância de 17,54m até encontrar o ponto 21; deste ponto segue com ângulo interno de 179º36’39” numa distância de 27,98m até encontrar o ponto 22; deste ponto segue com ângulo interno de 180º28’12” numa distância de 17,25m até encontrar o ponto 23; deste ponto segue com ângulo interno de 179º30’39” numa distância de 20,75m até encontrar o ponto 24; deste ponto segue com ângulo interno de 179º15’25” numa distância de 3,67m até encontrar até encontrar o ponto 25 na divisa com o imóvel lançado sob o nº 259/269 da rua Veiga Bueno, de propriedade de: Espólio Antonio da Veiga Bueno; Luiza Bueno Pereira e seu marido Saturnino Pereira, Braulino da Veiga Bueno e sua mulher Benedita Alvim Bueno, Maria Joana de Paula Ramos e seu marido Alcides de Paula Ramos, Heitor da Veiga Bueno, Iracema Bueno Fontes e seu marido Antonio Leme Fontes - Ocupante: Abdias Batista Vilela e o alinhamento predial da rua Veiga Bueno; confrontando nos segmentos formados pelos pontos 19 ao 25 com atual alinhamento predial da rua Mafalda Santanin Bettio; do ponto 25 segue em linha reta com ângulo interno de 180º00’00” numa distância de 27,25m até encontrar o ponto 26; deste ponto segue com ângulo interno de 180º15’46” numa distância de 5,02m até encontrar o ponto 27; confrontando nos segmentos formados pelos pontos 25 ao 27 com imóvel lançado sob o nº 259/269 da rua Veiga Bueno, de propriedade de: Espólio Antonio da Veiga Bueno; Luiza Bueno Pereira e seu marido Saturnino Pereira, Braulino da Veiga Bueno e sua mulher Benedita Alvim Bueno, Maria Joana de Paula Ramos e seu marido Alcides de Paula Ramos, Heitor da Veiga Bueno, Iracema Bueno Fontes e seu marido Antonio Leme Fontes - Ocupante: Abdias Batista Vilela; do ponto 27 segue com ângulo interno de 180º00’00” numa distância de 13,35m até encontrar o ponto 28; confrontando neste segmento com imóvel lançado sob nº 253 da rua Veiga Bueno, de propriedade de José Elias de Souza e Ocupante: Luiz Elias; do ponto 28 segue com ângulo interno de 179º23’04” numa distância 18,65m até encontrar o ponto 29; deste ponto deflete á direita e segue com ângulo interno de 152º37’50” numa distância de 3,15m até encontrar o ponto 1 no alinhamento predial da Estrada de Itaquera - Guaianazes, confrontando nos segmentos formados pelos pontos 28 a 1 com o imóvel lançado sob nº 241 da rua Veiga Bueno, de propriedade Espólio de Antonio da Veiga Bueno, Luiza Bueno Pereira e seu marido Saturnino Pereira, Braulino da Veiga Bueno e sua mulher Benedita Alvim Bueno, Maria Joana de Paula Ramos e seu marido Alcides de Paula Ramos, Heitor da Veiga Bueno, Iracema Bueno Fontes e seu marido Antonio Leme Fontes - Ocupante: Roque Farias; formando um ângulo interno de 79º38’16” com o segmento inicial; o perímetro acima descrito encerra uma área total de 25.668,56m², nos termos do Alvará de Desmembramento de Gleba n. 2014/23037-00, emitido em 16/10/2014, pela Prefeitura da Capital, extraído do Processo n. 2012.0256425-5, com Dispensa de Análise emitida pelo GRAPROHAB em 18/11/2014, extraída do Expediente GRAPROHAB n. 1313/14. Esta publicação é feita para efeito de decorridos quinze (15) dias da data da última publicação do presente, e na ausência de qualquer impugnação de terceiros ou deste Ofício, proceder-se ao registro de que trata o art. 19o. § 1o. daquela Lei. Dado e passado no 7o. Oficial de Registro de Imóveis da Capital, situado à rua Augusta n. 356, nesta Capital, aos 26 de dezembro de 2014.O Oficial (as.) Ademar Fioranelli.



2ª Vara de Registros Públicos

2º VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ TITULAR: Doutor Marcelo Benacchio

1. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0010988-28.2010.8.26.0100 (230/10)
O(A) Doutor(a) Renata Barros Souto Maior Baião, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Sergio Serafim, Deusa Serafim, Manuel da Costa Lemos, Osvaldo Alves dos Santos, Ana Maria Coelho dos Santos, Agenor de Souza Faria, Maria Aparecida de Souza Faria, Roberto Henrique Spethmann Quiroga, Maria Regina Ferreira Spethmann Quiroga, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Ivanil Pedro Benatto e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de domínio sobre o imóvel usucapiendo situado na Rua Xique Xique, nº 575, Cidade A. E. Carvalho, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

2. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0023724-78.2010.8.26.0100 (529/10)
O(A) Doutor(a) Renata Barros Souto Maior Baião, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Raphael Parente, Luiz Jose Nogueira, Bruno Lembi Empreendimentos Ltda, Miguel Elias Tanus, Jorge Elias Tanus, Elvira Reis Tanus, Miguel Tappis, Elza Tavares Tappis, Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP, Raimundo Gonçalves da Silva, Maria Guiomar Freitas da Silva, Maria da Silva; Yara Silva; Ivete Silva; Nereu Silva; Sergio Silva, Rogis Silva, Luciene Viana Melo Silva, Maria Magdalena Migliari Lembi, Bruno Lembi, Marino Muñoz, Maria de Assunção Cristino Confalonieri, Rodolfo Confalonieri, Roberto Confalonieri, Marcia Cristina Confalonieri Paladino, Carlos Eduardo Paladino, Antonio

Siqueira Vilarouco, Maria Edilene Menezes, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Darly Gomes e outros ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando Objetivam os autores a sentença declaratória do imóvel usucapiendo situado na Avenida Celso Garcia nº 5840 e 5846, Tatuapé, São Paulo-SP, CEP 03064-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

3. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0051792-04.2011.8.26.0100 (1173/11)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Luiz Carlos de Almeida Souza, Elsa Maria de Carvalho, Francisco Rodrigues da Silva, Milton Buerio, Maria da Penha Santos Figueiredo, Rozendo Germano da Silva, Nilza de Menezes Costa, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Luiz Antonio Teles de Menezes e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Travessa Bacajai n°48, Freguesia do Ó, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

4. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0343485-56.2009.8.26.0100 (1034/09)
O(A) Doutor(a) Renata Barros Souto Maior Baião, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Oel Fidencio de Campos, Marlene Evaristo de Campos, Efaim Ramos da Costa, Valdeci Soares da Costa, Tania Aparecida Rodrigues de Melo, Paulo Wilton Viera de Melo, Paulino Donizetti Rodrigues, Valdir Jose de Santana, Maria Eunice Braga, Maria Eunice Ragana, Virgilio Galdino Neto, Eglair Ramos Lacerda, Ademir Soares da Costa, Neide Dascota, Adelina Trujolho Jacunas, Teodomiro Rodrigues da Luz, Izaura de Campos Rodrigues da Luz, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Odilia Moreira de Menezes ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de dominio sobre o imóvel usucapiendo situado na Rua Roque Ricciardi nº 95-A, Jardim Iva, São Paulo-SP, CEP 03910-035, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

5. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0049098-28.2012.8.26.0100 (1171/12)
O(A) Doutor(a) Renata Barros Souto Maior Baião, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Sociedade Anonima Jardim Modelo ou Empresa Jardim Modelo ou Companhia Jardim Modelo, Jenniffer Cozachecicci, Jardim Japão Eventos, Elisete Francisco de Oliveira, Dinah Carneiro do Amaral, Mauro Augusto do Amaral, Imobiliária Porto Santo Ltda, Espólio de Aluizio de Vasconcelos Escorcio representado pela inventariante Maria Jose de Araujo Escorcio, Conjunto Residencial Serras do Brasil, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Mariko Hasegawa Cuccia ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de dominio sobre o imóvel situado na Avenida Jardim Japão nº 1532, Jardim Brasil, São Paulo-SP, CEP 02221-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

6. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0030966-20.2012.8.26.0100 (748/12)
O(A) Doutor(a) Renata Barros Souto Maior Baião, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Cristina Clara da Silva Camara, João Heleno Camara, Dalva Bovolini Camara, Manoel Vicente Camara, Lourdes Vieira Camara, Nucleo de Estudos Espirituais Humberto de Campos, Luciano Godinho Santin, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Marcelo de Moraes Sarmento ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imovel localizado na Rua Dom José Maurício nº 103, Carandiru, São Paulo-SP, CEP 02028-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedese o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias,

contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

7. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0331454-04.2009.8.26.0100 (855/09)
O(A) Doutor(a) Renata Barros Souto Maior Baião, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Abner Machado, Maria José do Carmo Machado, Geraldo Guimarães Santana, Companhia Paulista de Terrenos ou Sociedade Paulista de Terrenos, Norberto, Natalina Pinezi da Silva, Gerson Teodoro da Silva, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Candido Silva Madaleno e outros ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de domínio sobre o imóvel usucapiendo situado na Praça Presidente Jânio da Silva Quadros nº 370 (antiga Praça Cianorte nº 368/370), Jardim Japão, Vila Maria, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

8. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0044572-86.2010.8.26.0100- USUC 965/10
O(A) Doutor(a) Ralpho Waldo De Barros Monteiro Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Antonio Emidio e s/m Maria Felicidade Emidio, Moszko Perla, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Nazareno Rufino de Lima ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel situado na Rua Joaquim Guarani, nº 419, Brooklin Paulista, nesta Capital Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

9. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0024737-44.2012.8.26.0100 (546/12)
O(A) Doutor(a) José Gomes Jardim Neto, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Sociedade de Imóveis Pelzam na pessoa do representante legal Joseph Peliks, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que EVANDRO PERSIANE e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imovel localizado na Rua Miraluz nº 78 (antigo nº 12), Alto da Mooca, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

10. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0040252-22.2012.8.26.0100 (975/12)
O(A) Doutor(a) Ralpho Waldo De Barros Monteiro Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ney Luiz Ferreira, Maria Isabel Kieffer Ferreira, Alexandre Kieffer Ferreira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Doriana Chagas Luz de Moura e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Alameda Lorena nº 1852, Apartamento 102, Edifício Flat Service Mont Clair, Cerqueira César, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

11. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0043093-58.2010.8.26.0100 (934/10)
O(A) Doutor(a) José Gomes Jardim Neto, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Oswaldo Matteucci, Djanira Santos Matteucci, Gilda de Andrade Messias, Ivone Matteucci Pezzutti, Claudio Pezzutti, Ivo Matteucci, Miriam Martins Matteucci, José Matteucci, Juan Victorio Dal Colleto, Carolina Dal Colleto, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Hermes Antonio Moreno Gonçalves ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de domínio sobre o imóvel usucapiendo

situado na Rua Padre Vieira (antiga Travessa Araguaia) nº 85, Pari, São Paulo-SP, CEP 03030-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

12. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0022178-85.2010.8.26.0100 (470/10)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Luiz Gambi de Almeida, Luiz Carlos de Almeida, Alvaro Alberto Parada, Maria Branca da Silva Pachalian, Sarkis Pachalian, Henrique Manograsso ou Enrico Manograsso, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que José Chicarolli e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de domínio sobre o imóvel usucapiendo situado na Rua Felix Lattuada nº 161, Jardim Santa Rita, Alto da Mooca, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

13. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0052152-70.2010.8.26.0100 (1160/10)
O(A) Doutor(a) José Gomes Jardim Neto, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Marisa Mezalheira Prioste, Jorge dos Reis, Hugo Zacara, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Paulo Sérgio Merlin e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de domínio sobre o imóvel usucapiendo situado na Rua Francesco Ganacci nº 143 (antiga Rua Jasmim), Parque São Luis, Freguesia do Ó, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

14. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0048901-44.2010.8.26.0100 (1070/10)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) José Tiago de Moraes, Maria Santiago de Moraes, Felicio dos Santos Maria, Iliseu Osorio Coelho, Enedina Ferreira da Silva, Ieyzi Miyadaira, Yeizi Miyadaira, Yoneko Gusukuma Miyadaira, Itelvino Ozorio Coelho, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Wilson Souza Albuquerque e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de domínio sobre o imóvel usucapiendo situado na Rua Dr. Almiro de Campos nº 21-A, Lajeado, Guaianazes, São Paulo-SP, CEP 08450-030, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

15. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0175769-38.2008.8.26.0100 (648/08)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólio de Amélia Thomaz Bechara representada pela Inventariante Ireni Seba Mimessi ou Igeni Seba Mimessi, Ozeas Alves de Santana, Rosa Maria da Silva, João Rodrigues Jaques, Dunalva de Jesus, João Dantas, Maria Aurea Dantas, Espólio de Amélia Thomaz Bechara, Salvador de Freitas, Odete de Souza Freitas, Nervinda de Freitas, Francisco Dias Filho, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Maria Luzia Rafachine ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Rua Francisco Filgueiras nº 08, Vila Cajú, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

16. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0024768-64.2012.8.26.0100 (538/12)

O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Luiz Carlos Marcheti, Maria Itaci Pereira dos Santos Marcheti, Francisco Canata, Irma Canata, Bruno Marchetti, Nelson Marchetti, Dalcy Branco Marchetti, Sandra Regina Marchetti, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Meca Locações e Empreendimentos ltda ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Xandé nº 69, Pari, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

17. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0072122-85.2012.8.26.0100 (1534/12)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Conjunto Bosques do Sul - Edificio Bosque das Paineiras e Espolio de Roberto Sanguinetti Gougeon, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Helen Maria Psaros ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a sentença declaratória de dominio sobre o imovel usucapiendo situado na Avenida Sargento Geraldo Santana nº 683, Apartamento 133, 13º Andar, Edifício Bosque das Paineiras, Conjunto Bosques do Sul, Santo Amaro, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

18.EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0024980-56.2010.8.26.0100 (567/10)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Itamar Chaves Cavalcante ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando os autores a sentença declaratória de domínio sobre o imóvel usucapiendo situado na Avenida Brigadeiro Luís Antonio nº 1910, Apto 41 Bloco D, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP 01318-002, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

19. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0042326-49.2012.8.26.0100 (1018/12)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Fabiola Biscaro Saworg, Maria do Carmo Fonseca, João Baptista Fonseca Junior, Joaquim Tavares Filho, Alcides Marques da Silva Ayrosa Sobrinho, Maria Regina Alves Ayrosa, Victor Marques da Silva Ayroza Júnior, Victoria Blanco Ayroza, Herminia Ayrosa Moraes, Manoel de Assumpção Moraes, Marcos de Abreu Pereira, Marcelo Roberto de Azevedo Tavares, Benedita Claudete da Silva Tavares, Nair Gomes da Silva, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Juari Ramos de Oliveira e outros ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração do domínio sobre o imóvel sito à Rua Barra do Paraopeba nº 111/112, Pirituba, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

20. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0002055-95.2012.8.26.0100 (59/12)
O(A) Doutor(a) Letícia Fraga Benitez, MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Josino Cyriaco da Silva, Antonia Castilho da Silva, Companhia Comercial e Imobiliária de São Paulo, Roberto Padilha dos Santos, Cristiane Regina Marchi dos Santos, Valdenisa Lourenço Tavares, Antonio Teixeira de Vasconcelos, Abrão Neme, Donizeti de Lima Rissa, Maria Olivia Martins Pereira Rissa, Antonio Castilho da Silva, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Josino Cereja e outro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Avenida Antonio Augusto de Lima n° 301, Ermelino Matarazzo, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem

o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Empreendimento Imobiliário Smart Clube Vila Romana SPE Ltda

Página 1021

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0002121-07.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Empreendimento Imobiliário Smart Clube Vila Romana SPE Ltda - 10º Oficial de Registro de Imóveis da Capital - Empreendimento Imobiliário Smart Clube Vila Romana SPE Ltda - Vistos. Fl.280: Defiro o desentranhamento da planta de fl.211, mediante substituição por cópia. Após, tendo em vista a juntada de diligência do Oficial de Justiça (fl.281), cumpra-se o despacho de fl. 216, devendo o mandado de intimação ser instruído com a planta original, para manifestação da Municipalidade. Com a juntada da manifestação, tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. (CP 488) - ADV: NELSON JOSÉ CAHALI (OAB 287638/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Municipalidade de São Paulo - Industrial do Brasil Participações Ltda

Página 1022

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0014526-46.2012.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Municipalidade de São Paulo - Industrial do Brasil Participações Ltda., na pessoa de seu representante legal - Vistos. Tendo em vista a informação de fls.395/396, aguarde-se por mais 60 (sessenta) dias a vinda aos autos do Agravo de Instrumento, com o respectivo trânsito em julgado, ainda pendente de recurso especial. Com o decurso do prazo, tornem os autos conclusos com novas informações da z. Serventia. Int. (CP 115) - ADV: DANIEL DE AGUIAR ANICETO (OAB 232070/SP), JOÃO ALFREDO STIEVANO CARLOS (OAB 257907/SP), FABIO LOPES AZEVEDO FILHO (OAB 177994/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Olga Elena Weischtordt - Oficiais do 13º Cartorio de Registro de Imóveis da Comarca do Estado de São Paulo - - JOSÉ ROBERTO SALERNO - - Celina de Souza Salerno

Página 1024

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0043400-75.2011.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - Olga Elena Weischtordt - Oficiais do 13º Cartorio de Registro de Imóveis da Comarca do Estado de São Paulo - - JOSÉ ROBERTO SALERNO - - Celina de Souza Salerno - Vistos. Decerto por um equívoco deste Juízo foi determinado o arquivamento deste feito, quando ainda encontrase pendente o julgamento de Recurso Especial (nº 0251603-51.2011.8.26.0000), ante o não conhecimento do Agravo do Instrumento (nº 0036464-72.2013.8.26.000). Assim, reconsidero o despacho de fl. 285, para que os autos aguardem no Cartório, por mais 60 (sessenta) dias, o julgamento do recurso. Após, tornem os autos conclusos com novas informações da z. Serventia. Por fim, tendo a requerente interposto Agravo de Instrumento do despacho que determinou o arquivamento dos autos (nº 2220294-70.2014.8.26.0000), expeça-se ofício, com urgência, ao Egrégio Tribunal de Justiça, Seção Direito Privado 1 e Direito Empresarial, informando a retratação, nos termos do artigo 529 do Código de Processo Civil. Int. (CP 329) - ADV: OLGA ELENA WEISCHTORDT (OAB 57139/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - A.A.R. - C.G.J. - E.A.Z. e outro

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0048562-71.1999.8.26.0100 (000.99.048562-5) - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - A.A.R. -
C.G.J. - E.A.Z. e outro - Vistos. Indefiro o pedido de reconsideração formulado pelo terceiro interessado às fls.178/185 e, consequentemente, mantenho a decisão de fls. 175/176 pelos seus próprios fundamentos. Remetam-se os autos à Egrégia
Corregedoria de Justiça, com nossas homenagens e cautelas de praxe. Int. (CP 276) - ADV: EDUARDO AUGUSTO MENDONÇA
DE ALMEIDA (OAB 101180/SP), MARCELO OBED (OAB 149101/SP), ELIZETH APARECIDA ZIBORDI (OAB 43524/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marco Antonio Silva Pedroso e outro

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0053514-73.2011.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marco Antonio Silva Pedroso e outro - Municipalidade de São Paulo e outros - Despacho proferido no Prontuário do Sr. Perito

Judicial MAURO N. F. SCACCHETTI: Fls. 184, 185 e 186: Concedo o prazo último de 15 dias. Ciência ao requerente de fls. 180 (MARCO ANTONIO SILVA PEDROSO) . CP 420 - ADV: LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), MARCIA MARABESI FERRARI (OAB 95367/SP), JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 163613/SP), NILSON LUCIO CAVALCANTE (OAB 260793/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marco Antonio Silva Pedroso e outro

Página 1025

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0053514-73.2011.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - Marco Antonio Silva Pedroso e outro - Municipalidade de São Paulo e outros - Despacho proferido no Prontuário do Sr. Perito Judicial MAURO N. F. SCACCHETTI: Fls. 184, 185 e 186: Concedo o prazo último de 15 dias. Ciência ao requerente de fls. 180 (MARCO ANTONIO SILVA PEDROSO) . CP 420 - ADV: LILIANA MARIA CREGO FORNERIS (OAB 100212/SP), MARCIA MARABESI FERRARI (OAB 95367/SP), JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 163613/SP), NILSON LUCIO CAVALCANTE (OAB 260793/SP)

↑ Voltar ao índice

Providências Administrativas (Imov., Tít. e Doc., Protestos) - C.G.J. - J.R.N.F.

Página 1025

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0070676-04.1999.8.26.0100 (000.99.070676-1) - Providências Administrativas (Imov., Tít. e Doc., Protestos) - C.G.J. - J.R.N.F. - Vistos. Indefiro o pedido de reconsideração formulado pelo terceiro interessado às fls.64/71 e, consequentemente, mantenho a decisão de fls. 58/59 pelos seus próprios fundamentos. Remetam-se os autos à Egrégia Corregedoria de Justiça, com nossas homenagens e cautelas de praxe. Int. São Paulo, . Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP 407) - ADV: MARCELO OBED (OAB 149101/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Rone Administração de Bens Imóveis e Participações S/C Ltda

Página 1026

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0018/2015

Processo 0106307-57.2009.8.26.0100 (100.09.106307-2) - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - Rone Administração de Bens Imóveis e Participações S/C Ltda - Condominio Edificio Regina na pessoa de seu representante legal e outro - Vistos. Fl.429: Com razão a requerente. Conforme constou da sentença de fls. 361/362, confirmada pela decisão da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça (fls. 405/410), a impugnante foi condenada no pagamento das despesas periciais, em virtude de apresentação infudada de impugnação, gerando a desnecessária realização da prova pericial. Assim, nos termos do artigo 475, J, do Código de Processo Civil, intime-se a Fundação Getúlio Vargas para que realize o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor apresentado pela requerente às fls.431. Com a juntada da manifestação, tornem os autos conclusos. Int. (CP 06) - ADV: NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), DÉCIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 191664/SP), LUIZ ROBERTO SAPAROLLI (OAB 108355/SP), WALTER WILIAM RIPPER (OAB 149058/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - BUILDING ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A - Municipalidade de São Paulo e outros

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2015

Processo 1000337-41.2015.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - BUILDING ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A - Municipalidade de São Paulo e outros - Vistos. Primeiramente verifico que o documento de fls. 298 e 326, trata-se de substabelecimento outorgado por Débora Ricco Bertoni. Todavia, como é sabido, o substalecimento é um documento de mandato entabulado entre advogados, sendo certo que a srª Débora figura na qualidade de procuradora da empresa requerente para efetivação de alguns atos em seu nome (fls.318/324), logo, não tem capacidade para transmitir poderes que não possui, especificamente para a prática de atos processuais, além de não possuir capacidade postulatória. Assim, regularize a requerente sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas do artigo 13 do CPC. No mais, a fim de se evitar futuras e eventuais alegações de prejuízos, intimem-se os confrontantes Conjunto Residencial Chateua Vert e Edifício Green House, para querendo apresentar impugnação, no prazo de 15 (dias) dos fatos narrados na inicial. Por fim, verifico que o confrontante Romeu Manuel Afecto, apesar de ter apresentado impugnação no presente feito, não possui capacidade postulatória para tanto, o que prejudica da análise da impugnação. Tal condição está estabelecida no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/04), que explicita, em seu artigo primeiro, ser ato privativo de advogado a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário, vedando assim, o ingresso de ação, bem como prática de atos processuais pela parte. Regularize o impugnante sua representação processual, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, fazendo constar a assinatura do seu patrono na impugnação ofertada. Com as regularizações acima mencionadas, bem como juntada das manifestações dos demais confrontantes tornem os autos conclusos para ulteriores deliberações. Int. - ADV: NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), RODRIGO ALEXANDRE COUTINHO (OAB 260669/SP), LEANDRO BONINI FARIAS (OAB 258513/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação de Registro de Imóvel - Propriedade - K.K. e outro

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2015

Processo 1006064-15.2014.8.26.0100 - Retificação de Registro de Imóvel - Propriedade - K.K. e outro - decorreu o prazo sem manifestação dos autores quanto a certidão de fls.60, ficando os mesmos intimados a darem andamento ao processo no prazo de 30 dias, contados a partir de 12/01/2014. Decorrido este prazo, os autores serão intimados pessoalmente para que, em 48 horas, sob pena de extinção, dêem andamento ao feito. - ADV: GILDETE SOARES DA SILVA CRICHI (OAB 98212/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - ANDRÉ LUIZ DE FARIA e outro - Amil Assistência Médica Internacional LTDA e outros

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2015

Processo 1065025-46.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - REGISTROS PÚBLICOS - ANDRÉ LUIZ DE FARIA e outro - Amil Assistência Médica Internacional LTDA e outros - Nulidade de retificações - artigo 214 da Lei 6015/73 - vício não do registro, mas do título - via inadequada - pedido indeferido Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado por André Luiz de Faria e Euza Maria Barbosa da Silva de Faria, pretendendo a nulidade das retificações do registro de incorporação efetuadas na matrícula nº 129.883 (R.1), do 14º Registro de Imóveis da Capital, com fundamento no artigo 214 da Lei de Registros Públicos. Alegam os requerentes que os atos praticados pelo Registrador são passíveis de nulidade, pois o registro supra mencionado, no qual consta a existência do Complexo Hospitalar Alvorada, foi realizado com data retroativa (dia e mês não informado do ano de 1998), bem como foi realizado desdobro irregular do imóvel denominado "Medical Center Paulista", sem a autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo e anuência dos adquirentes de unidades futuras no condomínio a ser desmembrado, tendo sido prejudicados na qualidade de promitentes compradores. Juntaram documentos às fls. 13/183. O Oficial Registrador manifestou-se às fls. 187/189 e 235/236. Informa que não houve retroatividade na data do registro da instituição de condomínio, mas erro de digitação, consistente em equívoco cometido na transposição da data do ato, haja vista que o ato anterior foi efetuado em 31.03.2000 (averbação da construção) e o ato seguinte não poderia ser praticado em 1998. Esclarece que este erro já foi sanado, com a realização de averbação explicativa de ofício, em 02.09.2014, para constar a correção à época do próprio registro. Salienta que os atos praticados tiveram como embasamento documentos fornecidos pela Municipalidade, bem como foi instaurado inquérito policial (sob nº 21/12) no qual conclui-se que não houve crime, dando por encerradas as investigações. Esclarece que, em depoimento, o gerente administrativo da Amil Assistências Médica Internacional S/A que incorporou a Medial Saúde S/A, informou que no ano de 2010 a requerente era síndica do imóvel Medial Center, sendo destituída em 19.12.2011, em decorrência da apropriação indébita de bens pertencente ao condomínio. Argumenta que os atos praticados nas matrículas e anteriores a 11.04.2000 (data da investidura do cargo), são de responsabilidade dos antigos oficiais. Relata que houve cisão da pessoa jurídica titular do domínio, todavia, não houve desdobro do imóvel como fazem crer os requerentes. Em relação à ciência dos requerentes, assevera que o registro do compromisso foi realizado dez anos após a prática dos atos, ou seja, época em que o imóvel pertencia exclusivamente à Medial Saúde, não havendo publicidade a respeito da promessa de venda da unidade. Juntou documentos às fls.190/216 e 237/354. A empresa Amil Assistência Médica Internacional LTDA, manifestouse na qualidade de terceira interessada às fls. 446/449. Aduz que, em dezembro de 2010, a empresa "Amil Saúde S/A sofreu cisão parcial para sua controladora direta "Amil Assistência Médica Internacional S/A, bem como ratificou a manifestação do Oficial Registrador, ponderando que houve a divisão da parte societária, não havendo que se falar em irregularidade do complexo por estar inscrito em uma única matrícula. O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 453/454). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e a Douta

Promotora de Justiça. Pretendem os requerentes a nulidade das retificações efetuadas na matrícula nº 129.883, com fulcro no artigo 214 da Lei 6.015/73. Ressaltese, primeiramente, que a questão relativa a efetivação do registro em data anterior (ano de 1998) encontra-se superada pela correção feita de ofício pelo Registrador (Av. 332/129.883), realizada em 02.09.2014. Da análise da matrícula do imóvel (fls. 13/129), ao contrário do que afirmam os requerentes, constato que não houve o desdobro ou desmembramento do bem, mas a adequação da titularidade de domínio, pela cisão das sociedades, fato este ratificado pela empresa Amil Assistência Médica Internacional LTDA. Neste contexto, não houve qualquer irregularidade praticada pelo Registrador, tendo em vista que o registro foi efetuado nos termos do título apresentado à época e qualificado positivamente, sendo que no caso de haver vício intrínseco, este deverá ser anulado através da via judicial adequada. Como exposto no bem lançado parecer da lavra do MM Juiz Marcus Vinicius Rios Gonçalves, no processo nº 2011/00103852, que tramitou perante esta D. Corregedoria Geral: "As nulidades a que alude o art. 214, "caput" da Lei de Registros Público, são as de pleno direito, que podem ser reconhecidas prima facie, sem necessidade de provas (nesse sentido o parecer lançado no processo 122.783/2009, de 08/10/2010, pelo MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Walter Rocha Barone); e que digam respeito ao registro, e não ao negócio jurídico subjacente. A invalidação do registro independentemente de ação direta, prevista no dispositivo legal mencionado, pressupõe nulidade de pleno direito do próprio registro (não a de seu ato causal). Na lição de Narciso Orlandi Neto: "A nulidade que pode ser declarada diretamente, independentemente de ação, é de direito formal extrínseca. Ela pode não alcançar o título, que subsiste íntegro e, em muitos casos, apto a novamente ingressar no registro. O registro é nulo de pleno direito quando não observados os requisitos formais previstos na lei: A chamada nulidade de pleno direito, tal como prevista no art. 214 da LRP, não admite o exame de elementos intrínsecos, que refogem à atividade qualificadora do oficial registrador. E em não existindo vício na qualificação do título ou do processo de registro propriamente dito, não há o que corrigir na esfera administrativa" (Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, parecer do juiz Marcelo Martins Berthe, aprovado pelo Des. Marcio Martins Bonilha, DJE de 22/02/96, parte I, p. 37) (Retificação do Registro de Imóveis. São Paulo: Oliveira Menes, 1997, p. 185-186 e 196)". No mais, verifica-se que as argumentações dos requerentes são destituídas de fundamento, ou seja, não houve a comprovação dos fatos alegados na inicial. Ao que parece, a requerente move a presente ação no intuito de justificar sua destituição do cargo de síndica do Medial Center, em 19.12.2011, face ao seu indiciamento no crime de apropriação indébita dos bens pertencentes ao condomínio (inquérito policial nº 409/12). Por fim, como bem anotou a Douta Promotora de Justiça: "O reclamo que as retificações do memorial de incorporação não poderiam ocorrer à revelia dos reclamantes não tem razão de ser, visto que o compromisso de venda e compra não era registrado quando da prática dos atos registrários em questão e somente o foi dez anos depois". Logo, entendo que, na hipótese destes autos, o Oficial agiu corretamente, em estrita observância às normas que regem a matéria. Diante do exposto julgo improcedente o pedido de providências formulado por André Luiz de Faria e Euza Maria Barbosa da Silva de Faria, em face do Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 27 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: PAULA MARCILIO TONANI DE CARVALHO (OAB 130295/SP), LUIZ ANTONIO BARBOSA DA SILVA (OAB 285724/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro de Imóveis - GILSON LOURENÇO DOS ANJOS e outro

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2015

Processo 1069287-39.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro de Imóveis - GILSON LOURENÇO DOS ANJOS e outro - - os autos aguardam manifestação dos requerentes sobre as despesas periciais estimadas em R$ 2.100,00, com o respectivo depósito. - ADV: MARILDA MAZZINI (OAB 57287/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - Durval Rigon Filho

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2015

Processo 1107480-26.2014.8.26.0100 - Dúvida - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - Durval Rigon Filho - Vistos. Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento de Durval Rigon Filho, em face da negativa em se proceder ao registro do instrumento particular de compromisso de venda e compra datado de 14.09.2012 e aditado em 08.10.2014, referente ao imóvel matriculado sob nº 177.962, no qual o suscitado figura como compromissário comprador do imóvel. Informa que os óbices registrários referem-se: a) ausência no termo de aditamento do reconhecimento de firma de Rosemeire Vulcani Rigon, bem como da assinatura de duas testemunhas, com firma reconhecida; b) ausência de autenticação da cópia de casamento dos promitentes vendedores, Antonio Apparecido de Siqueira e Inez Maria de Jesus; c) considerando eventual erro na lavratura da escritura que deu origem à aquisição, esse equívoco deverá ser corrigido através de escritura de reratificação; d) ausência de certidão negativa de débitos de tributos imobiliários expedidos pela Prefeitura do Município de São Paulo; e) a matrícula do imóvel em questão, encontra-se bloqueada, por ordem do MMº Juízo da 27ª Vara Cível da Capital (autos nº 1024495-97.2014.8.26.0100); f) existência de 3 escrituras contraditórias referentes ao imóvel, em que figuram como compradores Rivaldo Sant'Anna, Nelson Batista de Souza e Durval Rigon Filho. Esclarece o Registrador que se encontra em trâmite neste Juízo o pedido de providências nº 1071426-61.2014.8.26.0100, formulado por Rivaldo Sant'Anna, que na qualidade de comprador do imóvel, e apresentando um título aquisitivo contraditório ao objeto desta suscitação de dúvida , pretende a retificação do estado civil do vendedor e proprietário tabular Antonio Apparecido de Siqueira, de solteiro para divorciado. Salienta que o fim pretendido no mencionado procedimento tem parcial identidade de objeto com a presente dúvida, tendo em vista que dentre as exigências para registro do título encontra-se a necessidade de retificação do estado civil do alienante e proprietário da matrícula (Antonio Apparecido de Siqueira). Juntou documentos às fls. 06/47. O suscitado apresentou impugnação (fls.48/). Aduz que as exigências em relação ao aditamento, mencionados nos itens "a" e "b" foram sanadas. Em relação aos demais óbices, pondera que foram sanados pelos registros anteriores. Informa que a certidão negativa de débitos poderá ser exibida posteriormente, bem como em relação às escrituras contraditórias do imóvel, está sendo apurado criminalmente, já que lavradas de forma fraudulenta. O Ministério Público opinou preliminarmente pelo reconhecimento da conexão destes autos com o pedido de providências nº 1071426-61.2014.8.26.0100 e, no mérito, pela procedência da dúvida. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Com razão o Oficial Registrador e o Douto Promotor de Justiça. Ressalto que a questão preliminar referente à conexão foi reconhecida na decisão de fls. 75, que determinou o apensamento dos feitos. No mérito, verifico que a dúvida é procedente já que apenas as exigências relacionadas ao item "a" e "b", foram sanadas pelo suscitado, pendendo dentre as exigências impostas, a retificação do estado civil do compromissário Antonio Apparecido de Siqueira, objeto do pedido de providências nº 1071426-61.2014.8.26.0100, sendo que conforme decisão proferida naqueles autos, foi julgada improcedente, tendo em vista o bloqueio determinado pelo MMº Juízo da 27ª Vara Cível da Capital. Ora, tendo em vista que foi instaurado inquérito policial (sob nº 1243/2014) para apuração da fraude praticada por ocasião da lavratura de três escrituras referentes ao imóvel, no qual o Antonio Apparecido transmitiu o bem a três compradores distintos (Rivaldo, Nelson e Durval), além de encontrar-se a matrícula bloqueada em virtude da utilização de escritura falsa lavrada em 27.11.1982, que deu causa à aquisição do imóvel por Antonio Apparecido de Siqueira, é inviável o registro do instrumento de venda e compra pleiteado pelo suscitado, devendo os prejudicados utilizarem-se da via jurisdicional adequada para obterem a anulação do negócio jurídico entabulado. Ademais, a retificação do estado civil do compromissário, como bem observou o registrador, deverá ser feita através de reratificação. A escritura pública é ato notarial que reflete a vontade das partes na realização de negócio jurídico, observados os parâmetros fixados pela Lei e pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, reproduzindo, portanto, exatamente aquilo que outorgantes e outorgados declararam ao Escrivão ou ao Escrevente. Assim, conforme entendimento sedimentado pela Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, o juiz não pode substituir o notário ou qualquer uma das partes, retificando escrituras que encerra o ato que denota tudo o que se passou e que foi declarado perante o agente público. Segundo o ilustre jurista Narciso Orlandi Neto: "Não há possibilidade de retificação de escritura sem que dela participem as mesmas pessoas que estiveram presentes no ato da celebração do negócio instrumentalizado. É que a escritura nada mais é que o documento, o instrumento escrito de um negócio jurídico; prova preconstituída da manifestação de vontade de pessoas, explicitada de acordo com a lei. Não se retifica manifestação de vontade alheia. Em outras palavras, uma escritura só pode ser retificada por outra escritura, com o comparecimento das mesmas partes que, na primeira, manifestaram sua vontade e participaram do negócio jurídico instrumentalizado." (Retificação

do Registro de Imóveis, Juarez de Oliveira, pág. 90). E ainda segundo Pontes de Miranda: “falta qualquer competência aos Juízes para decretar sanações e, até, para retificar erros das escrituras públicas: escritura pública somente se retifica por outra escritura pública, e não por mandamento judicial” (Cfr. R.R. 182/754 - Tratado de Direito Privado, Parte Geral, Tomo III, 3ª ed., 1970, Borsoi, § 338, pág. 361 No mais, considerando-se a segurança jurídica, tida como o alicerce do Registro de Imóveis, pois sem ela os atos por ele praticados não serão revestidos da certeza e presunção de veracidade necessários, bem como preservando direitos de terceiros de boa fé, os óbices registrários devem ser mantidos. Por fim, observo que já houve a prenotação do título sob nº 492.570. Diante do exposto, julgo procedente a dúvida suscitada pelo Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital, a requerimento de Durval Rigon Filho e mantenho o entrave registrário. Não há custas, despesas processuais, nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 26 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: LUIZ INACIO AGUIRRE MENIN (OAB 101835/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Bloqueio de Matrícula - VILMA ALVES PEREIRA

Página 1030

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2015

Processo 1112495-73.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Bloqueio de Matrícula - VILMA ALVES PEREIRA - Vistos. Manifeste-se a requerente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca das informações do Registrador (fls. 118/119). Com a juntada da manifestação, abra-se nova vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: ONASSIS LEME DA MATA (OAB 342338/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. - S.T.A.N.E.T.R.C.S.M.O.L. e outro

Página 1033

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0019/2015

Processo 0025705-06.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - C.G.J. - S.T.A.N.E.T.R.C.S.M.O.L. e outro - Recebo o recurso interposto em seu regular efeito. Mantenho a decisão recorrida, não convencido pelos argumentos invocados nas razões recursais, especialmente diante da ausência de fato novo. Abra-se vista ao representante do Ministério Público. Por conseguinte, remetam-se os autos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, observadas as formalidades necessárias. Int. - ADV: OSVALDO DE JESUS PACHECO (OAB 44700/SP), MARCIO ANTONIO RODRIGUES PUCÚ (OAB 157150/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Iracema Pimenta Braga

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1003813-87.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Iracema Pimenta Braga - Vistos. Providencie-se nos termos da cota do Ministério Público (fls. 28), no prazo de cinco dias. - ADV: ILANA BRAGA (OAB 85063RJ)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Marcelo Otávio Dutra Gallego Lorente das Chagas

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1026709-61.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Marcelo Otávio Dutra Gallego Lorente das Chagas - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: EDUARDO DUTRA DAS CHAGAS (OAB 278743/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Marcelo Otávio Dutra Gallego Lorente das Chagas

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1026709-61.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Marcelo Otávio Dutra Gallego Lorente das Chagas - Vistos. Recebo o recurso interposto em seus regulares efeitos. Ao MP. Após, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça com as nossas homenagens. Intimem-se. - ADV: EDUARDO DUTRA DAS CHAGAS (OAB 278743/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das

Pessoas Naturais - ALDO ROBERTO BOOSE

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1043024-67.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ALDO ROBERTO BOOSE - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: MARCIO GIAMBASTIANI (OAB 157894/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ALDO ROBERTO BOOSE

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1043024-67.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ALDO ROBERTO BOOSE - que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: MARCIO GIAMBASTIANI (OAB 157894/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jossilene de Oliveira Mot

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1058397-41.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Jossilene de Oliveira Mota - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: ANTONIA IGNES DA SILVA (OAB 56792/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARISILIO COSTA SILVA

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1059893-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARISILIO COSTA SILVA - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: FERNANDO PERES (OAB 138159/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARISILIO COSTA SILVA

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1059893-08.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARISILIO COSTA SILVA - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: FERNANDO PERES (OAB 138159/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Julia Menezes Munari

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1060757-46.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Julia Menezes Munari - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: JAQUELINE DA COSTA PEREIRA GARCIA (OAB 269690/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Julia Menezes Munari

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1060757-46.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Julia Menezes Munari - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: JAQUELINE DA COSTA PEREIRA GARCIA (OAB 269690/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alexandre Lins Morato e outros

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1070021-87.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alexandre Lins Morato e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: NUBIA CHRISTINA DA MATTA AGOSTINI CAVALHER DE SOUZA (OAB 291990/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alexandre Lins Morato e outros

Página 1040

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1070021-87.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alexandre Lins Morato e outros - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: NUBIA CHRISTINA DA MATTA AGOSTINI CAVALHER DE SOUZA (OAB 291990/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YANG HAN LON

Página 1041

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1071187-57.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YANG HAN LON - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: HERBERT CURVELO TURBUK (OAB 138496/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YANG HAN LON

Página 1041

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1071187-57.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - YANG HAN LON - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: HERBERT CURVELO TURBUK (OAB 138496/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Silvia Lima Sakr

Página 1041

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1074895-18.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Silvia Lima Sakr - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que

deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: MARCELO DE PAULA BECHARA (OAB 125132/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Celineide Monteiro Dias da Costa

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1097910-50.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Celineide Monteiro Dias da Costa - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: ROBSON KENNEDY DIAS DA COSTA (OAB 221466/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ADRIEL JHOAQUIM GUARACHI GUARACHI e outro

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1103727-61.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ADRIEL JHOAQUIM GUARACHI GUARACHI e outro - *que o mandado (s) está (ão) a disposição do senhor advogado para retirada, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento do mandado. - ADV: MIRTES DIAS MARCONDES (OAB 294176/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Ivan Gomes Neto

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2015

Processo 1123541-59.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Ivan Gomes Neto - Proceda a parte autora a regularização requerida pela D. Promotora de Justiça no prazo de cinco dias. Após, nova vista ao MP e conclusos para as deliberações pertinentes. - ADV: MIGUEL RUSSO (OAB 149955/SP)

↑ Voltar ao índice

Dúvida - Registro de Imóveis - Julieta Cury Palmeira

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0030/2015

Processo 1001602-78.2015.8.26.0100 - Dúvida - Registro de Imóveis - Julieta Cury Palmeira - Vistos. Diante do documento juntado à fl. 26, defiro à suscitada a prioridade na tramitação processual do presente feito. Anote-se, tarjando-se os autos. Após, abra-se vista ao Ministério Público e tornem os autos conclusos. Int. - ADV: ANDREA PALMEIRA FAUSTINO (OAB 166376/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Retificação de Área de Imóvel - ADILSON DE SOUZA BEZERRA

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0030/2015

Processo 1092831-56.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Retificação de Área de Imóvel - ADILSON DE SOUZA BEZERRA - Vistos. Fl.336/337: Aprovo o assistente técnico indicado pelo requerente, bem como os quesitos apresentados, que deverão ser respondidos por ocasião do laudo pericial. No mais, intime-se o perito nomeado para estimativa de seus honorários. Int. - ADV: MIGUEL ANGEL PINTO JUNIOR (OAB 213275/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Por Terceiro Prejudicado - ALFREDO CAPPONI

1ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO TANIA MARA AHUALLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEILA FARIA MENDES FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0030/2015

Processo 1098139-73.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Por Terceiro Prejudicado - ALFREDO CAPPONI - "Registro de Imóveis - procedimento administrativo em que se questiona a possibilidade de desdobro de lote - restrição convencional - prevalência da limitação contratual sobre a autorização Municipal - mudança de orientação da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça - possibilidade de ingresso do título - pedido procedente". Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado pelo Espólio de Alfredo Capponi, representado por seu inventariante Marco Capponi, em face da negativa do Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital em proceder ao cancelamento da cláusula restritiva convencional averbada na matrícula nº 45.047, sob nº 02, bem como ao desmembramento do imóvel em dois lotes, gerando a abertura de duas novas matrículas e, consequentemente, o cancelamento da original, além de proceder à averbação da construção de um prédio no imóvel desmembrado. Relata o requerente ser proprietário do imóvel localizado na Rua Carlos Tiago Pereira, nºs 856 e 860, Saúde, constituído por dois lotes, no qual foram edificadas duas casas (lote A1 pertencente a casa nº 856 e lote A2 pertencente a casa nº 860). Esclarece que, para construir a segunda casa sobre o todo do terreno, obteve aprovação da Prefeitura de São Paulo (Auto de Regularização nº 2005/32921-00, emitido em 27.09.2005), com autorização para o desdobro do lote e para a edificação, bem como a nova edificação está regularizada perante a Previdência Social. Informa que há 3 anos ingressou neste Juízo pleiteando o cancelamento da cláusula restritiva, contudo teve seu pedido negado em primeira e segunda instâncias. Todavia, havendo necessidade da regularização do imóvel e vários precedentes favoráveis em casos análogos, formulou novamente o pedido, tendo em vista a nova recusa pelo Registrador. Juntou documentos às fls. 20/134. O Oficial manifestouse às fls. 141/147, no sentido de que não tem oposição em relação ao cancelamento das cláusulas de restrição averbadas sob nº 02, no imóvel objeto deste procedimento, e requereu o cancelamento das clausulas semelhantes relativas aos demais lotes da quadra. Juntou documentos às fls. 144/147. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido. É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Verifico que para a questão posta a desate há vários precedentes favoráveis emitidos pela Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, especificamente em decisão proferida no processo nº 2012/65264, no qual ocorreu a mudança de orientação em relação ao posicionamento a ser adotado para a hipótese aventada. Neste sentido, transcrevo a decisão que caracterizou o marco da nova orientação: "Não se desconhece a orientação até então vigente nesta Corregedoria Geral. É que, desde o julgamento, com votação unânime, da apelação n° 0038476-1.2011.8.26.0100, pelo C. Conselho Superior da Magistratura, relatada por V. Exa., surgiu nova orientação relativa à qualificação registral no caso de loteamento gravado com restrições urbanísticas, tendo V. Exa., ao interpretar o item 174, do Capítulo XX, das NSCGJ, destacado que: O registrador pode mencionar as restrições, mas isso não obstará o registro de contratos como o da espécie. Aliás, essa a melhor leitura do item 174 do Capítulo XX, cuja dicção é clara: Todas as restrições presentes no loteamento, impostas pelo loteador ou pelo Poder Público, deverão ser, obrigatoriamente, mencionadas no registro. Não caberá ao oficial, porém, fiscalizar sua observância." No que diz respeito à necessidade do registro especial previsto no art. 18, da Lei 6.766/79, observe-se que a hipótese versa sobre desdobro, em dois lotes de 125m2, de lote maior com 250m2, o que demonstra a ausência de risco ao aspecto urbanístico existente bem como aos eventuais adquirentes dos lotes, caso colocados à venda. Prescindível, por isso, o registro especial, até porque inviável novo desdobro de cada lote em virtude da limitação constante do art. 4º, II, Lei 6766/79. Por fim, é preciso ter em conta que a aprovação do desdobro pelo Município, conquanto resulte de ato administrativo e não de lei, nesta tem seu alicerce haja vista que, pelo princípio da legalidade administrativa, ao administrador só é permitido fazer o que estiver permitido por lei. Assim, se o Município, por sua exclusiva responsabilidade, aprovou o desdobro, deve-se presumir que observou os requisitos legais, não sendo esta esfera administrativa a seara adequada para discuti-los" Conforme comprovam os documentos de fls.20/22, houve a aprovação da Municipalidade para a realização do desdobro e da edificação na área em questão, através do Auto de Regularização nº 13.558/2003. E, ainda, dos documentos apresentados às fls.23/24, verifica-se que não há débitos relativos às contribuições previdenciárias. Logo, presumem-se que os requisitos legais fora cumpridos. Além do mais, o Oficial Registrador não se opôs a pretensão do requerente. Verifico, entretanto, que o pedido formulado pelo Registrador, em relação ao cancelamento das clausulas os demais lotes da quadra, não merece prosperar. Isto porque, conforme o princípio da instância ou da rogação, os atos de registro e averbação não podem ser praticados de ofício, devendo haver requerimento específico apresentado pelo proprietário ou interessado, devidamente instruído. Do exposto, julgo procedente o pedido de providências formulado pelo Espólio de Alfredo Capponi, representado por seu inventariante Marco Capponi, em face do Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital e determino que se proceda o cancelamento da cláusula restritiva convencional averbada na matrícula nº 45.047, sob nº 02, bem como o desmembramento do imóvel em dois lotes, gerando a abertura de duas novas matrículas e, consequentemente, o cancelamento da matrícula anterior, além de proceder a averbação da construção do prédio no imóvel desmembrado. Deste procedimento não decorrem custas, despesas e honorários. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I.C. São Paulo, 27 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito - ADV: ANA MARIA MENDES (OAB 58149/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências 14º Oficial de Registro de Imóveis da Capital

Página 861

1ª Vara de Registros Públicos

Imprensa Manual

1000113-06.2015 Pedido de Providências 14º Oficial de Registro de Imóveis da Capital Rubens de Paiva Sentença (fls. 29/30): "Pedido de providências - averbação de fiança em contrato de aluguel que prevê duas modalidades de garantia (caução e fiança) - nulidade - parágrafo único do artigo 37 da Lei 8245/91 - caução configurada embora não nomeada como tal improcedência". Vistos. Trata-se de pedido de providências formulado pelo Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital a requerimento de Rubens de Paiva, ante a negativa em se proceder a averbação de fiança na matrícula nº 194.227. Relata o oficial que o interessado é fiador em um contrato de locação de um imóvel matriculado em outra Serventia Extrajudicial e que o óbice registrário refere-se a incidência de dupla garantia no contrato de locação, quais sejam, a fiança, estipulada na cláusula 23ª, pelas expressões "principais pagadores" e "solidariamente" e a caução, indicada na cláusula 23ª, letra "f", parágrafo 3º, sendo tal hipótese vedada pelo parágrafo único do artigo 37 da Lei 8.245-91. O interessado alegou que cometeu equívoco no preenchimento do requerimento de averbação, tendo em vista a menção de que referida averbação seria a título de caução, quando na verdade teria escopo de fiança. Foram juntados documentos às fls. 03/19. O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido, mantendo-se o óbice registrário (fls.26/27). É o relatório. Passo a fundamentar e a decidir. Primeiramente, observo que nos termos da certidão de fl.20, o interessado não está sendo representado por advogado, assim, ressalto que na hipótese de interposição de recurso, deverá fazer-se representar por um procurador legalmente constituído nos autos, ante a ausência de capacidade postulatória, nos termos do artigo 1º do Estatuto da Advocacia. Feita esta consideração, passo a análise do mérito. Com razão o Oficial Registrador e o Ministério Público. Os termos do contrato de locação para fins residenciais que se pretende averbar (fls. 04/12) afrontam o parágrafo único, do artigo 37, da Lei 8245/91 - Lei de Locações, tendo em vista que ficou, de fato, configurada a duplicidade de garantias. Como é sabido, a caução é garantia de caráter real que recai sobre determinado e particularizado bem de domínio do garantidor. A fiança, por sua vez, é garantia pessoal em que todo o patrimônio do garantidor responde pela dívida (v. Proc. 071384/0/01 - 1ªVRP - j.08/08/2001 - Juiz Venício Antônio de Paula Salles). Analisando o título que se pretende averbar: A) a fiança encontra-se configurada na clausula 23ª, onde é expressamente prevista a solidariedade entre os garantidores, por todos os débitos decorrentes da locação, sem observância do benefício de ordem a que alude os artigos 827, 828, 835 837 a 839 do Código Civil, dispositivos que tratam dos efeitos da fiança; B) a caução encontra-se prevista na clausula 23ª, parágrafo 3º, letra "f", onde é estipulado como garantia o imóvel matriculado sob nº 194.227, o qual encontra-se livre de hipotecas, penhoras e compromissos. Tal questão já foi objeto de exame pela Egrégia Corregedoria da Justiça: "Registro de imóveis Averbação de caução constituída sobre imóvel em locação Contrato de locação com dupla garantia (fiança e caução real) - Inadmissibilidade à luz do disposto no art. 37, parágrafo único da Lei nº 8.245/1991 Nulidade da caução, como garantia subsequente à fiança- Inviabilidade da averbação correspondente Cancelamento que se determina, com amparo no poder de revisão hierárquica da Corregedoria Geral da Justiça". (CGJSP Processo nº 34.906/2005 CGJSP Processo/Localidade: Guarulhos. Data Julgamento? 09/08/2006. Relator: Álvaro Luiz Valery Mirra). Nestes termos, consubstancia-se claramente a nulidade prevista no parágrafo único do artigo 37 da Lei de Locações, o que impede a averbação do próprio contrato de locação. Diante do exposto, indefiro o pedido de providências formulado pelo Oficial do 14º Registro de Imóveis da Capital a requerimento de Rubens de Paiva, mantendo, assim, o óbice registrário. Não há custas, despesas processuais nem honorários advocatícios decorrentes deste procedimento. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Paulo, 21 de janeiro de 2015. Tania Mara Ahualli Juíza de Direito (CP-03)

↑ Voltar ao índice

Habilitação para Casamento - Registro Civil das Pessoas Naturais - A.J.C. e outro

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 0018746-19.2014.8.26.0100 - Habilitação para Casamento - Registro Civil das Pessoas Naturais - A.J.C. e outro - Designo audiência para oitiva de Antônio Josimar de Carvalho para o dia 04 de dezembro de 2014, às 14:00 horas. Intime-se. Ciência ao MP. . - ADV: JOSEFA FRANCIELIA CARDOSO (OAB 314359/SP), IVANI VENANCIO DA SILVA

LOPES (OAB 116823/ SP)

↑ Voltar ao índice

Habilitação para Casamento - Registro Civil das Pessoas Naturais - A.J.C. e outro

Página 868

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 0018746-19.2014.8.26.0100 - Habilitação para Casamento - Registro Civil das Pessoas Naturais - A.J.C. e outro - VISTOS. Cuida-se de expediente de habilitação de casamento de interesse de Antonio Josimar de Carvalho e Antonia Araujo de Oliveira, instaurado perante o Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Capão Redondo, Capital, em que sobreveio impugnação, informando propositura de ação de interdição em relação ao nubente. O nubente refutou os argumentos da impugnação (fls. 17/18). Realizada audiência de tomada de depoimento pessoal do nubente (fl. 92). A representante do Ministério Público ofereceu manifestação favorável (fl. 93-verso). É o breve relatório. DECIDO. No caso em exame, o quadro de saúde do contraente não rende ensejo à formação de convencimento judicial no sentido de que não reúne capacidade para a pretensão requerida, ao menos na forma em que concebido o feito. Não se positivou, como se impunha na espécie, a configuração de fatos impedientes para a realização do casamento, sobrevindo aos autos informações da desistência da ação de interdição proposta em face do nubente (fls. 78/79), homologada pela 3ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Santo Amaro e transitada em julgado em setembro de 2014. Superada a informação da ação de interdição, a idade do contraente, 66 anos, autoriza os nubentes a adotar o regime de comunhão universal de bens em escritura de pacto antenupcial (fl.8), em conformidade com os artigos 1.639, § 1º, e 1.641, II, do Código Civil. Ademais, por cautela, realizou-se audiência de oitiva do nubente (fl. 92), na qual restou extreme de dúvidas a capacidade volitiva e lucidez de Antonio Josimar de Carvalho, bem como seus conhecimentos jurídicos em relação ao regime de bens adotado. Em suma, os elementos informativos dos autos, à luz do material probatório coligido, não evidenciam a existência de problema intransponível para autorizar o enlace. Por conseguinte, a despeito da impugnação deduzida, que afasto, determino o prosseguimento dos autos de habilitação de casamento, até seus ulteriores termos. Ciência aos interessados, arquivando-se oportunamente. P.R.I.C. - ADV: JOSEFA FRANCIELIA CARDOSO (OAB 314359/SP), IVANI VENANCIO DA SILVA LOPES (OAB 116823/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - PATRICIA BENDE PIRES CAMPOS

Página 869

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1001331-69.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - PATRICIA BENDE PIRES CAMPOS - Vistos. Considerando que o endereço da parte autora está abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Santo Amaro, remetam-se os autos ao Foro mencionado, competente para apreciar o pedido. Int. - ADV: THAIS BISPO DA SILVA (OAB 309714/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - SIDINEY RUBENS BARBOSA

Página 869

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1002451-50.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - SIDINEY RUBENS BARBOSA - Vistos. Defiro a cota retro do Ministério Público. Providencie a parte autora, no prazo de 10 dias. Int. - ADV: GERALDO SILVA DO ROSARIO (OAB 340059/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - S.J.D.

Página 869

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1003826-86.2015.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - S.J.D. - Vistos. À autora, para que providencie, nos termos da cota retro do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias. Int. - ADV: KAREN SCHWACH (OAB 265768/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NEIDE ANTONIETTI DE SOUSA e outros

Página 870

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1055649-36.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NEIDE ANTONIETTI DE SOUSA e outros - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: ANGELA TERESA MARTINS (OAB 58828/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NEIDE ANTONIETTI DE SOUSA e outros

Página 870

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1055649-36.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NEIDE ANTONIETTI DE SOUSA e outros - Vistos. Recebo os embargos de declaração, vez que tempestivos. Acolho os embargos e retifico a sentença de fls. 105/106 para que, onde se lê “Capello”, leia-se “Cappello”. - ADV: ANGELA TERESA MARTINS (OAB 58828/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior

Página 871

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1082076-07.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior - * deverá ser recolhida a guia do oficial de justiça para a intimação de Angela Maria Fernandes ou infirme o senhor advogado se a mesma virá independentemente de intimação. - ADV: FABIANA CRISTINA TOLEDO (OAB 321624/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior

Página 871

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1082076-07.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de

Nome - Gilson Fernandes Junior - Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público - ADV: FABIANA CRISTINA TOLEDO (OAB 321624/ SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior

Página 871

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1082076-07.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior - Audiência retificação - ADV: FABIANA CRISTINA TOLEDO (OAB 321624/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior

Página 871

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1082076-07.2013.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Gilson Fernandes Junior - * - ADV: FABIANA CRISTINA TOLEDO (OAB 321624/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NIKOLAS CASTELO RADOSAVLJEVIC

Página 871

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1098165-71.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - NIKOLAS CASTELO RADOSAVLJEVIC - Em que pese o parecer ministerial, entendo que o feito não está em termos

para ser sentenciado. Não há segurança, por ora, para o sentenciamento do feito, considerando que não há nos autos sentença definitiva do processo de uso de documento falso e tampouco documentação verdadeira em que conste o nome real do genitor do autor e seus progenitores. Neste sentido, entendo prudentes as seguintes diligências: A) oficiamento à Polícia Federal para que encaminhe aos autos a colheita de padrões datiloscópicos mencionada no depoimento de fls. 39; B) oficiamento ao Ministério da Justiça para que encaminhe cópia de documentação em nome de Goran Nesic em que conste também o nome de seus genitores, avós paternos do menor demandante. Expeça a Serventia o necessário. Int. e Ciência ao MP. - ADV: ADALBERTO DE JESUS COSTA (OAB 63234/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - EMILIO LIMA DE OLIVEIRA

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1099048-18.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - EMILIO LIMA DE OLIVEIRA - Vistos. Defiro o prazo de dez dias. - ADV: JOSE CARLOS CALLEGARI (OAB 285692/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Irene Calicchio

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1116739-45.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - Irene Calicchio - Para oitiva da declarante do óbito, Sra. Eveline, designo o dia 26 de fevereiro de 2015, às 14:00 horas. Fica a requerente devidamente intimada por meio de seu patrono, o qual deverá comparecer, também, acompanhado da declarante do óbito. Int. e Ciência ao MP. - ADV: FABIO ARDUINO PORTALUPPI (OAB 144371/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ANDRÉ JOSÍAS POMA

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1116784-49.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ANDRÉ JOSÍAS POMA - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Tendo em vista a procedência total da demanda, em consonância com o parecer ministerial, a presente decisão transita em julgado nesta data, devendo a Serventia expedir o necessário. Ficam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 12 da Lei 1060/50, o que deve ser observado pelo Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por este(a) Magistrado(a) e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável “CUMPRA-SE” do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Tendo em vista a procedência total da demanda, em consonância com o parecer ministerial, a presente decisão transita em julgado nesta data, devendo a Serventia expedir o necessário. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Batista Cassiano e outro

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1121097-53.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Batista Cassiano e outro - Vistos. Tendo em vista o teor da certidão de fls. 32, reconsidero a decisão de fls. 30. Ao Ministério Público. - ADV: VERA LUCIA MORALES VERTULLO (OAB 119735/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - ROBERTA PAGOTTI FERRARI

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1121348-71.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil

das Pessoas Naturais - ROBERTA PAGOTTI FERRARI - Vistos. Defiro a cota retro. Cumpra a parte autora, no prazo de 10 dias. - ADV: GISELLE ALVES FEITOSA POSATA (OAB 170414/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA ISABEL DE SÁ SCHIMIDT SARMENTO

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1121464-77.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - MARIA ISABEL DE SÁ SCHIMIDT SARMENTO - Vistos. Providencie-se nos termos da cota do Ministério Público (fls. 40/41), no prazo de cinco dias. - ADV: ANA GANDELMAN BARRETO (OAB 271496/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - CLAUDIO BARONNI

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1121540-04.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - CLAUDIO BARONNI - Vistos. Providencie-se nos termos da cota do Ministério Público (fls. 20/21), no prazo de cinco dias.. - ADV: ARISTIDES FIAMOZZINI FILHO (OAB 75308/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - Alcides Bombardi e outros

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1126784-11.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de

Nome - Alcides Bombardi e outros - Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido nos termos da inicial. Após certificado o trânsito em julgado, concedo o prazo de até 30 (trinta) dias para a extração de cópias necessárias. Custas à parte autora. Esta sentença servirá como mandado, desde que por cópia a ser extraída pela parte requerente do Sistema Informatizado Oficial, assinada digitalmente por esta Magistrada e acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento (quais sejam: petição inicial; petições com emendas à inicial, quando houver; certidões que deverão ser retificadas; cota do Ministério Público; sentença; certidão de transito em julgado ou decisão de homologação da desistência do prazo recursal), com certidão abaixo preenchida pela Sr.ª Diretora de Divisão, destinando ao Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, para que proceda às retificações deferidas. Outrossim, se aplicável, poderá nesta ser exarado o respeitável "CUMPRA-SE" do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Corregedor Permanente competente, ordenando seu cumprimento pelo Senhor Oficial da respectiva Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivemse os autos. P.R.I. - ADV: ORLANDO MONTINI DE NICHILE (OAB 17321/SP)

↑ Voltar ao índice

Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maira Sera

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1128191-52.2014.8.26.0100 - Pedido de Providências - Registro Civil das Pessoas Naturais - Maira Sera - Vistos. Defiro o benefício da gratuidade da justiça. Anote-se. Abra-se vista ao Ministério Público. Sem prejuízo, providência a requerente a legalização dos documentos estrangeiros apresentados (fls. 14, 16 e 17), em 15 dias, sob pena de indeferimento. Intimem-se. - ADV: RENATA DE MIRANDA PEDRASSI DE FIGUEIREDO (OAB 326418/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - MARCILIO MATEUS DE BARROS FILHO

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1128466-98.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - MARCILIO MATEUS DE BARROS FILHO - Vistos. Providencie a parte autora, nos termos da cota do Ministério Público, no prazo de 10 dias. Int. - ADV: CLEBIO BORGES PATO (OAB 233316/SP)

↑ Voltar ao índice

Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Rosimeyre Marçal

Página 872

2ª Vara de Registros Públicos

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUCIANA LARA THEODORO DE AGUIAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2015

Processo 1131417-65.2014.8.26.0100 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - Rosimeyre Marçal - Fl. 70: Defiro a cota do MP. - ADV: JULIO ROBERTO MORENO (OAB 274843/SP)

↑ Voltar ao índice

1ª Vara de Registros Públicos

1ª Vara de Registros Públicos

ELVIO PEDRO FOLLONI, Sexto Oficial de Registro de Imóveis da Comarca desta Capital.
Nos termos dos artigos nºs 261 e seguintes da Lei 6.015/73, faz saber a quantos este edital possa interessar que nesta data, foi apresentada para registro a escritura lavrada em 28 de outubro de 2014, pelo 15º Tabelião de Notas desta Capital, Livro 2467, folhas 89, prenotada sob nº 587.936, pela qual LUCIANA CRISTINA HENRIQUE SALOMÃO, brasileira, solteira, maior, estudante, RG n° 49.687.924-8-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob n° 226.967.978-46, residente e domiciliada na Rua Silva Bueno, n° 863, ap. 73, nesta Capital, instituiu em BEM DE FAMÍLIA, de acordo com os artigos 70 a 73 do C.C.B. e artigos 260 a 263 da Lei 6.015/73, o imóvel consistente em apartamento sob n° 73, localizado no 7° andar do EDIFÍCIO BENITO FIORETTO, com entrada pelo n° 863 da Rua Silva Bueno, no 18° Subdistrito Ipiranga, perfeitamente descrito e caracterizado na matrícula nº 116.509 deste Registro de Imóveis, adotando o valor de R$167.760,00. Se alguém julgando-se prejudicado, deverá, dentro em 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do presente edital, reclamar contra a instituição por escrito e perante mim, Oficial. Findo este prazo e não havendo reclamação, será registrada a mencionada escritura. São Paulo, 25 de novembro de 2014.

ELVIO PEDRO FOLLONI Oficial. ELVIO PEDRO FOLLONI, Sexto Oficial de Registro de Imóveis da Comarca desta Capital. Nos termos dos artigos nºs 261 e seguintes da Lei 6.015/73, faz saber a quantos este edital possa interessar que nesta data, foi apresentada para registro a escritura lavrada em 11 de novembro de 2014, pelo 4º Tabelião de Notas desta Capital, Livro 3118, folhas 17/20, prenotada sob nº 590.075, pela qual, PERSIO KARAN LOPES, brasileiro, vendedor, RG n° 21.486.839-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n° 162.655.528-13, e, sua mulher, MARILSA DE FATIMA DA SILVA LOPES, brasileira, contadora, RG n° 34.913.127-2-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob n° 855.483.836-04, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n° 6.515/1977, domiciliados na Rua Francisco Justino de Azevedo, n° 80, ap. 144-A, nesta Capital, instituíram em BEM DE FAMÍLIA, de acordo com os artigos 70 a 73 do C.C.B. e artigos 260 a 263 da Lei 6.015/73, o imóvel consistente em apartamento-tipo sob n° 144, localizado no 14° pavimento do Bloco A, integrante do empreendimento denominado PRAIA DE ITACARÉ, situado na Rua Francisco Justino de Azevedo, n° 80, no 12º Subdistrito Cambuci, perfeitamente descrito e caracterizado na matrícula nº 180.922 deste Registro de Imóveis, adotando o valor de R$226.876,00. Se alguém julgando-se prejudicado, deverá, dentro em 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do presente edital, reclamar contra a instituição por escrito e perante mim, Oficial. Findo este prazo e não havendo reclamação, será registrada a mencionada escritura. São Paulo, 22 de dezembro de 2014. ELVIO PEDRO FOLLONI –Oficial.

↑ Voltar ao índice

ARPEN.SP

Praça João Mendes, 52
Conjunto 1102 - 11° Andar
Centro - São Paulo/SP
CEP 01501-000
Fone: (11) 3293-1535
Fax: (11) 3293-1539
redacao@arpensp.org.br

Atenção:
Este arquivo eletrônico não pode ser transferido a terceiros ou a qualquer pessoa que não integre a Equipe de prepostos do Assinante, pena de violação de direitos protegidos por lei.

Nota de responsabilidade:
Texto extraído do Diário Oficial Judiciário do Estado de São Paulo

Produção:
Assessoria de Comunicação da Arpen-SP

Desenvolvimento:
Webcartórios - Seu cartório na internet